

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

Ahí está el Brasil sin careta: representações e usos políticos da guerra e da ocupação do
Paraguai na imprensa de Buenos Aires, 1870-1876

Bruno Félix Segatto

Porto Alegre

2017

CIP - Catalogação na Publicação

Segatto, Bruno Félix

Ahí está el Brasil sin careta: representações e usos políticos da guerra e da ocupação do Paraguai na imprensa de Buenos Aires, 1870-1876 / Bruno Félix Segatto. -- 2017.

190 f.

Orientador: Eduardo Santos Neumann.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. Imprensa. 2. Pós-Guerra do Paraguai. 3. Argentina. 4. Usos políticos. 5. Representações. I. Neumann, Eduardo Santos, orient. II. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

*Ahí está el Brasil sin careta: representações e usos políticos da guerra e da ocupação do
Paraguai na imprensa de Buenos Aires, 1870-1876*

Bruno Félix Segatto

Dissertação de Mestrado, apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em História da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
como requisito parcial para obtenção do título
de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Santos Neumann

Porto Alegre

2017

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

*Ahí está el Brasil sin careta: representações e usos políticos da guerra e da ocupação do
Paraguai na imprensa de Buenos Aires, 1870-1876*

Bruno Félix Segatto

Dissertação de Mestrado, apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em História da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
como requisito parcial para obtenção do título
de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Santos Neumann

BANCA EXAMINADORA

Eduardo Santos Neuman (Orientador) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Ignacio Telesca – Universidad Nacional de Formosa

César Augusto Barcellos Guazzelli – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Luís Alberto Grijó – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

AGRADECIMENTOS

Inúmeras são as pessoas a quem devo agradecer por terem me auxiliado de alguma forma a concluir mais esta etapa. Agradeço primeiramente à minha família, em especial a meus pais Clairton Félix Segatto e Marta Helaine Rocha por terem tornado tudo isso possível. Obrigado por terem despertado em mim, quando criança, o gosto pelo conhecimento.

Agradeço aos professores que fizeram parte da minha formação escolar e acadêmica, os quais serviram e servem como modelos de professores, dentre os quais posso citar José Edimar de Souza, Alexandre Furukawa, Luciane Thomas, Antônio Filho, Anderson Zalewski Vargas, Fábio Kuhn, Jonas Moreira Vargas, Luis Carlos Bombassaro, Fernando Seffner, Carmem Gil, Benito Schmidt, Regina Xavier, entre outros. Um especial agradecimento ao professor orientador Eduardo Santos Neumann e aos membros da banca que aceitaram avaliar esta dissertação: Ignacio Telesca, Luís Alberto Grijó e César Augusto Barcellos Guazzelli. Também agradeço a outros professores e pesquisadores que dedicaram uma parte de seu tempo para dar-me orientações bibliográficas e de pesquisa: Francisco Doratioto, Maria Victoria Baratta, Fabio Wasserman e Gabriel di Meglio.

Não somente pessoas, mas instituições também merecem meu agradecimento, em especial o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa que me foi concedida durante boa parte da realização do mestrado. Também agradeço à Universidade Federal do Rio Grande do Sul pelas inúmeras oportunidades e vivências que me possibilitou durante os oito anos em que fui aluno nesta reconhecida instituição. Um agradecimento especial à Secretaria de Relações Internacionais (Relinter) da UFRGS e também à Associação Universitária Grupo Montevideu (AUGM), as quais me possibilitaram realizar um intercâmbio acadêmico na Universidad Nacional del Litoral, na Argentina. Também agradeço aos funcionários dos arquivos, museus e bibliotecas onde realizei esta pesquisa.

Um muito obrigado especial à Bárbara Klein Mendes por todo amor, carinho e apoio dedicado a mim nos últimos anos. Também agradeço muito à Nilva Aloisia Klein, Clédi Hilbig e Marquit Flemming Brito pelo apoio que me deram em diferentes momentos. Obrigado aos amigos, de perto e de longe, aos colegas de Casa do Estudante Santacruzense, aos colegas de graduação e mestrado, aos companheiros de trabalho nos colégios Sinodal do Salvador e Marista São Luís, enfim, a todos que de uma forma ou de outra me ajudaram a alcançar este objetivo.

RESUMO

Esta dissertação teve como objetivo analisar as representações e os usos políticos da guerra e da ocupação do Paraguai realizados por alguns periódicos argentinos como *El Nacional*, *La Tribuna*, *La Nación* e *El Mosquito* durante o período compreendido entre a morte de Solano Lopez, em 1870, e a retirada das tropas aliadas do país em 1876. Durante estes seis anos de ocupação, Brasil e Argentina discordaram em relação aos tratados definitivos de paz e limites a serem assinados com o novo governo paraguaio. Estas disputas eram intensamente abordadas pela imprensa de Buenos Aires, que estava, por sua vez, vinculada com as facções políticas de maior envergadura na Argentina: o nacionalismo e o autonomismo. Nacionalistas e autonomistas utilizaram a guerra recém terminada assim como os eventos políticos que ocorriam no Paraguai, como as negociações de paz, as revoltas e insurreições contra o governo de Assunção ou as manobras da diplomacia brasileira naquela república como instrumento de ataque, crítica e de desqualificação da facção rival, principalmente durante períodos eleitorais. Dadas as características da imprensa argentina durante a década de 1870, em alguns períodos de desacordos entre Brasil e Argentina, estes jornais criavam não somente uma arena pública de debate a respeito das questões referentes ao Paraguai, mas também um ambiente de apreensão e preocupação na capital Buenos Aires. As discordâncias, as missões diplomáticas, as negociações estabelecidas entre os governos brasileiro, argentino e paraguaio bem como toda a repercussão e os usos políticos que delas realizaram os periódicos consultados evidenciam que, pelo menos entre a imprensa da capital argentina, a Guerra da Tríplice Aliança foi mais além de Cerro Corá.

Palavras-chave: Imprensa; Pós-Guerra da Tríplice Aliança; Usos políticos; Representações.

ABSTRACT

This Project aims to analyze the representations and the political uses of the war and of the Paraguay's occupation, which were made by a few argentinian journals as *El Nacional*, *La Tribuna*, *La Nación* e *El Mosquito* in the period from Solano Lopez's death, in 1870, to the withdrawal of allied troops of the country in 1876. During these six years of occupation, Brazil and Argentina did disagree about the final peace and limits treaties to be signed with the Paraguayan government. These disputes were massively used by Buenos Aires' press, which was connected with meaningful Argentinian political factions: nationalism and autonomism. Nationalists and autonomists used the just finished war – as the political events which were occurring in Paraguay, as the peace negotiations, the rebellions against Assunção's government, or the maneuver of Brazilian diplomacy at that republic – as an instrument of attack, of criticism na of disqualification of the rival faction, specially during the election period. Given the characteristics of the Argentinian press during the decade of 1870, in some periods of disagreement between Brazil and Argentina, these journals criticised not only a public arena for debates regarding Paraguay's events, but also an atmosphere of apprehension and concerns at the capital of Buenos Aires. The disagreements, the diplomatic missions, the negotiations established between Brazilian, Argentinian and Paraguayan governments, as all the repercussion and diplomatic uses that resulted in the consulted periodicals highlight that, at least between the press of the Argentinian capital, the Triple Alliance War was beyond Cerro Corá.

Key Words: Press; Post- Triple Alliance War; Political Usses; Representations.

LISTA DE SIGLAS

AGN - Archivo General de la Nación, Buenos Aires, Argentina

BNCA - Biblioteca del Congreso de la Nación Argentina, Buenos Aires, Argentina

BNP - Biblioteca Nacional del Paraguay, Assunção, Paraguai

BNRA - Biblioteca Nacional de la República Argentina, Buenos Aires, Argentina

BNU - Biblioteca Nacional de la República Oriental del Uruguay, Montevideú, Uruguai

HDB/BN - Hemeroteca Digital Brasileira/Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Brasil

IHGRS - Instituto Histórico-Geográfico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil

MCSHJC - Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, Porto Alegre, Brasil

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: <i>El Mosquito</i> retrata a morte de Justo José de Urquiza.....	55
Figura 2: Mapa do centro de Buenos Aires em 1870.....	71
Figura 3: <i>Interior de pulpería</i> , litografia de León Pallière, 1864.....	72
Figura 4: <i>El Mosquito</i> retrata a venda avulsa de seus exemplares.....	84
Figuras 5 e 6: <i>El Mosquito</i> oferecendo serviços.....	85
Figura 7: <i>El Mosquito</i> procura por jovens para a venda de jornais.....	87
Figura 8: capa de <i>Cabichuí</i>	101
Figura 9: <i>Cabichuí</i> representando as lideranças aliadas.....	101
Figura 10: <i>A Sentinella do Sul</i> manifesta o descontentamento quanto à situação do Rio Grande do Sul na guerra.....	103
Figura 11: <i>El Mosquito</i> retrata as desconfianças em relação ao Brasil diante da revolta em Entre Ríos.....	118
Figura 12: <i>El Mosquito</i> retrata o Brasil retirando sua máscara.....	126
Figura 13: <i>El Mosquito</i> retrata o Brasil se apossando do Paraguai.....	127
Figura 14: <i>El Mosquito</i> denuncia a ocupação brasileira da ilha de Cerrito.....	132
Figura 15: <i>El Mosquito</i> retrata um Brasil se armando enquanto os argentinos seguiriam divididos.....	134
Figura 16: <i>El Mosquito</i> retrata uma recepção pouco amigável a Mitre no Rio de Janeiro....	135
Figura 17: <i>El Mosquito</i> satiriza os jornais brasileiros irritados com Carlos Tejedor.....	137
Figura 18: <i>O Mosquito</i> fluminense aborda a expectativa diante de uma guerra com a Argentina.....	137
Figura 19: <i>O Mosquito</i> fluminense satiriza a relação entre Mitre e Dom Pedro II.....	138
Figura 20: <i>El Mosquito</i> satiriza as desconfianças mútuas entre Sarmiento e Dom Pedro II....	139
Figura 21: <i>El Mosquito</i> aborda a relação entre Mitre e Dom Pedro II.....	140
Figura 22: <i>El Mosquito</i> retrata Dom Pedro II tomando mate com erva paraguaia.....	140
Figura 23: <i>El Mosquito</i> retrata Mitre em prestando reverência a Dom Pedro II.....	141
Figura 24: <i>El Mosquito</i> retrata Mitre indo em missão ao Paraguai.....	145
Figura 25: <i>El Mosquito</i> satiriza o “legado” de Mitre.....	151
Figura 26: <i>O Mosquito</i> retrata um índio destruindo as fortificações argentinas na ilha Martim Garcia.....	156
Figura 27: <i>El Mosquito</i> ilustra Mitre de retirada.....	158

Figura 28: <i>El Mosquito</i> aborda as ameaças de revolta evocadas pelos mitristas durante as eleições.....	159
Figura 29: <i>El Mosquito</i> retrata a revolução mitrista.....	161
Figura 30: <i>El Mosquito</i> retrata o efeito da revolução mitrista na Argentina.....	163
Figura 31: <i>El Mosquito</i> compara o êxito das missões Tejedor e Mitre ao Rio de Janeiro.....	165
Figura 32: <i>El Mosquito</i> ilustra a relação entre Brasil e as repúblicas do Prata.....	166
Figura 33: <i>El Mosquito</i> mostra a Mitre o resultado de sua política.....	168
Figura 34: <i>El Mosquito</i> retrata Mitre servindo de montaria a Dom Pedro II.....	168

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Grupos profissionais da cidade de Buenos Aires em 1869.....	74
Quadro 2: Informações sobre o jornal <i>La Tribuna</i> entre 1870 e 1876.....	81
Quadro 3: Informações sobre o jornal <i>El Nacional</i> entre 1870 e 1876.....	82
Quadro 4: Informações sobre o jornal <i>La Nación</i> entre 1870 e 1876.....	82
Quadro 5: Agências de navegação, embarcações e destinos.....	91
Quadro 6: Movimentação de entrada e saída de embarcações pelo porto de Buenos Aires.....	92

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	5
RESUMO.....	6
ABSTRACT.....	7
LISTA DE SIGLAS.....	8
LISTA DE FIGURAS.....	9
LISTA DE QUADROS.....	11
SUMÁRIO.....	12
INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO 1. “TREINTA AÑOS DE DISCORDIA”: A ARGENTINA ENTRE CASEROS E A REVOLUÇÃO DE 1880.....	27
1.1 Entre Caseros e Pavón: o decênio 1850.....	28
1.2 Consolidação nacional em tempos conturbados: a década de 1860.....	39
1.2.1 Todos contra o Paraguai! A grande guerra do Prata.....	45
1.3 Depois da tormenta, mais tempestade: a década de pós-guerra.....	54
CAPÍTULO 2. BUENOS AIRES, IMPRENSA E CIRCUITOS DE INFORMAÇÃO...61	
2.1 Buenos Aires: de capital provincial a Capital Federal.....	62
2.2 A formação da opinião pública.....	67
2.3 Imprensa, agentes e circuitos da informação.....	77
2.3.1 A imprensa da região platina em tempos instáveis.....	94
CAPÍTULO 3. REPRESENTAÇÕES E USOS POLÍTICOS DA GUERRA E DA OCUPAÇÃO DO PARAGUAI, 1870-1876.....	105

3.1 <i>La victoria no da derechos versus la victoria es quien la decide</i> : os debates em torno ao Governo Provisório, o Tratado de Aliança e os Protocolos de Paz.....	106
3.2 “Ahí está el Brasil sin careta”: o Tratado Loizaga-Cotegipe de 1872.....	122
3.3 “Pero no es comprensible que las cuestiones del Paraguay se quieran convertir en armas electorales”: a missão Mitre em Assunção e a campanha presidencial.....	143
3.4. “Los diarios del Brasil traen ya olor a polvora”: negociações e revoltas em ano eleitoral.....	155
3.5 O desenlace final: negociações e tratados, 1875-1876.....	164
CONSIDERAÇÕES FINAIS: MÁS ALLÁ DE CERRO CORÁ.....	172
FONTES.....	175
BIBLIOGRAFIA.....	176

INTRODUÇÃO

Algumas horas após ouvir o último brado do presidente paraguaio que morria por/com sua pátria na localidade de Cerro Corá às margens do riacho Aquidabán, o General brasileiro José Antônio Correia da Câmara se dedicou a escrever a sua Parte Oficial, em que descreveria os fatos recém consumados. Uma vez redigidas, estas anotações foram remetidas às autoridades aliadas na capital Assunção, ocupada política e militarmente desde janeiro de 1869. Era dia 1º de março de 1870, o último de vida de Francisco Solano Lopez e de guerra entre a sua república, a do Paraguai, e a Tríplice Aliança, composta pelo Império do Brasil e as repúblicas Oriental do Uruguai e Argentina.

Dias depois, aquela informação manuscrita chegou à capital paraguaia e fora celebrada pelas autoridades aliadas. Uma versão das anotações do militar brasileiro chegara até a oficina do jornal *La Regeneración*, onde, graças ao labor de redatores e tipógrafos, ganhou espaço no número publicado na manhã do dia 6 de março. Antes da reprodução da sucinta Parte Oficial do militar, o redator José Segundo Decoud assim noticiava o fato¹:

Edición Extraordinaria. Grandes noticias. El tirano Lopez muerto en la fuga. Su familia toda fue tomada. Hoy al amanecer hemos recibido la noticia de la muerte del tirano Lopez en Cerro-cora, donde fue alcanzado por las fuerzas brasileras que iban en su persecucion. ¡Viva la Republica del Paraguay! ¡Viva los Aliados! ¡Vivan los vencedores del tirano! Hé aqui los detalles. Por carta escrita a lapiz del General Camara al General Victorino vino la siguiente inesperada noticia q' Lopez fue alcanzado por las fuerzas brasileras del General Camara sobre la margen izquierda del Aquidaban, el dia 1º del corriente; fue herido en el combate, no quiso rendirse y entonces fue muerto en el mismo combate. (*La Regeneración*, BNP, Assunção, 6.03.1870).²

No mesmo dia, ou talvez no seguinte dia 7, um barco a vapor zarpuou do porto de Assunção com destino à República Argentina. Como anunciavam em seus avisos publicitários no jornal *La Regeneración*, as agências de embarcações a vapor que conectavam Assunção a Buenos Aires e Montevideo realizavam escalas em cidades portuárias intermediárias como Humaitá, Corrientes, Goya e Rosario. Desta forma, é provável que a notícia da morte de Solano Lopez tenha sido disseminada por estas localidades através da comunicação oral assim como da distribuição de números do jornal assuncenho. Foi o que aconteceu quando este vapor atracou no porto da cidade de Rosario, onde um número de *La Regeneración* foi parar nas mãos

¹ A grafia da época foi mantida em todas as citações dos periódicos.

² A consulta aos jornais argentinos *El Nacional*, *La Tribuna* e *La Nación* ocorreu em máquinas de micro-filme que permitiam a impressão de cópias em tamanho A4. No entanto, como estes jornais eram impressos em grandes formatos com oito colunas, frequentemente o número da página ficava de fora da impressão. Para padronizar as referências aos jornais consultados, optou-se, portanto, por não colocar o número das páginas.

de um enviado do jornal portenho *La Tribuna*. Este correspondente, sabendo da importância da informação que possuía, tratou de agilizar a sua chegada até a capital argentina por meio do telégrafo que unia as duas cidades.

Assim, no dia 9 de março, o jornal *La Tribuna* publicava em sua seção “Noticias Generales” a seguinte “manchete”: “Batalla en Aquidaban. Muerte de Lopez. Final de la guerra”. Abaixo o jornal reproduzia o telegrama enviado de Rosario, no qual informava que no dia anterior havia chegado àquela cidade um vapor que trazia um exemplar de jornal paraguaio.

O pedaço de papel que continha a notícia da morte de Lopez, de início manuscrita a lápis em meio à selva paraguaia, viajou pelo interior daquele país, chegou à capital e foi parar na imprensa. Publicada nas colunas de um jornal, ganhou as ruas, o público leitor, a Livraria Lucien na rua Libertad, os quartéis aliados, o porto, e, a partir dele, as demais cidades situadas nas margens dos rios Paraguai e Paraná. Saiu das mãos provavelmente sujas de barro e sangue de um militar, passou pelas de tripulantes e passageiros embarcados, circulou entre mãos ávidas por aquela “boa nova”, foi transmitida através de fios telegráficos e, por fim, chegou às mãos de redatores e tipógrafos na *oficina* da rua Victoria número 31, em Buenos Aires.

A notícia da morte do mandatário paraguaio trouxe alívio à população de uma cidade portuária que passava por um intenso crescimento econômico e demográfico, mas que já estava extenuada da guerra, pois havia sofrido as duras consequências de um conflito armado daquela magnitude. Embora a morte de Lopez tenha significado o término das batalhas, das movimentações das tropas, da organização da logística dos armamentos e batalhões, este episódio não representou o fim das dificuldades nem a resolução das questões referentes ao país derrotado, e tampouco das surgidas entre os próprios vencedores. Devido à instabilidade política imperante no Paraguai e aos desacordos entre Brasil e Argentina quanto aos termos de assinatura dos tratados de paz e limites, o Paraguai permaneceu política e militarmente ocupado até 1876, quando o governo de Assunção assinou um tratado de paz com o de Buenos Aires.

Durante estes seis anos de ocupação aliada, as repúblicas da Bacia do Rio da Prata passaram por complicados momentos de instabilidade bem como por graves períodos de guerras e insurreições internas. Além de se encontrar em meio às disputas entre brasileiros e argentinos no pós-guerra, os governos paraguaios ainda tiveram que enfrentar revoltas, conspirações e tentativas de golpes de Estado. Na República Oriental Timoteo Aparicio, levantou-se contra o governo colorado na Revolução das Lanças entre 1870 e 1872. Dada a proximidade geográfica e ideológica que aproximava os *blancos* uruguaios dos federais argentinos desde a primeira metade do século XIX, esta guerra impactou na Argentina, sobretudo nas províncias fronteiriças Entre Rios e Corrientes, onde Ricardo Lopez Jordan, após

assassinar Justo José de Urquiza, levantou-se em armas contra o governo nacional entre 1870 e 1872, pretendendo assumir o governo da província entrerriana.

Agravava a situação argentina o caráter faccioso das lutas políticas que ocorriam naquela república. Desde a década de 1860, o Partido de la Libertad, tradicional agrupação política do Liberalismo portenho, encontrava-se dividido em duas facções: a nacionalista, comandada por Bartolomé Mitre, e a autonomista, capitaneada por Valentin e Adolfo Alsina³. Esta divisão ocorrida dentro do partido liberal portenho ocorreu principalmente devido à proposta de Mitre de tornar a cidade de Buenos Aires, capital da província de mesmo nome, em capital federal da nação, a qual era rechaçada pelos autonomistas desejosos de manter os benefícios de ser a capital provincial e monopolizar as rendas da aduana⁴. Esta facciosidade que marcava a política argentina acabou por prejudicar aquela república, pois estas diferenças interferiram nas negociações dos tratados de paz entre os países aliados e o Paraguai.

Característico da política oitocentista, cada agrupação política possuía um órgão difusor ou contava com jornais politicamente identificados. Desta forma, o partido nacionalista contava com o jornal *La Nación*, propriedade de Bartolomé Mitre, que funcionava na sua residência, situada na rua San Martín. Por outro lado, o partido autonomista contava com o apoio de *El Nacional*, redigido por Aristóbulo del Valle e impresso na *Imprenta Argentina*, na rua Bolívar, e *La Tribuna*, dos irmãos Héctor e Mariano Varela sediado na rua Victoria. Apesar deste vínculo, conforme se verá adiante, estes jornais possuíam uma relativa autonomia e, por vezes, adotavam posições contrárias às de suas lideranças partidárias.

Pelo fato de a imprensa oitocentista estar diretamente ligada às facções políticas, o estudo da atuação dos *publicistas*⁵ argentinos pode contribuir para compreender outras formas de se fazer política, a qual não se reduzia às negociações parlamentares, à tribuna legislativa, às manifestações de rua ou aos discursos públicos. Conforme René Rémond, o mundo político não pode ser considerado um setor isolado da sociedade, pois é uma modalidade da prática

³ Fora de Buenos Aires, em muitas províncias predominava a facção federal, embora tenha perdido força a partir da morte de Urquiza em 1870.

⁴ Devido à sua localização geográfica, Buenos Aires era a única cidade argentina que contava com um porto marítimo durante o século XIX. Desta forma, aquela localidade concentrava o comércio exterior daquela República, a qual tinha nas taxas sobre o comércio exterior uma das suas principais fontes de ingresso. A respeito da centralidade da Aduana portenha na história argentina, Juan Bautista Alberdi asseverou que “O problema argentino não é onde há-de estar a capital, senão onde há de estar a aduana, o centro do tráfico, o receptáculo da renda pública, que constitui o nervo do governo” (ALBERDI, apud MONIZ BANDEIRA, 2012, p. 147)

⁵ Ao destacar que os indivíduos que desempenhavam funções nos jornais argentinos durante o século XIX exerciam outras funções em concomitância e que, portanto, não havia uma profissionalização do jornalismo, Fabio Wasserman (2009) os qualifica como *publicistas*, aqueles que por sua “formación o profesión tenían la capacidad de hacer uso de la palabra escrita y la utilizaban para dar a conocer ideas o sentar posiciones sobre temas que pudieran ser de interés público” (WASSERMAN, 2009, p. 9).

social, ele atua nos mais variados âmbitos de uma sociedade (2003, p. 35). Ainda conforme o autor, o “campo do político não tem fronteiras fixas, e as tentativas de fechá-lo dentro de limites traçados para todo o sempre são inúteis” (RÉMOND, 2003, p. 443). Pierre Rosanvallon reforça esta percepção do político ao defini-lo como “o lugar onde se articulam o social e sua representação, a matriz simbólica onde a experiência coletiva se enraíza e se reflete ao mesmo tempo” (ROSAVALLON, 1995, p. 12).

As afirmações de René Rémond se tornam ainda mais elucidativas quando se averigua que quase todos os *publicistas* que atuaram nos jornais consultados - inclusive nos demais jornais portenhos que com eles estabeleceram debates - atuavam ou haviam atuado em alguma instância de poder, seja no Legislativo, no Executivo ou no Judiciário bonaerense e/ou nacional. Estes letrados se dedicavam a inúmeras atividades de forma concomitante e, quase sempre, combinavam atuação *periodística* com atividade político-partidária.

Estes jornais, diretamente relacionados com a luta política portenha e nacional, estiveram atentos aos eventos que ocorriam nos países vizinhos, sobretudo no Paraguai e no Brasil, posto que, mesmo depois de terminado o conflito as questões limítrofes seguiram acirrando desconfianças e provocando polêmicas. Desta forma, a guerra com o Paraguai, suas consequências negativas, a ocupação militar daquele país, as manobras diplomáticas realizadas pelas autoridades brasileiras bem como as várias negociações realizadas ao longo destes seis anos foram intensamente utilizadas por estes jornais como instrumento de luta política para atacar o governo de turno ou para desqualificar o legado da administração anterior.

Esta imprensa, que se apresentava como um elemento de civilização, um instrumento de intermediação entre o poder político e a sociedade civil no âmbito da formação de uma opinião pública, como principal meio de debate e porta voz da sociedade, constituía ao mesmo tempo, conforme Maria Helena Capelato (1988, p. 22) “um instrumento de manipulação de interesses e intervenção na vida social”, sendo mais importante do que a “realidade dos fatos”, a maneira pela qual os sujeitos tomaram consciência deles e os relataram.

Portanto, tendo em consideração que, conforme Paula Alonso (2004, p. 10), a imprensa era “el vehículo de proyectos, el instrumento de debate, el propulsor de valores, uno de los principales medios de hacer política, de reproducir y construir imágenes de la sociedad” esta dissertação teve como objetivo contribuir para o estudo da história política argentina sob um viés da História cultural a partir da análise da atuação da imprensa portenha. Desta forma, buscou-se analisar de que modo a imprensa de Buenos Aires fez uso político da guerra e da ocupação do Paraguai, assim como das representações do Império do Brasil nas disputas

ocorridas na Argentina entre a morte de Solano Lopez, em 1870, e a desocupação do país derrotado em 1876.

A delimitação espacial desta dissertação se refere à capital argentina, onde havia uma considerável liberdade de imprensa, uma intensa atividade jornalística, um grande público leitor frequentador de cafeterias, livrarias, teatros, *imprentas* e outros espaços de sociabilidade e lugar onde as principais facções nacionais estavam concentradas, embora os jornais portenhos também circulassem pelo interior da província e do país. Buenos Aires, por sua condição de cidade portuária localizada na entrada do estuário do Rio da Prata, era um importante entreposto comercial onde havia um intenso fluxo de entrada e saída de mercadorias e pessoas. Era no porto, portanto, onde chegavam os passageiros, as notícias, os informes, os rumores e os jornais de Assunção e do Rio de Janeiro. Uma vez desembarcados, ganhavam as ruas, chegavam aos ouvidos ou às mãos dos *publicistas* argentinos, que se dedicavam a reescrever, transcrever ou traduzir para as suas colunas as informações recém chegadas.

Embora se refira à capital argentina, todo trabalho sobre imprensa deve ter em consideração que os jornais possuem uma existência relacional, estão em relação com outros jornais, que por sua vez podiam pertencer ou ter vínculos com outras agrupações políticas. Essa característica é ainda mais evidente na imprensa oitocentista platina, em que os jornais circulavam pelas cidades através da navegação fluvial e ainda citavam-se mutuamente nos debates públicos travados. Desta forma, a atuação da imprensa portenha, bem como suas características de funcionamento, foram relacionadas com as da imprensa do Brasil, do Paraguai e de províncias do interior argentino.

Este é um trabalho metodológico que José Assunção de Barros (2014) tipifica como História Comparada, pois se orienta a perceber as semelhanças e as diferenças existentes entre duas sociedades. O historiador francês Marc Bloch (2001, p. 109) faz um elogio à esta modalidade ao afirmar que “na base de quase toda a crítica inscreve-se um trabalho de comparação”. No entanto, Barros (2014, p. 164) destaca que inúmeras outras tipificações surgiram para especificar o trabalho comparativo, dentre as quais o termo História Relacional é o que mais se enquadra para realizar este trabalho, pois a preocupação de relacionar as características e a atuação da imprensa de Buenos Aires com a de outras regiões permeou a escrita desta dissertação.

Desta imprensa portenha, composta durante a década de 1870 por dezenas de periódicos, foram escolhidos quatro, três escritos e um ilustrado: *El Nacional*, *La Tribuna* e *La Nación* compõem a imprensa escrita selecionada, enquanto *El Mosquito* foi o único periódico ilustrado consultado. A escolha destes órgãos escritos se deveu pelo fato de seus proprietários e redatores

terem sido influentes participantes do cenário político nacional e local, sendo os órgãos representantes das facções políticas em disputa e difusoras de suas ideias, propostas e representações. No entanto, outros jornais portenhos e interioranos também foram consultados de forma indireta, pois era prática comum na imprensa oitocentista a reprodução de artigos ou parágrafos de outros jornais como forma de criticar ou de apoiar uma ideia em questão. A escolha de *El Mosquito*, apesar de toda a sua singularidade por se tratar de um periódico ilustrado, se deveu pela força simbólica das suas imagens, posto que este periódico vinha a público uma vez por semana e condensava, desta forma, debates ocorridos na imprensa durante uma semana em apenas um número ou uma imagem.

Uma vez que esta dissertação objetiva analisar como os referidos jornais retratavam os eventos ocorridos no Paraguai ocupado de modo a instrumentalizá-los nas disputas políticas em que seus proprietários, redatores e colaboradores estavam envolvidos, faz-se necessário evidenciar os meios de comunicação entre as duas capitais, ou seja, como os acontecimentos do Paraguai chegavam aos periódicos de Buenos Aires. Estes possuíam correspondentes, oficiais ou não, em Assunção e/ou Rosario, os quais remetiam textos comentando a situação daquelas localidades. Sendo assim, além dos editoriais em que redatores e editores ponderavam a situação política do Paraguai, foi necessário dedicar especial atenção aos textos enviados pelos correspondentes, os quais geralmente vinham com o título “Correspondencia del Paraguay”. Embora não tenha sido possível descobrir quem eram estes correspondentes, pôde-se perceber como se posicionavam nas disputas políticas entre as facções paraguaias e quais eram as suas opiniões a respeito da atuação do Brasil naquele país.

O público leitor dos jornais de Buenos Aires devia dar grande atenção às notícias vindas do exterior, sobretudo em tempos de negociações dos tratados definitivos de paz, ocorridos ora em Assunção ora no Rio de Janeiro, ora em períodos de guerras, como durante a Guerra Franco-Prussiana de 1870-1. Ao descrever as características dos jornais platinos oitocentistas, Hilda Sabato evidencia a ênfase dada às notícias vindas do exterior quando destaca que estas geralmente eram publicadas na primeira página dos jornais:

En general tenían cuatro páginas: en la primera iban las noticias del exterior, documentos oficiales y folletín; en la segunda, editoriales, columnas de opinión, noticias nacionales y locales; y en las últimas, información marítima y mercantil, despachos de aduana, y gran cantidad de avisos. (SABATO, 2007, p. 193)

Outro meio de comunicação entre as duas cidades eram as embarcações, transportadoras de mercadorias, pessoas e de jornais, e a incipiente rede de telégrafos, que nestes anos interligava a capital portenha com Rosario. Este circuito de informação, conforme definição de

Robert Darton (1990), foi evidenciado no início desta Introdução ao ser descrito o percurso que a notícia da morte de Solano Lopez percorreu, passando por terra, rios e fios telegráficos até chegar às colunas de *La Tribuna*.

Desvendar os indivíduos que atuavam nestes circuitos, que trabalhavam nas embarcações e nas *oficinas*, na confecção, na edição e na distribuição dos jornais constitui uma tarefa difícil, posto que geralmente só se tornavam públicos os nomes dos responsáveis pelo empreendimento *periodístico*, ficando um sem número de trabalhadores como repartidores, compositores caixistas, impressores, tipógrafos, entre outros, no anonimato. Apesar de não apresentar nomes, nesta dissertação buscou-se, por vezes, destacar a atuação destes trabalhadores que se desempenharam para que os jornais consultados fossem confeccionados e distribuídos.

Esta preocupação tem como referência a afirmação de Capelato (1988, p. 21) de que “a categoria abstrata imprensa se desmistifica quando se faz emergir a figura de seus produtores como sujeitos dotados de consciência determinada na prática social”, bem como a proposta de uma história cultural da imprensa proposta por Marialva Barbosa, quem argumenta ser necessário investigar quem “escreve nesses jornais, como procuram se popularizar – ou seja, que estratégias, apelos e valores evocam –, como funcionam suas empresas e de que forma esses textos chegam ao público” (BARBOSA, 2010, p. 15).

Outra importante referência no uso de jornais é Tania Regina de Luca, quem destaca que o uso de jornais como fonte histórica remonta às últimas décadas do século XX, pois até pelo menos a década de 1970, havia certo desprezo em relação aos mesmos. Para a autora, havia o peso de certa tradição, dominante em fins do século XIX e início do XX, que estava imbuída do ideal da busca da verdade dos fatos, a qual se julgava alcançável através dos documentos. Os jornais, portanto, pareciam pouco adequados para a recuperação do passado, uma vez que continham registros fragmentados do presente realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões (DE LUCA, 2005, p. 112).

Esta situação se reverteu com as renovações ocorridas no âmbito da História Política tal como evidenciado por René Rémond (2003). Para Tania de Luca, a imprensa periódica “seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de chegar até o público” (DE LUCA, 2005, p. 139). Deste modo,

O pesquisador dos jornais e revistas trabalha com o que se tornou notícia, o que por si só já abarca um espectro de questões, pois será preciso dar conta das motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa. Entretanto, ter sido publicado implica atentar para o destaque conferido ao acontecimento, assim como para o local em que se deu a publicação. (DE LUCA, 2005, p. 140).

Estas considerações são relevantes, pois contribuem a pensar no processo de seleção de textos e de notícias a serem publicados de acordo com os objetivos e as prioridades de cada um dos jornais, sobretudo se se tem em consideração o curto espaço disponível e a grande quantidade de conteúdo para diagramar em cada número a ser publicado⁶.

Ao destacar as mudanças na forma de perceber a imprensa, a historiadora Maria Helena Capelato, por sua vez, contribui para este referencial metodológico ao afirmar que a imprensa,

[...] ao invés de ser espelho da realidade, passou a ser concebida como espaço de representações do real, ou melhor, de momentos particulares da realidade. Sua existência é fruto de determinadas práticas sociais de uma época. A produção deste documento pressupõe um ato de poder no qual estão implícitas relações a serem desvendadas. (CAPELATO, 1988, p. 25).

Da mesma forma, uma imagem, uma caricatura ou uma charge podem ser vistas como algo produzido por um determinado indivíduo inserido em um conjunto de relações sociais e de disputas de poder. Assim, as ilustrações também devem ser vistas de acordo com os interesses daqueles que as produziram bem como as possíveis recepções que possam ter tido naqueles que as visualizaram. Uma imagem não pode ser vista somente como um mero objeto, um reflexo da realidade, mas também, e sobretudo, como pensamento, um conjunto de ideias, uma construção que é ao mesmo tempo individual e coletiva, posto que saiu das mãos de um artista ou litógrafo inserido em uma determinada sociedade, bem como nas disputas políticas que nela ocorrem. Em sua obra sobre a imprensa ilustrada de Pelotas no século XIX, Aristeu Machado Lopes considera que a produção artística e visual dos periódicos pode ser considerada

uma representação do seu tempo, entendida como uma forma de transmissão da realidade na qual o artista está inserido, servindo de instrumento à sua criação e sendo comunicada aos leitores de acordo com suas percepções e visões de mundo, representando-a como ela é ou como gostaria que fosse. (LOPES, 2017, p. 168).

Em sua obra sobre a iconografia da Guerra do Paraguai, André Toral (2001, p. 25) considera que as representações expressas pelas obras de arte nos remetem para as formas de pensamento e representações visuais que uma sociedade faz de si mesma e das demais. Machado Lopes endossa esta percepção ao ponderar que a análise da imprensa ilustrada permite

interpretar como a realidade social foi construída e transmitida através de uma visão de mundo, ou seja, demonstram como aquele pequeno grupo de homens via, entre

⁶ Eram frequentes os avisos dos redatores de que, devido à falta de espaço, alguns textos ficariam para o próximo número assim como a publicação de textos de forma segmentada.

outros aspectos, as atividades políticas na última década do Brasil monárquico e como elas eram comunicadas aos leitores, de acordo com suas intenções, posições e interesses (político-partidárias, ideológicas ou ainda, particulares). (LOPES, 2017, p. 31)

Os periódicos ilustrados, um dos produtos da indústria gráfica do século XIX europeu, chegaram com força à Argentina na década de 1850⁷, sendo *El Mosquito*⁸ o de maior sucesso e durabilidade, uma vez que circulou entre 1863 e 1893. Eduardo María Suárez Danero (1964, p. 6) pontua que *El Mosquito* possuía uma tendência autonomista, embora tenha satirizado todas as lideranças políticas argentinas. Conforme será abordado no Capítulo 3, *El Mosquito* assumiu uma postura incisiva de crítica ao mitrismo durante o período eleitoral de 1873.

Uma vez que esta dissertação teve como foco a atuação da imprensa no cenário político portenho, busca-se compreendê-lo como um espaço de lutas no qual estavam inseridos os grupos rivais, luta esta que é, de acordo com Pierre Bourdieu, ao mesmo tempo uma “luta simbólica pela conservação ou transformação do mundo social por meio da conservação ou da transformação da visão do mundo social e dos princípios de di-visão deste mundo” (BOURDIEU, 2001, p. 173-174). Conforme o sociólogo, por ser simbólica, esta luta política

[...] assume pois a forma de uma luta pelo poder propriamente simbólico de fazer ver e fazer crer, de predizer e prescrever, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, que é ao mesmo tempo uma luta pelo poder sobre os “poderes públicos” (as administrações do Estado). [...] Os agentes por excelência desta luta são os partidos, organizações de combate especialmente ordenadas em vista a conduzirem esta forma sublimada de guerra civil, mobilizando de maneira duradoura, por previsões prescritíveis, o maior número possível de agentes dotados da mesma visão do mundo social e do seu porvir (BOURDIEU, 2001, p. 174).

As considerações do sociólogo Pierre Bourdieu, no entanto, devem ser relativizadas, pois se referem à mobilização de partidos políticos modernos, caracterizados por possuírem uma estrutura organizacional permanente, bem como por adotar procedimentos de campanha e propaganda mais coordenada, contínua e visível. Durante a década de 1870, na Argentina, estava em curso um processo de constituição dos partidos políticos, embora ainda restassem aspectos das violentas lutas facciosas que caracterizaram o cenário político daquele país nas décadas anteriores, quando lideranças reuniam ao seu redor um conjunto de indivíduos que

⁷ Angela Cunha da Motta Telles afirma que a arte litográfica já havia chegado à Buenos Aires em 1826, embora tenham sido publicadas em fohas avulsas e os periódicos que as publicavam tiveram pouca circulação e alcance. Ainda conforme a autora, na década de 1850 surgem periódicos ilustrados como *Ancietto y Gallo*, *La Cencerrada*, *El Diablo* e *El Hablador* (TELLES, 2010, p. 47).

⁸ *El Mosquito* era um periódico ilustrado e semanal que foi administrado, primeiramente, por Heny Meyer e, posteriormente, por Enrique Stein. O jornal teve inúmeras sedes ao longo dos seus vinte anos de circulação, embora todas elas estivessem localizadas nas quadras próximas à Praça de la Victoria de Buenos Aires.

lutavam pela conquista de postos de poder e que possuíam uma organização efêmera que sofria com constantes mudanças de acordo com a conjuntura.

Ao estudar os partidos políticos paraguaios entre 1869 e 1940, Paul Lewis (2016, p. 3) argumenta que “los partidos tienen estructuras más o menos permanentes, mientras que las facciones son resultados transitorios o alianzas que cambian con frecuencia”. Lewis se vale do aporte de Samuel Huntington para localizar o momento em que uma política faccionária começa a transição para um sistema partidário:

[...] el punto de inflexión o “despegue” a partir del cual un sistema político comienza a avanzar desde la política faccional a la partidaria se da cuando surge una cuestión – o diversas cuestiones relacionadas entre sí – que polariza las facciones de modo más o menos permanente. Entonces, en lugar del caleidoscopio de alianzas cambiantes, emergen grupos “razonablemente estables”. Hay una tendencia, cuando esto ocurre, a que estos grupos trasciendan la clase política y conciten el apoyo de “fuerzas sociales” más amplias. (HUNTINGTON apud LEWIS, 2016, p. 3).

Conforme será abordado no próximo capítulo, este momento que inicia a transição para um sistema político partidário se iniciou durante a década de 1860, em que a divisão entre autonomistas e nacionalistas se aprofunda, embora ainda estivesse distante do ponto final deste processo. Desta forma, serão utilizados nesta dissertação os termos facções, grupos e agrupações para se referir aos “partidos” políticos locais.

Apesar desta ressalva, as proposições de Bourdieu sobre o papel das representações de mundo social na luta política são pertinentes, pois ressalta que estas são fundamentais para a mobilização dos grupos, os quais devem “por um lado, elaborar e impor uma representação do mundo social capaz de obter a adesão do maior número possível de cidadãos e, por outro, conquistar postos (de poder ou não) capazes de assegurar um poder sobre seus tributários” (BOURDIEU, 2001, p. 174.)

Embora as considerações de Pierre Bourdieu contribuam na percepção da função politicamente mobilizadora das representações, a categoria de análise privilegiada por este trabalho é a noção de “práticas de representação de mundo social” de Roger Chartier. Para este, não há prática humana que não seja produzida pelas representações “contraditórias e afrontadas, pelas quais os indivíduos e os grupos dão sentido a seu mundo” (CHARTIER, 2002, p. 66), sendo estas práticas de representações “sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam” (CHARTIER, 1988, p. 17). Assim, o historiador francês considera as representações “(individuais ou coletivas, puramente mentais, textuais ou iconográficas) não como simples reflexos verdadeiros ou falsos da realidade, mas como entidades que vão construindo as próprias divisões do mundo social” (CHARTIER, 2015, p. 7). O uso da noção de práticas de

representação para analisar imagens e textos de jornais permite, portanto, interpretar como a realidade social foi construída e transmitida através de uma determinada visão de mundo de determinados grupos políticos.

Desta forma, as representações elaboradas e difundidas pelos jornais portenhos a respeito do Império do Brasil estavam orientadas a exercer alguma influência nas lutas políticas ocorridas na Argentina, configurando o que Chartier define como “lutas de representações”, as quais “têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção de mundo social” (CHARTIER, 1988, p. 17). Ao abordar estas lutas, Chartier ressalta as potencialidades da História Cultural:

Trabalhando sobre as lutas de representações, cujo objetivo é a ordenação da própria estrutura social, a história cultural afasta-se sem dúvida de uma dependência demasiado estrita em relação a uma história social fadada apenas ao estudo das lutas econômicas, mas também faz retorno útil sobre o social, já que dedica atenção às estratégias simbólicas que determinam posições e relações e que constroem, para cada classe, grupo ou meio, um “ser-percebido” constitutivo de sua identidade. (CHARTIER, 2002, p. 73).

Ao mesmo tempo que serviram para mobilizar os grupos políticos e para desqualificar os opositores, as representações do Império do Brasil também instigaram um sentimento de identidade nacional argentina. Uma vez que a formação de uma identidade se dá em oposição a um outro, o Brasil serviu de anti-modelo no momento de caracterizar a identidade nacional argentina por ser uma monarquia escravocrata que não cumpria com os seus compromissos internacionais. Assim, a noção de “comunidade imaginada” de Benedict Anderson (2008) também será utilizada nesta dissertação, embora a problemática da identidade nacional não faça parte do problema de pesquisa levantado.

A relação entre imprensa e identidade nacional é uma das questões que mais têm despertado o interesse em historiadores brasileiros e argentinos nos últimos anos. Do lado argentino, María Victoria Baratta em seus inúmeros artigos analisou as representações do Brasil, do Uruguai e do Paraguai em jornais argentinos durante a guerra contra o Paraguai. Baratta também destacou a atuação de jornais que se colocaram contrários ao conflito ou à aliança com o império do Brasil, como foi o caso do jornal *La América*. María Lucrecia Johansson (2010), por sua vez, abordou as representações dos países aliados na imprensa paraguaia e evidenciou o uso que o Estado paraguaio fez da imprensa como um instrumento de mobilização da população, bem como de reforço da identidade nacional paraguaia.

Na mesma linha, Tiago Gomes de Araújo publicou a obra *A identidade nacional brasileira na Guerra do Paraguai (1864-1870)*, na qual mostrou como o conflito foi abordado

na literatura brasileira oitocentista bem como nas correspondências, diários e cartas íntimas escritas por combatentes brasileiros no Paraguai. Destaca o autor que, apesar do interesse do Estado monárquico brasileiro em criar uma nação coesa, na prática, ou melhor, nos acampamentos de guerra, este discurso patriótico encontrou resistências e oposição.

André Toral, em seu livro *Imagens em desordem: A iconografia da Guerra do Paraguai (1864-1870)*, aborda a guerra entre Paraguai e Tríplice Aliança por meio das imagens produzidas durante o conflito. Seu objetivo foi constituir em reflexão crítica e descritiva as representações do conflito produzidas entre 1864 e 1870 nos países em guerra. Mauro César Silveira, por outro lado, no seu livro *A batalha de papel: a charge como arma na guerra contra o Paraguai* pretendeu evidenciar que a charge também foi uma arma utilizada para justificar a ação armada do Império contra o Paraguai.

A respeito do período pós-guerra, Francisco Doratioto, em um artigo de 1993, afirmava existir uma certa lacuna historiográfica, dado o maior interesse nos anos de conflito e nos precedentes. Este quadro já apresenta algumas mudanças significativas, posto que já existe uma relativa produção acadêmica abordando os anos pós-guerra. No Brasil, Fernando Lóris Ortolan (2010) e Alberto Moby Silva (1998), por exemplo, analisaram as representações e os discursos sobre as mulheres veiculados pelos jornais paraguaios nas décadas após 1870. No Paraguai, Gustavo Alfredo Acosta Toledo (2013) abordou os aspectos políticos e institucionais do período pós-guerra; Claudio José Fuentes Armadams (2016) analisou a construção de um estigma político autoritário a partir dos significados atribuídos à palavra “legionario” a partir do final da guerra contra a Tríplice Aliança⁹.

Foi justamente o artigo de 1993 de Doratioto que inspirou esta dissertação. Naquele, o historiador mostrou como os partidos políticos da Corte opositores ao Gabinete Conservador fizeram uso da política externa brasileira em relação ao Paraguai para atacar e desmoralizar aquele governo: enquanto *A Reforma*, órgão do partido liberal, endossava suas críticas ao Gabinete conservador, *A República*, órgão do partido republicano, condenava o próprio regime monárquico de governo, considerado responsável pelo agravamento nas relações com a República Argentina. Desta forma,

A análise da política externa pelos dois jornais em tela, era portanto, perpassada pela luta política interna. Aos liberais tratava-se de apresentar o Partido Conservador como culpado pelos problemas que o país enfrentava no Prata. Daí decorreria, esperava-se, a conclusão, pelo leitor, de que a retirada dos conservadores do poder significava a

⁹ Inúmeras obras tem sido publicadas no Paraguai por ocasião dos 150 anos de início do conflito, dentre elas a Coleção *150 Años de la Guerra Grande*, que reúne um conjunto de livros que abordam temáticas relacionadas ao conflito e à sociedade paraguaia.

garantia da paz externa. Esta, procuravam os republicanos demonstrar, não seria alcançada pela substituição de partidos no poder, mas, sim, pelo próprio fim da monarquia e com a ascensão da República. [...] Criticar a forma pela qual o Gabinete Conservador conduzia a diplomacia quanto ao Rio da Prata era um instrumento de luta política interna e uma forma de enfraquecer o partido situacionista perante a opinião pública. (DORATIOTO, 1993, p. 97)

Assim, tendo em consideração os usos políticos que a imprensa da Corte fez da política externa conservadora em relação às repúblicas da Bacia Platina, estabeleceu-se o problema de pesquisa relatado, com o objetivo de perceber de que modo os grupos políticos argentinos, através dos seus órgãos difusores, fizeram uso das questões relacionadas ao Brasil e ao Paraguai durante os anos em que este país esteve ocupado.

Como breves considerações iniciais, pôde-se perceber que a imprensa portenha contribuiu para a criação de um clima de instabilidade e de apreensão durante os momentos de maior tensão nas negociações entre Brasil, Argentina e Paraguai. Também ficou evidente que as disputas facciosas que dividiam os dirigentes do Estado argentino dificultaram a resolução das questões pendentes no pós-guerra e contribuíram para que a Argentina não obtivesse, em 1876, os territórios que o Tratado da Tríplice Aliança de 1865 lhe conferia.

Por fim, cabe assinalar a forma como este trabalho foi organizado. No primeiro capítulo é apresentada uma breve história política argentina entre a batalha de Caseros, em 1852, e a revolução de Buenos Aires de 1880. Neste capítulo se estabelecem alguns “procedimentos relacionais”, pois em algumas ocasiões são realizadas relações com os países vizinhos, sobretudo Brasil e Paraguai.

No segundo capítulo, é narrada uma breve história da imprensa na Argentina sob o viés da história cultural. Nele se estabelece a relação entre o surgimento da imprensa com o de uma esfera pública burguesa e também se destaca suas principais características, sua relação entre público leitor e Estado e a existência de circuitos que interconectavam os *publicistas* portenhos com os de outras províncias argentinas assim como outros países da região.

No terceiro e último capítulo, são abordados cinco principais pontos de debate e polêmica que movimentaram a imprensa argentina durante os seis anos de ocupação do Paraguai, período em que os partidos políticos argentinos, através dos seus jornais, fizeram variados usos políticos da guerra e da ocupação do Paraguai de modo a atacar e a desprestigiar seus opositores. Nestes debates e lutas políticas também se aborda o modo como o Império brasileiro foi representado nestes jornais e quais os interesses dos mesmos em realizar e em divulgar tais representações.

1. “TREINTA AÑOS DE DISCORDIA”: A ARGENTINA ENTRE CASEROS E A REVOLUÇÃO DE 1880

O período histórico compreendido entre a queda de Juan Manuel de Rosas na batalha de Caseros em 1852 e a revolução de Buenos Aires ocorrida em 1880, liderada pelo governador portenho Carlos Tejedor e sufocada pelo ascendente presidente argentino Julio Argentino Roca, foi classificado pela historiografia argentina como o período da *organización nacional*. No entanto, esta noção foi questionada por sua visão teleológica a respeito daquele conturbado e conflituoso período, durante o qual inúmeras alternativas e propostas estavam em disputa. A ideia que se podia subentender daquela definição supunha que todos os eventos, os debates, as lutas políticas e as batalhas travadas haviam sido etapas a serem superadas para se atingir um momento final, um ápice, que seria a consolidação do Estado nacional argentino enquanto uma república unificada e com uma capital federalizada em Buenos Aires.

Por saber o resultado final dos embates travados no passado, o historiador corre o risco de perder de vista a contingência inerente ao período histórico estudado. A respeito da contingência, concorda-se com Silvia Petersen e Bárbara Lovato quando afirmam que

Em cada conjuntura há um feixe de possibilidades, que se bifurcam em outras tantas, cuja realização como história, como acontecido, depende, entre outras coisas, de opções, esforços, vitória de alguns dentre os vários projetos de futuro que competem entre si. Assim, a história é o que aconteceu no contexto do que poderia ter acontecido. Há muitos futuros possíveis. (PETERSEN; LOVATO, 2013, p. 234).

Neste sentido, a definição de “treinta años de discordia” de Tulio Halperin Donghi (1992) é um termo mais coerente para dar conta das incertezas e turbulências desta etapa. Longe de considerá-lo enquanto um trajeto linear entre um extremo e outro, Hilda Sabato (2012, p. 11) afirma que este período é marcado por uma história sinuosa, por projetos contrapostos e por disputas políticas intensas, cujos resultados foram tanto produto das transformações estruturais que atravessava a Argentina como das forças conjunturais e as contingenciais de cada momento.

Inúmeros foram os eventos, as disputas, os agentes, os debates políticos e os enfrentamentos armados que agitaram o cenário político platino a partir da queda de Rosas em 1852. Neste capítulo, realizar-se-á uma breve narrativa a respeito da história política argentina durante os “trinta anos de discórdia” que separaram a batalha de Caseros da *revolución de Buenos Aires* de 1880, período este marcado pelo juramento da Constituição Nacional, pela coexistência conflituosa de dois Estados autônomos, pelos confrontos armados entre facções

políticas, por uma guerra internacional e pela atuação de uma imprensa periódica que estava diretamente envolvida com a luta político-partidária.

1.1 Entre Caseros e Pavón: o decênio 1850

No ano de 1835, Juan Manuel de Rosas foi eleito pela segunda vez governador da província de Buenos Aires e, desta vez, com supremos poderes concedidos pela Sala de Representantes. Rosas construiu, paulatinamente, um regime republicano de caráter unanimista e plebiscitário¹⁰, ao mesmo tempo em que buscou estender sua influência e poder sobre o conjunto das demais províncias, as quais compunham uma débil Confederação. Em nome do federalismo, Rosas buscou substituir o vínculo constitucional que se negava a dar ao país por uma ordem federal que, longe de reconhecer a soberania e independência das províncias, erigiu-se em uma espécie de instrumento de dominação política, ideológica e bélica sobre elas. Fazendo uso da atribuição do controle das Relações Exteriores desta Confederação, assim como de outros mecanismos em que se combinavam a busca do consenso e a coerção, configurou-se uma ordem federal peculiar, na qual se consolidou o predomínio de Buenos Aires (TERNAVASIO, 2013, p. 199; FASANO, TERNAVASIO, 2013, p. 57).

Em termos de política externa, Rosas não ocultava os seus anseios de conformar uma grande república sul americana aos moldes do antigo Vice-Reino do Rio da Prata, que esteve composto pelo que viria a ser Argentina, Uruguai, Paraguai e Bolívia. Desta forma, o líder federal se recusava a reconhecer a independência do Paraguai¹¹, por considerá-lo uma província argentina rebelde. No entanto, como diz o ditado italiano, *tra il dire e il fare c'è di mezzo il mare*¹²: a distância entre a promessa e a ambição da real possibilidade de aquele projeto ser efetivo era consideravelmente grande.

Se nas Províncias do estuário do Rio da Prata, durante a década de 1830, Rosas surgia como a liderança que havia consolidado a ordem em uma região até então assolada por guerras civis, no Império brasileiro aquela década foi de instabilidade política. O governo Regencial, instalado no Rio de Janeiro em 1831 para substituir Dom Pedro I, enfrentava revoltas

¹⁰ Marcela Ternavasio define o segundo governo de Rosas de “unanimista” e “plebiscitário”, pois seu regime não tolerava o dissenso, perseguia opositores e incentivava a população a dar demonstrações públicas de apoio ao líder federal (TERNAVASIO, 2013, p. 201).

¹¹ O Paraguai se tornara independente da Espanha em 1811 e, em 1842, o Congresso paraguaio reunido aprovou a Ata de Independência e ratificou a soberania daquela república (ARECES, 2011, p. 172).

¹² Tradução livre: entre o dizer e o fazer está no meio o mar.

separatistas e republicanas em províncias periféricas do país, como foi o caso da Revolta Farrroupilha na meridional província do Rio Grande do Sul (CARVALHO, 2012).

Durante a Regência, o órgão responsável pelo aconselhamento do monarca a respeito da política externa brasileira, o Conselho de Estado, havia sido abolido e as autoridades brasileiras estavam mais empenhadas em debelar as revoltas provinciais, garantir a estabilidade interna do Império bem como assegurar a sua unidade territorial. Outra medida importante adotada durante o período regencial e que geraria dificuldades ao Brasil no futuro foi a diminuição da importância do aparato militar brasileiro em função da criação da Guarda Nacional, uma milícia composta por civis e comandadas por proprietários de terras (CARVALHO, 2012, p. 108; FERTIG, 2010, p. 17).

Devido à esta preocupação com as questões internas, Amado Cervo e Clodoaldo Bueno (2015) classificam a política externa brasileira durante este período de “imobilismo brasileiro”, a qual teve como principal consequência para o Brasil a projeção externa do governador bonaerense Juan Manuel de Rosas. Este, cujas ambições eram conhecidas, passou a se interessar pela política interna uruguaia e a beneficiar seu aliado, o *blanco* Manuel Oribe. No entanto, o imobilismo brasileiro terminaria junto com o período regencial.

Com o fim da Regência em 1840, graças à ação do partido liberal que antecipou a Maioridade de Dom Pedro II, o Conselho de Estado voltou a funcionar e estipulou os objetivos que orientariam o Império do Brasil nas suas relações com as repúblicas da Bacia do Rio da Prata: a definição da fronteira com o Paraguai sob o rio Apa de acordo com o princípio do *uti possidetis*, a instituição da livre navegação dos rios da Bacia Platina e a garantia das independências do Uruguai e do Paraguai como forma de conter um possível expansionismo argentino bem como evitar que uma grande república sul-americana dominasse as duas margens do estuário do Rio da Prata e nacionalizasse os rios da região isolando o longínquo Mato Grosso (DORATIOTO, 2002).

Enquanto a década de 1850 iniciava um período de estabilidade interna no Brasil, na região que viria a ser a Argentina, o regime unanimista de Rosas começou a dar os primeiros sinais de fissuras. Durante a década de 1840, a economia de províncias interioranas que haviam sido prejudicadas pelos anteriores decênios de guerras civis, como Entre Ríos, passou por um considerável crescimento. Conforme Marcela Ternavasio (2013, p. 240), esta recuperação atualizou antigas disputas entre Buenos Aires e o litoral¹³ em função de questões que incomodavam as províncias desta região, sobretudo em relação ao monopólio do comércio

¹³ A região do litoral argentino se refere às províncias banhadas pelos rios Uruguai, Paraná e Paraguai: Entre-Ríos, Corrientes, Santa Fé, Missões, Chaco e Formosa.

exterior exercido pela capital portenha, o uso exclusivo das rendas da Aduana e os obstáculos à livre navegação dos rios da Bacia Platina.

Em 1851, a rivalidade entre Buenos Aires e o litoral argentino se reacendeu: em maio daquele ano, Justo José de Urquiza, governador de Entre Ríos, rompeu com Rosas e estabeleceu uma aliança militar com Corrientes, com o Império brasileiro e com o governo colorado de Montevideo, este em guerra com tropas do *blanco* Manuel Oribe, apoiado por Rosas. Ao Império do Brasil, interessava a derrocada do regime de Rosas, o qual representava, aos olhos das elites dirigentes imperiais, um potencial inimigo dadas suas aspirações de formação de uma grande república na Bacia do Prata. Ao Paraguai, também agradava a ideia do fim do regime rosista em função das suas conhecidas posições a respeito daquela república, embora o governo de Assunção não tenha ingressado na aliança contra o líder de Palermo¹⁴.

Uma vez derrotado Oribe no Uruguai em 1851, as tropas do “Exército Grande” comandado pelo General Urquiza se voltaram para Rosas. O encontro definitivo ocorreu na localidade de Monte Caseros no dia 3 de fevereiro de 1852. As tropas federais foram derrotadas, e seu líder conseguiu fugir, partindo, posteriormente, para o exílio na Inglaterra.

Com a queda de Rosas em 1852, o cenário político argentino esteve marcado por incerteza e indefinição. Paulatinamente, o vencedor Urquiza obteve o reconhecimento e a submissão das demais províncias e recebeu o encargo das Relações Exteriores da Confederação Argentina. Contrariando Rosas, quem inviabilizou a todo custo a elaboração de uma constituição e o avanço do processo de organização de um Estado nacional, Urquiza procedeu a reunir um Congresso Constituinte. Conforme Hilda Sábato,

Derribado Rosas y debilitada la hegemonia política de Buenos Aires, se abría la oportunidad de recomponer las relaciones entre las provincias para crear un nuevo tipo de unidad, que no dependiera del ejercicio vertical del poder que sobre el conjunto ejercía la más rica de todas ellas. (SÁBATO, 2012, p. 24)

A queda de Rosas, no entanto, não resultou na organização constitucional do país de forma pacífica e sem resistências. Uma vez eliminado o inimigo comum entre tantas lideranças políticas, as diferenças e as disputas de interesses logo apareceram. Conforme Marcela Ternavasio (2013, p. 244), as dificuldades surgidas no pós-Caseros não derivavam somente de ressentimentos do passado, legado de tantos anos de enfrentamentos facciosos e de guerras civis

¹⁴ Rosas era referido por seus rivais como “tirano” ou “tigre” de Palermo, posto ter construído um casarão que serviria ao mesmo tempo como sua residência oficial e privada, em uma região então pouco povoada que ficava às margens da concentração urbana portenha. Além do casarão, fazia parte do complexo uma grande área verde ocupada com jardins, lagos, córregos e animais (SCHÁVELZON, RAMOS, 2009).

entre unitários e federais, mas também de problemas que não haviam sido resolvidos com a queda do líder federal.

Enquanto no âmbito interprovincial Urquiza aparecia como liderança incontestável, na Buenos Aires pós-1852 surgiu um vazio de poder que suscitou disputas entre os que aspiravam a preenchê-lo, tornando agitada a vida política local após décadas de regime unanimista que não tolerava o dissenso. A elite política portenha se dividiu neste momento em dois grupos, os favoráveis e os críticos a Urquiza. Em ambos os grupos se encontravam ex-rosistas, federais moderados e unitários ex-emigrados que haviam retornado ao país, dentre eles Bartolomé Mitre, Domingo Sarmiento, Valentín Alsina e Juan María Gutierrez (SÁBATO, 2012, p. 27).

Três meses após a batalha de Caseros, reuniu-se a Convenção Nacional convocada por Urquiza na cidade de San Nicolás de los Arroyos. A esta Convenção, concorreram representantes das províncias que compunham a Confederação Argentina, exceto Salta, Jujuy e Cordoba. Objetivavam os convencionais colocar em vigência o Pacto Federal de 1831¹⁵, ignorado por Rosas e que estava orientado a organizar a República. O acordo selado em San Nicolás estipulava que um Congresso Constituinte se instalaria em Santa Fé - ao qual cada província enviaria dois deputados -, que Urquiza seria o diretor provisório da Confederação e que este era encarregado de manter a paz interna, do mando das forças militares de todas as províncias e de regulamentar a navegação dos rios interiores (SÁBATO, 2012, p. 30).

Graças à estas atribuições, Urquiza decretou a livre navegação dos rios da região e reconheceu a independência da República do Paraguai, tal como o Brasil já havia feito em 1844. Esta medida permitiu ao presidente paraguaio, Carlos Antonio Lopez, romper de forma definitiva a postura isolacionista herdada de seu antecessor, José Gaspar Rodrigues de Francia, assim como aprofundar uma política de abertura e de modernização militar e econômica do país - que já vinha em curso desde que assumiu o poder em 1840 - através do aumento das exportações de matérias primas, por um lado, e a importação de tecnologia e técnicos estrangeiros, por outro (DORATIOTO, 2002, p. 29).

Outra consequência da queda de Rosas foi a piora no estado das relações entre o Paraguai e o Império brasileiro, posto que com a desapareção do antigo inimigo em comum, as desavenças entre os dois países se agravaram com o acirramento da concorrência dos produtos de exportação paraguaios nos mercados da Bacia Platina (MONIZ BANDEIRA, 2012, p. 158). Agravava ainda mais a situação os obstáculos estabelecidos por Carlos Antonio Lopez para a

¹⁵ Assinado em 1831 entre as províncias de Buenos Aires, Santa Fé e Entre Ríos, o pacto estipulava, de modo vago e ambíguo, que se reuniria um congresso e que este iria adotar o princípio federal de organização de um Estado (TERNAVASIO, 2013, p. 171).

navegação no rio Paraguai, cuja liberdade de trânsito era condicionada à definição das fronteiras entre os dois países. O governo paraguaio temia que o Brasil usasse a navegação fluvial para armar e fortificar a região de Mato Grosso. No entanto, o cerne de disputa entre Assunção e Rio de Janeiro se referia à posse de uma porção de terras localizadas entre os rios Apa e Branco. Baseado no princípio do *uti possidetis*, o Império pleiteava a linha fronteira no primeiro, enquanto o Paraguai defendia a fronteira no segundo rio.

Em 1854, no período de maior hostilidade nas relações entre os governos do Rio de Janeiro e Assunção antes da guerra, Carlos Antonio Lopez proibiu a navegação de navios de guerra no rio Paraguai e afluentes e condicionou sua liberação à assinatura dos tratados de limites dentro dos termos pretendidos pelo governo assuncenho. No ano seguinte, o Brasil reagiu com um ato de força: enviou um ministro plenipotenciário acompanhado de uma esquadra ao Paraguai com a missão de ajustar os tratados de limites, de comércio e de navegação. No entanto, conforme Fabiano Teixeira (2012), a missão imperial malogrou tendo em vista que Lopez já estava informado de que o negociador brasileiro havia sido orientado a evitar o uso da violência e de que o baixo nível das águas do rio Paraguai imobilizaria a esquadra imperial. Este incidente evidenciou ao governo paraguaio que seria difícil a resolução de suas pendências com o Brasil e que o país precisava intensificar a modernização do seu aparato militar.

Na margem oriental do rio Uruguai, após a queda de Oribe assumiu Juan Francisco Giró a presidência de um país arrasado por décadas de guerras civis e subjugado ao Brasil através de tratados extremamente prejudiciais ao débil Estado oriental. Visando forçar o Brasil a renegociar os termos de um tratado de 1851 considerado favorável aos brasileiros, Giró adotou medidas que criaram tensões com o governo do Rio de Janeiro e feriram os interesses de comerciantes de Montevideú. Em meio à instabilidade política e à debilidade do governo, a agitação recomeçou com motins e sedições pelo país. Em 1854, o Império brasileiro interveio militarmente no Uruguai para respaldar o partido colorado, que conseguira tomar o poder sob a liderança do coronel Venancio Flores (MONIZ BANDEIRA, 2012, p. 149). Durante a década de 1850, o Brasil exerceu sua hegemonia de forma incontestável na região do Prata, pois o Uruguai se tornou um protetorado do Império às vistas das lideranças portenhas, que pouco podiam fazer para contrapor esta influência brasileira devido às suas divisões internas.

Em Buenos Aires, onde lideranças pró e contrárias a Urquiza travavam constantes disputas dentro da Sala de Representantes e também na flamante imprensa local, o Acordo de San Nicolás, assinado pelo governador portenho Vicente López y Planes – nomeado por Urquiza - sem o consentimento da Legislatura, gerou a ruptura definitiva entre esta e o Poder

Executivo provincial. Para as lideranças portenhas o acordo delegava demasiado poder em mãos de Urquiza e era prejudicial a Buenos Aires, pois a convocatória ao Congresso era estipulada sem ter em consideração o tamanho da população, colocando a província mais rica e populosa em plena igualdade em relação às demais. Além disso, o acordo permitia a Urquiza dispor dos recursos da principal fonte de ingressos daquela província: a Aduana.

Durante o mês de junho a agitação política tomou conta das sessões da Legislatura portenha, das reuniões públicas, das ruas e das páginas dos jornais, os quais proliferaram após 1852. Ácidos ataques ao acordo e a Urquiza – representado como um novo Rosas - eram feitos pelo ascendente líder portenho Bartolomé Mitre nas colunas de *Los Debates* e por Dalmácio Velez Sarsfield nas de *El Nacional* (SÁBATO, 2012, p. 32). As associações de Urquiza a Rosas eram frequentes na imprensa, dado que, apesar das inúmeras diferenças, ambos haviam sido poderosos estancieiros ligados ao partido federal que assumiram posições de mando nos âmbitos regional e nacional, mas, neste momento específico, contou muito o fato de Urquiza ter se instalado na residência de Rosas em Palermo.

A situação derivou em um conflito aberto e gerou a renúncia de López y Planes. Urquiza interviu com suas tropas, fechou a Legislatura, interditou periódicos, exilou políticos e jornalistas – dentre eles, Mitre e Sarsfield - e recolocou López no governo provincial. Com a nova renúncia de López y Planes, ocorrida alguns dias após sua renomeação, Urquiza assumiu o governo de Buenos Aires. Conforme Fábio Wasserman, se tratava de um fato inédito para os portenhos, os quais haviam experimentado todo tipo de situações, mas nunca haviam sido governados por quem consideravam um caudilho de uma província interiorana (WASSERMAN, 2013, p. 169). Palermo, que já era um lugar associado à “tirania” rosista, agora estava ocupado por outro “tirano” e, pior, este era de Entre Ríos.

Em setembro, Urquiza partiu para realizar a abertura do Congresso Constituinte em Santa Fé, para o qual também haviam sido designados dois representantes de Buenos Aires. Seus opositores aproveitaram sua ausência e realizaram uma revolução no dia 11, a qual restaurou a Sala de Representantes, desconheceu o Acordo de San Nicolás e dispôs a retirada dos seus deputados do Congresso reunido em Santa Fé. No dia 30, a Sala elegeu Valentín Alsina como governador provincial (WASSERMAN, 2013, p. 170).

Dada a adesão de um conjunto heterogêneo de forças políticas ao movimento revoltoso, Urquiza, que havia decidido voltar a Buenos Aires para sufocar a revolta, mudou de ideia e retirou suas tropas daquela província (SÁBATO, 2012, p. 35). Meses depois, o comandante Hilario Lagos sitiou a cidade com uma parte importante do aparato militar rural. Exigia a reincorporação de Buenos Aires à Confederação e a renúncia de Alsina do cargo de governador.

A cidade permaneceu sob sítio até meados de 1853, quando este terminou devido ao desgaste interno dos sitiadores e ao suborno portenho recebido por alguns chefes militares. Em fins daquele ano, como sinal de afirmação do rumo adotado, os portenhos sancionaram uma constituição provincial que foi aprovada em 1854 (WASSERMAN, 2013, p. 170).

Enquanto Buenos Aires estava sitiada, em Santa Fé tinha lugar as sessões do Congresso Constituinte, no qual se aprovou a Constituição Nacional sem a presença dos deputados portenhos. Urquiza promulgou formalmente o texto constitucional em 25 de maio de 1853 e fez o juramento em outra data festiva, o 9 de julho. Inspirada na Constituição norte-americana e embasada na obra *Bases y puntos de partida para la organización política de la República Argentina*, publicada no mesmo ano pelo deputado constituinte tucumano Juan Bautista Alberdi, a Constituição de 1853 estabeleceu uma república federal, representativa e baseada na divisão de poderes, introduziu direitos e liberdades civis, pessoais e de propriedade, afirmou o princípio de igualdade ante a lei, fixou garantias referidas à segurança das pessoas e estabeleceu a liberdade de cultos, de expressão e de imprensa.

Hilda Sábato afirma que a sanção de uma Constituição Nacional representou algo inédito no panorama vigente até então na Confederação Argentina. O consenso para a organização de uma república federal e a definição de um conjunto de “principios, normas e instituciones que reflejaban, mucho más que una realidad presente, un proyecto futuro fue una apuesta riesgosa, y nadie podía aventurar cuál sería su destino” (SÁBATO, 2012, p. 42).

Beatriz Bragoni e Eduardo Míguez ressaltam que quando a Constituição de 1853 veio a público consistia em um programa para reunir em um só e novo Estado-nação ao menos quatorze estruturas de dominação social diferentes, as províncias. Logo, não se tratava da emergência de um novo ator – o Estado nacional - que se foi impondo sobre a sociedade civil, mas sim de uma nova forma de organização central que se criou a partir da convergência de pelo menos outras quatorze formas que o precederam (BRAGONI, MÍGUEZ, 2010, p. 17).

Conforme anteriormente destacado, a província de Buenos Aires não reconheceu o Acordo de San Nicolás e retirou seus deputados da Constituinte de Santa Fé, constituindo, assim, um Estado independente com uma constituição própria. Durante todo o restante da década de 1850 existiram duas repúblicas na região: o Estado de Buenos Aires com capital nesta cidade e a Confederação Argentina, cuja capital se estabeleceu em Paraná.

Em vista da coexistência destes dois Estados na região, o governo brasileiro adotou, segundo Luiz Alberto Moniz Bandeira (2012, p. 201), uma postura de “neutralidade imperfeita”, posto que auxiliou economicamente o governo de Paraná através da concessão de empréstimos, a “diplomacia do patacão”, algo que seria lembrado posteriormente pelos

nacionalistas como forma de criticar algumas lideranças remanescentes do federalismo que se uniram ao autonomismo na década de 1870. Apesar de atuante na região, o governo brasileiro não ousou ir mais além, pois sabia que uma atuação mais incisiva do Brasil na região poderia despertar uma reação da vigilante Inglaterra.

Embora o Estado de Buenos Aires, assim como a Confederação, tenha reconhecido a independência paraguaia, os governantes de Assunção conheciam o pensamento de algumas lideranças portenhas a respeito do Paraguai. Desta forma, as autoridades daquela república se aproximaram das da Confederação e, ainda em 1852, os dois países assinaram um tratado de limites, que estipulava a fronteira argentino-paraguaia no rio Bermejo e a posse argentina do território de Missões. Contudo, o Tratado de Limites não foi aceito pelo Congresso da Confederação em 1855. No ano seguinte, o governo de Paraná enviou Tomás Guido a Assunção com instruções de obter a formalização da livre navegação dos rios, o livre comércio e a definição das fronteiras. Neste ponto residiu o imbróglio: a Confederação exigia a posse de Missões e também sobre todo o Chaco. Não houve acordo a esse respeito e fora assinado um Tratado de Amizade, Comércio e Navegação, ficando a questão de limites suspensa até 1862 (DORATIOTO, 2002, p. 31).

Eleito presidente da Confederação Argentina, Urquiza buscou dar forma a um governo nacional com soberania efetiva, estabelecer um ordenamento político articulado em torno a um centro e criar as condições materiais de existência do seu governo. As três principais áreas de ação governamental foram as finanças, as relações exteriores e a militar. Porém, as tentativas de Urquiza alcançaram reduzidos êxitos, pois a Confederação contava principalmente com os recursos das aduanas das províncias do litoral, as quais não tinham condições de competir com a de Buenos Aires, preferida pela grande maioria das embarcações que adentravam o estuário do Rio da Prata. Acrescenta Moniz Bandeira (2012, p. 104) que Urquiza tentara privilegiar os portos do litoral através de uma lei de direitos diferenciais, mas não obteve sucesso, pois a distância do porto de Rosario, a dificuldade de navegação no rio Paraná, a falta de práticos e o aumento do custo dos fretes colaboraram para que Buenos Aires conservasse sua primazia.

Oscar Oszlak argumenta que a auto exclusão do Estado de Buenos Aires da Confederação privou as autoridades de Paraná da única fonte significativa de recursos fiscais do território, dado que o porto de Buenos Aires era o único marítimo. Assim, fora do circuito “económico formado por la província de Buenos Aires y el mercado externo, no existía una economía suficientemente dinámica como para constituir una fuente de recursos fiscales capaz de solventar la construcción del aparato institucional de la nación” (OSZLAK, 2012, p. 62). Constituíra, portanto, uma ordem precária a que Urquiza buscava impor desde Paraná para toda

a Confederação, a qual “antes que un entramado nacional, que existió aunque fue relativamente débil, predomino la articulación regional de provincias que funcionaban con estrechas relaciones entre si y procesaban sus conflictos regionalmente” (SÁBATO, 2012, p. 61).

Por sua vez, o Estado de Buenos Aires, contando com as rendas da aduana, foi cenário de um intenso desenvolvimento econômico e de institucionalização da burocracia estatal com a criação de inúmeras instituições públicas (FASANO, TERNAVASIO, 2013). Conforme Hilda Sabato, a capital portenha se constituiu na sede do experimento de consolidação nacional dirigido por uma elite nova, à qual integravam indivíduos com destacada atuação na defesa dos interesses da província, tais como Bartolomé Mitre, Domingo Sarmiento, Valentin Alsina, Vélez Sarsfield, Carlos Tejedor, entre outros (SÁBATO, 2004, p. 21).

Nesta Buenos Aires pós-Caseros, conforme se verá adiante, a imprensa, em conjunto com as associações e os clubes de opinião e eleitorais que proliferavam, ocupou um lugar central no cenário político local, pois se constituiu em instrumento de luta e mobilização dos diferentes grupos políticos, em espaço de debate e confrontação entre dirigentes e em um ator fundamental nas disputas políticas travadas naquela cidade (SABATO, 2012, p. 71). No entanto, Fábio Wasserman destaca que a liberdade de imprensa vigente na Buenos Aires da década de 1850 era relativa, pois os governadores de turno podiam valer-se de mecanismos como multas, desterros, perseguições e fechamentos de periódicos para controlar a imprensa local (WASSERMAN, 2009).

Apesar desta relativa liberdade de imprensa e de expressão, em 1852, surgiram trinta novos periódicos, alguns dos quais tiveram longa duração e prestígio tais como *El Nacional* e *Los Debates*. Em 1853, surgiu *La Tribuna*, propriedade dos irmãos Héctor e Mariano Varela, filhos do antigo líder unitário Florencio Varela¹⁶.

A partir de 1852, ainda que em ritmo variável, ocorreu uma multiplicação de diários, periódicos, revistas e panfletos em Buenos Aires. Além dos periódicos nacionais, circularam pela capital em fins daquela década os periódicos *El Grito Paraguayo* (1858-1859) e *El Clamor de los Libres* (1859), órgãos de cidadãos paraguaios que haviam saído do Paraguai de Carlos Antonio López e se exilado na Argentina. Conforme Ricardo Scavone Yegros (2010), indivíduos como Juan José Brizuela, Luciano Recalde, Manuel Pedro de Peña, Francisco Bilbao e Serapio Machain polemizavam a respeito do governo de Assunção em jornais como *El Orden* e *La Reforma Pacífica*.

¹⁶ Florencio Varela se exilou em Montevideú durante o governo rosista. Durante o exílio na capital uruguaia, Varela atuou em conjunto com Valentin Alsina, importante liderança do autonomismo portenho, na redação do jornal antirrosista *El Comercio del Plata* (DONGHI, 1992).

Apesar da presença de inúmeros órgãos de opinião, Fabio Wasserman destaca que na década de 1850 a disputa e a discussão política se articulavam a partir de dois eixos:

Por un lado, el específicamente político e ideológico, en el que dentro de un marco común liberal y republicano se enfrentaban quienes tenían ideas más radicales con quienes eran conservadores o moderados. Por el otro, el referido a la política de la provincia frente al gobierno nacional. En este sentido, y a pesar de la proclamada libertad, había límites que no podían ser traspasados: quien reivindicara a Rosas o a Urquiza era objeto de repudio e incluso de persecución gubernamental. (WASSERMAN, 2013, p. 171).

Diante desta situação, a postura que o Estado de Buenos Aires deveria assumir frente à Confederação gerou uma nova divisão no seio do liberalismo portenho. De um lado, surgiu uma facção denominada autonomista, que argumentava ser ocasião de as autoridades portenhas se concentrarem na consolidação institucional e no crescimento econômico do Estado de Buenos Aires, relegando a Confederação à uma posição secundária. Os autonomistas, dentre eles Domingo Sarmiento, Valentin Alsina e os irmãos Héctor e Mariano Varela, criticavam o governador Pastor Obligado pela sua política considerada pouco incisiva frente a Urquiza (WASSERMAN, 2013, p. 172). De outro lado, estava Bartolomé Mitre com sua facção nacionalista em busca da “nacionalização da revolução”, ou seja, a expansão do movimento de setembro de 1852 para além da província bonaerense (WASSERMAN, 2013, p. 170).

Embora ambos os governos ensaiassem diversos mecanismos de pressão, negociação e influência, o enfrentamento armado sempre esteve no horizonte das relações entre Buenos Aires e Paraná. Hilda Sabato destaca quatro formas usuais de contato e confrontação entre os dois estados ao longo da década de 1850:

[...] la negociación entre representantes de los gobiernos o, más indirectamente, a través de diplomáticos u otros funcionarios extranjeros que actuaban de mediadores; la presión indirecta por medio de disposiciones y acciones que afectaban a la otra parte; el apoyo activo – abierto o embozado – a grupos políticos contrarios al gobierno respectivo; y finalmente, el enfrentamiento militar (SABATO, 2012, p. 78)

Buenos Aires e Paraná voltaram a entrar em rota de colisão em 1859, após episódios de violência política ocorridos entre liberais e federais da província de San Juan. Após o rompimento das relações, ambos estados aceleraram os preparativos bélicos e se prepararam para o conflito. Em outubro daquele ano, as forças confederadas se encontraram com as portenhas em Cepeda, saindo as primeiras vitoriosas da batalha. Urquiza não perseguiu as tropas em retirada, mas avançou sobre a província bonaerense, estabelecendo seu quartel às portas da capital. Iniciadas as negociações, portenhos e confederados chegaram a um acordo

em novembro de 1859, o Pacto de San José de Flores. Este estipulava que Buenos Aires ingressaria na Confederação, mas antes aquela convocaria uma constituinte para propor reformas no texto constitucional de 1853 (SABATO, 2012, p. 82).

Embora tenha havido uma cordial aproximação entre Mitre, governador de Buenos Aires, Urquiza e Santiago Derqui (novo presidente da Confederação eleito em 1860), ambos estados não se entenderam quanto a algumas regras de caráter eleitoral que, alegavam os portenhos, lhes prejudicariam. Neste contexto instável, novamente San Juan foi palco de sangrentos episódios de violência política ainda em 1860. A delicada situação naquela província gerou novo rompimento entre Buenos Aires e Paraná, os quais redobram os preparativos para um possível confronto. Após tentativas fracassadas de solução diplomática para a questão, tropas portenhas e confederadas voltaram a se chocar em setembro de 1861 nas proximidades do arroio Pavón. Nesta batalha, enquanto o resultado ainda era incerto, Urquiza retirou suas tropas e empreendeu retirada rumo a Entre Ríos, dando vitória ao comandante das forças portenhas, Bartolomé Mitre (WASSERMAN, 2013, p. 174).

Alberto Lettieri argumenta que o líder entrerriano decidiu retirar suas tropas do combate por ter reconhecido sua incapacidade para submeter Buenos Aires e acrescenta o historiador que a escolha de Urquiza respondia “a un rigoroso cálculo personal de costos y beneficios económicos cuyas consecuencias políticas y sociales eran, a esta altura, insospechadas” (LETTIERI, 2008, p. 32). Marcela Ternavasio endossa esta hipótese ao considerar que a retirada de Urquiza do campo de batalha levando sua cavalaria consigo se explica pelo fato de que o líder federal estaria mais interessado em preservar as suas forças para manter a salvo os seus interesses econômicos e políticos na província de Entre Ríos (TERNAVASIO, 2013, p. 87). A respeito do episódio de Pavón, Oszlak considera:

No fue la “falta de vocación hegemónica” de la burguesía litoraleña que controlaba el gobierno de Paraná lo que produjo el fracaso del proyecto confederal. Más allá del hecho de armas y la derrota militar, Pavón demostró la inviabilidad de la Confederación como Estado nacional. Las fortuitas circunstancias que rodearon el enfrentamiento armado no cambian un hecho esencial: sin Buenos Aires, la Confederación habría continuado siendo un conglomerado acéfalo; pero con Buenos Aires, el gobierno nacional difícilmente podría haberle impuesto una política que contrariara sus poderosos intereses. (OSZLAK, 2012, p. 85).

A retirada de Urquiza e a consequente vitória de Mitre em Pavón abriram espaço para Buenos Aires tentar encabeçar a complexa e árdua tarefa de organização nacional sob a égide liberal portenha, desenvolvida ao longo da conturbada e conflituosa década de 1860.

1.2 Consolidação nacional em tempos conturbados: a década de 1860

Com o Pacto de San José de Flores assinado entre Urquiza e Mitre, abriu-se caminho para a reorganização institucional e política da República Argentina unida. Com a retirada do primeiro e de suas tropas para Entre Ríos, seus seguidores no resto do país passaram a contar somente com os recursos militares locais, ficando relativamente desprotegidos frente ao exército de Buenos Aires. Este, por sua vez, se constituiu em peça chave do avanço liberal em todo o território nacional (SABATO, 2012, p. 95).

No entanto, não foi somente com o uso da força que se deu a “conquista do interior” pela capital portenha. Beatriz Bragoni e Eduardo Míguez argumentam que o processo de unificação política não pode ser percebido somente como produto da coação e da cooptação do poder central sobre os poderes locais, mas em relação com dinâmicas e processos de negociação e conflito entre centro e periferia (BRAGONI, MÍGUEZ, 2010, p. 14). Para os historiadores, “el Estado nacional no parece ser produto entonces de progresivas y simultáneas penetraciones en las provincias, sino que el proceso de centralización del poder resulto tributario de dos dinámicas convergentes: la provincial y la nacional” (BRAGONI, MÍGUEZ, 2010, p. 19). Os autores buscam reforçar sua argumentação evidenciando que pelo menos desde a década de 1850 os liberais portenhos já tinham aliados nas províncias interioranas e que Mitre construiu sua estrutura de poder com a colaboração de não poucas facções que o apoiaram desde diversas províncias, como a família Taboada em Santiago del Estero (BRAGONI, MÍGUEZ, 2010, p. 25).

Depois do triunfo militar em Pavón, Mitre desenvolveu um plano que compreendia o fortalecimento dos partidos liberais do interior com o apoio dos governos provinciais vinculados a Buenos Aires e a pacificação do litoral através de um acordo com Urquiza. Apesar da oposição dos setores mais intransigentes do liberalismo portenho, propensos a estender uma guerra a todo o território argentino, Mitre implementou seu projeto de nação com a conivência do líder entrerriano, cuja província permaneceu intocada, embora persistissem na região do litoral lideranças federais resistentes à hegemonia liberal portenha (OSZLAK, 2012, p. 82; LETTIERI, 2008, p. 33).

Para Hilda Sabato, o projeto de Mitre consistia em organizar a República sobre as instituições e os princípios estabelecidos pela Constituição Nacional de 1853, embora sobre bases políticas próprias, o que implicava livrar-se do predomínio de lideranças federais do interior. Deste modo, mediante uma combinação de negociações, ameaça militar, coação

política e alguns enfrentamentos armados, o país inteiro se subordinou à direção de Buenos Aires (SABATO, 2012, p. 101).

Em abril de 1862, Mitre foi autorizado pela Legislatura portenha a exercer, em concomitante, os cargos de governador da província bonaerense e de chefe do poder executivo nacional. Imediatamente, convocou eleições para deputados ao Congresso Nacional, celebradas em todo o país sob a tutela dos liberais. Pouco tempo depois, em outubro de 1862, Bartolomé Mitre e o tucumano Marcos Paz foram eleitos presidente e vice da República.

David Rock destaca que Mitre, ao chegar à presidência, propôs um programa revolucionário, pois aspirava construir um país “civilizado” com um governo forte, suprimir os caudilhos e os *gauchos*, construir ferrovias, atrair imigrantes e educar o povo (ROCK, 2006, p. 48). A gestão de Mitre retomou os esforços realizados por Urquiza para dar forma aos poderes do estado e a uma administração central, assim como para conseguir que as províncias resinassem parte de sua soberania na autoridade nacional, tal como pressupunha o texto constitucional de 1853. A respeito destes objetivos, Hilda Sabato ressalta

Si bien esos objetivos generales eran, aparentemente, compartidos por el conjunto de las dirigencias políticas, sus modalidades específicas y los mecanismos para alcanzarlos fueron, en cambio, motivo de profundas y a veces violentas disputas. Había diferentes maneras de entender el estado y grandes discrepancias respecto de quiénes debían estar al frente de su organización. De esta manera, la unificación nacional no se tradujo en un régimen ni en un orden político centralizados, sino en una articulación de regímenes provinciales, en el primer caso, y en posturas diversas, en el segundo, respecto de cuál debía ser la relación entre el estado y las autonomías locales (SABATO, 2012, p. 104).

Em 1862, Mitre propôs ao Congresso Nacional que se ocupasse da questão da capital da República. Após árduos debates na Câmara de Deputados e no Senado, repercutidos de forma intensa na imprensa, foi aprovada uma lei que federalizaria em três anos todo o território da província. De acordo ao estabelecido pela reforma da constituição realizada pelos portenhos em 1860, correspondia então à Legislatura de Buenos Aires expressar-se sobre o tema. Esta rechaçou a disposição e propôs declarar a cidade como residência temporária das autoridades nacionais até que o Congresso ditasse uma lei de capital permanente, a chamada Lei de Compromisso (SABATO, 2012, p. 105; LETTIERI, 2008, p. 35). Desta forma, a capital argentina ficava na condição de “hóspede” de Buenos Aires.

Embora o Partido de la Libertad viesse apresentando fissuras desde a década de 1850, sobretudo em relação aos debates em torno à política frente a Urquiza e à Confederação, foi com a questão capital que este se divide definitivamente em duas facções rivais. Por um lado, estavam aqueles que pretendiam que a cidade de Buenos Aires se convertesse na capital do país

e que a província de mesmo nome ficasse sob jurisdição nacional. Estes indivíduos tinham como principal liderança o presidente Mitre e se autodenominaram nacionalistas, dado o seu objetivo de colocar a nação acima da província (ROCK, 2006, p. 48). Do outro lado estavam os autonomistas, os que rechaçavam as ambições dos nacionalistas, pois defendiam os foros e os privilégios de Buenos Aires sobre a nação. Propunham, ademais, que a capital da República fosse estabelecida em outra localidade que não a cidade portenha. Os autonomistas tinham como principal liderança Adolfo Alsina, filho de Valentin Alsina que viria a falecer em 1869, ambos destacados defensores dos interesses portenhos a partir de Caseros.

David Rock (2006, p. 35) destaca que enquanto os nacionalistas estavam estreitamente vinculados com os setores ligados ao comércio e ao setor financeiro, os autonomistas de Alsina estavam relacionados com os proprietários rurais. No entanto, esta divisão pode ser relativizada: Roy Hora argumenta que os estancieros da província não estavam somente de um lado, pois durante os primeiros anos de funcionamento da Sociedad Rural Argentina, fundada em 1866, os ruralistas buscavam manter-se afastados do conflituoso terreno da luta partidária, uma vez que “los estancieros (o al menos los politicamente más activos entre ellos) tenían distintas afinidades partidarias: algunos seguían al partido liberal liderado por Bartolomé Mitre, otros al autonomista de Adolfo Alsina, otros se inclinaban por los federales” (HORA, 2005, p. 12). Fabio Wasserman (2013, p. 175) acrescenta que os autonomistas atraíam maior simpatia entre os jovens e os setores populares, enquanto os nacionalistas eram bem vistos pelos membros da elite social portenha. Esta identificação do mitrismo com os setores de alta renda da sociedade portenha ficará demonstrada no próximo capítulo ao serem abordados os valores das assinaturas mensais dos jornais consultados.

Os autonomistas buscavam empregar os recursos da província para desenvolver projetos locais, como o fomento de assentamentos rurais e a conquista de terras de territórios indígenas. Os nacionalistas, por sua vez, associavam o desenvolvimento futuro de Buenos Aires ao crescimento da cidade como provedora e mercado do país em seu conjunto (ROCK, 2006, p. 35). Nesse sentido, os autonomistas se opuseram aos impostos sobre as exportações proposto pelo governo nacional e aos investimentos realizados no porto da capital, apoiados pelos grupos mercantis. Demandavam maiores investimentos na fortificação das fronteiras em benefício dos setores proprietários rurais, os quais temiam as incursões que realizavam algumas parcialidades indígenas sobre povoados e fazendas (ROCK, 2006, p. 56).

Fernando Barba agrega que além da oposição ao projeto de federalizar Buenos Aires, os autonomistas portenhos também realizaram uma férrea oposição a propostas como a da Lei de Terras de 1862 e a de entrega do Banco da Província de Buenos Aires ao Estado nacional.

Esta facção, sustenta Barba, surgiu de um setor do liberalismo que passou a buscar apoio na classe média urbana e nos pequenos proprietários rurais da província. Foram membros da facção autonomista inclusive que, na década de 1860, contrariando um considerável consenso favorável que os dirigentes portenhos possuíam a respeito das ideias do livre mercado, arguiram a necessidade de fomentar o desenvolvimento industrial da Argentina através de barreiras protecionistas aos produtos importados (BARBA, 1976, p. 8). Esta campanha ganhou força no ano de 1866, quando um grupo de estancieros, preocupados com a queda dos preços da lã no mercado internacional e o aumento das taxas alfandegárias nos Estados Unidos e na França, fomentaram a criação de uma fábrica têxtil destinada a fiar lã argentina (HORA, 2005, p. 15).

Ao diferenciar a organização partidária das facções em tela, Alberto Lettieri afirma que o nacionalismo se caracterizava por sua organização vertical, pois havia um estreito círculo de notáveis encarregado de definir a linha política da agrupação, no qual as jovens lideranças não tinham participação nas tomadas de decisão. A facção autonomista, por outro lado, contava com duas tendências internas desde a década de 1860: uma adulta composta por indivíduos como Mariano Acosta, Antonio Cambaceres e Carlos Casares, e outra ala jovem e reformista integrada por personalidades de menor experiência política que havia se instruído na Universidade de Buenos Aires, como Aristóbulo del Valle, Leando N. Alem, Lucio V. López, Dardo Rocha, Roque Sáenz e Miguel Cané (LETTIERI, 2008, p. 74).

Hilda Sabato pontua que havia um relativo consenso entre a dirigência política e os parlamentares argentinos quanto ao imperativo do progresso econômico nacional. A necessidade de uma incorporação mais dinâmica da Argentina em um mundo regido pelas potências europeias não esteve em discussão, mas sim as formas em que o Estado argentino haveria de incidir no desenvolvimento dos mercados para favorecer sua articulação nacional (SABATO, 2012, p. 109). A desarticulação entre as regiões do país, a carência de infraestrutura necessária - portos, ferrovias, estradas e telégrafos - para permitir a expansão econômica, as deficiências do aparato produtivo, a falta de mão de obra e uma população pouco inclinada à disciplina do mercado bem como a instabilidade política conspirariam contra a possibilidade de progresso. Nestes âmbitos, o Estado nacional atuou para criar as condições necessárias para o enraizamento do investimento privado e a expansão da economia de mercado, dado que, conforme Oszlak,

La existencia del Estado presupone entonces la presencia de condiciones materiales que posibiliten la expansión e integración del espacio económico (mercado) y la movilización de agentes sociales en el sentido de instituir relaciones de producción e intercambio crecientemente complejas mediante el control y empleo de recursos de dominación. Esto significa que la formación de una economía capitalista y de un

Estado nacional son aspectos de un proceso único, aunque cronológica y espacialmente desigual. Pero además implica que esa economía en formación va definiendo un ámbito territorial, diferenciando estructuras productivas y homogeneizando intereses de clase que, en tanto fundamento material de la nación, contribuyen a otorgar al Estado un carácter nacional (OSZLAK, 2012, p. 18)

Desta forma, Sabato, Oszlak e Hora concordam quanto ao papel essencial que assumiu o estado nacional na conformação de um mercado unificado e de relações capitalistas de produção. Coube ao estado ser o promotor ativo dos pilares do progresso: educação, imigração, expansão das comunicações e expansão da fronteira agrícola. No entanto, como se verá adiante, durante a gestão de Mitre, eventos políticos de ordem interna e externa prejudicaram a realização de muitos destes projetos, ainda que tenham contribuído para a consolidação do Estado nacional. Também lhe causou problemas o crescimento do partido autonomista, que contou com a liderança de Valentin Alsina até 1869.

Em 1863, Valentin Alsina assumiu o controle do Club Libertad, núcleo original do Partido de la Libertad portenho, enquanto que os nacionalistas reagiram criando o Club del Pueblo. No Club Libertad se encontravam acérrimos autonomistas como Pastor Obligado, Carlos Tejedor, Emilio Conesa e os irmãos Varela. No Club del Pueblo militavam os nacionalistas próximos a Mitre: Rufino de Elizalde, José María Gutiérrez, Eduardo Costa, entre outros. Surgido em Buenos Aires na década de 1850, o clube político tinha a função de

“formar opinión” en torno de candidaturas, y realizar los “trabajos electorales”, consistentes en la preparación de listas electorales, la celebración de mítines y movilizaciones públicas, la inscripción de potenciales votantes en el Registro Cívico y la preparación del fraude para el día de los comicios. Estos clubes no tenían un funcionamiento permanente, sino que se organizaban en vísperas de cada elección; tenían cierta autonomía dentro de los partidos y daban lugar a otros clubes menores, ramas de los anteriores o sucursales parroquiales. (LETTIERI, 2008, p. 56).

Estas duas facções marcaram o cenário político portenho durante as décadas de 1860 e 1870, sendo que as disputas travadas entre ambas repercutiram não somente na Legislatura portenha ou no Poder Legislativo nacional, mas também nas colunas dos inúmeros jornais que circularam intensivamente pela capital naquelas décadas.

Na década de 1860, juntou-se aos autonomistas *La Tribuna*, dos irmãos Varela, e *El Nacional*, de Velez Sarsfield, o periódico *La Nación Argentina*, do nacionalista Bartolomé Mitre, cujo redator-chefe era José María Gutiérrez. Ao longo daquele decênio surgiram outros jornais como *La América*, *Correo del Domingo*, *El Pueblo*, *El Inválido Argentino*, os estrangeiros *La España*, *The Standard*, *The River Plate Magazine*, *Corriere Italiano*, *L'Italia del Giorno*, *Le Progress* entre outros (DE MARCO, 2006, p. 273).

Dois periódicos importantes também surgiram na década de 1860 e iniciaram profundas transformações no meio “periodístico” portenho: sob direção de Manuel Bilbao, apareceu *La Republica* em 1867, o qual inaugurou a venda avulsa de jornais; alguns anos depois, em 1869, Carlos Paz dava início à publicação de *La Prensa*, um jornal que reduziu o preço da assinatura e que rapidamente se colocou entre os de maior circulação do país (PASTORMELO, 2016).

Conforme Hilda Sabato, nestes anos, o âmbito da “opinião pública” se afirmou como instância de legitimação do poder, ainda que a densidade e a autonomia das instituições vinculadas a ela variassem entre as regiões do país. A mais importante seguiu sendo a imprensa periódica, que teve em Buenos Aires sua expressão mais dinâmica. Para a autora,

La prensa era un actor central en el escenario político. En sus páginas se desplegaba el discurso de personajes y grupos partidarios, y tenía lugar el diálogo y la discusión entre ellos. Los dirigentes y los aspirantes a serlo solían escribir en los periódicos, y así su palabra e incluso su imagen (en retratos o caricaturas) llegaban a sectores más amplios que los involucrados en las altas esferas de la política. Cada diario generaba su comunidad de lectores – refozaba entre ellos una identidad política previa o contribuía a crearla – e intervenía directamente en la disputa política, pues promovía candidatos, organizaba movilizaciones o inventaba intrigas, y contribuía así a poner la política en la escena pública (SABATO, 2012, p. 128).

Para a historiadora, a política envolvia, direta ou indiretamente, amplos setores da sociedade. Embora fosse reduzido o número de participantes das redes eleitorais, as novidades partidárias e a controvérsia política chegavam até a maioria através da imprensa e outros mecanismos de difusão, como o rumor, os panfletos e também por meio da ação coletiva em associações e das discussões públicas em cafeterias, em livrarias, em *pulperias* e em outros âmbitos de sociabilidade de elite ou popular, ampliando sua relevância social (SABATO, 2012, p. 130).

A respeito dos espaços de sociabilidade, Pilar González Bernaldo enfatiza que, após Caseros, ocorreu uma intensificação da vida associativa na província de Buenos Aires: associações culturais, artísticas, científicas, profissionais, clubes de recreio, sociedades de socorros mútuos, associações de beneficência, lojas maçônicas, clubes políticos, sociedades operárias, sociedades espíritas etc., se desenvolveram a um ritmo acelerado na cidade e na campanha (BERNALDO, 2013, p. 356).

Nesta Buenos Aires marcada por lutas políticas facciosas, pela formação de uma opinião pública, pela proliferação de jornais e de periódicos que os eventos de ordem externa ganharam considerável repercussão durante a década de 1860, uma década marcada por guerras em várias partes do mundo, inclusive no continente americano.

1.2.1 Todos contra o Paraguai! A grande guerra do Prata

Durante a década de 1860, ocorreram os dois maiores, mais longos e mais sangrentos confrontos bélicos da história americana: a Guerra de Secessão norte americana, que opôs os Estados industrializados e protecionistas do norte aos escravistas e livre-cambistas do sul entre 1861 e 1865, e a Guerra da Tríplice Aliança ou do Paraguai, entre 1864 e 1870.

O ano de 1862 foi um ano crucial para o desencadeamento daquele conflito sul americano. No Brasil, um Gabinete Liberal substituiu o Conservador. Na Argentina, conforme visto anteriormente, Bartolomé Mitre foi eleito presidente da República e no Paraguai Francisco Solano Lopez assumiu o cargo de presidente após a morte de seu pai, Carlos Antonio.

Este último país, que havia iniciado um processo de abertura e modernização econômica a partir da instituição da livre navegação dos rios, necessitava ampliar o comércio externo de modo a conseguir recursos para continuar importando tecnologia. Conforme Doratioto (2002, p. 44), esta situação levou o país a ter interesses fora de suas fronteiras e a participar das questões na Bacia do Prata.

Na Argentina, apesar da vitória do projeto liberal portenho de Estado, ainda permaneciam focos de resistência federal nas províncias do litoral, especificamente em Entre Rios e Corrientes. Como forma de combater o recém unificado governo nacional, setores da oposição do litoral procuraram articular-se com as forças platinas contrárias a Buenos Aires, sendo os *blancos* uruguaios e o governo paraguaio os aliados em potencial. A preferência pelo porto de Montevideú, em detrimento do de Buenos Aires, para a realização do comércio exterior era outro fator em comum entre o governo de Assunção e as lideranças federais argentinas.

Além das rivalidades político-partidárias e ideológicas que colocavam em confronto e em contato os grupos políticos dos respectivos países, a situação de indefinição das fronteiras e os obstáculos à navegação nos rios criaram uma atmosfera de hostilidade na região. O elemento detonador de todas estas divergências foi a situação política uruguaia, sob a presidência, desde 1860, de Bernardo Berro.

Por haver estabelecido relações com as províncias do litoral arredias ao governo de Buenos Aires, o partido *blanco* uruguaio se tornou um incômodo vizinho para o governo argentino, pois impedia um entendimento definitivo entre Buenos Aires e o litoral e o governo de Assunção. Por outro lado, Berro também despertou desconforto no Império brasileiro ao tentar diminuir a preponderância daquele país no Uruguai através da não assinatura de um tratado que conferia privilégios comerciais ao Brasil, do estabelecimento de tributo sobre as

exportações de gado em pé para a província do Rio Grande do Sul e também de medidas que combatiam o uso da mão de obra escravizada por brasileiros radicados em terras orientais.

Desta forma, Berro conseguiu unir os interesses de brasileiros e argentinos ao fazer com que ambos países desejassem o fim de seu governo: para o Brasil, significaria o fim das reclamações dos estancieiros gaúchos e a volta da estabilidade naquela província de histórico republicano e separatista; enquanto que, para a Argentina representaria o isolamento do Paraguai de Solano Lopez, que se veria em condição desvantajosa ao assinar os tratados de limites com Buenos Aires, o enfraquecimento das recalcitrantes lideranças federais do litoral e a consequente consolidação definitiva do Estado nacional sob égide liberal portenha (DORATIOTO, 2002, p. 46).

Em 1863, o chefe colorado Venancio Flores, que havia lutado em Pavón ao lado de Mitre, invadiu o Uruguai e iniciou uma nova guerra civil no país. Apesar das negativas do governo argentino, o movimento armado colorado contou com apoio moral e material de Mitre. No mesmo ano, Juan José Herrera foi nomeado ministro das Relações Exteriores do Uruguai e, vendo-se acuado por Brasil e Argentina, teve de alterar a tradicional política pendular que havia caracterizado a política uruguaia, marcada pela aproximação a um dos vizinhos em tempos de desentendimentos com o outro. Deste modo, o novo chanceler oriental propôs uma aliança ao governo de Assunção objetivando estabelecer um novo sistema de equilíbrio de poder regional (DORATIOTO, 2002, p. 46).

Além do governo de Montevideú, Solano Lopez também recebeu proposta de formação de aliança de Paraná, mas preferiu não se comprometer direta e imediatamente com ambos, alegando zelar pela independência uruguaia. O clima de animosidade entre os países da região era tão intenso que a opinião pública do Rio de Janeiro demandava uma ação intervencionista no Uruguai. Pressionado, o Gabinete Liberal viu na intervenção uma possibilidade de reverter a posição inferiorizada a que considerava ter sido colocado com a Questão Christie¹⁷ (DORATIOTO, 1999, p. 23).

Neste contexto, representantes de Brasil e Argentina estabeleceram conversações para propor ao governo uruguaio um acordo de paz que conciliasse os interesses dos partidos em disputa. Enquanto o Império enviou o conselheiro José Antonio Saraiva, Mitre enviou a

¹⁷ Em 1861 um navio britânico naufragou próximo ao litoral do Rio Grande do Sul e teve sua carga saqueada. O embaixador britânico no Rio de Janeiro, William Christie, exigiu uma indenização a Dom Pedro II, que foi negada. No ano seguinte, marinheiros ingleses embriagados travaram luta corporal com marinheiros brasileiros na região do porto da capital brasileira e foram aprisionados. O episódio desatou uma reação da Inglaterra, que exigiu ao governo brasileiro uma indenização pela carga do navio naufragado. O Brasil pagou a indenização mas exigiu um pedido de desculpas ao governo britânico, o qual ao ser negado, levou Dom Pedro II a romper as relações diplomáticas do Brasil com a Inglaterra.

Montevideu seu Ministro de Relações Exteriores Rufino de Elizalde junto com Edward Thornton, representante inglês em Buenos Aires. Conversações e negociações foram realizadas com representantes do governo *blanco*, como o chanceler Herrera y Obes, Andrés Lamas e até mesmo com o presidente Atanasio Cruz Aguirre, que havia substituído Berro. No entanto, o presidente uruguaio foi irredutível e não aceitou as exigências de Venancio Flores. As negociações foram encerradas, mas, conforme Doratioto (2002, p. 56), criaram condições de confiança mútua entre Argentina e Brasil, o que permitiu que a intervenção brasileira no Uruguai ocorresse sem levantar polêmicas nem com a Argentina nem com a Inglaterra.

Garantida a neutralidade de Buenos Aires em relação à questão oriental, o governo imperial enviou ao de Montevideo um *ultimatum* exigindo a indenização aos brasileiros prejudicados pela guerra civil naquele país e a punição aos responsáveis. O governo uruguaio rompeu relações com o brasileiro, se recusou a arquivar dito documento e enviou cópia dele a Assunção. Solano Lopez, em reação, enviou um *ultimatum* ao Rio de Janeiro, alegando que uma intervenção brasileira no Uruguai romperia com a situação de equilíbrio de poderes na região platina e que o governo paraguaio não se responsabilizaria pelas consequências de tal medida (MENEZES, 2013).

Em outubro de 1864, tropas brasileiras iniciaram a invasão do território uruguaio e no mês seguinte, em resposta, Solano Lopez ordenou o aprisionamento de um navio que passava por Assunção rumo ao Mato Grosso, rompeu relações com o Império e passou a hostilizar autoridades brasileiras em Assunção, como o côsul-geral do Brasil, Amaro José dos Santos Barbosa (DORATIOTO, 2002, p. 68). Em dezembro daquele ano as tropas paraguaias invadiram e ocuparam a província brasileira de Mato Grosso e, em abril de 1865, ao ter a passagem por território argentino negada por Mitre, procederam à invasão da província de Corrientes. Em junho tropas paraguaias atravessaram aquela província em direção à fronteira com o Rio Grande do Sul, invadiram aquele território sem encontrar grande resistência (VARGAS, 2010, p. 130), saquearam algumas vilas localizadas nas margens do rio Uruguai e se estabeleceram na cidade de Uruguaina.

Os ataques paraguaios a Mato Grosso e Corrientes viabilizaram a formalização de uma aliança argentino-brasileira, à qual aderiu o Uruguai já governado por Venancio Flores desde fevereiro de 1865. Assim, no dia 1º de maio de 1865, os representantes brasileiro Francisco Octaviano de Almeida da Rosa, o argentino Rufino de Elizalde e o oriental Carlos de Castro, assinaram o Tratado da Tríplice Aliança. Após oficializar a entrada da Argentina na guerra contra o Paraguai, o presidente Mitre acudiu à população que o apoiava em frente à sua casa na

rua San Martín prometendo estar em três dias nos quartéis, em duas semanas em campanha e em três meses em Assunção, frase que posteriormente seria usada pela imprensa opositora.

Dentre as estipulações do tratado, que era secreto, cabe mencionar as seguintes: que os aliados se comprometiam a não depor as armas, se não de comum acordo enquanto o governo paraguaio não fosse derrocado, assim como a não tratar em separado tratados de paz, trégua, armistício ou convenção que coloque fim ao conflito (Art. VI); que os aliados se comprometiam a respeitar a independência, soberania e integridade nacional do Paraguai (Art. VIII); que os aliados procederiam, após a guerra, a assegurar a livre navegação dos rios (Art. XI); que os aliados nomeariam oportunamente os plenipotenciários que celebrariam os acordos, convenções e tratados que viessem a ocorrer com o governo que seria estabelecido no Paraguai (Art. XIII); que os aliados exigiriam do Paraguai o pagamento de gastos de guerra, reparações e indenizações pelos danos causados às propriedades públicas e privadas (Art. XIV); que os aliados se garantiriam reciprocamente o fiel cumprimento dos acordos, acordos e tratados que haveriam de ser celebrados com o novo governo paraguaio (Art. XVII)¹⁸.

Cabe destacar que o comprometimento dos aliados em relação à soberania e integridade do Paraguai dizia respeito aos territórios que dele restassem, posto que pelo Artigo XVI, os aliados se comprometeram a exigir do Paraguai a assinatura de tratados de limites que teriam as seguintes bases: a fronteira entre Argentina e Paraguai seria estabelecida pelo rio Paraguai, ou seja, à Argentina caberia todo o território do Chaco bem como o território de Missões, vindo a ter fronteira com o Brasil na Bahia Negra; já a fronteira brasileiro-paraguaia seria definida pela serra do Maracaju e pelos rios Apa e Ygurey, ficando para o Brasil uma considerável porção de terras rica em ervais.

O Tratado de Aliança foi recebido com críticas por parte dos políticos conservadores brasileiros no Conselho de Estado. Para estes, o Tratado, ao ceder à Argentina todo o Chaco contrariava a tradicional política externa brasileira de contenção daquela república, pois tornava vulnerável a independência do Paraguai, que ficaria “abraçado” pela mesma, assim como o Mato Grosso, que viria a ter uma fronteira com aquele país (DORATIOTO, 2002).

Naquela república, apesar dos recrutamentos forçados ocorridos em todo território nacional, houve demonstrações de apoio nas ruas e nos debates públicos. Frustrando as expectativas de Solano López, Urquiza se colocou ao lado de Mitre e realizou “jugosos negócios como abastecedor de las tropas” (LETTIERI, 2008, p. 37) e procedeu a realizar o recrutamento na sua Entre Ríos. María Victoria Baratta afirma que Mitre se dedicou a construir

¹⁸ O conteúdo do Tratado da Tríplice Aliança foi consultado no livro *Sobre Cenizas. Construcción de la Segunda República del Paraguay – 1869-1870*, de Oscar Bogado Rolón (2011), no qual o autor o reproduz em um Apêndice.

um consenso sobre a guerra com discursos públicos emotivos, pressões sobre o Congresso, promessas e ameaças às lideranças provinciais, encarregadas de realizar os recrutamentos. Pontua a historiadora que o clima era de entusiasmo na capital argentina:

En Buenos Aires, bandas de música acompañaron el anuncio de la guerra, jóvenes levantaron banderas celestes y blancas, autonomistas y nacionalistas marcharon en acuerdo, la prensa local y extranjera alento el inicio de la contienda. En la Universidad, en el Colegio Nacional y en los cafés, era el tema de conversación predominante y se hablaba de lo fácil que se ganaría la guerra. La mayor parte de la juventud porteña mostraba entusiasmo. Entre otros personajes ilustres se alistaron: Carlos Pellegrini, Aristóbulo del Valle, Francisco Paz – hijo del vicepresidente -, Dominguito Sarmiento y Leando Alem. [...] Mitre supo que requería del esfuerzo conjunto de la nación y lo vio como oportunidad de afianzar su poder. Presentó la guerra como una causa nacional de lucha de la civilización contra la barbárie. Periódicos de todo el país replicaron su discurso durante 1865 mostrando la penetración del poder mitrista en el territorio a partir de Pavón. (BARATTA, 2015b, p. 210).

Apesar da euforia inicial, a guerra se tornou extremamente impopular na Argentina. Deserções e fugas em massa ocorreram, por exemplo, nas localidades de Basualdo e Toledo logo no início dos operativos militares. A resistência ao recrutamento aumentou na medida em que a guerra se tornava longa, desgastante e sangrenta. A antipatia em relação ao Império do Brasil - sobretudo após o bombardeio a que submeteu a cidade oriental de Paysandú -, o antiportenhismo e uma maior proximidade cultural com o Paraguai contribuíam para aumentar a resistência ao conflito. O Coronel espanhol Leon de Palleja, que era comandante do Batalhão oriental Florida e correspondente do periódico montevidense *El Pueblo*¹⁹ até ser morto em solo paraguaio em 1868, relatou estas deserções na tropa correntina com as seguintes palavras:

El ejército correntino experimenta mucha desertión. Esta gente está fatigada y no tiene gran apego a sus banderas, ni a sus jefes; ya lo hemos dicho antes de ahora tanto respecto a Entre Ríos como respecto a Corrientes. [...] A Corrientes le falta un jefe organizador, un general Paz. No se crea que hay desertiones solamente en los cuerpos de los sufridos y valientes correntinos, también los tenemos nosotros; el *Florida* ha tenido en estos días dos, uno correntino y otro argentino; creo que habrán ido a la ciudad de Corrientes, para embarcarse en ese punto y seguir aguas abajo. (PALLEJA, 1960, p. 21).

¹⁹ Leon de Palleja não era o único militar que atuava como correspondente de jornais da região na campanha contra o Paraguai. Como forma de ganhar alguns recursos extras, Lucio V. Mansilla foi correspondente do portenho *La Tribuna* (DE MARCO, 2006, p. 277). Assim como manuscritos deixavam os acampamentos para serem publicados nos jornais, também chegavam aos acampamentos de campanha jornais das cidades da região e até mesmo jornais de trincheira paraguaios. María Lucrecia Johansson destaca que, apesar do bloqueio fluvial imposto pelos aliados a partir da batalha do Riachuelo em 1865, os jornais da região circulavam também entre os soldados paraguaios (JOHANSSON, 2014). Estes fatos evidenciam que mesmo em um ambiente pouco propenso ao mundo letrado e no qual predominava o universo bélico havia circulação de manuscritos e periódicos.

Neste trecho escrito por Palleja cabe destacar, além do problema da deserção que afetava o exército aliado, a diferenciação que o militar faz entre um soldado argentino e outro correntino, o que evidencia o quão resistentes eram os *litoraleños* à hegemonia liberal que Buenos Aires havia consolidado sobre a recém unida República Argentina.

No Brasil a invasão paraguaia ao Mato Grosso e ao Rio Grande do Sul foi usada pelo governo imperial para inflar os ânimos e instigar o patriotismo da população de modo a incitar o recrutamento voluntário, no que a imprensa ilustrada colaborou ativamente durante o início do conflito (SILVEIRA, 2006). No entanto, as precárias e insalubres condições de vida nos acampamentos de guerra frequentemente relatados pelos jornais da região dificultaram o recrutamento por parte das autoridades dos países aliados. O Coronel Palleja, por exemplo, se queixou em algumas ocasiões da qualidade da carne disponibilizada pelos fornecedores argentinos, queixas estas que eram publicadas em Montevideu pelo jornal *El Pueblo*:

Día 13[de janeiro de 1866]. - Hoy se carneó para dos días. Las reses han sido pésimas; son de una tropa tomada al abastecedor argentino; hace más de un mes que sacaron esa hacienda del otro lado del Corrientes. Las reses están cayéndose muertas y más valía que les hubiesen sacado el cuero, que distribuir las a los cuerpos, que no cuentan con otro alimento que la ración de carne. (PALLEJA, 1960, p. 25)

A respeito da qualidade das carnes fornecidas pelos abastecedores argentinos, Miguel Angel de Marco (2006, p. 279) acrescenta que “las reses, por lo general en malas condiciones debido a la avaricia e irresponsabilidad de los proveedores, eran carneadas en cada unidad en medio de la algarabía de los sufridos soldados”. As famílias Lezica e Lanus haviam sido as que, por contrato assinado com o governo argentino, se encarregariam do fornecimento de carne e grãos às tropas aliadas durante o conflito. A relação comercial de Mitre com estas famílias seria recuperada, posteriormente, pela imprensa autonomista como forma de associar a candidatura presidencial mitrista às famílias que teriam enriquecido durante a guerra.

A situação do governo argentino se agravou em maio de 1866, quando o conteúdo do Tratado da Tríplice Aliança, assinado no ano anterior, foi divulgado pelo jornal *La América*, o qual, como se verá adiante, não poupava nas críticas à Mitre, à guerra com o Paraguai e à aliança com o Brasil (BARATTA, 2012b). Com a revelação do tratado, principalmente do artigo XVI em que se estipula a divisão do Paraguai entre Brasil e Argentina, a opinião pública daquele país passou a criticar a demora, os gastos e o que considerava equivocado na condução das tropas aliadas. Além das notícias das batalhas, dos movimentos das tropas, de soldados mortos que correspondentes portenhos enviavam pelas embarcações até Buenos Aires, esta cidade

também recebeu um visitante mortal vindo dos acampamentos paraguaios: o cólera. A doença grassou milhares de pessoas na capital, inclusive o Vice-presidente Marcos Paz, em 1868.

Não obstante as oposições à guerra, esta teve continuidade. Após a recuperação de Corrientes pelas tropas aliadas e a derrota da esquadra paraguaia na batalha naval do Riachuelo, Solano Lopez teve que recuar e empreender uma guerra de defesa a partir da fortaleza de Humaitá, a qual somente foi ultrapassada pela esquadra brasileira em 1868. Esta demora ocorreu, principalmente, devido às desconfianças existentes entre argentinos e brasileiros²⁰.

No ano de 1866, Solano Lopez se entrevistou com Bartolomé Mitre na localidade de Yataty Corá para propor a paz entre as repúblicas argentina e paraguaia. No entanto, Mitre decidiu manter-se fiel ao Artigo VI do Tratado de Aliança de 1865 e alegou não poder tratar em separado com o inimigo em comum entre os três países aliados. Porém, no início de 1867, o General argentino teve de passar o Comando Geral das tropas aliadas ao militar brasileiro Duque de Caxias, pois uma insurreição federal havia insubordinado a região de Cuyo, a Revolução dos Colorados. Seu líder, Felipe Varela, reivindicava uma identidade americana para condenar a guerra com o Paraguai em aliança com o Império do Brasil bem como a dominação liberal portenha sobre o interior (DE LA FUENTE, 2014). Demandava, ainda, que Urquiza se pronunciasse a respeito daquele levantamento, ao que o entrerriano respondeu com o silêncio.

Urquiza não participou da campanha contra Lopez, embora tenha atuado no recrutamento de soldados e no fornecimento de cavalos para as tropas aliadas. Sua posição em relação ao avanço de Mitre sobre o interior após Pavón, à guerra contra o Paraguai e às revoltas federais que ocorriam no interior do país durante o conflito internacional lhe custariam a vida após o fim da guerra.

Por ainda ter força política em algumas províncias do interior, Justo José de Urquiza foi o candidato pelo federalismo à presidência da Argentina para as eleições de 1868. O ex Ministro de Relações Exteriores de Mitre, Rufino de Elizalde, era o candidato do nacionalismo e Adolfo Alsina, governador da província de Buenos Aires, era o candidato do autonomismo. A campanha presidencial tomou outros rumos quando, ainda em 1867, Lucio Mansilla e alguns comandantes do Exército argentino propuseram a candidatura de Domingo Faustino Sarmiento, que se encontrava nos Estados Unidos, à presidência argentina. O periódico *La Tribuna*,

²⁰ O comandante da esquadra naval brasileira, o Almirante Tamandaré, se opunha a forçar a passagem com seus navios encouraçados, como queria Mitre, pois argumentava que tal manobra exporia os encouraçados brasileiros à artilharia paraguaia. Tamandaré acreditava que as pressões de Mitre para forçar a passagem não passavam de uma estratégia argentina para debilitar a força naval brasileira no contexto pós-guerra (DORATIOTO, 2002).

reconhecidamente autonomista, também apoiou a candidatura de Sarmiento, evidenciando que nem sempre os jornais assumiam a postura das facções às quais estavam vinculadas.²¹

A candidatura de Sarmiento gerou reacomodações entre as lideranças políticas e, em fevereiro de 1868, Alsina, sabendo que sua candidatura era forte somente na província bonaerense, abdicou de sua candidatura e se postulou ao cargo de vice presidente, compondo, assim, a fórmula Sarmiento-Alsina. A respeito do êxito da campanha eleitoral sarmientina, Andrés Cisneros e Carlos Escudé afirmam:

Alejado de las luchas políticas y sin partido próprio, Sarmiento aparecia como un candidato liberal, que a diferencia de mitristas y autonomistas, estaba limpio de “máculas” que había generado la desastrosa guerra contra Lopez. Mitre y Urquiza eran, debido a sus respectivas actitudes en Pavon y la Guerra del Paraguay, dos cadáveres políticos, denostados por sus respectivos partidos liberal y federal. (CISNEROS; ESCUDÉ, 1998, p. 132).

Assim como 1862, 1868 foi um ano de redefinições políticas tanto em Buenos Aires como no Rio de Janeiro. Sarmiento foi eleito presidente na Argentina, enquanto no Brasil o Gabinete liberal foi substituído por um conservador, o Gabinete do Visconde de Itaboraí. Boris Fausto e Fernando Devoto assinalam que em ambas situações a influência da desastrosa guerra com o Paraguai havia sido decisiva:

Finalmente, vale observar que, em ambos os países, a guerra devorou os grupos políticos que a deflagraram. No Brasil, as queixas que ela suscitava no Exército e a pressão do militar mais prestigioso, o marquês de Caxias, além das críticas da imprensa conservadora em face da lentidão da campanha, foram os principais motivos da queda do gabinete liberal de Zacarias de Góis e Vasconcelos, em 1868. Na Argentina, o mitrismo (ou os nacionalistas, como eram chamados) perdeu boa parte de seu capital político, seja no plano nacional, seja no da província de Buenos Aires, e isso teria forte reflexo nas eleições seguintes. [...] É certo que a explicação do declínio relativo de Mitre e do mitrismo não deve ser buscada apenas na impopularidade da guerra, mas também na ausência do presidente do teatro político de Buenos Aires, por sua presença no teatro de operações militares (FAUSTO; DEVOTO, 2004, p. 123)

Embora fosse crítico à política de aliança com o Brasil adotada pelo mitrismo, o presidente eleito e seu Gabinete de Ministros não retiraram a Argentina da guerra, ainda que tenham realizado uma série de importantes mudanças em termos de política externa, conforme se verá adiante.

²¹ Outro momento de ruptura entre jornal e facção ocorreu em 1868, quando o governista *La Nación Argentina* redigido por José María Gutiérrez entrou em conflito com o vice-presidente em exercício Marcos Paz. Em represália a editoriais considerados abusivos escritos por Gutiérrez, Paz cancelou o contrato de compra de aproximadamente 200 assinaturas do jornal (DE MARCO, 2006, p. 288).

Em janeiro de 1869, tropas aliadas alcançaram Assunção, que havia sido abandonada no ano anterior a mando de Solano Lopez. Este e a população assuncenha haviam se deslocado para o interior do país, desde onde continuou enfrentando as tropas brasileiras comandando um “exército” de esqueléticos composto por crianças, mulheres e idosos. Integrante das forças que perseguiram o rastro de Solano Lopez pelo interior do país, o militar brasileiro Dionísio de Cerqueira assim relatou o que havia ocorrido em Acosta Ñu:

O campo ficou cheio de mortos e feridos do inimigo, entre os quais causavam-nos grande pena, pelo avultado número, os soldadinhos, cobertos de sangue, com as perninhas quebradas, não tendo ainda atingido a puberdade. [...] Que luta terrível aquela entre a piedade cristã e o dever militar! Os nossos soldados diziam que não dava gosto a gente brigar com tanta criança. (CERQUEIRA, 1980, p. 329).

A caçada a Solano Lopez terminou no primeiro dia de março de 1870, quando o chefe de estado paraguaio foi encontrado na localidade de Cerro Corá. Conforme a Parte Oficial do General Câmara publicado pelo jornal assuncenho *La Regeneración* no dia 6, já ferido, Lopez teria se recusado a render-se e teria sido fulminado por um disparo de um soldado brasileiro.

A guerra havia terminado. O Paraguai estava destruído, mais da metade de sua população havia perecido e sua estrutura econômica estava arrasada. Apesar de vitorioso, o Império do Brasil começava a sentir o efeito das suas próprias contradições, dado que os numerosos contingentes de soldados regressavam ao país e o governo evitava recebê-los com festividades para evitar distúrbios e a união da tropa, que poderiam exigir os benefícios que o próprio governo havia prometido aos Voluntários da Pátria (RODRIGUES, 2009). No mesmo ano de 1870, surgiu o Partido Republicano e, daí em diante, o movimento abolicionista ganhou cada vez mais adeptos, dentre eles muitos militares ex combatentes nos campos do Paraguai.

Embora existam autores que contestem o papel da guerra na formação dos Estados nacionais platinos (GUAZZELLI, 2009), inúmeros historiadores argentinos concordam que a guerra com o Paraguai teve um papel importante no processo de consolidação do Estado nacional. Jorge Gelman afirma que esta teve considerável importância na construção do novo sistema político nacional, pois exigiu esforços, provocou pressões e dotou o poder central de ferramentas e experiências que lhe foram favoráveis. Entre elas, a mais evidente foi a consolidação de um exército nacional com a suficiente profissionalização e disciplina para incidir sobre as resistências locais, incluída a própria Buenos Aires (GELMAN, 2010, p. 311). Ao encontro do postulado por Gelman, Hilda Sabato considera que

[...] la guerra requirió una concentración de recursos militares y financieros en la administración central. El aparato del estado se fortaleció. Una de sus instituciones clave, el ejército, se transformó profundamente: aumentó su presupuesto, se definieron sus estructuras y jerarquías internas; se ampliaron los cuadros, fogueados en la larga contienda; se articularon redes de camaradería y complicidad entre los oficiales; y se generó un espíritu de cuerpo que incluyó a una tropa de orígenes y simpatías políticas diversos pero que, una vez en el frente, compartió penurias y luchó denodadamente contra un enemigo común. Ese ejército salió de la guerra convertido en una pieza fundamental del engranaje del poder. (SABATO, 2012, p. 174).

David Rock afirma que a guerra teve um impacto contraditório na Argentina, pois recompensou com um auge econômico a elite portenha, sobretudo as famílias ligadas ao fornecimento das tropas e as elites do litoral, contribuindo, assim, para a causa da união nacional. No entanto, o recrutamento forçado, as perdas humanas e as epidemias que chegaram às cidades argentinas criaram um profundo ressentimento popular. A guerra, ao reduzir as fontes de trabalho e provocar descontentamento popular, afastou as elites provinciais do mitrismo, distanciamento este que contribuiu para a sua derrota em 1868 (ROCK, 2006, p. 37).

Fabio Wasserman também enfatiza que “el Estado nacional argentino salió fortalecido al consolidarse el ejército nacional y al constituirse una red de alianzas internas más firmes” (2013, p. 175). Conforme o autor, enquanto os autonomistas começavam a distanciar-se do empreendimento bélico, Alsina reforçou seu poder na província e foi eleito governador em 1866. Desde esta posição desenvolveu uma política de alianças no âmbito nacional que lhe permitiu ser eleito vice-presidente de Sarmiento em 1868, derrotando Elizalde e Urquiza.

1.3 Depois da tormenta, mais tempestade: a década de pós-guerra

A ascensão de Sarmiento à presidência em 1868 foi uma das consequências da guerra da Tríplice Aliança na política argentina. Tanto os liberais mitristas como os federais se enfraqueceram com o conflito internacional. Mitre perdeu seu capital político acumulado no Paraguai, enquanto Urquiza passou a ser contestado por outras lideranças federais por não haver apoiado as revoltas federais ocorridas durante a guerra e por haver apoiado a Tríplice Aliança fornecendo cavalos e tropas. Um mês após a morte de Solano López em Cerro Corá, Urquiza foi assassinado em seu palácio em San José a mando de Ricardo López Jordan, desatando a intervenção nacional ordenada por Sarmiento. O satírico ilustrado *El Mosquito* não perdera a oportunidade de retratar um presidente Sarmiento pesaroso com a morte daquele que recém havia sido, conforme a legenda da ilustração, “adomesticado”. Note-se, neste caso, a ausência de traços satíricos: tanto Urquiza como Sarmiento são retratados de forma semelhante às suas

aparências em 1870, o que evidência certo cuidado de Enrique Stein ao retratar a morte de um personagem público.

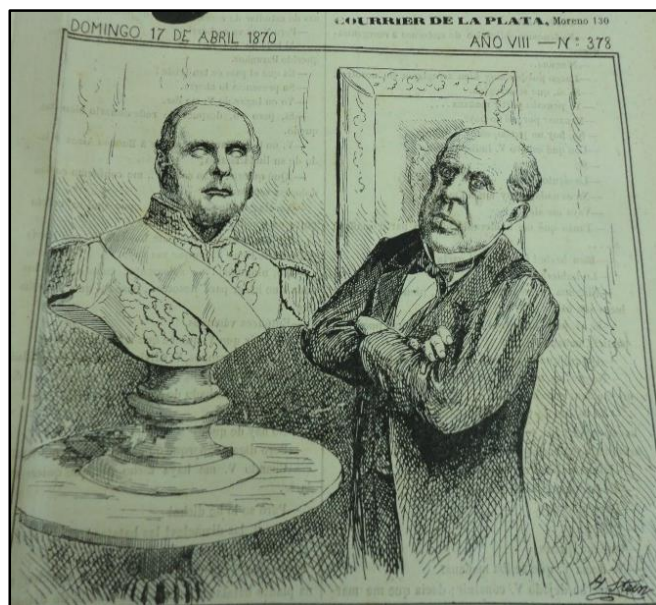


Figura 1: *El Mosquito* retrata a morte de Justo José de Urquiza

Fonte: *El Mosquito*, AGN, Buenos Aires, 17.04.1870.

Legenda: *Caramba! qué lástima! ahora que lo tenía viejo, desdentado, cansado y bien adomesticado me lo matan! y quien sabe como me ira con el otro.*

A chegada do sanjuanino Sarmiento à presidência não significou o fim do predomínio portenho, mas foi a primeira vez em que uma aliança de facções de diversas províncias – incluindo a autonomista portenha – elegeu um presidente através dos mecanismos eleitorais com o decisivo apoio de chefes militares que participaram da guerra com o Paraguai e que se encontravam dispersos pelas províncias (BRAGONI, MÍGUEZ, 2010, p. 25).

A gestão presidencial do sanjuanino foi marcada pela busca da centralização estatal, suas políticas estiveram destinadas a consolidar o poder e a soberania do estado nacional e a fortalecer os instrumentos destinados a modernizar a sociedade. No entanto, Sarmiento enfrentou inúmeras limitações: uma economia que oscilou entre momentos de crise e de expansão, as revoltas internas²² que exigiam recursos, a falta de apoio político sólido, uma ferrenha oposição que combateu várias de suas propostas no Congresso e na imprensa e, tema

²² Durante a presidência de Sarmiento ocorreram inúmeros levantamentos e intervenções provinciais. Ao assassinato de Urquiza em 1870 se seguiu a rebelião de López Jordan em Entre Ríos contra o governo nacional, derrotada em 1871. Em 1869 Felipe Varela organizou um último levantamento que terminou derrotado. Em Jujuy, dois governadores foram depostos em 1870 e 1874. Em Corrientes ocorreu uma revolta em 1872 e um novo levantamento fracassado de López Jordan em 1873. Neste mesmo ano se organizaram motins em San Juan e Mendoza. E, por fim, em 1874 Sarmiento entregou o mando presidencial a Nicolás Avellaneda em meio à uma revolução mitrista (LETTIERI, 2008, p. 42).

do terceiro capítulo, as consequências do fim da guerra do Paraguai e a ocupação daquele país. As principais áreas de atuação da gestão de Sarmiento foram a militar, a das comunicações e a da educação e ciência (SABATO, 2012, p. 187).

Com o impulso de criar redes de comunicação que integrassem o país, Sarmiento fomentou a construção de ferrovias, de linhas de telégrafo e a atividade de correios. Considerados veículos de civilização, todos estes instrumentos foram privilegiados pelas políticas do estado nacional e o presidente não hesitou em contrair dívida pública para financiar sua expansão (SABATO, 2012, p. 187). Graças a estes avanços, sobretudo ao telégrafo, que os eventos ocorridos no Paraguai chegavam com relativa rapidez na capital argentina. Os vapores que saíam de Assunção trazendo passageiros e diários paravam em Rosario, de onde se enviavam breves notas, via telégrafo, aos jornais portenhos, como foi o caso da morte de Lopez.

Sarmiento colocou a educação pública no centro de seu projeto de transformação da sociedade, a ela dedicou muitas páginas de seus escritos e muito esforço durante seus anos de gestão administrativa no âmbito provincial e nacional. Enquanto que na gestão de Mitre houve ênfase no nível secundário e na criação de colégios nacionais, durante a gestão sarmientina a ênfase educativa se orientou para a educação primária. Conforme Hilda Sabato, durante os seis anos de gestão presidencial, auxiliado pelo Ministro de Instrução Pública Nicolás Avellaneda, foram inauguradas aproximadamente 800 escolas e duas escolas normais para formação de professores e o número de alunos passou de 30 a 100 mil (SABATO, 2012, p. 192). Mesmo após sua presidência Sarmiento seguiu atuando em defesa da educação pública na Argentina²³. A respeito da gestão do sanjuanino no âmbito educativo, Hilda Sabato considera:

En suma, los logros educativos durante la gestión de Sarmiento fueron efectivos y a la vez modestos en comparación con los objetivos planteados, pero alcanzaron para establecer nuevos parametros en relación con la importancia de la educación primaria y el papel del estado en su desarrollo, además de un horizonte para el futuro. La derrota de la ignorancia y el analfabetismo se convirtió en una meta difícil de alcanzar, pero más difícil aún de desconocer o impugnar (SABATO, 2012, p. 193).

A confiança no progresso e na razão, assim como a fé na ciência impulsionaram Sarmiento a instigar políticas estatais de fomento à pesquisa e ao conhecimento científico. Em 1869, fundou em Córdoba – cidade considerada católica por haver sido sede de inúmeros estabelecimentos jesuíticos durante o período colonial – a Academia Nacional de Ciências e o Observatório Nacional. Também em Córdoba, em 1871, foi realizada a exposição nacional de

²³ Atualmente na Argentina se celebra o dia do professor no dia 11 de setembro, data de sua morte em 1888.

artes e produtos argentinos, ao espírito das exposições universais que ocorriam na Europa, definidos por Eric Hobsbawm (2007, p. 58) como “gigantescos rituais de autocongratulação”.

No âmbito militar Sarmiento buscou eliminar a relativa autonomia com que as províncias controlavam a Guarda Nacional e a falta de profissionalismo dentro das forças armadas. Em 1870, criou o Colégio Militar - que foi instalado na antiga residência de Rosas em Palermo – e, em 1872, a Escola Naval Militar ampliou e modernizou o equipamento militar e comprou navios para a marinha de guerra (SABATO, 2012, p. 187), o que, conforme será visto adiante, gerou desconfianças e preocupações entre a imprensa e o governo brasileiros.

Em 1873, o tucumano Nicolás Avellaneda, ministro de Justiça e Instrução Pública foi oficialmente declarado candidato à presidência para as eleições de 1874. Como ministro de uma área privilegiada pelo presidente Sarmiento, Avellaneda estabeleceu relações frequentes com os governos provinciais, ao que somaram as relações pessoais que já tinha em Tucumán, sua província natal em Catamarca de onde provinha sua família, e em Córdoba, onde havia estudado. Somou-se a isso o fato de ter sido ministro de Governo de Adolfo Alsina na província de Buenos Aires, em cuja capital residia e onde havia sido legislador e *publicista* em importantes diários como *El Nacional* e *El Comercio del Plata* (SABATO, 2012, p. 223).

Além de Avellaneda, também se postularam ao cargo o autonomista Adolfo Alsina e o nacionalista Bartolomé Mitre. Alsina tinha sua fortaleza política em Buenos Aires e somava alguns aliados no interior, enquanto Mitre, embora tenha saído desprestigiado politicamente da guerra internacional, regressava de uma exitosa missão diplomática no Brasil, onde se selou um acordo diplomático a respeito dos limites com o Paraguai e contava com apoios em Santiago del Estero e San Juan. Em 1º de fevereiro de 1874, ocorreram as eleições para deputados nacionais, nas quais Avellaneda obteve uma rotunda vitória: os candidatos de Avellaneda triunfaram em dez das quatorze províncias. Catamarca e La Rioja favoreceram os alsinistas. Santiago del Estero e, em um primeiro momento, Buenos Aires, os mitristas. Nesta província, depois de haver dado vitória a Mitre, a junta eleitoral local proclamou vencedora a lista alsinista, um resultado que ainda devia submeter-se a um veredito definitivo no Congresso.

Acusando fraudes e imposições oficialistas, os mitristas desataram campanhas de protesto através de jornais como *La Nación* e *La Verdad* e de mobilizações públicas, que convocavam para manifestar pelas ruas da capital a sua impugnação ao que definiam como manobras do oficialismo (SABATO, 2012, p. 226).

Após esta eleição ocorreram realinhamentos nas candidaturas. Dada a sua debilidade no interior, Alsina renunciou à sua candidatura e somou suas forças autonomistas às do candidato tucumano. Avellaneda anunciou, então, a criação do Partido Nacional em aliança com o Partido

Autonomista de Alsina em Buenos Aires (ROCK, 2006, p. 139). Com a fórmula Avellaneda-Mariano Acosta, governador da província de Buenos Aires, selou-se o acordo com os autonomistas. Em abril de 1874, a fórmula Avellaneda-Acosta se impôs frente à nacionalista, a qual conseguiu vencer somente em San Juan, Santiago del Estero e Buenos Aires.

Nicolas Avellaneda foi o primeiro presidente civil a ocupar a poltrona presidencial e seu triunfo marcou a consolidação de um sistema político em que se integravam as lideranças provinciais, não ocorrendo uma submissão ao centro mas sim passando a constituir-lo. Conforme Bragoni e Míguez,

La presencia de la Nación en las provincias, entonces, no aparece como la penetración de un actor ajeno que las va conquistando o sometiendo, sea éste Buenos Aires o un abstracto centro nacional, sino más bien como la construcción de un conjunto de acuerdos y de instituciones que las propias elites provinciales establecieron sobre la base de un ejercicio político empírico de ensayo y de error, en el cual prevalecieron intereses de naturaleza variada, aunque sujetos a instrumentos y mecanismos simultáneos implementados por los poderes locales como por los representantes o comisionados del poder central. (BRAGONI, MÍGUEZ, 2010, p. 27).

Assim como Sarmiento, Avellaneda empreendeu uma gestão dedicada a fortalecer o aparato do estado e a subordinar politicamente os governos provinciais ao poder nacional. Dando continuidade à gestão anterior, Avellaneda incentivou políticas públicas orientadas a intervir ativamente para modificar o perfil cultural e demográfico do país, em especial em matéria de educação e imigração, para unificar e controlar o território através da expansão das comunicações e para fomentar a expansão agrícola por meio da colonização e da distribuição de terras. No entanto, além das resistências provinciais e dos problemas com o Brasil pela questão do Paraguai, enfrentadas já por Sarmiento, Avellaneda também teve que enfrentar uma grave crise econômica, resolver uma difícil questão de limites com o Chile, avançar a fronteira em direção aos territórios indígenas e buscar a conciliação entre as facções políticas em disputa.

Em 1873, ainda durante a gestão anterior, uma recessão financeira atingiu os países da Europa e dos Estados Unidos, a qual gerou um clima de restrição nos mercados de capitais, freou empréstimos e investimentos e também afetou os preços das exportações argentinas. Na Argentina, o crédito se contraiu, houve contração em inúmeros setores e aumento do desemprego. Os efeitos da crise foram profundos no setor estatal, pois o financiamento do gasto público provinha da arrecadação aduaneira, principalmente através dos impostos às importações e os créditos. Ao preferir manter o pagamento dos juros da dívida pública, os gastos estatais foram reduzidos mediante um ajuste fiscal que afetou principalmente os empregados públicos (DJENDEREDJIAN, 2013, p. 121).

Além dos problemas de ordem econômica, Avellaneda também teve de enfrentar a oposição política que realizava o mitrismo, a qual, conforme se verá adiante, também ocorreu pela via armada em fins de 1874. Apesar de fracassada a revolta mitrista, o nacionalismo seguia sendo uma força política considerável. Embora o governo nacional tenha desmantelado o poder dos aliados de Mitre em Santiago del Estero, este conservava seus seguidores, as redes político-eleitorais afins, alguma representação parlamentar, conexões sociais, apoio em amplos setores da sociedade portenha e uma importante imprensa partidária favorável. Ante o poder acumulado pelo rival partido autonomista, os mitristas optaram por denunciar a manipulação e a fraude nas eleições e proclamar a abstenção eleitoral com o objetivo de deslegitimar o sistema eleitoral. A abstenção era combinada com frequentes ameaças de voltar a tomar as armas.

Apesar da intransigência mitrista, que poderia servir para unir o autonomismo, durante o mandato de Avellaneda ocorreram fortes disputas dentro do autonomismo. Embora Alsina tivesse conseguido manter a agrupação relativamente unida, quando o mitrismo se absteve do cenário político as divisões internas se aprofundaram. Durante as eleições para deputados de 1876, a divisão entre um grupo tradicional e uma facção crítica composta por jovens lideranças se tornou ainda mais intensa (SABATO, 2012, p. 238).

A perspectiva de aprofundamento de conflito na província portenha levou o presidente Avellaneda a buscar uma saída negociada. Com o apoio do governador de Buenos Aires, Carlos Casares, e do líder do autonomismo e ministro da Guerra, Adolfo Alsina, propôs uma aproximação com os opositores mitristas, com o objetivo de incorporá-los ao jogo político e desanimar tentativas de revoltas da parte dos mesmos. Em 1877, foi selada a Conciliação entre Mitre e Avellaneda, embora dentro do autonomismo esta tenha sido rechaçada pela ala jovem, a qual fundou o Partido Republicano. Conforme Hilda Sabato,

El reconocimiento del partido opositor introducía una novedad en la dinámica política argentina. Durante décadas, la persistencia de una visión de la nación política como unidad llevó a desconfiar de las disputas entre los grupos que pugnaban por acceder al poder y, por lo tanto, a desalentar la organización de partidos estables. En ese marco, era difícil procesar el antagonismo pacíficamente. Así, los grupos que surgían aspiraban a representar, cada uno de ellos, al conjunto de la sociedad y deslegitimaban a sus rivales tildándolos de “facciosos”. (SABATO, 2012, p. 255)

Às dificuldades políticas e financeiras locais se somaram períodos de tensão com Brasil e Chile. Com o Império brasileiro, conforme será abordado no terceiro capítulo, os problemas giravam em torno das tratativas de paz com o Paraguai. Devido aos desacordos e a assinatura em separado do tratado de paz entre Brasil e Paraguai, em 1872, as relações entre a Argentina e o primeiro foram tensas entre 1872 e 1874. Durante a missão do ex-presidente Mitre ao Rio

de Janeiro, em 1872, encontraram-se soluções para a maioria das diferenças, mas ficou pendente o apoio brasileiro para a posse argentina da Villa Ocidental, o que impediu a assinatura do tratado de paz com o Paraguai e levou à ruptura das negociações. Somente em 1874, então sob gestão de Avellaneda, as negociações foram retomadas após o envio de Carlos Tejedor ao Rio de Janeiro. No entanto, o novo acordo não foi aprovado pelo Congresso paraguaio, este sob influência brasileira, e as relações entre ambos países voltaram a ficar tensas.

Avellaneda nomeou Bernardo de Yrigoyen como chanceler para reabrir as negociações com o Paraguai. A Argentina aceitou, então, submeter uma parte do Chaco que disputava à arbitragem internacional e avançou nas negociações dos tratados de paz, limites, comércio e navegação com o Paraguai, que foram assinados no início de 1876. No mesmo ano, o governo imperial retirou suas tropas do Paraguai e, dois anos mais tarde, o presidente norteamericano Rutherford Hayes outorgou o território a aquele país.

Por outro lado, com o Chile, a Argentina entrou em desavenças pela definição dos limites na Patagonia e no Estreito de Magalhães. Entre 1875 e 1878, negociações diplomáticas fracassaram e incidentes diplomáticos levaram ao rompimento das relações entre os dois países. No entanto, os governos de ambos preferiram assinar um tratado que postergava a resolução da disputa territorial. Enquanto esta questão permanecia em aberto e o Chile travava a Guerra do Pacífico com o Peru e com a Bolívia, o governo nacional incentivou campanhas de conquista de territórios indígenas localizados nas áreas de litígio da Patagônia. Estas campanhas foram comandadas pelo oficial Julio Argentino Roca, Ministro da Guerra de Avellaneda após a morte de Adolfo Alsina, que se converteu em uma liderança política de projeção nacional.

Nos anos finais do mandato presidencial de Avellaneda, Roca já aparecia como candidato presidencial. Por outro lado, o autonomista Carlos Tejedor surgiu como candidato oponente. Em 1880, Roca triunfou nas eleições, sufocou uma revolta que havia mobilizado a capital portenha sob a liderança de Tejedor e conseguiu impor aos portenhos a federalização de Buenos Aires (SABATO, 2012, p. 284). Esta ocasionou o desmembramento da província bonaerense, que passou a ter sua capital em La Plata, uma cidade planejada localizada ao sul de Buenos Aires, passando esta a ser a capital da República Argentina.

2. BUENOS AIRES, IMPRENSA E CIRCUITOS DE INFORMAÇÃO

As décadas de 1850 e 1860 estiveram marcadas pela expansão do sistema capitalista pelo mundo, sendo o Império Britânico a potência dominante. Nestas décadas, os novos inventos do processo conhecido como Revolução Industrial saíram dos centros da economia mundial e chegaram também aos continentes periféricos graças à grande disposição de capitais acumulados e à espera de lugares seguros para investimentos (HOBSBAWM, 2007).

As ferrovias, as embarcações a vapor e os *tranways* urbanos reduziram os custos e o tempo na circulação de mercadorias e pessoas. Graças aos cabos telegráficos submarinos, estas se viram diante da possibilidade de saber o que acontecia em lugares distantes do mundo em questão de algumas horas. A máquina linotipo, que chegaria às *oficinas* argentinas nas décadas de 1870 e 1880, permitiu que mais periódicos fossem impressos em menos tempo, o que possibilitou a redução no preço dos jornais e, conseqüentemente, um aumento do público leitor.

Inseridos na Divisão Internacional do Trabalho capitalista de forma subordinada enquanto países primário-exportadores, os latino-americanos recebiam estas novas tecnologias de forma tardia - sobretudo aqueles em que a instabilidade política resultante de anos de guerras civis não inspirava segurança aos investidores europeus.

O Brasil, que havia conseguido garantir sua estabilidade interna durante a década de 1840, surgia como um potencial receptor de capitais britânicos. Durante este decênio, o país passou por um “surto industrial” alcançado, por um lado, devido à postura protecionista adotada pelo Gabinete Liberal com a tarifa Alves Branco de 1844; e, por outro, graças à existência de capitais acumulados com as exportações de café, que contavam com alto preço no mercado internacional. A partir de 1850 estes recursos acumulados deixaram de ser dispendidos na aquisição de escravizados, posto ter sido abolido o tráfico negreiro pela Lei Eusébio de Queiroz, aprovada após a sanção do Aberdeen Act pelo parlamento britânico (SODRÉ, 1999, p. 186).

Durante estas décadas, foram instaladas ferrovias na região sudeste e nordeste do Brasil, um cabo telegráfico submarino conectou o país com a Europa e novas companhias de navegação surgiram e contribuíram para aproximar as cidades portuárias brasileiras. Em boa parte destas atividades, o capital britânico atuou em conjunto com alguns poucos empresários brasileiros, como foi o caso de Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá (CALDEIRA, 1995).

No Paraguai, um país governado por um regime autoritário que não havia passado por guerras civis desde a sua emancipação, a presença britânica também foi importante, embora neste caso a entrada de capitais e de técnicos ingleses tenha ocorrido graças ao fomento do próprio governo, este interessado em modernizar a estrutura econômica e militar do país. No

Paraguai, a ferrovia, o telégrafo, o arsenal e outras melhorias realizadas no âmbito militar foram feitas graças à atuação de técnicos e de engenheiros ingleses trazidos ao país por Carlos Antonio Lopez (LOPEZ MOREIRA, 2013, p. 194).

O Uruguai, por sua vez, com suas sangrentas guerras civis, era um país arriscado para investimentos, os quais ocorreram em grande quantidade somente com a instalação da ditadura de Lorenzo Latorre, quem, a partir de 1876, implementou medidas de modernização no país (GARCEZ, 2001).

A Inglaterra demonstrava especial interesse pela região que viria a constituir a Argentina desde início do século XIX. No entanto, somente a partir da década de 1860 que a região passa a perceber os efeitos da Revolução Industrial e dos investimentos externos. Durante a presidência de Sarmiento, por exemplo, a rede ferroviária argentina passou de 573 km em 1868 para 1333 km em 1874, foram instalados 5 mil km de linhas telegráficas, abertos caminhos e realizados estudos dos rios para fomentar a navegação fluvial (SABATO, 2012, p. 189). Todas estas medidas foram instrumentos de integração territorial que contribuíram para a formação de um mercado nacional, evidenciando o importante *rol* que cumpriu o Estado argentino no desenvolvimento do capitalismo naquele país (OSZLAK, 2012).

Marcello Carmagnani considera que os investimentos ingleses na América Latina foram possíveis não somente pela grande quantidade de capital acumulado e à espera de lugares seguros, mas também pelo interesse das oligarquias dominantes em tecnologias que possibilitassem aumentar seus ingressos monetários sem que seu controle sobre as unidades produtivas fosse afetado. Desta forma, “el ferrocarril constituye para la oligarquía la imagen más sugestiva de la capacidad tecnológica que posee el capital inglés, y ejerce sobre ella una fascinación completada por los tranvías, los barcos a vapor y los bancos...”, assim como os telégrafos e as companhias de seguros (CARMAGNANI, 1984, p. 30-44).

Na região da Bacia do Rio da Prata, a cidade de Buenos Aires foi a mais impactada por transformações entre as décadas de 1850 e 1880: passou de uma mediana capital provincial a uma das maiores e mais populosas *urbes* do Atlântico sul, marcada por um intenso crescimento demográfico, pela proliferação de espaços de sociabilidade, pela formação de uma esfera pública e pela atuação crescente de uma imprensa que se apresentava como instrumento de civilização e de progresso.

2.1 Buenos Aires: de capital provincial a Capital Federal

Com a queda de Rosas em 1852 e a revolução portenha de 11 de setembro daquele ano, a província Buenos Aires se separou da Confederação Argentina e se constituiu como um Estado independente. Em 1853 a Confederação sancionou sua Constituição e, no ano seguinte, foi a vez do Estado de Buenos Aires. Desta forma, a cidade Buenos Aires se tornava a capital do Estado de Buenos Aires. Contava com um incipiente poder judiciário, com um legislativo representado pela Sala de Representantes e com um executivo composto pelo governo da província.

Em 1862 Bartolomé Mitre assume a presidência da República Argentina unificada e propõe ao Congresso Nacional uma lei que tornaria Buenos Aires Capital Federal do país. Graças à atuação do autonomismo, esta lei não foi aprovada na Legislatura portenha, ficando, assim, a cidade capital da Província de Buenos Aires e “hóspede” do governo nacional. Municipalidade, Governo provincial e Presidência da República, todas instâncias administrativas reunidas em uma mesma cidade. Miguel Angel Scena (1974, p. 20) pontua que a convivência entre os poderes nacional e provincial esteve marcada por conflitos, desentendimentos e fricções de toda ordem, “acentuados por la circunstancia de que el gobernador de la provincia y sus seides no perdían la oportunidad de demostrar al primer mandatário que no pasaba de ser un huésped incómodo, casi un intruso, dentro de la ciudad”.

Para alojar o Legislativo nacional na cidade, foi construído em 1864 o prédio do Congresso Nacional, ao lado da Plaza de Mayo. Ao redor desta praça, que durante o período colonial abrigava instituições políticas da administração metropolitana civil e religiosa, instalaram-se as principais instituições da era republicana: o antigo forte havia passado por uma grande reformulação para dar lugar à Casa de Governo. Ao lado desta, foi instalado o edifício de Correios e Telégrafos. No outro lado da praça, o histórico Cabildo, que ainda contava com os arcos laterais que viriam a ser demolidos em obras urbanísticas posteriores, passou a ser usado como Municipalidade, Tribunal de Justiça e cadeia pública (SCENNA, 1974, p. 27).

Buenos Aires foi, durante estas décadas, o foco da dirigência política municipal, provincial e, a partir de 1862, nacional, instâncias situadas em mútua relação, posto que nelas atuaram indivíduos como Carlos Tejedor, Pastor Obligado, Adolfo Alsina, Bartolomé Mitre, Vélez Sarsfield, Domingo Sarmiento, entre outros. Personalidades que integravam uma elite política e letrada dirigente, aquela que exercia os cargos mais altos da administração pública e que eram, ao mesmo tempo, trampolins para a Presidência da República. Esta “cidade letrada”, nos termos de Ángel Rama (2015), exercia mandatos nas legislaturas provincial e nacional ou funções no judiciário bem como cargos de chefia de governo, de Ministros de Estado, de plenipotenciários no exterior, de governadores da província etc.

Em 1877, o Ministro da Guerra de Avellaneda, Adolfo Alsina, faleceu em Buenos Aires. Aquele que era um potencial candidato às eleições presidenciais de 1880, foi substituído pelo General Julio Roca, veterano da guerra contra o Paraguai. Junto de seu novo Ministro Avellaneda buscou solucionar um problema que preocupava a elite dirigente e interessava à oligarquia bonaerense: a fronteira com os territórios indígenas.

Com vistas a ampliar a fronteira agrícola e a estabilizar a província, Roca e Avellaneda empreenderam a denominada “Campanha do Deserto”, que, apesar do nome, significou a conquista militar de milhares de hectares de territórios até então ocupados pelas parcialidades indígenas. Contrariando a ideia sarmientina - inspirada nos *farmers* dos Estados Unidos - de distribuição de pequenos lotes de terras a pequenos e médios produtores rurais, estas terras foram distribuídas às famílias pertencentes à oligarquia argentina ou a ela vinculadas: Martinez de Hoz, Anchorena, Uriburu, Leloir, Elizalde, Lezama, Unzué, Luro, Pereyra, Tornquist entre outras (CIEZA, 2010, p. 28). Em retribuição ao herói nacional atualmente estampado nas cédulas de 100 pesos argentinos, a elite bonaerense erigiu um monumento equestre em sua homenagem e apoiou a sua candidatura à presidência da República nas eleições de 1880²⁴.

Após derrotar o governador portenho Carlos Tejedor nestas eleições, Roca teve de mobilizar as tropas do Exército nacional para debelar um levantamento armado realizado pelos portenhos, que transformaram a cidade em uma zona de guerra. Embora fosse a província mais rica, as tropas que Tejedor havia mobilizado não puderam fazer frente ao moderno Exército nacional argentino. O portenhismo havia sido derrotado, Buenos Aires seria federalizada e se tornaria Capital Federal da República Argentina. As rendas da Aduana portenha passariam, então, a pertencer à nação e não mais à província. A República Argentina finalmente contaria com uma capital onde residiriam suas autoridades e ficariam estabelecidas suas principais instituições civis e militares. A Província de Buenos Aires passaria a ter como capital uma cidade a ser construída de forma planejada ao sul da Capital Federal, La Plata.

Apesar das divergências e das disputas entre os membros da dirigência política nacional e provincial, a cidade e a província passaram por um intenso crescimento econômico durante as três décadas em questão. Conforme Roy Hora (2010, p. 128), neste período a cidade se afirmou como eixo articulador do comércio externo, dadas as dificuldades enfrentadas pelos portos da Confederação, e se tornou no principal centro urbano do Atlântico austral. A respeito

²⁴ Roca foi um dentre inúmeros militares que receberam grandes extensões de terras nestas décadas de expansão da fronteira agrícola. Outra importante família de militares agraciada com milhares de hectares em distintas áreas do país foi a Uriburu, da qual saíram dois presidentes da República. Conforme Daniel Cieza, “surge una casta oligárquica formada por grandes terratenientes que tienen una estrecha relación con jefes militares y con grupos económicos de capitales europeos” (CIEZA, 2010, p. 29).

da condição de cidade portuária articuladora do comércio, Hilda Sabato afirma que Buenos Aires

[...] creció de manera sostenida entre 1850 y 1880, como centro de la actividad de exportación, el comercio y las finanzas de una Argentina en pleno proceso de expansión capitalista. También fue un polo de producción, distribución y consumo; sede de las administraciones nacional y provincial; centro de actividades culturales y educativas. (SABATO, 2007, p. 169).

Nestas décadas, a Argentina se especializou na criação de ovinos para a exportação de lã para a indústria têxtil europeia e norte americana. Com a demanda internacional em alta, milhares de hectares de territórios indígenas foram conquistados à província bonaerense para criação de ovelhas. Com um comércio em crescente expansão, o porto de Buenos Aires logo mostrou suas limitações. Desta forma, em 1855, foi construída uma nova e imponente aduana pelo arquiteto Eduardo Taylor e um molhe de cargas que proporcionaram à cidade suas primeiras instalações portuárias de envergadura. No entanto, Roy Hora ressalva que:

Las modestas obras de los años cincuenta solo trajeron un alivio momentáneo, pues el incremento del tráfico comercial pronto reclamo iniciativas más ambiciosas. Éstas comenzaron por la rectificación de la desembocadura del Riachuelo y la apertura del canal sud en 1875, y por la construcción de muelles en los márgenes de este curso de agua. Pese a las dificultades que presentaba la operatoria portuaria, en este período Buenos Aires concentró el grueso del comercio exterior argentino. A comienzos de la década de 1880, por su puerto pasaban más del 60% del valor exportado, y más del 80% del valor importado. (HORA, 2010, p. 131).

Hilda Sabato acrescenta que a planta urbana portenha se expandiu e sobre ela se estenderam linhas de ferrovias e transvias a cavalo que formaram uma rede cada vez mais densa de transportes e passageiros. A iluminação a gás, a água corrente, o calçamento de algumas vias e as cloacas que favoreceram o centro da cidade eram outros sintomas da modernização pela qual passava a capital (SABATO, 2004, p. 41).

Apesar das melhorias urbanas, a cidade possuía ambientes propícios à proliferação de doenças e epidemias. Em 1867, a capital fora assolada pela epidemia de cólera que se iniciou nos acampamentos de guerra no Paraguai. Anos depois, em 1871, Buenos Aires foi devastada pela febre amarela, a qual, além das milhares de mortes, gerou um considerável movimento migratório de áreas de ocupação mais antiga, como Concepción e San Telmo, para outras de ocupação mais recente, como San Nicolás, Socorro e Palermo (SCENNA, 1974, p. 81).

Ao final da sua gestão, influenciado pelas teorias higienistas que circulavam e ganhavam adeptos, e pelas concepções urbanísticas europeias que neste contexto primavam pela abertura de grandes *boulevards*, avenidas e parques arborizados, Domingo Sarmiento apresentou um

projeto de construção de um grande parque em Palermo, área pantanosa nas *afueras* onde Rosas havia instituído seu centro de poder e residência particular. Sarmiento já havia ordenado a instalação do Colégio Militar no antigo casarão de Rosas em 1869 e agora desejava abrir um imenso espaço verde em uma região ainda livre da expansão urbana. O ato simbólico é evidente: erigir em um espaço até então associado à barbárie e à tirania uma obra urbanística inspirada na civilização europeia e que levava no nome a data da batalha de Caseros, 3 de fevereiro.

O presidente sanjuanino desconsiderava o grave momento das finanças do Estado argentino, que se encontrava em crise devido à baixa arrecadação causada pela queda do comércio exterior. Em função da situação econômica vigente, o projeto foi criticado por inúmeros políticos locais, dentre eles pelo mitrismo através das páginas de *La Nación*. Apesar das críticas e oposições, o Parque 3 de Fevereiro foi inaugurado em 1875 durante a gestão de Avellaneda. O jornal mitrista noticiava a inauguração do parque com um pequeno texto titulado “El Parque 3 de Febrero” ao lado de outros relacionados à situação delicada das finanças e da dívida externa argentina com os seguintes termos:

Mañana tiene lugar la inauguración del Parque 3 de Febrero, formado con el sudor del pueblo y con las penurias pasadas por las pensionistas, pobres mujeres a quien el gobierno ha demorado el pago de sus pensiones, a fin de que el Sr. Sarmiento pudiera plantar palmas y hacerse de tigres, leones, conejos y mulitas. Este paseo cuya utilidad es problemática, fue votado por el Congreso, a pesar de la opinion de la gente sensata y de las conclusiones de la ciencia, por darle tan solo gusto al Presidente Sarmiento. Millones de millones se decretaron para formar alamedas, estanques, montañas artificiales, cascadas, coleccion de fieras, &, &, cuando la ruina y el descrédito del país se veían venir. ¡Cuanto cuesta el capricho de un hombre! (*La Nación*, BCNA, Buenos Aires, 10.11.1875).

No entanto, apesar das grandes obras arquitetônicas e urbanísticas realizadas, o que mais marcou a cidade durante estas décadas foram as transformações ocorridas na sociedade: em 1854, um censo do Estado de Buenos Aires informou que a cidade contava com 90.176 habitantes e a campanha 180.287; enquanto que, em 1881, a capital já contava com 322.016 residentes e a campanha com 526.591 (MATEO, 2013, p. 82). Acrescenta Roy Hora (2010, p. 128) que entre 1854 e 1887 a população da cidade cresceu a uma taxa anual de 5%.

O intenso crescimento demográfico pelo qual passou a região nestas décadas se explica principalmente pela imigração europeia – embora a imigração de oriundos do interior também fosse significativa -, que era fomentada pela dirigência ilustrada portenha: enquanto em 1855 os estrangeiros eram aproximadamente 35% da população da cidade, em 1869 constituíam 50% e, em 1887, já eram 52% (MATEO, 2013, p. 92).

Devido à prosperidade econômica e à massiva entrada de imigrantes que haviam cruzado o Atlântico em embarcações a vapor, ocorreu na capital uma europeização dos costumes e dos hábitos de consumo. Surgiu um setor da atividade mercantil orientado a atender as demandas dos grupos de maiores ingressos, que cresceu conforme aumentava a riqueza e influência deste setor durante as décadas de auge da produção lanífera. Roy Hora afirma que a estrutura comercial da capital se tornou mais complexa e diversificada e que, de acordo com o censo de 1887, a cidade contava com aproximadamente 400 lojas, 100 livrarias, 140 joalherias, 70 *sombrerías*, 200 cafeterias, mais de 300 despachos de bebidas, mil *carnicerías* e *verdurerías* além de uma grande quantidade de restaurantes, *fondas* e mercearias (HORA, 2010, p. 132).

Miguel Angel Scenna localiza na rua Florida de 1870 um pujante centro de comércio de produtos importados da cidade, onde se podia encontrar lojas de roupas, pratarias, *cuchillerías*, joalherias, *sombrerías*, “todo de acuerdo con el *dernier cri* parisino” (SCENNA, 1974, p. 33). Ali próximo, San Martín era a rua dos financistas, estava repleta de casas de câmbio e de bancos, como o da Província de Buenos Aires e o Banco Argentino. Nas proximidades daquela rua se encontravam também o Banco Mauá, o Banco de Londres e Rio da Prata e a Bolsa de Comércio (SCENNA, 1974, p. 30).

Percebe-se, portanto, que durante estas décadas ocorreu uma mudança de valores e de padrões de comportamento que assinalam um processo de aburguesamento da população portenha, a qual passava a substituir antigos hábitos e práticas por novos voltados à modernidade (GUERRA, 1992). Dentre estas transformações, encontra-se a proliferação de espaços de sociabilidade e a formação de uma esfera pública que se manifestava principalmente através da intensa atuação de associações coletivas e da imprensa.

2.2 A formação da opinião pública

Conforme visto anteriormente, inúmeras foram as transformações ocorridas no espaço urbano portenho a partir da década de 1850. Um Estado nacional estava em formação, um sistema capitalista de produção com suas regras específicas de organização do trabalho estava se consolidando, uma diversificação da sociedade local estava em curso devido ao intensivo processo imigratório externo e interno que, por sua vez, gerava um processo de urbanização.

Tanto a Constituição Nacional de 1853 como a provincial de 1854 estabeleceram a liberdade de atuação da imprensa, embora inúmeros fossem os casos de perseguição a jornais realizados pelos governos de turno, principalmente na província de Buenos Aires durante a

década de 1850 (WASSERMAN, 2009). Apesar destas restrições, a relativa liberdade de expressão e de atuação jornalística contribuíram para a proliferação de espaços de sociabilidade, de associações e de periódicos, principalmente na capital. Estes já existiam na primeira metade do século XIX, embora em menor número e funcionando sob as lógicas de uma sociedade que ainda apresentava características de uma organização social de Antigo Regime.

François Xavier-Guerra identifica uma série de mutações que marcaram a transição do Antigo Regime hispano-americano para o que define como Modernidade. Conforme Guerra, o que surge de novo foi a existência de um sistema global de referências em que se combinam ideias, imaginários sociais, valores e comportamentos que devem configurar uma nova sociedade, assim como o surgimento de uma cena pública quando este novo sistema de referências deixa os círculos privados para ganhar a luz. Segundo Guerra, triunfa uma nova “legitimidad – la de la nación o la del pueblo soberano -, una nueva política con actores de una clase nueva que, por primera vez, pueden ser llamados políticos, en tanto que se constituyen precisamente para conquistar esa nueva legitimidad” (GUERRA, 1992, p. 13).

De acordo com Pilar Gonzalez Bernaldo (2008), as associações e espaços de sociabilidade existentes durante o regime rosista estavam marcadas pela religiosidade e familiaridade, ou seja, eram voltadas ao íntimo da vida privada. Os poucos jornais que circulavam atuavam sob estreita supervisão do governo, sendo as subvenções governamentais os principais recursos que garantiam sua sobrevivência. *Publicistas*, como o italiano Pedro de Angelis, por exemplo, atuavam na imprensa defendendo o regime de Rosas dos ataques em jornais publicados em províncias do interior ou em Montevideú, posto que aqueles que contrariassem o líder de Palermo frequentemente recorriam ao exílio (SCHEIDT, 2008).

A partir de 1850, surgiram novos espaços de sociabilidade que se aproveitaram do clima de maior liberalidade instalado, como lojas maçônicas, sociedades de ajuda mútua, clubes culturais, sociais e esportivos, agrupamentos festivos, sociedades profissionais, associações de imigrantes, entre outras, nas quais as relações entre os seus membros se dava pela origem, pela condição étnica, pela profissão e não mais pelo sobrenome ou por vínculos familiares. Estas associações passaram a orientar-se não somente por questões referentes à vida privada, mas sobretudo àquelas referentes à vida coletiva, à esfera pública.

Para Hilda Sabato, entre 1862 e 1880, Buenos Aires foi cenário da formação de uma esfera pública que se constituiu em uma instância de mediação entre sociedade civil e Estado, e de participação política para amplos setores da população portenha (SABATO, 2004, p. 13). Para a autora, as novas formas de sociabilidade surgidas nestas décadas exerceram um papel importante na transição do Antigo Regime à modernidade, pois eram instituições em que

predominavam práticas, valores e relações baseadas nos princípios de igualdade e liberdade instaurados com a Revolução Francesa. Assim, “estas asociaciones de nuevo tipo no solamente servían a los fines específicos para los cuales habían sido creadas sino que funcionaban, además, como ámbitos de desarrollo y difusión de las modernas prácticas sociales y políticas” (SABATO, 2007, p. 168).

Em sua obra *Mudança estrutural da esfera pública*, Jürgen Habermas (2014) afirma que a esfera pública moderna se articula na oposição entre sociedade civil e Estado. Conforme o autor, havia surgido na Europa dos séculos XVI e XVII uma concepção de público formado por pessoas interessadas em discutir assuntos relacionados aos interesses gerais da sociedade; de modo que, entre o domínio da autoridade estatal e o domínio privado da sociedade civil, surgiu a esfera pública burguesa, esta formada por um público de pessoas privadas que se reuniam para debater entre si e mediante razões um amplo leque de questões da vida privada, da administração pública e da regulação das atividades da sociedade civil. Ainda conforme Habermas, a esfera pública deve ser percebida como a esfera de pessoas privadas

que se reúnem em um público. Elas reivindicam imediatamente a esfera pública, regulamentada pela autoridade, contra o próprio poder público, de modo a debater com ele as regras universais das relações vigentes na esfera da circulação de mercadorias e do trabalho social – essencialmente privatizada, mas publicamente relevante. O médium desse debate público é peculiar e sem precedente histórico: a discussão pública mediante razões. (HABERMAS, 2014, p. 135).

Desta forma, esta esfera pública adota o *status* normativo de um órgão de mediação da sociedade com um poder estatal que corresponda às suas demandas. É através dela que as pessoas questionam e se relacionam com as instituições do Estado. No entanto, para sua formação, são necessárias algumas condições, dentre elas espaços de sociabilidade onde ocorra a circulação e o intercâmbio de informações a respeito da vida pública. Habermas destaca os salões, as cafeterias, os clubes e os círculos de leitores como espaços de sociabilidade por excelência e os jornais e as revistas como importantes meios difusores de informações e propositores de debates na sociedade (HABERMAS, 2014).

Marco Morel considera que o termo “opinião pública” é polissêmico e que muitos a tratam como se fosse uma entidade humana, com vontade e movimentos próprios. No entanto, ressalta o historiador, a opinião pública trata-se, antes de tudo, de palavras, poderosos instrumentos de combate. Conforme o autor, a opinião pública

[...] remete a uma expressão que desempenhou papel de destaque na constituição dos espaços públicos e de uma nova legitimidade nas sociedades ocidentais a partir de

meados do século XVIII. Essa visão percebia no nascimento da opinião um processo pelo qual se desenvolvia uma consciência política no âmbito da esfera pública. Diante do poder absolutista, havia um público letrado que, fazendo uso público da Razão, construía leis morais, abstratas e gerais, que se tornavam uma fonte de crítica ao poder e de consolidação de uma nova legitimidade política. Ou seja, a opinião com peso para influir nos negócios públicos, ultrapassando os limites do julgamento privado. (MOREL, 2003, p. 22).

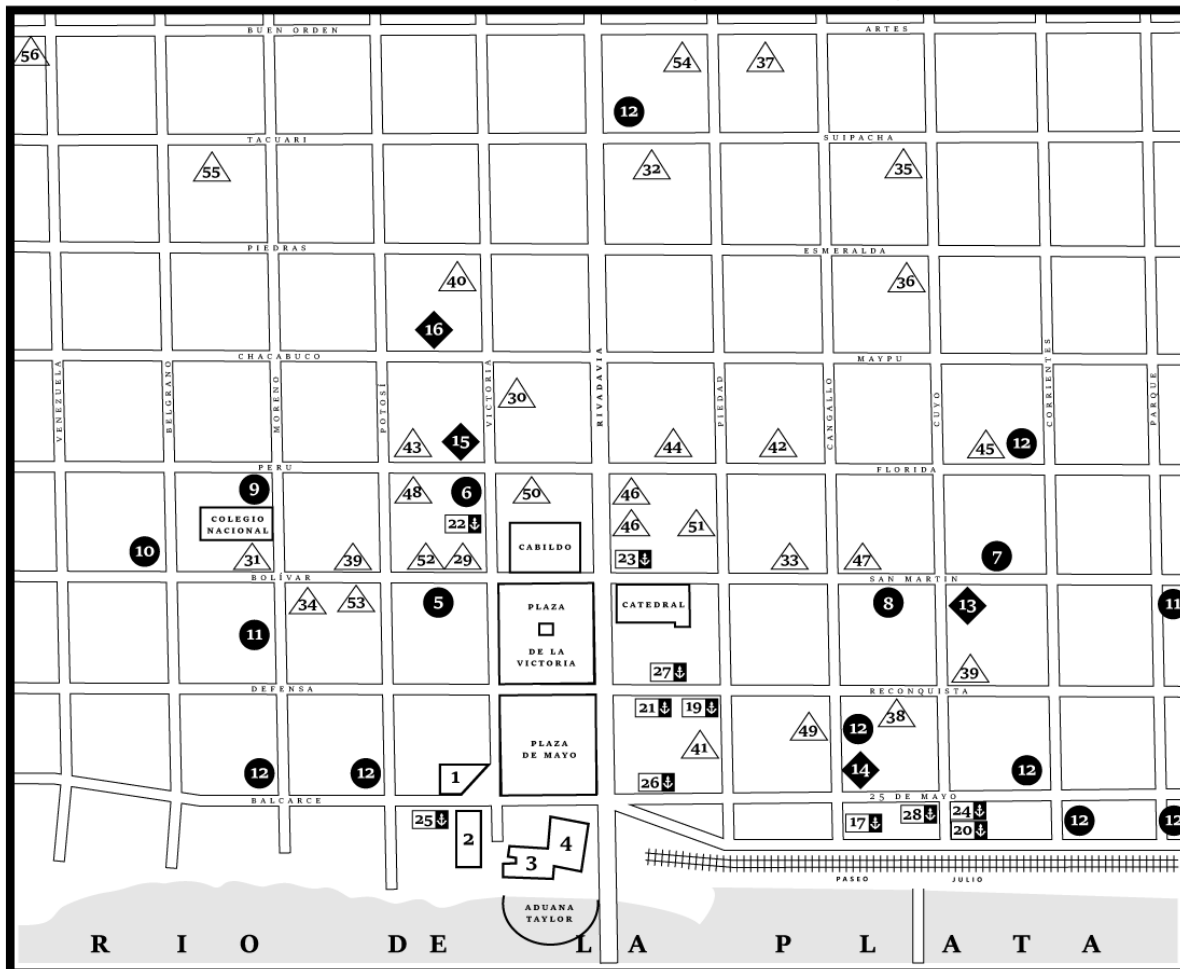
Partindo das considerações de Habermas, Hilda Sabato (2004, p. 27) considera que as associações surgidas a partir da década de 1850 foram instituições decisivas na formação de uma esfera pública burguesa em Buenos Aires, constituída como instância fundamental na mediação entre sociedade civil e Estado. A autora define a esfera pública burguesa como uma esfera de pessoas privadas reunidas que formam um público com propósito de estabelecer um diálogo e um debate com os agentes do Estado.

O âmbito de atuação de *publicistas*, das associações, das coletividades, dos clubes, dos comitês, etc. não se reduzia às instalações onde funcionavam ou alugavam, frequentemente ganhavam as ruas como forma de demonstrar à população a sua força de mobilização. Não significa que os desfiles, procissões e manifestações públicas realizassem longas marchas, posto que, conforme se pode perceber no mapa abaixo, as sedes dos principais periódicos, das livrarias, dos estabelecimentos impressores, das instituições da administração estatal, dos bancos e do comércio estavam concentrados em algumas quadras que circundavam a simbólica Plaza de la Victoria²⁵, onde geralmente as celebrações eram encerradas.

²⁵ Ao abordar o aumento no número de livrarias e de estabelecimentos impressores na cidade, Alejandro Eujanián (2007, p. 558) afirma que “ellas se aglutinaban en el centro cívico de la ciudad, en el que en pocas cuadras se apiñaban e interrelacionaban los ámbitos en los que se concentraba el poder político y cultural de la época”.

Mapa do Centro de Buenos Aires em 1870 ²⁶

GRAN MAPA MERCANTIL DE LA CIUDAD DE BUENOS AYRES



1 - CONGRESSO NACIONAL 2 - DEPÓSITO DA ADUANA 3 - CORREIOS E TELÉGRAFOS 4 - CASA DE GOVERNO	● SEDES DOS PERIÓDICOS 5 - El Nacional 6 - La Tribuna 7 - La Nación 8 - The Standard 9 - La Prensa 10 - La República 11 - Courrier de la Plata 12 - El Mosquito	◆ SEDES DE OFICINAS IMPRESSORAS 13 - Imprenta Alemana 14 - Imprenta de Pablo Coni 15 - Imprenta Coni 16 - Litografía Madrileña	△ LIVRARIAS 29 - Librería del Colegio 30 - Librería Lucien 31 - Librería Española 32 - Agencia de Librería 33 - Librería Inglesa Henrique Loedel 34 - Librería Real y Prado 35 - Bazar Perissé 36 - Manescau 37 - Librería San Nicolas 38 - Librería Nueva 39 - Librería Internacional 40 - Librería de Canedo 41 - Librería del Papel 42 - Librería Europa	◻ AGÊNCIAS DE NAVEGAÇÃO 21, 19, 26, 23, 27, 25, 22, 24, 20, 17, 28	43 - Librería Ure 44 - Librería de la Victoria 45 - Librería Europea 46 - Librería Rivadavia 47 - Librería Peuser 48 - Librería de Mayo 49 - Librería Alemana 50 - Librería Lajouane 51 - Librería Inglesa 52 - Librería de Ygon Hnos 53 - Librería de Uria 54 - Librería Baccani 55 - Librería de Marti 56 - Librería Hispano Americana
--	--	---	---	--	---

Figura 2: Mapa do centro de Buenos Aires em 1870

Fonte: Endereços obtidos nos jornais consultados e adaptados ao Gran Mapa Mercantil de la Ciudad de Buenos Aires, disponível em: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/123456789/274355>

²⁶ Os endereços indicados são localizações aproximadas, uma vez que inúmeras mudanças ocorreram naquele espaço urbano, principalmente em relação à numeração dos imóveis. Além dos periódicos, a obra *Cuando murió Buenos Aires, 1871* (1974) de Miguel Angel Scenna também serviu de referência, pois o autor faz um “recorrido” pela capital em 1870 passando por algumas ruas principais e citando a localização das *oficinas* de periódicos, de livrarias, bancos e estabelecimentos comerciais.

Estas formas de reunião de pessoas, de celebração e de reivindicação de demandas tornavam intensa a vida pública portenha durante estas décadas, tal como destaca Angel Miguel de Marco:

La política estaba en las calles, en los cafés, en las pulperías de los subúrbios, pero también imperaba puertas adentro de las casas, donde reinaban las mujeres, matronas y señoritas. En voz baja o con apasionamiento, defendían y a veces disentían con las opiniones de maridos, novios e hijos (DE MARCO, 2006, p. 257).

Em Buenos Aires, assim como na campanha bonaerense, inúmeros eram os espaços de sociabilidade públicos e privados, tais como casas de particulares, praças, mercados, *oficinas*, pórticos de igrejas, alamedas, ribeiras do rio, *pulperías*, fortins, cafeterias, restaurantes, lojas maçônicas, clubes, associações etc. Nestes ambientes se criavam vínculos de amizade e de inimizade, teciam-se alianças matrimoniais, familiares e políticas, desenvolviam-se hábitos de encontro que se transformavam em expressões de identidades compartilhadas que podiam adquirir um caráter social, cultural, étnico ou político (BERNALDO, 2013, p. 350).

Enquanto as cafeterias se constituíram nos espaços de sociabilidade das elites urbanas, as *pulperías* eram um dos ambientes de sociabilidade mais frequentados pela população subalterna da cidade e do campo. A *pulpería* era o lugar onde se ofereciam bebidas, alimentos, tecidos, artigos de mercearia, roupas, artigos para instrumentos musicais, tabaco, cigarro, papel e também periódicos e livros, como se percebe na litografia de León Pallière:



Figura 3: *Interior de pulpería*, litografia de León Pallière, 1864

Fonte: (HORA, 2013, p. 139.)

Nesta litografia de 1864, Pallière retratou uma *pulpería* de campanha, um dos principais espaços de sociabilidade frequentado por *gauchos*. Os habitantes da campanha não procuravam as *pulperías* somente para adquirir produtos, estas constituíam um dos ambientes onde os *lugareños* se encontravam para conversar, onde chegavam os produtos importados e os periódicos da capital, onde eram feitas leituras em voz alta e se realizava a socialização. Nesta litografia o *pulpero* é retratado lendo um número do portenho *La Tribuna*, evidenciando o quanto o hábito da leitura havia ultrapassado os círculos letrados urbanos. A transmissão de informações não se dava somente pelas leituras de periódicos, fossem elas individuais ou coletivas, mas também por meio da oralidade, prática comum em ambientes rurais e urbanos em que predominava o analfabetismo (MOREL, 2010, p. 67). A transmissão oral ocorria por meio das leituras em voz alta e dos rumores e boatos, os quais tinham nas *pulperías* um dos principais lugares de difusão e discussão.

Se Hilda Sabato localiza a formação da opinião pública em Buenos Aires a partir da década de 1850, Marco Morel (2003), por sua vez, a localiza na de 1820 no Rio de Janeiro. Enquanto nas Províncias Unidas do Rio da Prata federais e unitários se desentendiam quanto à organização de uma república na região e travavam guerras civis entre si, no Brasil, os anos 1820 iniciaram com o impacto da Revolução do Porto, que estipulou a liberdade de imprensa nos domínios lusitanos e passou a exigir o retorno de dom João VI a Portugal. Ocorreu, portanto, um aumento no número de jornais em circulação, mas não uma proliferação devido às medidas de controle implementadas pelo governo da colônia e, após 1822, brasileiro. Apesar das restrições, no Rio de Janeiro dos anos 1820 a 1822 ocorreram intensos debates nos jornais, nos pasquins e nas gazetas circulantes, todos buscando respostas à questão: a Família Real lusitana deveria permanecer no Brasil ou retornar para Portugal? Para o autor, aqueles eram os primeiros esboços “de uma opinião que ganhava um peso político e que se tornava visível sobretudo pelo crescimento da imprensa e indicava uma pressão em favor de maior publicidade para a coisa pública” (MOREL, 2003, p. 25).

No entanto, o termo “opinião pública” até aqui abordado implica, também a existência de um público leitor, difícil de ser dimensionado de forma precisa, mas que, através de fragmentos e indícios, como ensina Carlo Ginzburg (1989), pode ser pelo menos identificado.

Hilda Sabato afirma que em 1869, 50% dos homens e 43% das mulheres da cidade de Buenos Aires, que então contava com 177.787 habitantes, conforme o Censo daquele ano, sabiam ler e escrever, contabilizando um total de 63% da população adulta da capital (SABATO, 2007 p. 186). William Acree, por sua vez, ressalta que a região do Rio da Prata se destacava pela existência de uma *cultura impresa rioplatense* e de um considerável público

consumidor de literatura popular que, segundo o autor, teria suas origens nas guerras de independência e que colocariam a região dentre as com maior porcentagem de alfabetizados na América Latina (ACREE, 2013, p. 53). Corrobora com Acree a historiadora e antropóloga Lea Geller, que postula a existência de um circuito de imprensa e literatura popular significativo na cidade desde as primeiras décadas do século XIX (GELLER, 2010, p. 27).

Em setembro de 1869, durante presidência de Sarmiento, foi realizado o primeiro Censo da República Argentina²⁷. Os dados deste Censo são fundamentais para identificar os potenciais grupos profissionais assinantes de jornais de Buenos Aires, os quais, como se pode conferir, não eram poucos:

Grupos profissionais da cidade de Buenos Aires em 1869			
Advogados	215	Engenheiros	121
<i>Albañiles</i>	3.258	<i>Jornaleros, peões</i>	10.200
Arquitetos	33	Litógrafos	77
Agentes, <i>comisionistas</i>	27	Literatos, periodistas, <i>publicistas</i>	32
<i>Barqueros</i>	24	<i>Libreros</i>	28
Comerciantes, negociantes	7.138	Médicos	154
Cafeteiros	96	Militares	871
Empregados	1.692	Professores, preceptores, maestros	490
Estudantes	1.325	Tipógrafos, impressores caixistas	460
Escrivães	127	Telegrafistas	3
Estancieros, <i>hacendados</i>	565	<i>Tenedores de libros</i>	68
Fotógrafos	112		

Quadro 1: Grupos profissionais em Buenos Aires de acordo com o Censo de 1869

Fonte: Primer Censo de la República Argentina verificado en los días 16, 17 e 18 de setiembre de 1869 bajo la dirección de Diego de la Fuente. Buenos Aires, Imprenta del Porvenir, 1872, p. 64-75. Disponível em: <http://censos1869-1895 sociales.uba.ar/files/2014/05/Primer-censo-de-la-Rep%C3%BAblica-Argentina.-1516-y-17-septiembre-1869-De-La-Fuente-D.-1872.pdf>

Não estranha a predominância de comerciantes, pedreiros e trabalhadores em uma cidade portuária que concentrava o comércio exterior do país e que passava por um intenso

²⁷ Maria Verónica Secreto (2014) destaca que com a consolidação dos Estados nacionais e do capitalismo comercial e financeiro (1848-1875), perfilou-se um processo de unificação e padronização. Dentre os fatores que contribuíram para esta unificação a autora cita a circulação de capitais, de mercadorias, de pessoas e de informação, dentro do qual se encontrava a realização periódica de Censos. Os censos gerais integravam um grande conjunto de relatórios, estatísticas, informes, memórias ministeriais etc., que permitiram o conhecimento de dados e representações de diferentes partes do mundo.

crescimento econômico, demográfico e urbano. Tampouco soa raro a considerável presença de empregados (públicos ou privados) e estudantes. Chama a atenção, no entanto, a presença de somente 565 indivíduos declarados como *hacendados* ou estancieiros.

Esta ausência pode ser compreendida, em parte, por uma tendência que remontava à década de 1830 de os *terratiantes ausentistas* portenhos preferirem declarar-se como comerciantes, tais como Juan José Anchorena, Vicente Casares, Celedonio Pereda, Ezequiel Paz, José Guerrico, Bartolo Leloir, entre outros. Conforme Roy Hora (2005, p. 36), esta “identificación reflejaba no sólo la importancia del comercio sino también la preeminencia de las actividades mercantiles sobre las rurales a los ojos de las clases propietarias del período” e, acrescenta o autor, que até a terceira parte do século XIX “la actividad rural todavía era vista como inferior y menos prestigiosa que los emprendimientos urbanos” (HORA, 2005, p. 38).

Observando os dados disponibilizados pelo Censo, compreende-se o grande espaço dedicado pelos jornais, sobretudo *La Nación*, às atividades comerciais e financeiras, como as atividades da Bolsa de Comércio, os valores de exportação e importação, a movimentação das embarcações pelo porto etc. Também se entende melhor a grande quantidade de anúncios publicitários de escolas privadas, médicos homeopatas, advogados, escrivães e dentistas divulgando os endereços de seus locais de atendimento²⁸. A população de Buenos Aires se diversificava rapidamente e este conjunto populacional heterogêneo constituiu um público leitor e anunciador nos jornais da cidade.

Graciela Batticuore e Klaus Gallo afirmam que entre as décadas de 1840 e 1870, quando Lucio Mansilla e José Hernandez publicaram, respectivamente, *Una excursión a los indios ranqueles* e *El gaucho Martín Fierro*²⁹, as práticas de leitura e escritura haviam se tornado extensivas a um conjunto variado e heterogêneo da população da cidade e da província. Conforme os autores,

Las tasas de alfabetización habían aumentado considerablemente como resultado de las políticas educativas que sobrevinieron a partir de Caseros, lo que explica en parte que no solo los periódicos sino también los libros y en general los impresos estuvieran más próximos o al alcance de un público que comenzaba a crecer y a diversificarse. Y que se formaba en la cultura de las librerías porteñas y las bibliotecas populares

²⁸ Os anúncios publicitários constituem um importante indício do público leitor dos periódicos, uma vez que os anúncios eram realizados – e pagos – por indivíduos que sabiam que aquele serviço ou produto poderia interessar a determinados grupos da cidade.

²⁹ *Una excursión a los indios ranqueles* de Lucio Mansilla foi publicada na parte de *folletín* de *La Tribuna* a partir de maio de 1872, enquanto que José Hernandez publicou no mesmo ano *El gaucho Martín Fierro* e em 1879 *La vuelta de Martín Fierro*. Embora Hernandez não tenha contextualizado suas narrativas, é perceptível na obra o teor crítico às gestões de Mitre e Sarmiento, pois assumia um teor de denúncia dos recrutamentos forçados praticados sobre as populações da campanha, as quais foram alvo destas práticas durante a guerra com o Paraguai e os períodos de avanço sobre a fronteira com os territórios indígenas.

distribuídas en la ciudad o las afueras, y a las que acudían también los iletrados para hacerse leer (BATTICUORE, GALLO, 2013, p. 338).

Durante as décadas de 1860 e 1870, *La Tribuna* era o jornal mais vendido da Argentina, o que foi motivo de uma publicação de celebração no seu número dos dias 10 e 11 de julho de 1870, na qual afirmava contar com cinco mil assinantes, o que, segundo o jornal, significaria trinta mil leitores. Se, conforme *La Tribuna*, 5 mil assinantes representavam 30 mil leitores, significa que cada exemplar do periódico seria lido por pelo menos 6 pessoas. Embora o jornal não explique como havia chegado a esta média, seus redatores conheciam os circuitos e os espaços por onde seus exemplares circulavam, como as dezenas de livrarias e boticas que disponibilizavam jornais para leitura dos clientes³⁰.

Evidenciando a lógica concorrencial que já vigorava na imprensa local, os redatores do jornal, interessados em aumentar seus ingressos a partir dos anúncios publicitários, acrescentavam: “Con un aviso en “La Tribuna” puede hacerse una fortuna”. Cinco mil assinantes era um número expressivo para a época, posto que, como se verá adiante, o jornal, assim como os demais portenhos, não contava com assinantes somente na capital, mas também no interior do país e até nos países vizinhos. Se *La Tribuna* era o mais lido com cinco mil assinantes, pode-se supor que abaixo se encontravam *El Nacional*, *La Nación* e *La Prensa*. Se o primeiro número de *La Nación*, publicado em 4 de janeiro de 1870, contou com uma tiragem de 1000 exemplares³¹, pode-se supor que *El Nacional*, por estar circulando desde 1852, contasse com um número intermediário entre os mil e três mil assinantes. Sergio Pastormelo (2016) pontua que o periódico *La Prensa* possuía uma tiragem de 2.100 exemplares, cifra que o colocava entre os mais lidos da capital. Por fim, Danero (1964, p. 6) afirma que a tiragem de *El Mosquito* oscilava entre 1500 e 2000 exemplares.

São números que parecem razoáveis quando comparados às estimativas de assinantes assinaladas por Benjamín Vickuña Mackenna para a década de 1850. Conforme o chileno, existiam quatro grandes jornais na cidade durante aquele decênio: *La Tribuna* e *El Nacional* contavam, cada um, com aproximadamente 1500 leitores, enquanto *La Crónica* e *El Orden* com aproximadamente 700 cada (WASSERMAN, 2009, p. 14). Também soam razoáveis quando comparados aos 500 assinantes que o assuncenho *La Regeneración* e os 990 que o rosarino *La Capital* afirmavam contar em 1870 (*La Regeneración*, Assunção, 6.04.1870, p. 3; MEGÍAS,

³⁰ No mesmo ano, no dia 6 de abril de 1870, o jornal assuncenho *La Regeneración* afirmava contar com 500 assinantes, o que significava, segundo seu redator, 2 mil leitores. São números que indicam o quanto os próprios redatores tinham conhecimento dos múltiplos espaços de sociabilidade pelos quais circulavam seus jornais.

³¹ Informação disponível no Museo Mitre, em Buenos Aires.

1998, p. 13). A respeito da expansão da atividade *periodística* na década de 1870, Miguel Angel de Marco pontua,

En poco tiempo, el periodismo había crecido aún más en la ciudad de Buenos Aires, como consecuencia del aumento de las imprentas, del arribo de inmigrantes que poseían los oficios de cajistas e impresores, de la misma gravitación de los acontecimientos políticos, que mantenían en vilo a la parte ilustrada de la población, la cual consumía también publicaciones culturales y de interés general, y de la presencia de extranjeros que mantenían su compromiso con la situación de su patria o necesitaban informarse acerca de los acontecimientos y posibilidades de la tierra elegida para emigrar. (DE MARCO, 2006, p. 337).

No entanto, esta extensão e diversificação do público leitor não ocorreu somente devido à expansão da atividade de empresas editoras e impressoras, ou às políticas educacionais implementadas a partir de 1852. Hilda Sabato considera que, além destes dois fatores, a própria imprensa portenha também teve atuação destacada neste processo:

Una creciente ampliación y transformación de los campos de lectura parece haber sido una característica del Buenos Aires posterior a Caseros. Si bien es difícil saber cuáles fueron sus alcances y sus límites, es obvio que incorporó a sectores que no circulaban por los ambientes relativamente estrechos – aunque no clausurados – de las élites políticas e intelectuales locales. La expansión de la alfabetización, que alcanzó al 50% de los hombres y al 43% de las mujeres de la ciudad en 1869 y subió al 64% y el 57% respectivamente en 1887, incrementó el público potencial de lectura. Pero su ampliación efectiva resultó, más bien, de la capacidad que tuvo la prensa para montar un escenario de debate e intercambios de diverso tipo que atraía lectores y creaba su propio público. (SABATO, 2004, p. 69).

Percebe-se, portanto, que a imprensa de Buenos Aires acabou assumindo uma posição central na vida pública e política daquela cidade. Junto com as associações, ela havia sido fundamental na formação de uma opinião pública, mas também passou a atuar como um ator político destacado da cena pública e como principal catalizador do debate de ideias da época (BARATTA, 2015, p. 3). Sendo assim, torna-se necessário conhecer as características da imprensa argentina oitocentista, os agentes que nela atuaram, bem como a forma como ela esteve relacionada com a política nacional durante aqueles trinta anos de discórdia marcados por conflitos armados e disputas de poder.

2.3 Imprensa, agentes e circuitos da informação

A maior liberalidade que passou a vigorar a partir da década de 1850, o intenso processo imigratório e a consequente urbanização em conjunto com o aumento do público leitor são

fatores que contribuíram para a proliferação de jornais na Argentina nas décadas de 1850 e 1860. Este *boom periodístico*, conforme definiu Alicia Megias (1998), foi ainda mais intenso na capital, onde importantes debates ocorridos nestas décadas a colocavam no centro das questões e polêmicas.

A maior parte dos periódicos surgidos nestas décadas teve vida efêmera, durou poucos anos e até mesmo meses. Alguns jornais surgiam em função de uma campanha eleitoral ou de um objetivo específico, o qual, uma vez logrado ou fracassado, perdia a razão de existir. No entanto, já na década de 1850, apareceram jornais que durariam décadas e que passariam por importantes transformações.

Em geral, a imprensa portenha durante as décadas pós-Caseros era político-partidária, sendo os jornais órgãos representantes de facções políticas ou a elas vinculados. *La Tribuna* era um órgão vinculado ao partido autonomista; enquanto *La Nación* pertencia a Bartolomé Mitre, funcionando na sua própria casa. Embora adotasse uma postura mais independente, *El Nacional* também estava vinculado ao autonomismo e era muito próximo ao presidente Sarmiento (DONGHI, 1992, p. 99). Exceção à esta regra eram os jornais vinculados às coletividades estrangeiras ou a determinados grupos étnicos e profissionais, os quais, embora pudessem tornar públicas as suas preferências políticas, não existiam em função delas. Sabato afirma que o tom destes jornais era de um liberalismo indiscutido, ainda que apresentassem variantes mais ou menos republicanas e anticlericais: “cada uno cultivaba, sin embargo, un estilo diferente, que iba desde el más formal y engolado de *La Nación* hasta el coloquial de *La Tribuna* y el militante de *El Nacional* de los años 1870” (SABATO, 2004, p. 72).

Entre as décadas de 1850 e 1860, a imprensa portenha ainda apresentava características artesanais, pois era um grande número de empregados que realizavam trabalhos manuais nas *oficinas* tipográficas para colocar os jornais nas ruas a cada dois ou três dias. Durante a década de 1870, graças a adoção de inovações nas *oficinas*, periódicos como *La Tribuna* passaram a ser distribuídos diariamente. As máquinas tipográficas desta época permitiam tiragens de quatro páginas, embora algumas inovações nos tipos (letras) já vinham sendo utilizadas. É nas décadas de 1870 e 1880, com a chegada das primeiras máquinas de linotipo, que alguns jornais começam a perder suas características artesanais, no entanto, “la célula artesanal continuó vigente aún en los grandes talleres. Ello era así porque la utilización de máquinas manuales continuaba asociada a una idea de calidad. Especialmente para las tareas vinculadas a la litografía...” (EUJANIÁN, 2007, p. 567)³².

³² Alejandro Eujanián apresenta o exemplo do imigrante Emilio Pablo Coni, que havia se graduado impressor em Paris e que havia se radicado na Argentina na década de 1850. Afirma o autor que Coni instalou sua primeira

As novas máquinas tipográficas de linotipo substituíram dezenas de trabalhadores, como os compositores caixistas, responsáveis por compor os textos usando os tipos. A adoção deste maquinário nas *oficinas* acarretou na redução dos gastos com salários de trabalhadores e permitiu um aumento do número de tiragens em menos tempo, o que tornou possível a existência de jornais diários e com maior número de páginas (SILVEIRA, 1985).

Destes trabalhadores do mundo impresso, tipógrafos, compositores caixistas, letristas, entre outros, não se têm muitas informações, seus nomes não iam estampados na capa dos jornais. O Censo Nacional de 1869 evidencia um número aproximado de 500 trabalhadores vinculados ao mundo dos impressos: 460 tipógrafos, impressores e caixistas, 77 litógrafos e 32 literatos, periodistas e *publicistas*. Buenos Aires recebia, na segunda metade do século XIX, um grande contingente de imigrantes europeus, dos quais muitos vinham com algum conhecimento tipográfico (EUJANIÁN, 2007, p. 565). Dada a grande quantidade de tipógrafos na capital portenha, cidades do interior argentino e também dos países vizinhos³³ surgiram como uma segunda alternativa de colocação profissional para muitos destes trabalhadores do mundo impresso, pelo menos é isso que se pode perceber no seguinte anúncio do assuncenho *La Regeneración*:

Este establecimiento, el primero en su clase que se encuentra en el Paraguay, se ofrece al público para hacer cualquier clase de trabajo tipográfico, para lo cual cuenta con nuevos y flamantes tipos todos de gusto como también letrones para carteles de mayor formato, advitiendo que todo se hará con protitud y esmero á un precio completamente reducido. A mas podemos recibir impresiones en diferentes idiomas, para lo cual contamos con tipógrafos estrangeros venidos de Buenos Aires espresamente. (*La Regeneración*, BNP, Assunção, 05.08.1870).

Apesar dos centenas de trabalhadores citados pelo Censo, são em momentos excepcionais quando estes aparecem nos jornais, como, por exemplo, em 1871, quando, em função da febre amarela que assolou a cidade, vários jornais deixaram de circular devido à falta de trabalhadores, dentre eles *La Discusión*, *Le Republicain*, *The Standard*, *Freie Presse*, *El Fénix*, *Eco d'Italia* e *Nazione Italiana*. No dia 5 de abril daquele ano comunicava *La Prensa*: “Hasta ayer hemos estado sin maquinistas correctores, con dos noticieros menos, sin administrador y sin el contingente de trece operários, todos los que, o se hallaban enfermos o asistiendo a personas de su familia” (*La Prensa* apud SCENA, 1974, p. 352).

oficina tipográfica em Buenos Aires em 1863 e que, na década de 1870, recusou uma proposta para ser o primeiro a instalar uma máquina de linotipo no país por considerar “que ello iba en detrimento de la calidad de la composición manual” (EUJANIÁN, 2007, p. 567).

³³ Aristeu Elisandro Machado Lopes (2017) afirma que o caricaturista Eduardo Chapon havia saído de Paris, passado por Buenos Aires e posteriormente se estabeleceu em Pelotas, onde atuou no periódico ilustrado *Cabrion*.

Se é difícil descobrir os nomes dos trabalhadores manuais das *oficinas* dos jornais portenhos, não o é em relação aos nomes dos seus proprietários, redatores, editores e diretores, posto que, exceto em *La Nación*, estes nomes vinham no cabeçalho do jornal, junto da data do dia. Na Buenos Aires dos anos 1870 não existiam profissionais formados e atuantes somente no âmbito do “jornalismo”. Os indivíduos que atuavam nos jornais eram homens letrados, *publicistas*, muitos deles formados no Colégio Nacional e na Universidade de Buenos Aires.

A família Varela constitui um caso emblemático nesse sentido, posto ser uma família com vários membros dedicados ao mundo das letras. Fugindo do regime rosista, Florencio Varela exiliou-se em Montevideo, onde, junto com Valentin Alsina, publicou o jornal *El Comercio del Plata*, opositor a Rosas (HALPERÍN DONGHI, 1995, p. 24). Florencio faleceu no Uruguai em 1848 e, após Caseros, seus filhos Hector e Mariano retornaram a Buenos Aires e fundaram o autonomista *La Tribuna*. Outro filho de Florencio, Luís Vicente assumiu a redação deste jornal durante o ano de 1871. A respeito do êxito do jornal da família Varela, Tulio Halperín Donghi considera:

La Tribuna es, en efecto, el diario de mayor circulación en Buenos Aires; es además, gracias a su prolongada popularidad, una empresa sólida, que no necesita de apoyos financieros públicos o privados. Sus directores tienen además en su favor, mientras dura en Buenos Aires el clima de solidariedades facciosas que sigue a Caseros, el 11 de setiembre y Pavon (un clima que Mariano Varela tiene tan buenos motivos de añorar cuando se desvanece), la aureola de hijos del mártir del periodismo antirrosista en el exilio, Florencio Varela. (HALPERÍN DONGHI, 1985, p. 146).

A década de 1870 se encontrava no meio termo entre características da década de 1850 e as da de 1880, era um período de transição em que permaneciam elementos artesanais ao mesmo tempo que surgiram algumas novidades no conteúdo publicado e na organização do trabalho nas *oficinas*. Miguel Angel de Marco (2006, p. 352) identifica na década de 1870 o surgimento de algumas inovações técnicas como uma maior variedade de tipos gráficos, formas litográficas e melhores desenhadores. Sergio Pastormelo (2016) assevera que, no início da década de 1870, ocorreu uma primeira modernização dos diários portenhos em que estes reduziram seus preços, aderiram à venda de números avulsos, implementaram novos tipos (letras) e passaram a dar cada vez mais importância para os avisos como fonte de ingressos.

Alguns jornais, como *La Tribuna*, passaram a preocupar-se com a lógica da concorrência³⁴, com a necessidade de serem os primeiros em publicar informes e notícias e

³⁴ Sergio Pastormelo afirma que durante a Guerra Franco-Prussiana (1870-1871), uma “febre noticiosa” assolou a capital argentina, uma vez que havia grande expectativa por parte da população em saber do andamento do conflito na Europa. Para atender a esta demanda e competir com o rival *La Prensa*, *La Tribuna* montou uma imprensa móvel em uma embarcação a vapor que fazia o trajeto Montevideu-Buenos Aires, pois as embarcações vindas da

também com a diversificação de seu conteúdo, como forma de aumentar seu público leitor-assinante e diminuir, assim, sua dependência de subsídios governamentais e partidários.

As subvenções governamentais e os auxílios partidários não desapareceram das fontes de ingresso dos jornais durante a década de 1870, mas estes passaram a adotar outras estratégias para aumentar as suas receitas. Os avisos publicitários foram uma importante fonte de renda para os jornais, favorecidos pelo contexto de crescimento econômico e de aumento populacional em que havia procura por imóveis, serviços e produtos. As assinaturas (*suscripción*) constituíam outra importante fonte de renda para os jornais, os quais passaram a expandir sua área de abrangência para as províncias do interior através da navegação fluvial, das ferrovias e das atividades dos correios e telégrafos.

Além da preocupação de expandir seu quadro de assinantes para o interior, os proprietários e redatores de periódicos da década de 1870 se preocuparam em torná-los mais baratos e, assim, acessíveis a um público mais amplo, como já havia feito *La República* em 1867, que baixou o preço pela metade e iniciou a venda avulsa ao preço de um peso moeda-corrente. Os três jornais consultados tardaram alguns anos em reduzir os preços de suas assinaturas e em iniciar a venda avulsa, como pode-se perceber nos quadros que seguem.

Jornal	Diretor e Administrador	Editor Responsável	Ano	Endereço	Preço
<i>La Tribuna</i>		Saturnino Cordova	1870	Victoria, 37	Assinatura mensal: 40 pesos
	Luís Vicente Varela		1871		Assinatura mensal: 40 pesos
		Saturnino Cordova	1872		Assinatura mensal: 40 pesos Avulso 1 peso
		Saturnino Cordova	1873		Assinatura mensal: 40 pesos Avulso 1 peso
		Saturnino Cordova	1874		Assinatura mensal: 25 pesos Assinatura 6 meses: 140 pesos Assinatura 1 ano: 250 pesos
		Rafael Barreda	1875		Assinatura mensal: 26 pesos Avulso: 1 peso
		Rafael Barreda	1876		Assinatura mensal: 26 pesos Avulso: 1 peso

Quadro 2. Informações sobre o jornal *La Tribuna* entre 1870 e 1876.

Fonte: *La Tribuna* entre 1870 e 1876.

Europa paravam primeiro na capital oriental para depois cruzar o estuário. Desta forma, *La Tribuna* era o primeiro jornal em noticiar as novidades da guerra em Buenos Aires. O periódico dos irmãos Varela era beneficiada pelo trabalho que realizava seu correspondente na capital uruguaia e também pela atuação do *La Tribuna* montevidiano, cujos responsáveis eram Horacio Varela e Carlos Bustamante (PASTORMELO, 2016, p. 28).

Jornal	Redator chefe	Diretor e Editor	Editor responsável	Ano	Endereço	Preços
<i>El Nacional</i>		Pedro P. Creuhet	Ramon Lozano	1870	Bolívar, 41	Assinatura mensal: 40 pesos Avulso: 2 pesos
	Aristobulo del Valle	Eduardo Dimet	Ramon Lozano	1871		Assinatura mensal: 40 pesos Avulso: 2 pesos
	Aristobulo del Valle	Eduardo Dimet	Ramon Lozano	1872		Assinatura mensal: 40 pesos Avulso: 2 pesos
	Aristobulo del Valle	Carlos Mansilla	Ramon Lozano	1873		Assinatura mensal: 25 pesos Avulso: 2 pesos
		Carlos Mansilla	Ramon Lozano	1874	Assinatura mensal: 25 pesos Avulso: 2 pesos	
			Ramon Lozano	1875	Bolívar, 65 e 67	Assinatura mensal: 25 pesos Avulso: 1 peso
			Ramon Lozano	1876		Assinatura mensal: 25 pesos Avulso: 1 peso

Quadro 3. Informações sobre o jornal *El Nacional* entre 1870 e 1876.

Fonte: *El Nacional* entre 1870 e 1876.

Jornal	Redator chefe	Diretor	Ano	Endereço	Preço
<i>La Nación</i>		José María Gutiérrez	1870	San Martín, 124	
			1871	San Martín, 144	
			1872		
			1873		Assinatura mensal: 30 pesos Nas províncias: 2 pesos bolivianos
			1874		
			1875		
			1876		

Quadro 4. Informações sobre o jornal *La Nación* entre 1870 e 1876.

Fonte: *La Nación* entre 1870 e 1876.

Os quadros acima evidenciam uma considerável redução no preço das assinaturas mensais de *El Nacional* e *La Tribuna* nos anos de 1873 e 1874, respectivamente: ambos custavam 40 e passaram a custar 25 pesos, embora *La Tribuna* tenha aumentado um peso nos anos seguintes. Apesar de não constarem dados referentes ao preço da assinatura no cabeçalho de *La Nación*, este jornal comunicou aos seus leitores, no início de 1873, que a partir de então o preço da assinatura seria reduzido a 30 pesos mensais, o que colocava o jornal como o mais caro dentre os três consultados mesmo após a diminuição do preço. Se era o mais caro a partir

de 1873, pode-se pensar que o fosse também antes, o que o colocava como um jornal voltado aos grupos de maior poder aquisitivo da cidade.

40 pesos, 25 pesos, 5 pesos, são valores difíceis de serem comparados com valores atuais, o que coloca a necessidade de compará-los com outros produtos e serviços oferecidos ao público naqueles anos. 50 pesos custava a entrada geral no Teatro Colón, o qual, considerando o espaço que usava nos jornais para seus avisos publicitários, pode ser considerado como um teatro não acessível a boa parte da população da cidade. 40 pesos custava uma passagem de Buenos Aires a Assunção no vapor *Venecia*, segundo o aviso publicitário dos agentes Paz y Gomensoro. 25 pesos era o valor que *La Tribuna* estipulou para o livro *Cuestión Chileno-Argentina* de Manuel Antonio Matta, disponível na sua sede. Por fim, 5 pesos era custo do ingresso a uma mostra de obras do pintor argentino Claudio Lastra, também no Teatro Colón.

Percebe-se, portanto, que a assinatura mensal dos jornais consultados se comparava a um ingresso para um espetáculo no restrito Teatro Colón, mas, que a compra avulsa era acessível ao peão, ao jornaleiro, ao estivador ou ao açougueiro que comprava um jornal para ter acesso a possíveis ofertas de trabalho naquela cidade em expansão.

Esta considerável redução no preço da *suscripción* mensal pode ter ocorrido em função da adoção de novas máquinas tipográficas que permitiram reduzir os custos com mão de obra ou devido à recessão econômica que se abateu sobre a Argentina a partir de 1873, a qual reduziu o poder de consumo de inúmeros setores sociais, sobretudo os funcionários públicos e os comerciantes, potenciais assinantes de periódicos da cidade.

Outro dado que os quadros apontam é a adaptação dos jornais à condição de consumo de grupos sociais de menores ingressos: a venda avulsa. Iniciada em Buenos Aires em 1867 por *La República* e logo aderida por *La Prensa*, a venda avulsa já era realizada por *El Nacional* no início da década de 1870 e passou a ser implementada em 1872 por *La Tribuna*, custando entre 1 e 2 pesos ao longo dos seis anos abordados nos quadros.

Ainda na década de 1860, a venda avulsa do satírico-ilustrado *El Mosquito*, ao preço de 5 pesos, mais caro, portanto, havia sido representada por Enrique Stein em sua edição do dia 18 de outubro de 1868:



Figura 4: *El Mosquito* retrata a venda avulsa de seus exemplares
Fonte: *El Mosquito*, AGN, Buenos Aires, 18.10.1868.

Chama a atenção, no entanto, a ausência de informações no cabeçalho de *La Nación*. Em nenhum momento dos seis anos consultados apareceram nomes, e somente durante o ano de 1873 foram informados os preços de sua assinatura: 30 pesos na capital e 2 pesos bolivianos nas províncias³⁵. Embora tenha sido o único jornal a declarar o preço da assinatura para as províncias, os demais jornais também tinham assinantes no interior do país.

Uma prática comum entre os jornais devia ser o estabelecimento de algum tipo de acordo com agentes que distribuiriam os jornais pelas províncias do interior, o que permitiu aos jornais ampliar seu quadro de assinantes, embora isso não tenha acontecido sem problemas. Durante os três primeiros meses de 1875, *El Mosquito* publicou nas suas capas, acima do editorial, o seguinte “convite” aos agentes que ainda não haviam dado o retorno das assinaturas ao jornal:

Permanente: Invitamos á los agentes y ex-agentes siguientes se sirvan remitir á esta administracción las suscripciones depositadas entre sus manos para sernos entregadas:

J.D. Brown.....	<i>Mendoza</i>	13 meses
M. Miranda.....	<i>Corrientes</i>	11 id
F. Valetti.....	<i>Paysandú</i>	6 id
O. Arteman.....	<i>Pergamino</i>	10 id
Rossi.....	<i>Saladillo</i>	9 id
P. A. de Morales.....	<i>25 de Mayo</i>	10 id

(*El Mosquito*, AGN, Buenos Aires, 28.02.1875)

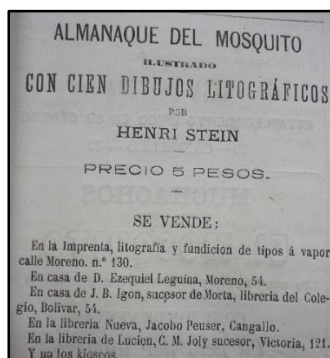
E, alguns meses depois, o redator de *El Mosquito* pedia desculpas aos assinantes do interior pelo atraso no recebimento de um número usando os seguintes e elucidativos termos: “Suplicamos á los señores suscritores que están fuera de Buenos Aires que nos disculpen de

³⁵ O uso de pesos bolivianos também era comum em Assunção, onde, em 1870, a assinatura de *La Regeneración* custava o mesmo preço naquela moeda.

haber recebido tarde el último número. Esta demora ha sido ocasionada por haber estado enfermo el director á cuyo cargo está el envío del periódico á los agentes de la campaña y del interior” (*El Mosquito*, AGN, Buenos Aires, 30.05.1875). De uma forma mais discreta, *La Nación* convocava seus agentes nos seguintes termos: “A los agentes de *La Nación* que aun no han arreglado las cuentas del 2º trimestre del corriente año, se les pide se sirvan hacerlo a la brevedad posible, si desean continuar recibiendo pontualmente nuestro diário” (*La Nación*, BCNA, Buenos Aires, 28.07.1875).

Jornais como *La Tribuna* e *La Nación* possuíam, no mesmo endereço, as suas sedes administrativas e as suas oficinas tipográficas, o que lhes permitia oferecer ao público impressos em geral, como edições extras comemorativas, livros, compilados de jornais calendários, almanaques e mapas. *La Tribuna*, por exemplo, em seu número do dia 29 de maio de 1874 oferecia “diarios viejos” aos seus assinantes ao preço de 40 pesos a arroba.

O periódico satírico *El Mosquito* fez uma campanha para arregimentar novos assinantes através de um “prêmio”. Em 1865, os assinantes do jornal deveriam comprovar a assinatura e pagar uma quantia extra de 60 pesos e receberiam, em troca, doze fotografias próprias em *carte de visite*. Em 1870 *El Mosquito* passou a oferecer almanaques com desenhos litográficos ao preço de 5 pesos e em 1876 o redator-litógrafo Enrique Stein passou a oferecer *oficinas* de desenho litográfico:



Figuras 5 e 6: *El Mosquito* oferecendo serviços

Fonte: *El Mosquito*, AGN, Buenos Aires, 30.01.1870 e *El Mosquito*, AGN, Buenos Aires, 12.03.1876.

Outra estratégia para diversificar seu público leitor e aumentar as vendas foi a inserção de folhetins nos jornais. Os folhetins eram obras literárias publicadas em partes fragmentadas nos jornais como forma de prender a atenção do leitor, que teria de esperar a próxima edição para poder ler a continuação da história. Tãmanha era a demanda por folhetins, que estes geralmente vinham na parte inferior da capa, logo abaixo do editorial. Dentre as obras publicadas em folhetim durante a década de 1870, estão *Una excursión a los indios ranqueles*

de Lucio Mansilla e *El gaucho Martin Fierro* de José Hernandez. Também eram publicadas obras literárias estrangeiras traduzidas ao espanhol, como *El Capitán Cornabute en los mares glaciales* de Julio Verne, publicado em 1875 em *La Nación*.

Tamanha era a demanda e o interesse do público pelos folhetins, que estes passaram a fazer parte das seções dos jornais, uma característica que não se restringia à imprensa argentina. Evidenciando a proximidade entre imprensa e literatura e os circuitos de informação pelos quais os textos escritos passavam, alguns jornais assuncenhos publicavam folhetins de obras literárias e biográficas europeias traduzidas por literatos argentinos, como Juan María Gutiérrez. Sua tradução de *A vida de Franklin*, de François Mignet, fora publicada em folhetim no jornal *La Regeneración* e *Jorge Washington*, de M. Guizot, no *La Opinión Pública*, ambos durante o ano de 1870.

Na imprensa da Corte brasileira não era diferente. Obras de Alexandre Dumas e Victor Hugo ganhavam o espaço dedicado aos folhetins e faziam aumentar as tiragens. Entre 1830 e 1854, 74 obras traduzidas foram publicadas em periódicos do Rio de Janeiro. Importantes obras literárias brasileiras chegaram ao público pela primeira vez através dos folhetins: *Memórias de um Sargento de Milícias*, de Manuel Antonio de Almeida, no *Correio Mercantil* entre 1852 e 1853; *O Guarani*, de José de Alencar, no *Diário do Rio de Janeiro*, em 1857; *A mão e a luva*, de Machado de Assis, em *O Globo*, em 1874; entre outros (MOREL, BARROS, 2003, p. 55).

A diversificação do conteúdo com vistas a tornar um jornal mais atraente para um público leitor mais amplo e heterogêneo parece ter sido uma estratégia fundamental para a sobrevivência de um empreendimento jornalístico de longo prazo na segunda metade do século XIX.

Esta foi a estratégia adotada pelos redatores do rosarino *La Capital*, periódico que aproveitou um período de crescimento econômico e demográfico que passou a cidade durante a década de 1860 e 1870, mas que também diversificou o seu conteúdo, apresentando um estilo generalista, notas de informação e opinião sobre pequenas questões domésticas, sobre atividades econômicas, vida social e cultural da cidade, folhetins literários e notícias do mundo. Alcía Megías (1998, p. 11) considera que “esta abertura del espectro temático, les permitió contener las expectativas de un público lector más variado y con ello, aumentar sus tirajes y consecuentemente afirmar sus finanzas”.

Outra forma inovadora de ampliar as receitas fora a venda avulsa nas ruas da cidade, evidenciada anteriormente. Em Buenos Aires, ela foi iniciada por *La Prensa* em 1867, no Rio de Janeiro em 1858 por *A Atualidade*, e em São Paulo em 1876 com *A Província de São Paulo*

(SODRÉ, 1999, p. 226). Em janeiro de 1870, *El Mosquito* procurava jovens para trabalhar na venda avulsa do periódico: a cada periódico vendido o jornal pagaria 1 peso ao vendedor.



Figura 7: *El Mosquito* procura por jovens para a venda de jornais
Fonte: *El Mosquito*, AGN, Buenos Aires, 16.01.1870.

Apesar destas novas práticas e das modificações na organização do trabalho provocadas pelo uso de máquinas a vapor, a imprensa portenha dos anos 1870 apresentava alguns aspectos que permaneciam das décadas anteriores, principalmente em relação à presença da oralidade. Admitindo, conforme Marialva Barbosa (2010, p. 75), que um “novo modo de comunicação não significa a extinção de um modo mais antigo”, são constantes as referências à oralidade nas colunas dos jornais consultados, os quais reproduziam rumores, vozes e falas.

Inúmeros textos dos jornais iniciam com referências a lugares ou a pessoas que haveriam afirmado o que adiante se relataria. Ao encontrar o mesmo comportamento na imprensa oitocentista brasileira, Barbosa (2010, p. 51) afirma que o mundo oral está inscrito na maioria das informações impressas no século XIX e que “os impressos se esparramam pela sociedade pelas práticas da oralidade”, confirmando a ideia de Eric Havelock (1995), para quem oralidade e escrita não são excludentes, mas sim mutuamente influentes. Ao noticiar eventos ocorridos no Paraguai, o redator de *La Tribuna* assim se referia ao modo como as notícias haviam chegado aos seus ouvidos:

El mismo día en que el *Venecia* salió de la Asunción, el Gobierno, por medio de un acto violento, prendió veintinueve Diputados y Senadores y requirió del capitán del *Venecia* que se demorara cuatro horas para embarcar los presos y remitirlos aquí. El vapor no demoró; y solo condujo la noticia verbal del hecho, siendo su mismo Capitán el que ha dado los informes. (*La Tribuna*, BCNA, Buenos Aires, 20.10.1871).

Além da evidência da presença da oralidade, este texto mostra a existência de um circuito da comunicação no qual os jornais portenhos estavam inseridos. Portos, embarcações, ruas, *oficinas* tipográficas, livrarias, cafeterias, espaços de sociabilidade em geral, constituíam um amplo circuito de circulação que colocava os *publicistas* portenhos em contato com os de outras localidades da Bacia do Rio da Prata. Desta forma, uma informação falada, um boato,

uma carta ou um periódico circulava pela região através das embarcações, ganhava as ruas, chegava aos ouvidos e mãos de inúmeras pessoas, chegava às sedes dos jornais e, no dia seguinte, ganhava as ruas pelas colunas de um periódico. Na sua edição de 19 de março de 1870, *La Tribuna* assim se referia a um dos rumores vindos de Assunção e “desembarcados” em Buenos Aires:

Varios diarios han anunciado que el cadáver de Francisco Solano López ha sido embalsamado para ser conducido a Rio de Janeiro. ¿Qué hay de verdad en eso? Hay un deber por parte de los que lo sepan en decirlo, y ese deber nace, no de los sentimientos de humanidad de que se ha dicho se pretende hacer gala, sino de la civilización de que ha blasonado la alianza a declarar la guerra al tirano paraguayo. Si es cierta la noticia que hemos visto publicarse también de la Asunción; los que hayan tomado el cadáver de Lopez para conducirlo a Rio de Janeiro han faltado la humanidad, a la civilización y a la alianza misma. (*La Tribuna*, BCNA, Buenos Aires, 19.03.1870).

Em outro momento, *El Nacional* iniciava sua seção “Exterior: Paraguay” do dia 3 de abril de 1873 com o seguinte parágrafo: “Las noticias recibidas por el “Venecia” de esta república vecina son de mayor gravedad”. O redator não cita nomes nem jornais, mas é provável que a “notícia” tenha chegado na forma oral através dos passageiros embarcados e da tripulação do barco e/ou na forma escrita, através de artigos publicados em jornais assuncenhos. *La Nación* foi mais explícito ao noticiar os periódicos que o vapor *Goya* havia trazido da capital paraguaia: “El vapor “Goya” llegado ayer del Paraguay, nos trae periódicos de la Asuncion, que vienen a hacernos conocer la situación alarmante de aquella República. Tenemos a la vista “La Patria”, “El Derecho”, “La Libertad” y “La República”” (*La Nación*, BCNA, Buenos Aires, 26.04.1874).

No entanto, há indícios que permitem afirmar que a posse de outros jornais nas *oficinas* não se dava somente de forma aleatória, ou seja, de acordo com o que se encontrava na embarcação que havia chegado ao porto. É possível que tenha sido uma prática comum entre os jornais da região platina a permuta de periódicos entre as *oficinas*, sobretudo entre aquelas que tinham afinidades político-partidárias e/ou ideológicas. Provavelmente os jornais que sobravam nas tiragens eram enviados às sedes dos demais jornais da cidade e, através da navegação fluvial, das demais cidades da região, como se percebe na resposta do assuncenho *La Regeneración* ao portenho *La Tribuna*:

A *La Tribuna* de Buenos Aires. Este cólega se queja de no recibir nuestros números, y en verdad que tiene razon, pues hace dos meses ya que no le remitimos “*La Regeneración*”, por que él no ha aparecido una sola vez por esta imprenta. Esperamos, pues, que “*La Tribuna*” de hoy en adelante sabrá retribuir nuestros números como lo hacen los demas periódicos. (*La Regeneración*, BNP, Assunção, 4.02.1870)

O “alerta” dado pelo jornal assuncenho ao portenho parece ter surtido efeito, posto que algumas semanas depois, no número do dia 25 de fevereiro, *La Regeneración* informava a seus leitores, através do aviso “Retribuciones”, “los periódicos que recibimos en esta imprenta en cambio de *La Regeneración*”. Dentre os vários jornais³⁶ que se encontravam na sede do periódico estavam os portenhos *La República*, *La Nación*, *El Nacional*, *La Prensa*, *La Verdad*, *La Discusión*, *El Río de la Plata*, *Intereses Argentinos*, *The Standard* e, finalmente, *La Tribuna*.

A reprodução parcial ou integral de artigos, informes, rumores e notícias publicados em jornais de outras localidades era uma prática comum entre os jornais portenhos e paraguaios, mas não somente entre eles. Também o era na imprensa brasileira oitocentista, posto que Morel e Barros (2003, p. 47) enfatizam a significativa circulação de impressos entre a Corte e as províncias, o que criava uma rede que interligava os circuitos letrados do país. Barbosa acrescenta que era pelos impressos que os letrados se manifestavam, aliavam-se e se insultavam: “Em decorrência, num sistema complexo de autorreferenciação, os jornais citam uns aos outros à exaustão, reproduzindo textos divulgados anteriormente por outro ou comentando aquilo que já fora publicado. Os jornalistas do século XIX escrevem também para eles mesmos” (BARBOSA, 2010, p. 62).

Estes circuitos de informação são ainda mais significativos quando se tratam de cidades portuárias, como o caso de Recife, Salvador, Rio de Janeiro, Montevideo, Buenos Aires, Rosario e Assunção, onde os portos são lugares de intensos fluxos de entrada e saída de mercadorias, pessoas e informações. Ao abordar o contexto brasileiro oitocentista, Marialva Barbosa (2010, P. 23) destaca que os jornalistas recolhiam os fatos e as informações que poderiam interessar ao público leitor “das redes de boatos e conversas que chegam pelos navios, ou “por ouvir dizer”, “por se falar”, “por chegar aos nossos ouvidos”, entre dezenas de outras expressões que dão conta também da contaminação do mundo oral nas letras impressas”. Por sua vez, Nelson Werneck Sodré (1999, p. 191) afirma que “o noticiário do exterior dependia ainda da chegada dos vapores, e [José de] Alencar escrevia: “Há três ou quatro paquetes soubemos que...””. Ao abordar os conflitos políticos, as rebeliões e a circulação de informações

³⁶ De Montevideo haviam chegado os jornais *La Paz*, *El Telégrafo Mercantil*, *El Ferro-Carril* e *El Nacional*. De Corrientes: *La Voz de la Patria* e *La Esperanza*. De Rosario: *La Capital*, *La Reforma* e *La Patria*. De Paraná: *El Paraná*, *El Comercio* e *El Obrero Nacional*. De Córdoba: *El Eco de Córdoba* e *El Progreso*. De Santa Fe somente *El Pueblo*. De Gualeguaychú somente *La Regeneración*. De Gualeguay somente *El Gualeguay*. De Concepción del Uruguay somente *El Uruguay*. De Salto Oriental somente *Las Noticias*. De Tucumán somente *La Juventud*. De San Juan somente *La Voz de Cuyo*. A presença de jornais oriundos de províncias longínquas como Tucumán e San Juan evidencia a abrangência desse circuito da informação que interligava as *oficinas* de jornais argentinos, uruguaios e paraguaios.

pela cidade do Recife durante o período da Independência brasileira, Flavio José Gomes Cabral destacou a importância do porto daquela localidade como espaço de difusão de informações:

No Recife oitocentista, as notícias geralmente partiam de seu movimentado porto e dali seguiam para as ruas. Alcançavam o interior por intermédio dos viajantes, tropeiros e os que constantemente faziam a ponte com a capital: os comerciantes. Isso com certeza gerava boatos, ou como referiu Luís do Rego, “vozes públicas”. (CABRAL, 2013, p. 46).

Dada a importância atribuída às notícias do exterior, principalmente em épocas de guerras e de instabilidade política como era o caso do Paraguai, os redatores dos jornais portenhos estavam pendentes das embarcações que atracassem no porto. Desta forma, os jornais provavelmente contavam com *noticieros*, os quais, conhecendo os horários de chegada de certas embarcações³⁷, como os vapores *Goya* e *Venecia* frequentemente mencionados, prontificavam-se no recinto de desembarque de passageiros do porto à espera de novidades faladas ou escritas, ou seja, jornais, correspondências, manuscritos etc³⁸. O trabalho nas *oficinas*, portanto, estava diretamente ligado à movimentação das embarcações no porto da cidade, uma relação que fica evidente em muitos textos, colunas e seções dos jornais: “El vapor *Venecia*, llegado ahora de la Asuncion es portador de una noticia de grave importancia y quizá de serias consecuencias” (*La Tribuna*, BCNA, Buenos Aires, 20.10.1871).

Esta relação de proximidade entre porto e oficina também pode ser verificada na imprensa de Assunção. O mesmo vapor *Venecia* foi citado pelo periódico *La Patria* em 1875: “Retiramos nuestro editorial para dar lugar a las impotantísimas noticias de abajo, traídas por el vapor *Venecia* que nuestros lectores verán con agrado. Imponentes han sido los sucesos que tuvieron lugar en Buenos Aires en los días 1º e 2º del corriente” (*La Pátria*, BNP, Assunção, 17.03.1875). A reprodução de informes e notícias trazidas pelas embarcações nos jornais de Assunção era tão frequente que *El Progreso* tinha de se justificar perante seus leitores quando aquelas eram ausentes: “El *Goya*: No había llegado hasta el momento de cerrarse nuestro periódico” (*El Progreso*, BNP, Assunção, 09.04.1873).

Analisando as seções Marítima e Vapores dos três jornais portenhos consultados, foram identificadas 12 agências de navegação que realizavam o transporte de passageiros e

³⁷ As agências de navegação divulgavam seus horários de partidas e chegadas através de avisos publicitários dos jornais e também de cartazes grudados nas suas sedes e muros das ruas próximas ao porto.

³⁸ Sergio Pastormelo (2016) afirma que, durante a “fiebre noticiosa” que assolou a imprensa portenha durante a Guerra Franco-Prussiana, um noticieiro de um jornal da capital havia caído na água enquanto aguardava ansiosamente que a embarcação recém-chegada fosse ancorada junto ao molhe de desembarque.

mercadorias pelas cidades portuárias da região do Estuário do Rio da Prata, conforme o quadro abaixo:

Agências/Agentes de Navegação	Endereço	Nome da embarcação	Destino Final
Ajencia Matti y Piera	Cangallo, 30	<i>Rio Uruguay</i> <i>Proveedor</i>	Montevideu Assunção
Ajentes Pedro de Risso	Reconquista, 99	<i>Onyx</i> <i>Silex</i>	Assunção Montevideu
Ajentes Esteban de Risso y hnos.	Reconquista, 99 ½	<i>Patagones</i> <i>Rosario</i> <i>Jupiter</i> <i>Cuyaba</i> <i>Primer Arjentino</i> <i>Vesubio</i>	Bahia Blanca Montevideu Montevideu Assunção-Cuiabá Santa Fe Concordia-Salto
Compañia de Navegación a Vapor Río de la Plata	Cuyo, 24	<i>Goya</i> <i>Taragui</i>	Assunção
Agentes Rubio y Foley	Reconquista, 81-83	<i>República</i>	Montevideu
Agentes F. E. Muñoz Hnos.	Victoria, 36		
Agentes Paez y Gomensoro	Rivadavia, 41	<i>Venecia</i> <i>Entre Rios</i> <i>Americano</i>	Assunção Guauguay Rosario
Agentes M. Sciurano e hijo	Cuyo, 38 ½	<i>Guaycuru</i> <i>Cuyaba</i> <i>Edward Evercti</i>	Rosario Assunção Rosario
Ajentes José M. Rubio y Ca.	Balcarce, 47	<i>Jeneral Nazar</i>	Ajó
Ajente Vicente L. Beltran	25 de Mayo, 12 ½	<i>Emilia</i>	Assunção
Calderon y Garcia	Reconquista, 32	<i>Estrella de</i> <i>Guauguay</i>	Guauguay
Agencia	Cuyo, 26-29	<i>Taragui</i>	Assunção

Quadro 5 - Agências de Navegação em Buenos Aires entre 1870 e 1876

Fonte: Anúncios nos jornais *El Nacional*, *La Tribuna* e *La Nación* entre 1870 e 1876.

O quadro acima evidencia que as sedes das agências de navegação, conforme se pode identificar no mapa anterior, estavam concentradas em ruas próximas ao porto da cidade, como Reconquista e Cuyo. Também pode ser destacado que, dentre as agências identificadas, Assunção era o destino mais frequente das embarcações, sendo o destino de nove embarcações. Deve-se considerar, no entanto, que Assunção era a cidade final da rota da grande maioria destas embarcações e que, portanto, estas mesmas paravam em cidades portuárias como Guauguaychú, Rosario, Paraná, Corrientes, Humaitá, entre outras, antes de chegar àquela capital. Por último, cabe ressaltar que não estão contabilizadas as agências e as embarcações dedicadas somente ao comércio exterior, que respondiam pela maior parte do fluxo de embarcações do porto de Buenos Aires. Por ser um periódico identificado com o setor mercantil portenho, *La Nación* publicou, em 1875, as seguintes estatísticas referentes à entrada de embarcações mercantis no porto da cidade durante dois anos de recessão econômica:

Ano	1873		1874	
Fluxo	Entradas	Saídas	Entradas	Saídas
Barcos a vapor e a vela	3.448	1.686	3.828	1.818

Quadro 6: Movimentação de Entrada e Saída de embarcações pelo porto de Buenos Aires

Fonte: *La Nación*, BCNA, Buenos Aires, 07.08.1875.

Devido a esta relação de quase dependência dos jornais em relação à movimentação do porto e à intensa busca por novidades por parte dos periódicos, que conseguiam, em momentos de maior instabilidade nas relações entre Argentina, Brasil e Paraguai, criar um clima de apreensão na cidade, a chegada de novas notícias dos países vizinhos geravam um duplo efeito: um efeito imediato de tristeza, surpresa ou indignação em função da informação em si e, posteriormente, de apreensão e de ansiedade, pois no momento em que aquela “desembarcava” nos molhes da Aduana Taylor, ela já estava atrasada. Os redatores dos jornais demonstravam uma grande ansiedade por saber o que havia sucedido posteriormente na localidade de origem da informação, mas tinham de esperar pela chegada de outras embarcações no porto da cidade: “La situación es, pues, alarmante. El próximo vapor nos sacará de ansiedades. El temor mas serio es el de que se rompan francamente las hostilidades entre el ejercito brasilero y el pueblo armado del Paraguay” (*La Nación*, Buenos Aires, 26.04.1874). Em outro momento de apreensão *La Tribuna* assim se expressava:

Cumpliendo nuestro propósito, publicamos en seguida el siguiente articulo que dedica la *Reforma* de Rio Janeiro a la cuestión que en aquella capital ajita los espíritus. No podemos saber que haya de verdad en los propósitos que se atribuyen al gobierno brasilero de declarar guerra a la República Argentina; pero llama la atención que los diarios tan bien informados como la *Reforma* dediquen atención preferente a este asunto. Para ver mas claro, esperemos el vapor próximo. Hé aqui, entretanto, el articulo de la *Reforma*: La Guerra. (*La Tribuna*, BCNA, Buenos Aires, 27.01.1874)

Esta proximidade entre *oficinas* e porto se manteve durante todos os seis anos de ocupação do Paraguai, embora outro espaço de recepção de informações já existia e foi, paulatinamente, sendo privilegiado na hora de buscar novas notícias: a sede do telégrafo. Assim como o porto, a sede dos Correios e Telégrafos estava localizada a algumas quadras das sedes dos jornais portenhos e se tornou cada vez mais presente nas colunas dos jornais. Tanto que a partir de 1875, alguns jornais como *La Nación* passaram a diferenciar notícias de acordo com a procedência. Na sua edição do dia 7 de agosto de 1875, o periódico da rua San Martin dividia a seção “Noticias del Día” em “Telegramas de Montevideo” e “Noticias Marítimas”. No entanto, como se verá no próximo capítulo, durante os anos de 1875 e 1876, as relações entre

Brasil e Argentina já haviam se esfriado e não voltaram a apresentar momentos de embate semelhantes aos anos de 1872 e 1874, quando os jornais portenhos contribuíram para a criação de um clima de apreensão quanto ao surgimento de uma nova guerra na região.

Cabe destacar que os jornais consultados nesta pesquisa conformam uma imprensa “hegemônica”, pois estava vinculada aos grupos sociais dominantes de Buenos Aires. Apesar das dificuldades que implicavam a publicação de jornais durante o século XIX, também existia em Buenos Aires, o que Lea Geller (2010) definiu como uma “imprensa subalterna”, caracterizada por alguns jornais de elaboração artesanal, circulação pequena e de vida efêmera ligados a grupos sociais subalternos. São jornais elaborados e publicados pela comunidade negra, imigrante e trabalhadora portenha, a qual raramente é referenciada pelos jornais da “imprensa hegemônica” ou burguesa da capital. Ao abordar a comunidade afro-portenha em fins do século XIX, Lea Geller deu especial atenção aos jornais que esta comunidade publicava e concluiu que, apesar das diferenças de natureza étnica e de classe:

Los redactores y periodistas que trabajaban en las publicaciones afroporteñas compartían cabalmente el sentimiento que signaba la cotidianidad argentina acerca de la importancia de la prensa y de la relación entre ésta y el progreso y la civilización. [...] Del mismo modo, los periodistas afroporteños asumían que sus periódicos eran herramientas forjadoras de cambios [...], y esto era fundamental ya que creían necesario e impostergable que su comunidad se ubicara en la senda del “progreso”. (GELLER, 2010, p. 28)

Com a expectativa de contribuir a mudar a realidade da sua comunidade, os *publicistas* afroportenhos publicavam editoriais em tons didáticos e disciplinares com a intenção de mostrar aos seus leitores o caminho que consideravam mais apropriado para alcançar uma melhor condição de vida naquela sociedade (GELLER, 2010, p. 28).

Além de burguesa, cabe, por fim, acrescentar que os jornais consultados constituem uma imprensa marcadamente portenha, ou seja, um conjunto de jornais fundados por indivíduos que possuíam ou passaram a ter uma visão de mundo *porteñocentrista*. Mesmo aquelas lideranças nacionalistas que buscavam uma supremacia da nação sobre a província ambicionavam um projeto de nação em que Buenos Aires, por sua condição de eixo articulador do comércio exterior, seria a província mais beneficiada. Os responsáveis pelos jornais de Buenos Aires sabiam de sua posição central na imprensa argentina, sabiam que seus editoriais seriam reproduzidos e elogiados ou condenados por órgãos das províncias do interior.

Em oposição à esta imprensa portenha, circularam inúmeros jornais pelas províncias do interior argentino, sobretudo pela região do litoral, nas províncias de Santa Fe, Entre Ríos e Corrientes. Esta imprensa interiorana era, em grande medida, adepta ao partido federal, embora,

principalmente a partir de 1862, existissem jornais que pertenciam às facções políticas ligadas às lideranças de Buenos Aires. Estes jornais do interior tiveram importante atuação durante as décadas pós-Caseros, posto que constituíam instrumentos fundamentais da luta política em um contexto de disputas entre Estado de Buenos Aires e Confederação Argentina e, posteriormente de guerra contra o Paraguai.

2.3.1 A imprensa da região platina em tempos instáveis

Ao longo da década de 1850, inúmeras questões dividiram a elite política portenha. Dentre as que geraram mais polêmica na Sala dos Representantes esteve a posição que Buenos Aires deveria assumir frente ao Acordo de San Nicolás, à Constituição Nacional de 1853 e à Confederação Argentina. Além da tribuna parlamentar, outro espaço de luta política naqueles anos eram os jornais, onde a elite política portenha debatia e polemizava com uma linguagem violenta e facciosa. Preocupavam e incomodavam a dirigência portenha os insultos pessoais, as ofensas e as mentiras que alguns jornais de caráter planfetério divulgavam. Somado a isso estava o incômodo causado por caricaturas de figuras públicas divulgadas pelos primeiros periódicos satírico-ilustrados como *La Avispa*, *La Nueva Época*, *El Torito* e *El Padre Castañeda*, todos fechados por decreto do governo provincial em 1852 (WASSERMAN, 2009).

Preocupados com o que consideravam “excessos” da liberdade de imprensa, alguns parlamentares e governantes portenhos chegaram a propor medidas restritivas à atuação da imprensa, como a obrigação de os jornais portarem o nome de um editor responsável em seus exemplares. Em 1852, por exemplo, *El Nacional* advertia que estaria havendo um abuso da liberdade que as leis provinciais concediam à imprensa (WASSERMAN, 2009, p. 137). Estas e outras propostas de restrição da liberdade de imprensa foram amplamente debatidas na Sala de Representantes durante aquela década, embora tenham sido elipsados em momentos de deterioração nas relações com o governo de Paraná.

Fabio Wasserman (2009) afirma que, apesar do discurso liberal, os governos do Estado de Buenos Aires tomaram medidas para controlar a atuação dos jornais na cidade e também coagiram e perseguiram jornais opositores através de multas, prisões, desterros, fechamentos e enceramentos de contratos. Alerta o autor que não teria vigorado uma plena liberdade de imprensa e de expressão na cidade, dadas as medidas restritivas dos governos bonaerenses e também os limites da liberdade de opinião, pois, conforme o chileno Benjamín Vickuña Mackenna, residente em Buenos Aires em 1855, “Todo lo que no es liberal es mazorquero, y,

por consiguiente, prohibido, lo que no puede ser de otro modo en los tiempos de celosa rehabilitación que corren sobre el país” (WASSERMAN, 2009, p. 146).

Se na Buenos Aires da década de 1850 era arriscado publicar um jornal que defendesse Urquiza ou a Confederação, o mesmo se pode afirmar sobre a possibilidade de se fundar em Paraná um jornal favorável ao Estado portenho. A principal fonte de renda dos jornais nesta década eram as assinaturas, sendo os governos os seus principais compradores através de contratos ou subvenções (WASSERMAN, 2009). Desta forma, não havia condições de uma atuação independente quando as subvenções ou contratos com o governo constituíam parte considerável dos ingressos de um jornal. Ao abordar o limitado mundo da imprensa do litoral argentino no qual o escritor José Hernandez esteve inserido durante as décadas de 1850 e 1860, Tulio Halperín Donghi considerou:

En esta primera incursión en la actividad de editor de periódicos, Hernández se integraba en un mundo periodístico fuertemente condicionado por los límites – muy estrechos – de su público, y la imposibilidad de costear la edición con ventas, suscripciones y el producto de anuncios dirigidos a esse público diminuto. Esta prensa no podía entonces sino ser subvencionada, y la fuente más frecuente y regular de fondos era el estado, ya fuese como suscriptor de un número considerable de ejemplares, ya a través de subsidios directos, justificados o no con la compra de espacio para la publicación de noticias oficiales, ya todavía mediante la concesión del uso gratuito de imprentas de propiedad fiscal o aun – en algún caso extremo – la transferencia igualmente gratuita de la propiedad de la imprenta misma. (HALPERÍN DONGHI, 1985, p. 23).

Enquanto em Buenos Aires os contratos para publicar documentos oficiais eram disputados entre os redatores (WASSERMAN, 2009), na Confederação Argentina, Alícia Megías destaca a existência de um *boom periodístico* pós-Caseros bem como uma rede de jornais federais financiados pelo governo de Paraná (MEGÍAS, 1998). Aproximar o governo desta cidade das demais da Confederação, exaltar a figura de Urquiza e defender o partido federal estavam entre os objetivos de *periodistas itinerantes*, indivíduos que percorriam o interior do país fundando jornais ligados à causa federal. Conforme a autora, esta rede

no consistió en un sistema de periódicos formalmente interconectados, sino en una estrategia de vinculación para la gestión de la prensa de distintas provincias con objetivos de difusión y publicidad política, tuvo innegable importancia para el Estado que, aún en los momentos económicamente más difíciles, se encargó de sostenerla, mediante distintas formas de financiación. (MEGÍAS, 1998, p. 2).

Tendo *El Nacional Argentino* como o órgão central, esta rede estava composta por jornais como *La Confederación*, *El Comercio*, *El Comercio de Rosario*, *El Litoral*, *El Progreso* e *El Eco Comercial*. Em comum entre estes jornais estava o empenho em atacar, criticar e

condenar Buenos Aires e sua imprensa, considerada dissidente e hostil, como fazia *El Comercio de Rosario* ao chamar *La Tribuna* de “cloaca de don Valentin” (MEGÍAS, 1998). Um dos *periodistas itinerantes* que atuou em alguns jornais desta rede foi o já citado José Hernandez, quem iniciou sua atuação na imprensa em *La Reforma Pacífica*, passando posteriormente ao órgão oficial do governo de Paraná *El Nacional Argentino*, depois atuou em *El Litoral*, *El Argentino*, *El Eco de Corrientes*, *La Capital* de Rosario e *El Río de la Plata* de Buenos Aires até 1870, quando se uniu à revolta de Lopez Jordan em Entre Ríos. Derrotado o movimento exilou-se no Uruguai, onde colaborou na redação de *La Patria*.

Endossando a ideia do *boom periodístico* dentro da Confederação a partir de 1852, Mariana Pérez (2015, p. 38) destaca que entre 1852 e 1861 teriam surgido 22 novos jornais na província de Entre Ríos e 35 entre 1861 e 1870. No outro lado do rio Paraná, na cidade de Rosario, entre 1852 e 1867, apareceram mais de 30 periódicos (MEGÍAS, 1998, p. 1).

Com o fim da Confederação Argentina, em 1862, esta rede de jornais federais financiados por Paraná deixou de existir, desaparecendo, desta forma, inúmeros periódicos nas províncias, os quais foram dando espaço para órgãos de tendência liberal. Tendo perdido seus empregos e diante de uma nova conjuntura política, alguns destes “profissionais da imprensa” passaram a atuar na tão condenada imprensa de Buenos Aires, como José Hernandez, que chegou a *El Río de la Plata*.

Conforme visto no capítulo anterior, durante a década de 1860 a dominação liberal portenha se consolidou no país através da força e do realinhamento das forças provinciais frente às nacionais, embora a província de Entre Ríos tenha permanecido sob o comando de Justo José de Urquiza, que a comandava a partir de seu Palacio San José. Após o episódio de Pavón, surgiram novos jornais na província de Entre Ríos com o intuito de defender Urquiza diante de um possível avanço de Buenos Aires (PÉREZ, 2015). Estes jornais, como por exemplo, *El Pueblo Entrerriano* e *El Porvenir*, ambos de Gualeguaychú, conformavam uma imprensa combativa que empreendia uma “guerra de palavras” contra seus inimigos, os jornais mitristas de Buenos Aires, de outras províncias e inclusive da própria cidade, como *La Democracia*. Além de entrar em confronto com os jornais mitristas, estes jornais federais dialogavam com outros de mesma orientação partidária, reproduzindo artigos e editoriais uns dos outros, posto que “se concebía la edición de los periódicos como una lucha colectiva contra las políticas porteñas” (PÉREZ, 20125, p. 45).

A situação destes e de inúmeros outros jornais federais ficou complicada com o início da guerra contra o Paraguai. Em função da invasão paraguaia a Corrientes, alguns jornais se manifestaram favoráveis à reação armada do país. Outros, como *El Pueblo Entrerriano*, *El*

Porvenir, *El Paraná* e *El Republicano*, que eram contrários ao conflito em seu início, moderaram seus discursos, embora esta moderação tenha durado pouco tempo. Em fins de 1865 boa parte da imprensa federal do litoral argentino passou a condenar a guerra, a Tríplice Aliança e a política de Mitre, considerado o responsável pela aliança com um império escravista que representava a barbárie e o despotismo (PÉREZ, 2015).

Antecipando as acusações que jornais autonomistas fariam à *La Nación* no período pós-guerra, o jornal *El Republicano* acusou o mitrista *La Democracia* de ser um órgão do Império do Brasil (BARATTA, 2013). A respeito do modo como o Império brasileiro foi representado na região do litoral, María Victoria Baratta considera:

La impopularidad de la guerra les da un cachetazo a los periódicos que la apoyaron y les revela ante sus ojos un enemigo más poderoso que el Paraguay, el Brasil. En tanto su dominación imperial, ansías de expansionismo, obstinación en continuar la guerra e intromisión en asuntos nacionales. Pero también es el Brasil extraño, la nacionalidad brasileña esclavócrata, con otro idioma, otras costumbres, otra historia muy diferente a la Argentina. (BARATTA, 2013, p. 92).

A situação se complicou ainda mais em 1866, quando o conteúdo secreto do Tratado da Tríplice Aliança foi descoberto e revelado pela imprensa³⁹. A partir de então, a aliança com o Brasil passou a ser considerada uma traição de Mitre ao povo argentino e muitos jornais do litoral endureceram sua posição em relação à guerra. No ano seguinte, por ordens do governo nacional, foram fechados *El Pueblo Entrerriano*, *El Porvenir*, *El Paraná* e *El Eco de Entre Ríos* (PÉREZ, 2015).

María Victoria Baratta destaca que a maior parte da imprensa portenha apoiou a intervenção brasileira no Uruguai em 1864 e pressionou o governo Mitre pela aliança com o Brasil contra Solano López. Uma vez ocorrida a invasão de Corrientes e selada dita aliança, coube ao diário oficialista *La Nación Argentina* justificar o pacto com o Brasil. Esta se explicava como uma ideia civilizadora e liberal cujo oposto era o presidente paraguaio, apresentado como um déspota, bárbaro e sombrio. Por outro lado, a aliança se justificava pela necessidade de libertar o povo paraguaio de sua tirania, uma ideia que ia de encontro ao definido no próprio tratado: a guerra seria contra o “tirano” López, não contra o povo paraguaio. Conforme Baratta,

Si bien la entrada en la guerra se justificó desde la humillación a la soberanía nacional por la invasión y en términos de identificaciones nacionales [...], en el momento de argumentar a favor de alianza con el Brasil no se hablaba de nacionalidades sino de

³⁹ O conteúdo do tratado, que era secreto, foi descoberto e revelado por funcionários ingleses em Montevideu (BARATTA, 2012b).

princípios como civilización, libertad y progreso con un tinte más moral y político y dentro de un ideal americano que los contenía. De esta manera se evitaba tener que conjugar en amistad a dos países tradicionalmente enemigos. La alianza con el Brasil se hizo por una cuestión de principios de civilidad y no de naciones. (BARATTA, 2015, p. 11).

A imprensa portenha, em geral, apoiou a resposta militar argentina, ainda que alguns periódicos como *La Tribuna*, *El Nacional* e *El Pueblo* adotassem uma linguagem cuidadosa, pois aclaravam que esta posição não significava apoio ao mitrismo governista (DE MARCO, 2006, p. 275). Enquanto estes periódicos ocupavam uma posição intermediária de apoio com reticências, nos dois extremos se encontravam, por um lado *La Nación Argentina* e, por outro, *La América*. Enquanto o primeiro ocupava o lado oficialista do cenário *periodístico* portenho, o outro se apresentou por um curto período de tempo como acérrimo opositor à guerra contra o Paraguai, à aliança com o Brasil e à política mitrista.

La América surgiu em fevereiro de 1866, tinha como editor Agustín de Vedia, como redatores Victor Olegario Andrade e Carlos Guido Spano e Juan Bautista Alberdi como colaborador. Durante sua curta circulação, sustentou que o verdadeiro inimigo da Argentina não era o Paraguai, mas sim o Império escravista brasileiro, colocando-se ao lado de outros jornais antibrasileiros como *El Pueblo*. Assim como os jornais federais do litoral, *La América*, *La República* e *La Palabra de Mayo* foram fechados em 1866 por ordens do governo nacional (BARATTA, 2012).

Do mesmo modo que nas províncias do litoral, a revelação do conteúdo secreto do Tratado da Tríplice Aliança em 1866 pelo *La América* gerou realinhamentos entre os jornais portenhos, sobretudo entre aqueles que eram opositores, mas que haviam apoiado o início das ações militares. Durante os anos de guerra, o conteúdo do tratado foi somente um dos inúmeros temas que causaram polêmicas e debates públicos, nos quais a ideia da identidade nacional frequentemente esteve presente.

María Victoria Baratta publicou um conjunto de artigos nos quais analisa as representações dos países em disputa entre a imprensa de Buenos Aires e da região do litoral argentino. A historiadora constatou que na imprensa portenha e *litoraleña* o mesmo universo conceitual, marcado pelos binômios civilização-barbárie, liberdade-tiranía, luz-escuridão etc., fora usado tanto pelos jornais que condenavam como pelos que apoiavam o conflito contra o Paraguai (BARATTA, 2012; 2013; 2014; 2015). Para os apoiadores, ligados ao mitrismo, aquela havia sido uma guerra de libertação do povo paraguaio de seu bárbaro tirano. Para os opositores, vinculados ao autonomismo ou ao federalismo, aquela era uma guerra de conquista contra um povo irmão na qual a Argentina havia sido conduzida pelo Império do Brasil, o qual,

para muitos, era o verdadeiro inimigo das República do Prata por seu histórico expansionista e intervencionista bem como pela sua forma monárquica de governo e pelo uso da mão de obra escravizada. A respeito da oposição do jornal *La América* à aliança com o Império brasileiro, destaca a autora que:

Las características endilgadas al Imperio por *La América* eran exactamente las mismas que los mitristas le atribuían a Paraguay. Despotismo, esclavitud y ambición fueron conceptos denigrados por ambos, pero atribuidos a distintos contrincantes de la guerra. Valores compartidos que definían a la Argentina por lo que era o no debía ser que marcaban los límites de una comunidad imaginada. (BARATTA, 2015, p. 18)

Desta forma, a Argentina não poderia ser associada ao despotismo, à tirania, ao atraso, à barbárie e à escravidão, características que para alguns deveriam ser associadas ao Paraguai enquanto para outros ao Brasil. O Uruguai também foi alvo de representações por parte dos jornais argentinos, pois sua situação interna marcada por guerras civis entre *blancos* e *colorados* foi abordada pelos jornais argentinos, os quais o representavam como um país onde as rivalidades partidárias se encontravam acima dos interesses nacionais. As elites portenhas viam o governo *blanco* uruguaio como um potencial aliado de Entre Ríos e, conseqüentemente, um potencial destruidor da unidade nacional argentina alcançada em Pavón (BARATTA, 2015c).

Em relação ao Paraguai os jornais argentinos já possuíam um repertório de representações que o associavam à barbárie e a tirania desde a década de 1850, embora existisse entre muitos jornais, sobretudo os do litoral, certa empatia com o povo paraguaio, considerado como um irmão de mesma língua e cultura. No entanto, aqueles que se manifestassem contrários à guerra e favoráveis ao Paraguai, como havia feito parte da imprensa do litoral, Juan Batista Alberdi, *La América* e até mesmo o caudilho Felipe Varela na Revolução dos Colorados, eram acusados de “aparaguayados”, pois podiam estar contra uma guerra considerada inútil por muitos, mas defender o Paraguai era desonrar a nacionalidade argentina (BARATTA, 2014).

No outro lado do *front*, no Paraguai María Lucrecia Johansson argumenta ter havido uma *revolución periodística* dirigida verticalmente pelo Estado e que esteve marcada pelo surgimento de novos periódicos, novos suportes produzidos com matérias primas autóctonas e novos conteúdos, principalmente o uso da sátira ilustrada mediante a xilogravura em madeira e o uso da língua guarani (JOHANSSON, 2010).

Os quatro jornais fundados durante o conflito armado são designados como *periódicos de trincheira*⁴⁰, pois eram produzidos nos acampamentos de guerra por membros do exército

⁴⁰ Existe um considerável número de estudos a respeito dos periódicos de trincheira paraguaios, dos quais se pode citar os trabalhos de Ticio Escobar (1995; 2016), Alfredo Seiferheld (2016) e María Lucrecia Johansson (2010).

paraguaio com o objetivo de fortalecer o moral da tropa, promover a sociabilidade e reforçar o discurso nacionalista do governo paraguaio. Este discurso, de acordo com Johansson, também esteve marcado pela dicotomia bem *versus* mal:

Los periódicos de trincheira paraguayos constituyeron un discurso basado en un juego de opuestos. La atribución de propiedades negativas al enemigo buscaba no sólo denostar a los aliados, sino que además era una estrategia de auto-representación positiva. La guerra de la Triple Alianza se tradujo en los periódicos como un enfrentamiento entre dos sistemas antagónicos: en un extremo la barbárie, la esclavitud, la cobardía etc., inherentes sobre todo al Imperio del Brasil, considerado como el enemigo principal. En el otro, la civilización, la libertad, la valentía etc., encarnados en el republicano Paraguay y sobre todo en su líder Solano Lopez. (JOHANSSON, 2012, p. 89).

Para o jornal paraguaio *El Centinela*, por exemplo, aquela era uma guerra de defesa da integridade territorial, das leis, da ordem, da república e da independência para os paraguaios, enquanto para a Tríplice Aliança seria uma guerra bárbara, monstruosa e fratricida. O jornal ainda estipulava diferentes graus de responsabilidade pelo conflito: Pedro II era considerado o forjador da Tríplice Aliança e provocador do conflito, um “monstruo antirrepublicano”; Mitre era um “apóstata” e Flores um “imbécil”, posto terem sido enganados e convencidos pelo brasileiro a realizar uma guerra contra uma república vizinha (JOHANSSON, 2012).

Dentre os jornais de trincheira publicados nos acampamentos de guerra paraguaios, o semanário *Cabichuí* constitui um exemplo interessante. O nome do jornal pode ter sido uma referência a uma incômoda vespa comum no interior do Paraguai ou, conforme André Toral (2001, p. 71), uma resposta aguerrida e direta ao portenho *El Mosquito*, que dedicava inúmeras de suas edições a satirizar e ridicularizar os soldados e o chefe de estado paraguaio. Percebe-se, pela capa reproduzida abaixo, que as avespas atacam um homem negro, provável referência aos soldados brasileiros:



Figura 8: capa de *Cabichuí*
Fonte: *Cabichuí*, Paso Pucu, 12.12.1867.

Constantes em *Cabichuí* foram as representações de Dom Pedro II, autoridades militares e soldados brasileiros como macacos⁴¹, evidenciado o que Marco Morel (2016) define como “zoologia política”. Conforme o autor, essas imagens expressam uma lógica baseada na supremacia da razão, atributo essencialmente humano, enquanto se critica tudo o que parece ser irracional. Angela Cunha da Motta Telles (2010) afirma que nas décadas de 1860 e 1870 o macaco se tornou uma frequente representação caricatural da nação brasileira em alguns periódicos de Buenos Aires: “A imagem é de uma nação composta por negros, que pejorativamente seriam “macacos”” (TELLES, 2010, p. 179). Representação esta que já aparecia na imprensa paraguaia durante a guerra:



Figura 9: *Cabichuí* representando as lideranças aliadas
Fonte: *Cabichuí*, Paso Pucu, 03.06.1867.

⁴¹ Francisco Doratioto afirma que o jornal *Cabichuí* se referia às forças imperiais como macacos, associando os soldados negros com a pretensa covardia dos soldados brasileiros. Conforme o autor, *Cabichuí* definia Dom Pedro II como o “grande macaco” e o exército brasileiro como “macacuno” (DORATIOTO, 2002, p. 272).

Legenda: *Mitre y Flores prestaron obediência á su Magestad macacuna, que les sumió hasta el cogote el gorro de la libertad.*

No lado brasileiro, José Murilo de Carvalho afirma que o conflito teve fundamental importância na formação da identidade nacional brasileira devido à inédita convivência de indivíduos oriundos de distantes regiões do Império nos acampamentos de guerra e nos campos de batalha do Paraguai bem como à atuação da imprensa brasileira que, quando da invasão paraguaia, estimulou o recrutamento voluntário através de um discurso patriótico:

O principal fator de produção de identidade brasileira foi, a meu ver, a guerra contra o Paraguai. [...] A guerra durou cinco anos (1865-1870), mobilizou cerca de 135 mil soldados vindos de todas as províncias, exigiu grandes sacrifícios e afetou a vida de milhares de famílias. Nenhum acontecimento político anterior tinha tido caráter tão nacional e envolvido parcelas tão grandes da população [...] No início da guerra contra o Paraguai, as primeiras vitórias despertaram autêntico entusiasmo cívico. Formaram-se batalhões patrióticos, a bandeira nacional começou a ser reproduzida nos jornais e revistas, em cenas de partida de tropas e de vitória nos campos de batalha. [...] A imprensa começou também a tentar criar os primeiros heróis militares nacionais. Até então, o Brasil era um país sem heróis. (CARVALHO, 2014, p. 83).

Mauro César Silveira (2015) considera que as charges publicadas pelos jornais satíricos brasileiros, devido ao seu poderoso meio de representação coletiva, também foram uma arma utilizada para justificar a ação armada do Império contra o Paraguai. Acrescenta o autor que, excetuando o caricaturista italiano radicado no Brasil Angelo Agostini, os chargistas brasileiros, de modo geral, defenderam a posição do governo imperial e trabalharam arduamente para denostar a imagem do povo e do governo paraguaios perante o público leitor brasileiro.

Embora tenha gerado um sentimento de união entre indivíduos oriundos das mais distantes regiões do Império brasileiro, a guerra também gerou inconvenientes e acirrou rivalidades entre algumas províncias. Nos acampamentos de guerra, Doratioto (2002) afirma que circulava entre a tropa sul-rio-grandense uma rima que pedia mais vento miniano para acabar com tudo o que fosse baiano. No Brasil, o recrutamento foi um tema polêmico que acendeu certa rivalidade entre as províncias, como se pode observar nas ilustrações abaixo veiculadas pelo jornal ilustrado porto-alegrense *A Sentinella do Sul*:

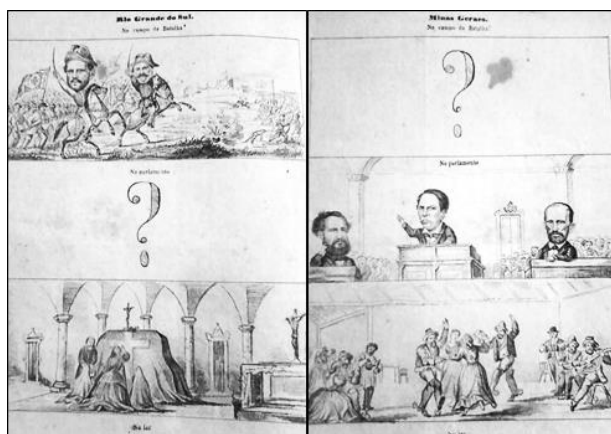


Figura 10: A *Sentinella do Sul* manifesta o descontentamento quanto à situação do Rio Grande do Sul na guerra
Fonte: A *Sentinella do Sul*, MCSHJC, Porto Alegre, 21.07.1867.

Nas ilustrações acima, o caricaturista evidencia o incômodo gerado no Rio Grande do Sul o fato de ter sido esta província a que mais enviou recrutas ao Paraguai e que, no entanto, não contava com atuação no Parlamento brasileiro. Minas Gerais, por outro lado, contaria com ampla participação parlamentar e sua população estaria distraída com festividades, não sendo impactada pelo esforço de guerra.

Reforçando o questionamento quanto à importância do conflito internacional para a formação da identidade nacional brasileira, Tiago Gomes de Araújo (2013) evidenciou que, apesar do discurso de coesão e homogeneidade da nacionalidade brasileira que o governo imperial difundia, vigorava entre os literatos e sobre ex-combatentes da Marinha e do Exército uma maleável identidade nacional e uma relatividade dos sentimentos de pertencimento à nação brasileira. Conclui o historiador que na guerra contra o Paraguai e mesmo após o seu término, havia uma heterogeneidade dos elementos ligados à brasilidade bem como percepções diversas e questionadoras da ideia de nação coesa e uniforme em torno da brasilidade.

Seja no Brasil, na Argentina, no Uruguai ou no Paraguai, a guerra que os envolveu exigiu grandes esforços dos respectivos governos, os quais, para mobilizar recrutas, difundiram discursos patrióticos de defesa da honra nacional frente ao inimigo. As guerras foram, de fato, catalizadores do sentimento de identidade nacional entre brasileiros, argentinos, paraguaios e uruguaios, embora a difusão e aceitação deste sentimento fosse questionado e até mesmo refutado por muitos interpelados. Papel fundamental exerceu a imprensa dos países envolvidos, pois, como se viu, contribuiu a disseminar os discursos de união e defesa nacional.

Cabe, no entanto, questionar os interesses daqueles agentes da imprensa que realizavam e difundiam representações dos países vizinhos na Argentina, sobretudo do Império do Brasil em Buenos Aires. Se, conforme Roger Chartier, as representações de mundo social são “sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam” (CHARTIER, 1988, p. 17), torna-se

relevante desvendar os objetivos de determinadas facções políticas em representar o Império do Brasil de determinada maneira bem como em noticiar certos eventos ocorridos no Paraguai ocupado. Afinal, conforme já alertara Tulio Halperín Donghi (1992, p. 79), as facções políticas argentinas “buscan utilizar el hecho brutal que es la guerra en una disputa entre facciones internas, y no vacilan en estilizar fuertemente la imagen que proponen del conflicto para mejor emplearla en esa disputa”.

3. REPRESENTAÇÕES E USOS POLÍTICOS DA GUERRA E DA OCUPAÇÃO DO PARAGUAI, 1870-1876

Tendo em vista que as representações de mundo social são determinadas por aqueles que as elaboram e que estas têm como um dos seus objetivos assegurar a unidade e mobilização de determinada facção em um certo cenário de disputas políticas, neste capítulo serão abordados alguns temas de debate público que envolveram a imprensa portenha durante os seis anos de ocupação do Paraguai. Durante estes debates, as representações do Império do Brasil, a guerra recém terminada e a ocupação do Paraguai foram usadas como instrumento de luta política pelas facções autonomista e nacionalista.

Angela Cunha da Motta Telles (2010) analisou periódicos de Buenos Aires e do Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX com o objetivo de demonstrar que as caricaturas e charges foram um instrumento da construção de uma identidade nacional brasileira. Por sua vez, conforme já abordado no capítulo anterior, María Victoria Baratta (2015) destacou que as representações do Império do Brasil serviram como um “anti modelo” para a representação da nação argentina.

Não cabe questionar a importância destes trabalhos acadêmicos para a compreensão da formação das identidades nacionais brasileira e argentina durante este período. Estas representações, ilustradas ou escritas, foram fundamentais para a imaginação de uma comunidade nacional argentina e brasileira, conforme a definição de Benedict Anderson (2008). No entanto, cabe, por ora, evidenciar quais eram os interesses e os objetivos daqueles que elaboravam certas representações do Brasil na imprensa argentina, uma vez que,

La guerra, ese hecho monstruoso y enorme, es entonces sólo aparentemente el tema de la polémica, o más bien lo es tan sólo en la medida en que ofrece un arsenal de nuevos argumentos para la eterna disputa facciosa, un ítem más (aunque sin duda el más conspicuo) en la lista de agravios escrupulosamente contabilizados por el rencor de los bandos rivales. (DONGHI, 1992, p. 80).

Desta forma, os principais temas de debate selecionados foram as discussões a respeito do Governo Provisório paraguaio, o Tratado da Tríplice Aliança e os Protocolos de Paz (1869-1871); o Tratado assinado em separado por Brasil e Paraguai e a missão de Mitre no Rio de Janeiro em 1872; a forma como o Brasil foi representado durante a campanha presidencial de 1873; e, por fim, as negociações entre Argentina e Paraguai entre 1874 e 1876.

3.1 *La victoria no da derechos versus la victoria es quien la decide*: os debates em torno ao Governo Provisório, o Tratado de Aliança e os Protocolos de Paz

Apesar de o Tratado da Tríplice Aliança de 1865 não estipular a instalação de um Governo Provisório no Paraguai após o final da guerra, o governo brasileiro enviou em 1869 José Maria da Silva Paranhos ao Prata para negociar com as demais nações aliadas a criação de um governo transitório composto por cidadãos paraguaios. Temia o governo brasileiro que a debilidade do Paraguai o levasse, de forma voluntária ou não, a ser incorporado pela Argentina. Acreditava, portanto, o Gabinete conservador que com a criação deste governo estaria garantindo a independência do Paraguai e que, ao colocar naquele governo elementos favoráveis à influência brasileira, o Brasil poderia assinar tratados de paz e de limites de acordo com os seus interesses e limitar os da Argentina (DORATIOTO, 2002; 2004).

Antes de ir a Assunção, Paranhos desembarcou em Buenos Aires, onde conheceu a oposição do Ministro das Relações Exteriores de Sarmiento, Mariano Varela, à instalação de um governo provisório enquanto Solano Lopez seguia resistindo e sendo reconhecido pelos demais países como legítimo governante paraguaio. As autoridades do governo argentino, que não nutriam simpatias pela monarquia brasileira, temiam que esta medida fosse uma tentativa do Brasil de exercer um protetorado sobre o país derrotado.

Uma vez em Assunção, Paranhos estimulou um grupo de cidadãos paraguaios a se organizar e a demandar às nações aliadas a instalação daquele governo. Esta demanda foi realizada através de um Petição encaminhado aos representantes dos países aliados em Buenos Aires. Os representantes oriental Adolfo Rodriguez, argentino, Mariano Varela, e brasileiro, Paranhos, se reuniram para tratar do tema ao longo dos meses de abril e maio de 1869. Nestas negociações, Paranhos defendeu a instalação do governo provisório com a condição de que as autoridades paraguaias aceitassem os termos do Tratado da Tríplice Aliança. Além disso, Paranhos também considerou que a assinatura dos tratados definitivos de paz e limites poderia ser realizada por este mesmo governo provisório. A posição de Paranhos era partilhada por Mitre, interessado em perceber os resultados de sua administração.

Diante destas considerações, Mariano Varela reagiu afirmando que os aliados não deveriam negociar com o governo provisório, mas sim com o futuro governo constitucional a ser instituído no Paraguai e também se opôs à imposição dos termos do Tratado de Aliança ao Paraguai. Recuperando afirmações que já havia feito por escrito em fins de 1869, Varela argumentou que a vitória não dava direitos aos aliados de considerar como seus os limites

assinalados no Tratado de Tríplice Aliança, mas que estes limites deveriam ser discutidos com o futuro governo de Assunção.

Com a aceitação da tese de Varela pelos representantes brasileiro e oriental, foram assinados os Protocolos no dia 2 de junho de 1869. Por meio deles, ficou estabelecido que o Governo Provisório assumiria o formato de um Triunvirato a ser integrado por cidadãos paraguaios eleitos e que o futuro governo constitucional paraguaio teria direito de propor mudanças nos termos do Tratado de 1865. A Argentina perdia, desta forma, a possibilidade de assegurar como seus, pelo direito da vitória, os territórios que o tratado lhe conferia.

Francisco Doratioto (1999, p. 29) considera que “tanto o Brasil como a Argentina tinham motivos de satisfação com esse Protocolo, no qual cada aliado procurava inutilizar a intenção que supunha ser do outro, em relação ao Paraguai”. Satisfazia a Buenos Aires o fato de os tratados de limites só poderem ser assinados com o governo constitucional, e não com o provisório como queriam Paranhos e Mitre. Agradava ao Rio de Janeiro o fato de que aqueles Protocolos eram a base para, nos futuros tratados de limites, fixar a fronteira argentino-paraguaia no rio Pilcomaio e evitar que a Argentina se apossasse de todo o Chaco. Ao reproduzir os Protocolos de Paz assinados em Assunção em julho de 1870 e que ratificavam os de junho do ano anterior, *La Tribuna* assim se referia:

Al día siguiente de la muerte de Lopez, todos preguntábamos: ¿que se hará con el Paraguay? Hoy ya sabemos que se ha hecho: se ha respetado su soberanía, salvándose los intereses de la República y de los aliados. Los documentos que van a leerse son el testimonio de la verdad. Los que mirábamos como vencido al pueblo paraguayo, queríamos que no se le atase un tratado definitivo celebrado entre el Gobierno provisório y los aliados; queríamos por el contrario, que se respetase su soberanía, y su porvenir no fuese oscurecido por estipulaciones impuestas hoy de antemano, y que revitiesen la odiosa imposición del vencedor sobre el vencido inerme. (*La Tribuna*, BCNA, Buenos Aires, 03.07.1870).

A postura do governo de Buenos Aires frente ao vencido se deveu sobretudo às rivalidades político-partidárias argentinas. Interessava ao governo argentino romper com a política adotada pelo mitrismo de aproximação e aliança com o Brasil. Conforme o revisionista José María Rosa (2008, p. 288), Varela “no estaba dispuesto a recoger las equivocaciones del mitrismo y la más fundamental era la política que llevó a la guerra del Paraguay”. Boris Fausto e Fernando Devoto consideram que a Argentina administrou de forma equivocada a sua diplomacia nos primeiros anos de pós-guerra, pois suas divergências internas se manifestaram nas negociações de paz: “A tese do ministro das Relações Exteriores argentino, Mariano Varela, de que “a vitória não dá direitos”, era menos um gesto de altruísmo que um modo de atacar o presidente Mitre” (FAUSTO, DEVOTO, 2004, p. 122). Andrés Cisneros e Carlos Escudé

(1998, p. 135) vão ao encontro de Fausto e Devoto ao considerar que “la percepción de Varela era que dicha guerra había demostrado claramente la solidaridad de las repúblicas hispano-americanas con Paraguay, apesar de la propaganda mitrista contra el “tirano”, el “monstruo”, el “Atila de America” y otros epítetos...”.

Partindo desta ótica, Varela sustentava que era necessário demonstrar solidariedade com o derrotado, renunciando aos frutos territoriais da vitória. A doutrina de Varela se fundamentava no fato que o ingresso da Argentina na guerra contra Solano Lopez havia ocorrido em função da invasão paraguaia a Corrientes e não por demandas territoriais e buscava evitar que o Paraguai se tornasse um protetorado brasileiro. No entanto, a doutrina do Ministro acentuou as desconfianças do governo brasileiro: “Si la Argentina renunciaba al Chaco paraguayo era porque en realidad buscaba la simpatia paraguaya para un proyecto mucho más ambicioso y peligroso para el Imperio: la reconstrucción del antiguo Virreinato del Río de la Plata” (CISNEROS, ESCUDÉ, 1998, p. 136).

Gomes Freire Esteves também ressalta os equívocos da diplomacia argentina ao pontuar que os fatos posteriores demonstrariam que a Chancelaria brasileira já tinha maduros, ao conluir a guerra, seus objetivos em relação às repúblicas do Prata, “en cambio, la Cancilleria argentina tuvo que improvisar planes y tantear maniobras que revelaron una falta de determinación, de antemano trazada, sobre los resultados de la guerra” (ESTEVEES, 1995, p. 31).

De fato, o Império brasileiro, estabilizado politicamente desde a década de 1840 e contando com um Conselho de Estado, já havia definido seus principais objetivos em relação à instável região da Bacia do Prata, constantemente assolada por guerras civis entre as facções políticas locais. Acrescente-se a isso o fato de que o Conselho de Estado imperial já discutia, pelo menos desde 1867, sobre como proceder após o final da guerra (DORATIOTO, 1999, p. 28). A diplomacia brasileira, portanto, já era “madura” em 1870 – embora igualmente oportunista -, enquanto a Argentina esteve sujeita às mudanças de posição de seus governantes.

Sergio Danese identifica uma “escola da diplomacia portuguesa” na atuação brasileira no século XIX. Segundo o autor, o Brasil herdara de Portugal, uma monarquia pequena que havia conseguido sobreviver por séculos em meio a grandes potências e ainda colonizar territórios em outros continentes graças a vários tratados, certa tradição diplomática caracterizada pela “habilidade, sutileza, senso de oportunidade (e de oportunismo), pragmatismo e prudência. É nessa tradição diplomática que se enraíza a diplomacia brasileira” (DANESE, 2009, p. 38).

Comprometia-se a Chancelaria argentina ao sustentar a doutrina de Varela, a qual despertou intensas críticas por parte de Mitre e da imprensa de oposição, que afirmavam que

aquela frase do Ministro tornava inútil todo o esforço de guerra, todos os sacrifícios humanos e materiais dispendidos na guerra contra Lopez.

Além do Senado, Bartolomé Mitre atuou politicamente através do seu *La Nación*, desde onde fustigou o governo de Sarmiento e as medidas consideradas equivocadas de seu Ministro de Relações Exteriores, um dos proprietários do rival *La Tribuna*. Nos editoriais publicados em *La Nación* o mitrismo mesclava críticas à condução da política externa com acusações de “oficialismo” ao jornal dos irmãos Varela. Em resposta, Luís Vicente Varela escrevia que a posição de *La Tribuna* era independente da posição do governo argentino e aproveitava para criticar o mitrismo por ter assinado o Tratado de Tríplice Aliança em 1865:

Sucede que *La Tribuna* ha interpelado a los autores del tratado por parte de la República Argentina, para que expliquen el significado de uno de sus artículos, y, en la necesidad de buscar una salida, sin evacuar el traslado que les damos, nos contestan ayer diciendo que el artículo de *La Tribuna* son las instrucciones q' el Ministro de Relaciones Exteriores llevó al Paraguay. Y por lo tanto la opinion del Gobierno. *La Nación* para asegurar esto, invoca un argumento irresistible: que *La Tribuna* pertenece al Ministro de Relaciones Exteriores. [...] Mariano Varela era propietario de *La Tribuna*, como ahora, cuando ocupaba el Ministerio de Hacienda de la Provincia, y no creemos que el Dr. Alsina acepte como suyas ni de su Gobierno todas las opiniones vertidas por este diário en aquella época, en que se vió multitud de veces combatiendo al Gobierno de que formaba parte uno de sus propietarios. Esto prueba, pues, que el puesto público que ocupe el propietario no amarra la opinion política de *La Tribuna* a aquel. (*La Tribuna*, BCNA, Buenos Aires, 12.04.1870).

O mitrismo reforçava suas críticas no que considerava serem equívocos da diplomacia e da política externa do governo argentino, como ter se recusado a assinar os tratados de limites com o Governo Provisório e ter assinado os Protocolos de Paz, que desvirtuavam as estipulações do Tratado de 1865 e dava ao Paraguai o direito de propor mudanças naquele texto. José María Gutiérrez afirmava que a política de aliança entre Argentina e Brasil, iniciada durante a gestão de Mitre, havia sido substituída pela antiga política de antagonismo, a qual haveria caracterizado a relação entre ambos países nas décadas anteriores.

En la República Arjentina las ideas contrarias a la alianza se hicieron gobierno, y aunque marchando a remolque de los acontecimientos y obedeciendo a la lójica de los principios, han reaccionado instintivamente contra la política que tantos bienes había producido y se ha llegado al extremo de declarar nulas de hecho, las principales estipulaciones del tratado. [...] Lanzados en la política de antagonismo por los errores y la imprevision de la política argentina, es natural por otra parte, que el Brasil propenda a que haya gobiernos hostiles en las Repúblicas del Plata. ¿Pero cuales serian las consecuencias? Volveriamos a recorrer el circulo vicioso que estos países han recorrido tantas veces. Si el gobierno argentino fuese bastante imprevisor para dejar triunfar la revolucion de los Blancos en el Estado Oriental, bien pronto nos encontraríamos envueltos en una guerra exterior complicada con otra interior, y el Paraguay volveria a formar parte de los elementos que nos combatiesen. (*La Nación*, BCNA, Buenos Aires, 21.08.1870).

O jornal da rua San Martín evidenciava sua preocupação com a instabilidade imperante nos países da região. No Uruguai uma nova guerra civil entre *blancos* e *colorados*, a Revolução das Lanças de Timoteo Aparicio. Na região do litoral argentino seguia a rebelião de Lopez Jordan iniciada com o assassinato de Urquiza em abril de 1870. No Paraguai havia um Estado em vias de estruturação em meio à destruição e à violentas disputas facciosas. Temia *La Nación* que uma vitória do partido *blanco* uruguaio possibilitaria a formação de uma aliança entre estes e as lideranças revoltosas de Entre Ríos contra a Argentina. O governo desta seria, segundo o periódico, o responsável por aquela situação em função de ter alterado a política de aliança iniciada por Mitre para uma de antagonismo.

Águas acima, no Paraguai, uma vez assinados os Protocolos, os políticos locais se organizaram em duas facções orientadas a disputar o poder. O Comitê encarregado de realizar a eleição dos triúnviros apontou Carlos Loizaga, José Dias de Bedoya e Juan Francisco Decoud, que acabou sendo substituído por Cirilo Rivarola⁴². O Governo Provisório foi instalado em setembro de 1869 e teve diante de si a tarefa de reorganizar a administração pública na capital.

Graças à atuação de correspondentes de periódicos estrangeiros em Assunção, a situação de debilidade daquele governo era conhecida pelos demais países da região. Ainda em 1869, o correspondente do jornal montevideano *El Siglo* fazia o seguinte relato em que parecia prever a epidemia de febre amarela que assolaria as cidades da região em 1871:

El Gobierno Provisorio marcha con pies de [ilegível], pues aun si ha ocupado de organizar sus rentas, no hay ni administración de correos ni aduana. Si ha nombrado Municipalidad nada hace a favor de este pueblo; así es que en el Estado que se encuentra, de desaseo, es muy probable que muy pronto se desarrolle alguna epidemia, que con la aglomeración de gente que hay hará grandes estragos. (*El Siglo*, BNU, Montevidéo, 18.09.1869).

Além da debilidade daquele governo, sua condição de “produto” dos países aliados era constantemente ressaltada por jornais da região, sobretudo os críticos à atuação brasileira no Paraguai, como era o caso de *El Nacional*:

Ese gobierno provisorio emanó del *consentimiento* de los aliados, y no del pueblo paraguayo, con el fin de facilitar las operaciones de la guerra, y no con el objeto de ejercer actos de soberanía plena. Puede decirse que los aliados disponían del territorio,

⁴² Esta substituição ocorreu por pressão de José Maria da Silva Paranhos, quem não aceitou Juan Francisco Decoud no Triunvirato por desconfiar da família Decoud e devido ao fato de seu filho, Juan José Decoud ter publicado textos críticos ao Brasil na imprensa de Corrientes quando da ocupação e saque de Assunção. Por causa da influência e da pressão que exercia sobre as autoridades paraguaias, José Maria da Silva Paranhos recebeu a alcunha de “Vice-rei do Paraguai” (WHIGHAM, 2015, p. 1090).

de los ríos del Paraguay, ejerciendo *la soberanía eminente*, y el gobierno provisório *una media soberanía* civil y municipal, transitoria, sujeta a las conveniencias de la alianza para llevar adelante la guerra. (*El Nacional*, BCNA, Buenos Aires, 11.04.1870).

No número do dia anterior, *La Tribuna* reproduziu um artigo do jornal assuncenho *La Voz del Pueblo*⁴³, opositorista ao Governo Provisório e crítico da atuação de Paranhos no Paraguai, no qual, apesar de divergências, concordava que os aliados não deveriam assinar os tratados definitivos de paz e limites com o Governo Provisório, como queriam Paranhos, Mitre e *La Nación*, mas sim com o futuro governo constitucional a ser instalado no país, uma vez que aquele Governo era uma imposição dos aliados:

“Scevola” porque tal vez no ha tenido motivos para saber que aquellos y nosotros estamos de acuerdo de mucho tiempo atrás, en que el Gobierno actual del Paraguay, ha sido un Gobierno impuesto por los aliados, a pesar de no haber sido esa la mente que se tuvo al instituirlo. [...] Para nosotros, los aliados cometieron un error al consentir la instalacion de un gobierno paraguay, antes de terminarse la campaña contra Lopez, por que ese gobierno tenía que ser como fue, y no se tuvo la franqueza de decirlo. Se prometió instalar un gobierno emanado de la voluntad popular, y luego que se vio la imposibilidad de consentir en eso, a causa de las exageradas pretensiones de algunos se hizo lo que se debia hacer desde un principio esto es, nombrar los aliados el gobierno del Paraguay. (*La Tribuna*, BCNA, Buenos Aires, 10.04.1870).

A morte de Solano Lopez, em março de 1870, abriu o caminho para a institucionalização do país. Em junho, os representantes do Governo Provisório, Carlos Loizaga e Cirilo Rivarola, reuniram-se com Paranhos e o General argentino Julio de Vedia para assinar Protocolos Preliminares de Paz. Além de estabelecer formalmente a paz entre os países e a livre navegação dos rios Paraguai e Alto Paraná, estes Protocolos assinados em Assunção ratificavam decisões já acertadas nos Protocolos assinados em junho do ano anterior em Buenos Aires: o governo paraguaio aceitava o conteúdo do Tratado de Tríplice Aliança de 1865 mas, uma vez constituído um governo constitucional, este teria o direito de propor mudanças naquele texto.

O principal tema de debate que opôs, por um lado, *La Nación* e *La Verdad*, e, por outro, *La Tribuna*, *El Nacional* e *La República*, durante o ano de 1870, era se os Protocolos de Paz assinados em Assunção anulavam o Tratado de Aliança de 1865. Consoante com o pensamento do governo argentino, *La Tribuna* afirmava que o Tratado não estipulava de forma definitiva os limites entre os países, mas sim que era a base para as futuras negociações que se dariam com o governo constitucional paraguaio. *La Nación* contestava argumentando que os

⁴³ *La Voz del Pueblo* era um periódico assuncenho de tendência argentinista fundado para contrapor a influência brasileira em Assunção. Devido às suas críticas à atuação brasileira naquela capital, a sede do periódico foi alvo de um ataque perpetrado por soldados brasileiros em julho de 1870 (SEGATTO, 2017a).

Protocolos desvirtuavam o Tratado e, ao fazê-lo, o governo argentino estaria cometendo um ato inconstitucional, pois o Tratado de 1865 havia sido aprovado pelo Congresso argentino:

El Tratado de Alianza aprobado por unanimidad en el Congreso [...] era una ley a la vez que un compromiso internacional que debía respetarse. Si el Ejecutivo encontro que la ley era injusta ó inconveniente, tenia que acudir al Congreso solicitando la aprobacion de un nuevo tratado en el que se modificasen las anteriores estipulaciones. Esto supondria una nueva negociacion, en que las partes contratantes acordasen esas modificaciones. Pero dado el Tratado, el Gobierno Nacional, no tenia derecho para proceder contra él, alterandolo ó desvirtuándolo. [...] El gobierno no ha herido de muerte a los autores del tratado de la triple alianza, sino a nuestras instituciones, violando la constitucion. [...] El tratado de alianza definia los limites, no era un proyecto como sostenia el Gobierno Argentino, y establecia la garantia de los aliados para esos limites... [...] Los limites fijados por el Tratado, y la garantia acordada por los aliados, han sido suprimidos y anulados por los protocolos presentados por el Congreso. (*La Nación*, BCNA, Buenos Aires, 24.08.1870).

No número do mesmo dia, *La Tribuna* reproduziu um artigo de *El Nacional* para mostrar à sua comunidade de leitores que *La Nación* estaria isolado na defesa do Tratado de Aliança e na condenação aos Protocolos recentemente assinados. Luís Vicente Varela aproveitava para criticar aquele tratado assinado pelo mitrismo, que teria dado à guerra com o Paraguai um caráter de guerra de conquista e, portanto, vergonhosa:

El Nacional de ayer publica el articulo que va a continuacion, que probará al colega que no somos solo nosotros quienes defienden los protocolos celebrados con el Gobierno Provisorio del Paraguay, y que destruyen al tratado de alianza. Lo que para la *Nacion* es un motivo de ataque, para nosotros, para el *Nacional*, y, no se dude, para la mayoría del país, es un acto honroso que refleja gloria sobre sus autores. Las estipulaciones secretas del tratado, cuando el misterio se revelo, desprestijaron la guerra, porque si bien la Republica estaba dispuesta a sacrificarse por libertar de la opresion al pueblo paraguayo, no lo estaba para hacer una guerra de conquista, en que, el suelo del Paraguay fuese el premio y el objeto apetecido por el vencedor. (*La Tribuna*, BCNA, Buenos Aires, 24.08.1870).

O artigo a que se referia o jornal da rua Victoria havia sido publicado no *El Nacional* do dia anterior com o título “Los arreglos con el Paraguay”. Neste artigo o articulista ponderava que *La Nación* desejava que o governo argentino exigisse do Governo Provisório o reconhecimento dos limites que estipulava o Tratado de 1865. *El Nacional* condenava o mitrismo por defender que o Triunvirato, “emanación de los aliados”, fosse um poder competente para negociar as pendências lindeiras entre Argentina, Brasil e Paraguai. O redator defendia a postura do governo argentino e não perdia a oportunidade de condenar o que considerava como erros cometidos pela administração nacionalista:

El Gobierno Argentino inspirándose en la justicia que asiste a la Republica y confiado en su derecho, juzguó que esa autoridad Provisoria, sin jurisdiccion independiente, ni representacion popular, no podia hacer los tratados definitivos de paz. Esa politica altamente moral y que en nada compromete los intereses argentinos es combatida por los autores del tratado de alianza que nada estipularon para despues de la guerra, sin duda creyendo que una vez terminada esta, debian resolverse las cuestiones pendientes, elijiendo nosotros mismos una autoridad que nos reconociera lo que queríamos. Es decir, que nosotros tratábamos con nosotros mismos, y si esto parece exagerado, con una autoridad que no representaba al pueblo paraguayo. (*El Nacional*, BCNA, Buenos Aires, 23.08.1870).

À acusação de que os Protocolos eram inconstitucionais, feitas por *La Nación*, *La Tribuna* contestava que o que se destruía não era o Tratado em si, mas sim a interpretação que Mitre e seu gabinete haviam feito do mesmo, não havendo, desta forma, inconstitucionalidade:

¿Como operan esos protocolos la destruccion de las estipulaciones del tratado de alianza? Por una sencilla interpretacion del tratado mismo, es decir, destruyendo la interpretacion que el General Mitre y su Gabinete le habia dado en la parte referente a los limites. El Presidente Mitre en su Gobierno, como ayer en la *Nacion*, suponian definitivamente resuelta al cuestion de limites con el Paraguay, por la imposicion en nombre de la victoria, de los que el tratado señalaba – los protocolos últimos, hechos por las mismas naciones signatárias del tratado, aunque no por los mismos hombres, interpretan de distinto modo que aquellos el mismo articulo referente a los limites. [...] Los aliados estan obligados por el tratado a garantizarse reciprocamente *los futuros tratados* que hagan con el Paraguay, no los limites señalados en el de alianza, como lo dice la *Nacion*. (*La Tribuna*, BCNA, Buenos Aires, 26.08.1870).

Consoante com a doutrina de Mariano Varela, *La Tribuna* e *El Nacional* condenavam o Tratado de Aliança em função do artigo XVI, que estipulava a cessão de territórios ao Brasil e à Argentina sem direito à negociação com o país derrotado. Afirmavam estes jornais que aquele artigo do Tratado de 1865 definia as bases para os futuros tratados a serem assinados com o novo governo paraguaio.

La Nación rebatia que a guerra e a aliança haviam sido uma consequência forçada da forma como Solano Lopez havia procedido e que o governo argentino não podia deixar de definir os limites entre os dois países como forma de evitar que novos conflitos ocorressem. Afirmava o jornal mitrista que o Congresso Argentino, em 1865, teria reconhecido a justiça em definir os limites como consequência dos sacrifícios que a guerra impunha ao aprovar o Tratado e não perdia a oportunidade de disparar: “El Gobierno Nacional por los nuevos protocolos, ha anulado la sancion del Congreso, y declarado que la cuestion de limites queda pendiente y en el estado que tenia antes de la guerra” (*La Nación*, BCNA, Buenos Aires, 25.08.1870).

Ao questionar como as nações estrangeiras haveriam julgado se a política defendida pelo mitrismo houvesse prevalecido, *El Nacional* afirmava que ela implicaria em fundamentar os direitos argentinos na vitória militar, como se a guerra tivesse acontecido para resolver questões fronteiriças. Acrescentava o periódico que resolver a questão de limites com o

Paraguai, cujo governo haveria sido criado pelos aliados, seria estabelecer um direito de conquista, o que fora evitado pela atuação do governo argentino. O articulista tranquilizava seus leitores afirmando que a Argentina não tinha nada a perder aceitando negociar seus limites com o Paraguai, uma vez que teria títulos e documentos que comprovariam a posse dos territórios em disputa. Situação diferente seria a do Brasil, que estaria fundamentando suas reivindicações territoriais no “duvidoso” princípio do *utis possidetis*:

Se dice que en el tratado de Alianza, nos garantió nuestros limites el Brasil, y que hemos perdido esa preciosa conquista; pero la Republica Argentina tiene justos títulos en los territorios que ha disputado al Paraguay ¿que extraño tiene que el Brasil nos garantiera lo que es nuestro, cuando nosotros en ese tratado, le garantimos lo que es dudoso le pertenezca? Y si hemos perdido esa garantia como tantas veces lo ha dicho la *Nacion* la Republica Argentina no ha perdido sus títulos incontestables mientras el Brasil se quedará con los suyos de legalidad dudosa. Pero los negociadores del tratado, garantieron al Brasil la propiedad de territorios que nunca soñó, solo por que el Brasil garantiera a la Republica Arjentina lo que era de ella. Esta es la historia de la cuestion de limites en el tratado de alianza, se desprende una consecuencia que no es favorable para los distinguidos negociadores. Al Brasil, le garantimos su propiedad de territorios que poseía sin títulos. Es decir, legalizamos el *uti possidetis* que tanto invoca la diplomacia Brasileira, para disputar a la Republica Argentina los territorios que á esta le pertenece. (*El Nacional*, BCNA, Buenos Aires, 23.08.1870).

Vendo o legado da administração de Mitre sendo dilapidado pelo governo Sarmiento, o redator de *La Nación* demonstrava estupefação em relações às justificativas que *La Tribuna* e *El Nacional* davam para a assinatura dos Protocolos de Paz em um artigo editorial que, apesar de extenso, condensava as posições do nacionalismo durante aqueles debates:

Los limites que el tratado fijaba, quedan desvirtuados y aun anulados y destruídos por los protocolos celebrados por el Gobierno, porque según dicen los órganos oficiales, eran una *afrenta* que imponía al país esse tratado. ¿Y en qué estaba la *afrenta*? Según los órganos del Gobierno en sostener con las armas si se nos negaba la propiedad de territorios que nos habíamos adjudicado, sin consultar siquiera al actual poseedor, y de los que solo títulos discutidos, y aceptados por el Paraguay, ó por árbitros, nos darían posesión ó derecho. Dificil es concluir un extravio mayor, ni un [ilegível] mas completo de los principios que reglan la manera de dirimir las cuestiones de [ilegível] y soberanía entre las naciones independientes. Los órganos oficiales hacen resaltar muy la extravagante política que ha inspirado los protocolos presentados al Congreso, cuando declaran *que el Tratado de alianza fue formado por los aliados para dividirse el Paraguay sin conocimiento siquiera de esa nacion, que no podría haberse hecho efectivo sin aplicar el derecho de conquista, ó imponer la ley del vencedor al pobre pueblo mutilado.* [...] Los aliados no firmaron el tratado para dividirse el Paraguay. Teniendo cuestiones de limites con este, cuestiones que eran la verdadera causa que tuvo Lopez para declararles guerra, era indispensable darles solucion. El Paraguay pretendía limites que la Republica Argentina y el Brasil le negaban, y la guerra iba a decidir la cuestion. Los aliados no eran responsables de esto: el Paraguay les trajo la guerra y les obligó a defenderse. Cuando una nacion tiene cuestion de limites con otra, y se han agotado los medios pacíficos para dirimirlos, sin conseguirlo, y se acude a las armas para definir la cuestion, la victoria es quien la decide. [...] Sostener con las armas los derechos que nos daba el tratado, era pues muy lejítimo. No necesitábamos consultar al vencido. [...] El Tratado de alianza establecía la política previsora que ha

de prevalecer en el porvenir, y los nuevos protocolos han venido a destruir las estipulaciones en que reposaba. Esto ha sido la obra del gobierno Argentino, ha de creerse ó decirse que ha sido un triunfo de la política del Brasil, pero no es otra cosa, que un deplorable error de nuestro gobierno y una debilidad del Brasil en consentirlo, para sufrir desagradables consecuencias. (*La Nacion*, BCNA, Buenos Aires, 26.08.1870).

Para o mitrismo, portanto, era justo exigir o cumprimento do Tratado de 1865, uma vez que, havendo esgotado os meios pacíficos de definir as questões em disputa entre os países e acudindo às armas para resolvê-las, *la victoria es quien la decide*. Ao concluir o texto, o *publicista* antecipa as críticas que os jornais opositores fariam ao Brasil por sua política externa em relação às Repúblicas do Prata e acusa quem considerava ser o principal responsável por aquela situação de indefinição nos limites com o Paraguai: o governo argentino.

As referências ao Império brasileiro foram constantes nestes debates ao longo dos primeiros anos de ocupação do Paraguai, assim como foram frequentes a associação do jornal de Mitre à diplomacia brasileira, como se percebe no artigo editorial “La “Nación” al servicio de la diplomacia brasilera” de *El Nacional*:

Irreflexivamente, ó bien de caso pensado, es lo cierto que la “Nacion” está sirviendo admirablemente a intereses contrários a los de la Republica Argentina. Para la “Nacion”, la diplomacia brasilera ha ganado varias batallas al gabinete y al ministro Argentino. El gobierno provisorio, dice la “Nacion”, fue establecido a despecho del Gobierno argentino. [...] Seguramente el Brasil no puede tener un órgano en Buenos Aires mas fiel y que le sirva mejor contra la República Argentina, que el diário la *Nacion*. Si a los anúncios de repetidas derrotas, se agrega el carácter de la *Nacion* y el rol desempeñado por algunos de sus actuales redactores en el tratado de alianza, se verá como la *Nacion* se ha convertido en órgano de intereses contrários a los de la República. (*El Nacional*, BCNA, Buenos Aires, 18.04.1870).

Evidenciando o quanto de disputa político-partidária havia entre os redatores dos jornais, à afirmação de *La Nación* de que “la victoria es quien la decide”, *La Tribuna* contestou que aquela revelava a pouca ilustração do governo anterior e especialmente a do presidente que assinou a declaração de guerra e, assim como *El Nacional*, questionou o princípio do *uti possidetis* reivindicado pela diplomacia brasileira:

Ahora bien, ¿cree la Nacion que los títulos del Brasil para sostener la propiedad de los territorios que pretende, son tan legítimos como los con que nosotros conseguimos del Paraguay el reconocimiento de los nuestros? Eso no puede suponerse. Nuestros títulos están escritos en volúmenes enteros de documentos. Los del Brasil están basados en el *uti possidetis*, que no podemos, con justicia y sin peligro, admitir como título legal. Si nosotros reconocemos al Brasil derecho sobre el territorio paraguayo que el tratado le señale, meramente por el *uti possidetis* ¿Por qué no nos aplicaria mañana el Brasil la misma regla de justicia, el – *uti possidetis* – sobre nuestros territorios en Misiones? [...] Hoy es con Paraguay, mañana es con nosotros. (*La Tribuna*, BCNA, Buenos Aires, 27.08.1870).

A estas acusações e questionamentos, *La Nación* respondia que os títulos do Brasil para reivindicar os territórios que o Tratado de 1865 lhe assinalava eram tão legítimos quanto os argentinos e que eles haveriam sido examinados pelo Congresso Argentino (*La Nación*, BCNA, Buenos Aires, 28.08.1870). Em outro artigo editorial, o jornal da rua San Martín asseverava com pesar: “La opinión contraria a la alianza se hizo gobierno, los órganos oficiales lo reconocen”, e, dentre outras considerações, previa que no futuro as questões pendentes com o Paraguai influenciariam as questões internas argentinas:

El Gobierno Argentino sin darse cuenta de lo que verificaba, le hacemos esta justicia, realizaba los propósitos de la opinion que representaba. *Rompia la alianza*. Al romperla esterilizaba la victoria y levantaba la politica que representan los protocolos, la antigua politica de antagonismo con el Brasil. Estos son los hechos, que no pueden negarse, y que los órganos oficiales con jubilo reconocen. [...] Las consecuencias naturales de esto, es volver a la política de antagonismo con el Brasil. [...] Es claro, entonces que organizado el Gobierno del Paraguay, el Brasil arreglara con el sus limites y asegurara la libre navegacion del Rio Paraguay. Ha de hacerlo con mas facilidad que nosotros, porque la cuestion es mas fácil y porque dispone de medios que nosotros no tenemos y está en situacion diversa. Nosotros no hemos de definir los limites con el Paraguay, y lo que es peor ha de servir para influir en nuestras cuestiones internas. (*La Nacion*, BCNA, Buenos Aires, 27.08.1870).

Devido às dificuldades que encontrava o governo argentino nas negociações com os governos brasileiro e paraguaio em função da doutrina de Mariano Varela, de que a vitória não dava direitos aos aliados, Sarmiento cedeu às pressões do mitrismo e o substituiu por Carlos Tejedor no comando do Ministério das Relações Exteriores da Argentina. Mas tal nomeação não amenizou o clima que vigorava na imprensa da capital. O ano de 1870 se encerrou com mais trocas de críticas entre os jornais portenhos que debatiam a respeito da situação dos tratados de limites com o Paraguai. No seu número do dia 18 de novembro, *La Nación* acusou *El Nacional* de estar fazendo propaganda de discórdia entre Brasil e Argentina há seis anos (*La Nación*, BCNA, Buenos Aires, 18.11.1870). O periódico da rua Bolívar contestou em um texto titulado “El Brasil y sus defensores”, no qual criticava o mitrismo por sua postura de aproximação e aliança com o Brasil e reforçava os motivos de sua postura de desconfiança em relação ao Império:

Hace una década de anos que, ni en la prensa, ni en la tribuna, ni en parte alguna se puede hablar del Imperio del Brasil y de sus tendencias políticas, sin que al instante, formidables campeones descendan a la arena a romper lanzas por su causa. Con una fe que encanta, por su inocencia, los defensores del Brasil, aconsejan que se confie en su buena voluntad y se deposite ciega confianza en su lealtad. A los que miramos la política del Imperio con la prevencion de todo republicano, y de todo hijo de los pueblos del Plata, se nos ridiculiza diciendo que, como el héroe de Cervantes queremos andar a cuchilladas con molinos de viento. Inutil es que se recuerden los

viejos propósitos del Gabinete de San Cristóbal, y que con la historia en la mano se demuestre mas de una tentativa invasora; los que han hecho alianza ofensiva y defensiva con el Imperio, rechazan el recuerdo y protestan contra la demostracion, so pretexto de que esas épocas pasaron. [...] El pueblo, como conjunto de hombres nos es tan simpático como el de Napoles ó cualquier outro; como entidade política, como nacion que tiene un gobierno determinado, con caracteres propios y fijos nos inspira desconfianza, primero, porque jamas veremos con placer el establecimiento de un trono en el suelo americano; segundo, porque los antecedentes políticos del Imperio bastan y sobran para dudar de su lealtad, respecto de las Republicas del Plata. [...] Siempre que el Brasil se mezcle en nuestros asuntos internos, cosa que sucede con demasiada frecuencia, hemos de dar el grito de ¡alerta! Porque, volvemos a repetirlo, no nos inspira confianza nuestro ex aliado. Algun tiempo habia pasado sin que nos ocupásemos del travieso vecino, cuando los asuntos de Entre-Rios han vuelto a presentarle en la superfície. Sea por mangas, sea por faldas, el Brasil tiene siempre algo que hacer en nuestras contiendas. La cuestion entrerriana parecia que iba a ser una escepción de esta regla general, pero ya no lo es. (*El Nacional*, BCNA, Buenos Aires, 5.12.1870).

Deste longo trecho podem-se destacar inúmeras considerações. A desconfiança que manifesta *El Nacional* em relação ao Brasil se refere, por um lado, à sua forma monárquica de governo e, por outro, ao histórico de intervenções do Brasil nas disputas internas argentinas, desconfianças semelhantes as que manifestavam os jornais argentinos durante a década de 1860. Conforme o articulista, uma nova interferência brasileira estaria ocorrendo, pois, denunciava o jornal, lideranças das forças revoltosas estariam em contato com autoridades brasileiras na região. Pairava sobre algumas lideranças argentinas a desconfiança de o Brasil estar interessado em territórios das províncias do litoral, onde instalaria colônias de imigrantes.

Estas desconfianças difundidas por rumores e boatos foram abordadas pelo caricaturista de *El Mosquito*, Enrique Stein, na edição do dia 4 de dezembro de 1870, ao abordar um Ricardo Lopez Jordan sentado sobre um barril de vinho que representaria a província de Entre Ríos, o qual estaria armazenando em um depósito de províncias de Dom Pedro II, que segurava uma taça cheia e era ajudado por um negro, sem qualquer custo e na base da confiança:

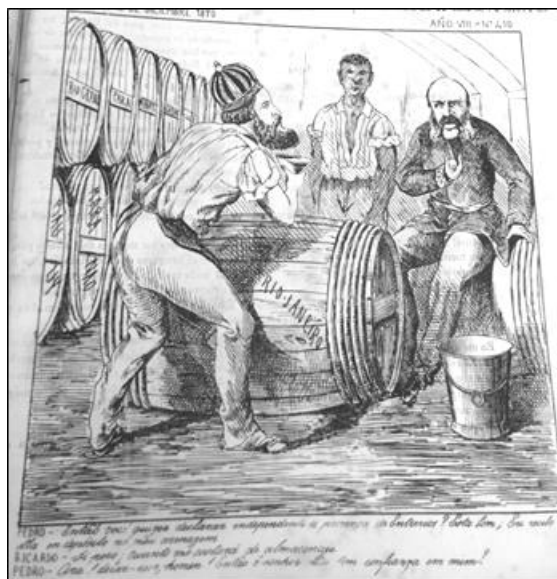


Figura 11: *El Mosquito* retrata as desconfianças em relação ao Brasil diante da revolta em Entre Ríos

Fonte: *El Mosquito*, AGN, Buenos Aires, 4.12.1870.

Legenda: Pedro – Então voce quizer declarar independiente a provincia de Entrerios? Esta bom; Eu recibo ella en depósito no meu armazém.

Ricardo- Si pero ¿quanto me costará de almacenaje

Pedro- Ora! Deixe-isso, homem! Então ô senhor não tem confianza em mim?

Diante destas graves acusações, *La Nación* defendeu o Brasil alegando que as autoridades imperiais não teriam tratado com os representantes de Lopez Jordan e criticou os jornais que reproduziam rumores falsos sem antes conferi-los, em especial *La Tribuna* e *El Nacional*:

La prensa sistemáticamente enemiga de todo lo que es brasilero, sea bueno o malo, certo o incierto, comenta vagamente esos hechos, presentados como respondiendo a un plan de desquicio y de anarquia del Brasil contra nuestro país. Mientras esas acusaciones no tuvieran un caracter más determinado, la legacion brasilera fue fiel a la reserva que se había impuesto, en obsequio del decoro común. Pero he aqui que un diário redactado por el encargado de uno de los Ministerios nacionales, y en que es de publica notoriedad publican artículos editoriales el presidente y sus ministros, hace una revelacion que se dice contar de buenas fuentes, presentando los hechos bajo una luz siniestra. El diário oficioso ú oficial (como se quiera) declaro que Lopez Jordan habia hecho proposiciones al Brasil para segregar la Provincia de Entre-Rios, a condicion de ayudarle al mismo Brasil a anexar la Republica Oriental. (*La Nación*, BCNA, Buenos Aires, 18.11.1870).

Enquanto em fins de 1870 nacionalistas e autonomistas seguiam debatendo a validade do Tratado da Tríplice Aliança ou dos Protocolos, em Assunção era sancionada a primeira Constituição paraguaia no dia 25 de novembro. A ascensão de Cirilo Antonio Rivarola ao cargo de presidente constitucional do país poderia representar o início da resolução dos problemas referentes aos tratados definitivos de paz e limites, como podia acreditar *El Nacional*: “El Gobierno del Paraguay ha sido definitivamente constituído. [...] Todas las cuestiones que

encierra el tratado de la triple alianza, serán ahora traídas a discusión” (*El Nacional*, BCNA, Buenos Aires, 21.12.1870). No entanto, aquele governo constitucional se encontrava sob influência e vigilância das autoridades brasileiras em Assunção e também teve de enfrentar um Congresso dominado por opositores. Além disso, no primeiro semestre de 1871, o governo argentino, assim como os dos demais países da região, teve de concentrar esforços para combater outro inimigo mortal que “desembarcava” no porto de Buenos Aires: a febre amarela.

Naquele semestre, as questões referentes ao Paraguai ficaram em um segundo plano na imprensa portenha em função da devastação causada pela epidemia nas cidades da região, principalmente em Buenos Aires. Esta fora evacuada, jornais deixaram de circular, centenas de famílias se mudaram para outros bairros da cidade, que perdeu aproximadamente 14 mil habitantes, 8% da sua população naquele ano (SCENA, 1974, p. 426).

Outro evento histórico que atraiu a atenção dos jornais e do público portenho fora a Guerra Franco-Prussiana, ocorrida entre julho de 1870 e maio de 1871, constantemente abordada nas notícias do exterior dos jornais da capital, os quais foram assolados por uma “fiebre noticiosa” (PASTORMELO, 2016).

Interessado em dar início às negociações para a assinatura dos tratados definitivos de paz e limites, em setembro de 1871, Sarmiento nomeou o autonomista Manuel Quintana como representante do governo argentino nas negociações que em breve seriam estabelecidas com os governos aliados e o de Assunção. *La Nación* reproduziu no seu número do dia 30 de setembro um artigo do também mitrista *La Verdad*, que por sua vez rebatia algumas considerações de *La República*, órgão que considerava acertada a decisão do governo de nomear Quintana para aquela missão. Além de evidenciar as constantes referências e reproduções de outros jornais em debate na cidade, o texto permite conhecer a posição de *La República* a respeito do assunto:

¿Quien iba a mirar por la solución de esta cuestión de límites? Las personas que formaron el ex-gobierno del General Mitre habian comprometido su opinion, conviniendo en dar al Brasil lo que queria. Nombrar a algunas de estas personas para semejante mision era ir a consumir lo mas vituperable y vejatorio, del tratado de alianza. El gobierno del señor Sarmiento habia tenido ocasion de dejar conocer sus vistas sobre la cuestion, desconociendo como punto resuelto por el tratado de alianza la cuestion de limites y mostrándose muy en oposicion a las ideas del gobierno anterior. Dados esos antecedentes se comprende facilmente el porqué no ha sido nombrado ministro para esta mision alguno de los señores que formaron la administracion paada; y el porqué lo ha sido el Dr. Quintana. Los señores de la administracion pasada no representaban ni podían representar las ideas del gobierno, desde que estaban contra ellas; al paso que estaba acorde con estas ideas el Dr. Quintana. (*La Nación*, BCNA, Buenos Aires, 30.09.1871).

As negociações a que Quintana iria participar ocorreriam em Assunção, mas a política interna paraguaia voltou à instabilidade no segundo semestre de 1871. A Câmara dos Deputados daquela república acusou o Ministro da Fazenda Juan Bautista Gill, homem forte do presidente Rivarola, de uso indevido de dinheiro público e encaminhou ao Senado seu julgamento; o Senado o condenou e o destituiu do cargo. Rivarola ainda tentou reverter a decisão apelando ao Legislativo; porém, ao não obter êxito, decretou o fechamento do Congresso no dia 15 de outubro. Além do encerramento dos trabalhos legislativos, Rivarola também fez um novo chamado às eleições e prometeu renunciar ao cargo de presidente e partir para o interior do país.

Enquanto ocorriam os trabalhos eleitorais, um movimento revoltoso se iniciou no interior do país na localidade de Tacuaral. No entanto, os planos dos revoltosos foram descobertos e seus líderes tiveram de se disperar. Outro movimento estava em preparação na capital, mas também fora descoberto pelas autoridades do governo que agiu ordenando a prisão de Cândido Bareiro e Bernardino Caballero, considerados os líderes do mesmo (ESTEVEZ, 1996, p. 118).

Os correspondentes dos jornais portenhos enviavam cartas descrevendo a situação em Assunção e não poupavam nas críticas ao presidente Rivarola, como o fazia o correspondente de *La Tribuna* naquela capital, quem definia o mandatário paraguaio de ditador. Rivarola, sabendo da repercussão que tinham os jornais de Buenos Aires e da posição de destaque de *La Tribuna* naquela República, enviou uma carta ao redator do jornal Luis Vicente Varela, a qual fora publicada no número do dia 24 de outubro. Nesta correspondência, Rivarola afirmava que tal medida havia sido necessária em função da atuação de alguns membros do Legislativo “mal intencionados” e agregava que “la verdad, la justicia y la razón se harán paso en medio de las publicaciones desfavorables de mis detractores” (*La Tribuna*, BCNA, Buenos Aires, 24.10.1871).

No dia 15 daquele conturbado mês de novembro, reuniram-se Manuel Quintana, representante do governo argentino, Adolfo Rodrigues, do uruguaio e o Barão de Cotejipe, do brasileiro, com o governo paraguaio para realizar as negociações de paz e limites. No entanto, estas não avançaram, pois os representantes aliados divergiram quanto à questão do Chaco. Reivindicando o Tratado de Aliança de 1865, rechaçado pelo anterior Ministro Varela, Quintana demandava a posse argentina daquele território, mas ao não obter o apoio dos demais representantes aliados retirou-se para Buenos Aires. Em dois anos, ocorria uma curiosa inversão de posições: se em 1869 Paranhos demandava o cumprimento do Tratado da Tríplice Aliança de 1865, e Varela se recusava em solidariedade ao vencido, em 1871, Quintana era quem exigia

o cumprimento do Tratado sem direito de discussão ao vencido, e Cotegipe quem se opunha em defesa do Paraguai.

O retorno antecipado e inesperado de Quintana à capital argentina suscitou rumores entre a imprensa daquela cidade. Jornais opositores ao governo, como *La Nación*, afirmavam que tal retorno se explicava por um incidente ocorrido na prisão de Assunção. O secretário da Legação argentina naquela cidade haveria ido visitar Cândido Bareiro, que se encontrava na condição de preso político por causa dos planos de revolta descobertos pelo governo. O enviado argentino não sabia que para visitar os presos políticos era necessária uma autorização, não sendo permitida tal visita, o que motivou a troca de correspondências entre Quintana e um ministro paraguaio, as quais acabaram sendo publicadas em alguns jornais.

No entanto, *El Nacional* criticava estas versões do incidente, afirmava que não havia sido aquela a razão do regresso de Manuel Quintana e condenava a oposição que fazia uso daquele evento para desprestigiar o Enviado, o Ministério de Relações Exteriores e o Governo Nacional: “El incidente que el mencionado diário se empeña en hacer aparecer como un conflicto diplomático, no ha tenido otra [ilegível] que el cambio de notas que el lector conoce. [...] Son pues falsos y mal intencionados los cargos que por su regreso se le hacen” (*El Nacional*, BCNA, Buenos Aires, 23.12.1871).

Com o regresso de Quintana, a negociação conjunta se desfez e, apesar das estipulações do Tratado de 1865, o representante brasileiro, Barão de Cotegipe, passou a negociar em separado com o governo paraguaio. As negociações em separado foram finalizadas em 9 de janeiro de 1872. Assinaram o tratado Cotegipe e o representante paraguaio, Carlos Loizaga. Por meio deste tratado, o Brasil atingia objetivos históricos em relação ao Paraguai, como a definição da fronteira entre ambos países no rio Apa e a livre navegação do rio Paraguai. Além destas, o Brasil também estipulou uma dívida de guerra ao Paraguai e garantiu a permanência de suas tropas no país, sobretudo na capital e em Humaitá, até que os governos de Assunção e Buenos Aires assinassem um tratado definitivo de paz e limites.

Ao contrariar o Tratado da Tríplice Aliança de 1865, que definia que os tratados de paz seriam assinados em forma conjunta com o governo paraguaio, o Império do Brasil descumpria com o acordado com sua antiga aliada Argentina e passaria a respaldar o governo paraguaio na sua reivindicação da posse do Chaco. O ano de 1872 recém iniciava e as embarcações que chegavam ao porto de Buenos Aires traziam rumores que posteriormente se confirmariam e dariam início ao período mais conturbado nas relações entre Brasil e Argentina naquele decênio.

3.2 “Ahí está el Brasil sin careta”: o Tratado Loizaga-Cotegipe de 1872

Carlos Loizaga e o Barão de Cotegipe iniciaram as conferências no dia 4 de janeiro de 1872; no dia 9, foram assinados os tratados de paz e limites; no dia 16, o de extradição de criminosos e desertores; por fim, no dia 18 daquele mês, os tratados de comércio, navegação e amizade. Precavendo-se de uma eventual reação militar argentina, a flotilha da Marinha imperial deslocou-se do porto de Assunção para a ilha do Atajo (Cerrito para os brasileiros) e dois monitores foram deslocados do Mato Grosso para a capital (DORATIOTO, 2004, p. 216).

Para obter a aprovação do Poder Executivo paraguaio, Cotegipe havia informado aos seus integrantes que a dívida de guerra que constava nos tratados era mera formalidade e não seria cobrada, pois estava orientada a evitar potenciais pretensões da Argentina em relação ao Paraguai. O Executivo logo os aprovou e os submeteu ao Legislativo, que, em reunião conjunta entre Senado e Câmara, os aprovou em sessão única (ESTEVEVES, 1996, p. 146).

Se em 1871 eram constantes os rumores e notícias alarmantes sobre os movimentos revoltosos que se iniciavam ou eram debelados no Paraguai que chegavam ao porto de Buenos Aires, nos primeiros meses de 1872, estes se tornaram ainda mais frequentes. Corriam vozes que afirmavam ter o governo brasileiro assinado um tratado definitivo com o paraguaio, mas, na falta de mais informações, era necessário esperar por outros navios, por mensagens do telégrafo ou por uma nota dos correspondentes em Assunção.

Informações mais exatas devem ter chegado nos dias 15 e 16, pois *La Nación* do dia 17 de janeiro afirmava que graças ao seu correspondente de Rosario, sabia que no tratado se estipulava a posse brasileira dos territórios entre os rios Apa e Branco, o reconhecimento da dívida de guerra por parte do Paraguai e a permanência de tropas brasileiras no país por dez anos como forma de proteger o país frente a possíveis ataques internos ou externos, embora seus redatores ainda não conhecessem o conteúdo daquele acordo diplomático.

José María Rosa (2008, p. 299) afirma que a notícia do tratado caiu como uma bomba em Buenos Aires. Miguel Angel de Marco (2006, p. 330) afirma que a notícia provocou indignação na Argentina: “La mayor parte de la prensa atacó sin ambages al Brasil, empleando palabras de fuego, mientras *La Nacion* procuraba dejar limpia la figura de Rio Branco”. O periódico da rua San Martín concentrou suas críticas no governo argentino e no representante brasileiro o Barão de Cotegipe, considerados responsáveis por aquela situação. No seu número do dia 18, *La Nación* comunicava o que considerava como resultado dos protocolos assinados pelo governo argentino:

El Gobierno Nacional de felicitaciones. Ruptura de la Alianza. Los célebres protocolos Pérez-Paranhos-Rodríguez han dado al fin [ilegível]; [ilegível] se hicieron y publicaron la “Nacion” los denunció como un acto que importaba la ruptura de la alianza. Los hechos han venido en apoyo de nuestras opiniones. *¡La alianza está rota!* El Gobierno Nacional debe estar de felicitaciones porque al fin ha realizado sus propósitos. Desgraciadamente el país no puede participar de la alegría del Gobierno, porque en seguida de la ruptura de la alianza, vienen complicaciones tan graves que pueden llevarnos fatalmente a una nueva guerra [...]. (*La Nación*, BCNA, Buenos Aires, 18.01.1872).

No mesmo dia, *El Nacional* reagiu aos informes que recebia com uma linguagem bastante crítica em relação ao Brasil e ao periódico da rua San Martin, do qual reproduzia um artigo. Antes de reproduzir o texto do jornal mitrista, o publicista afirmava que a máscara do Brasil havia caído e que mostrava aquilo que *El Nacional* já vinha denunciando desde fins da década de 1860: o Brasil era um aliado no qual não se podia confiar, pois, além de ser uma monarquia escravista de histórico intervencionista na região, não cumpria com seus compromissos internacionais e estava disposto a trair a Argentina para respaldar o Paraguai.

Y nuestras previsiones se han realizado. La política perfecta y desleal del Imperio del Brasil, [ilegível] a los ojos del mundo en toda su [ilegível]. El tratado de la triple alianza ha sido despedazado por el Imperio. [...] Quisieramos habernos equivocado, quisieramos que los defensores del Brasil hubieran tenido razon, quisieramos que los sostenedores del tratado de alianza hubieran podido reprocharnos algún día que habíamos atacado al Brasil, dominados por una preocupacion absurda; [...] Ver la conquista del Paraguay que el Brasil ha realizado ó realizará en pocos años, sufrir la afronta que importa la ruptura del tratado de la triple alianza ó tener que empuñar [ilegível] armas para defender la dignidade nacional, cuando tanto necesitamos y tanto esperábamos de una vez duradera, es verdaderamente triste y abrumador. Ahí está el Brasil sin careta. Ahora podemos conocer sus indignos propósitos, para despertar el entusiasmo con que en otros días los argentinos alcanzaron el triunfo de Ituzaingó. Por que hemos de hacernos ilusiones? Roto el tratado de la triple alianza por el Imperio del Brasil, desconocidos los deberes que lo ligaban a la Republica Arjentina, esta no tiene otro caminho a seguir que volver a la guerra con toda su energia ó soportar la afronta recibida. Esto último, jamás sucederá. [...] El peligro es inminente, y solo podemos alejarle a fuerza de energia y de patriotismo. Los que duden, [ilegível] el articulo de la *Nacion* que transcribimos en seguida y recordando que la *Nacion* ha sido el defensor constante del Brasil, midan la importancia de sus palabras. (*El Nacional*, BCNA, Buenos Aires, 18.01.1872).

Conforme visto no capítulo anterior, a reprodução de trechos ou artigos editoriais de outros jornais era prática comum entre os jornais da região. O que faz *El Nacional* neste texto era reproduzir um trecho de *La Nación* para garantir que seu leitor saiba a posição daquele periódico, posto que cada periódico gerava a sua comunidade leitora e que, provavelmente, os redatores dos periódicos eram os únicos que liam todos os jornais em circulação na cidade.

Se *El Nacional*, ao abordar as informações que chegavam do Paraguai, o fazia com sua tradicional linguagem militante, *La Tribuna*, no seu estilo moderado e alegando ser imparcial,

pedia cautela ao abordar o assunto que ainda não havia sido confirmado por documentos oficiais:

La prensa argentina comienza a alarmarse con razón, a la noticia de que el Brasil, faltando a sus compromisos internacionales acaba de celebrar un tratado con el Paraguay, al que imponiéndole la ley del vencedor, deja [ilegível], inmóvil, casi completamente [ilegível]. Ante cuestiones tan graves, que pueden facilmente comprometer el porvenir de las Repúblicas del Plata, queremos ser argentinos, pero argentinos justos e imparciales. Dos de nuestros colegas han comunicado a sus lectores la existencia de un tratado entre el Imperio del Brasil y la Republica del Paraguay, que es un deber de la prensa tomar seriamente en cuenta. Ignoramos si el hecho es cierto, pues solo lo hemos conocido por los artículos a que hemos aludido, pero mereciendonos completo crédito lo que nuestros colegas dicen, debemos ponernos en guardia ante todo. (*La Tribuna*, BCNA, Buenos Aires, 19.01.1872).

Consoante com os demais jornais de Buenos Aires, nos dias seguintes *La Nación* não deixou de condenar a atuação da diplomacia brasileira, sobretudo o proceder do Barão de Cotegipe, no entanto, afirmava que o principal responsável por aquela situação era o governo argentino, que preferiu assinar Protocolos que deixavam a questão dos limites em aberto a exigir a adoção dos termos do Tratado de 1865. Frente a estas acusações, o periódico dos irmãos Varela reagia condenando que o mitrismo estaria colocando as antipatias pessoais e partidárias acima dos interesses do país e procurava esclarecer aos seus leitores o uso político que o periódico nacionalista estaria realizando: “*La Nacion*, en los dos últimos dias, ha procurado incultar en el pueblo la persuacion de que los errores del Dr. Mariano Varela, ex Ministro de Relaciones Exteriores son los que han arrastrado a la Republica Argentina a esta situacion” (*La Tribuna*, BCNA, Buenos Aires, 20.01.1872).

No seu número seguinte, os redatores do periódico da rua Victoria afirmavam, com base na transcrição de trechos do fluminense *Jornal do Commercio* que havia feito o mitrista *La Verdad* do dia anterior, que os tratados de fato haviam sido negociados:

En un boletin dado ayer por la *Verdad*, hallamos párrafos de diarios brasileiros que vienen a hacer completamente la luz respecto a la grave cuestion que amenaza con complicaciones serias las relaciones diplomáticas del Rio de la Plata. El *Jornal do Commercio* trae el siguiente párrafo muy significativo: “Nos consta que el señor Baron de Cotegipe, plenipotenciário del Imperio en la Asuncion, esta negociando separadamente con el gobierno del Paraguay un tratado de paz definitivo en nombre del Brasil, en vista de la ninguna esperanza de llegar aquella republica a un acuerdo con la Argentina sobre las exigencias que insiste”. [...] Racional es suponer que las exigencias a que el *Jornal do Commercio* alude, sean nuestras pretenciones a la posesion del Chaco, que nos pertenece. [...] Como es, pues, que hoy el Brasil se olvida del tratado de alianza; desprecia sus clausulas mas terminantes, que establecian la colectividad de los aliados al celebrar los tratados, y las reciprocas garantias que se daban, para asegurar la ejecucion por parte del Paraguay, de lo pactado entre ellos? (*La Tribuna*, BCNA, Buenos Aires, 21.01.1872).

El Nacional constitui um exemplo de como os eventos do Paraguai tomaram conta das colunas dos jornais portenhos logo após a confirmação da assinatura dos tratados. Não existia uma regra de frequência para a publicação das Correspondências enviadas pelo correspondente do jornal da rua Bolívar em Assunção. Por vezes estas apareciam uma vez na semana enquanto em outros momentos em que o foco estava na Europa, como durante momentos decisivos da Guerra Franco Prussiana, estas apareciam com menor frequência. O correspondente do jornal escreveu e enviou via navegação fluvial à sede de *El Nacional* correspondências seguidas, as quais foram publicadas nos dias 23, 25, 29 e 30 de janeiro e 1º de fevereiro. Nestes textos o correspondente apontou e disparou contra a atuação da diplomacia brasileira, principalmente as figuras de Paranhos e Cotegipe:

Desde entonces vino al Rio de la Plata el Sr. Consejero Paranhos, quien dirigió todos sus esfuerzos a hacer antipáticos los límites argentinos, sobre todo, despues que la guerra del Paraguay llegó a diseñarse claramente, y cuando ya se acercaba el día feliz para todos, de la terminacion de aquella gigantesca lucha. El campo de la propaganda del Sr. Paranhos, fue todo el territorio del Rio de la Plata, lo mismo en Buenos Aires que en la Asuncion – el decía que el Paraguay seria argentino cualquier día, y así sosteniendo esa doctrina en publico y combatiendola en privado, siempre con su reconocida habilidad, el Sr. Paranhos consiguió hacer detener la vista sobre los límites argentinos, que él llamó más tarde un atentado, y que con su permanencia en la Asuncion, obtuvo que los paraguayos ignorantes y desagradecidos, preparasen su ánimo contra el derecho y la justicia de la República Argentina. (*El Nacional*, BCNA, Buenos Aires, 25.02.1872).

Ainda afirmava o correspondente que Paranhos havia se apoderado do Arquivo Nacional paraguaio em Peribebeu e, ao tê-lo em sua posse por seis meses, havia dali retirado o que interessava ao Brasil de modo a beneficiá-lo nas futuras negociações de limites que seriam estabelecidas e a prejudicar a Argentina, pois teria deixado com o governo de Assunção as cédulas reais da Espanha que mencionam a fundação de localidades sobre o rio Bermejo por paraguaios no século XVI. No mesmo texto, o correspondente afirmava que Paranhos havia sido o primeiro dentre as autoridades brasileiras que havia retirado a máscara de bom aliado: “Durante este trabajo en el cual empleaba todo su esfuerzo y su talento, el mismo Sr. Paranhos fue el primero que rompió el fuego, fue el primero en rasgar el velo, fue el primero en sacarse la careta, mostrándose ya enemigo declarado de nuestros derechos al Chaco” (*El Nacional*, BCNA, Buenos Aires, 29.01.1872). Esta referência à “careta”, a um disfarce que o Brasil se desfazia e se mostrava tal como era, um vizinho traidor, uma monarquia escravista e intervencionista, foi constante a partir de 1872, sendo retratada por *El Mosquito* em 1875:



Figura 12: *El Mosquito* retrata o Brasil retirando sua máscara

Fonte: *El Mosquito*, AGN, Buenos Aires, 4.07.1875.

Legenda: *Se sacó la careta!!!*

Francisco Doratioto (1993) evidenciou que os jornais de oposição ao Gabinete Conservador e ao regime monárquico, *A Reforma* e *A República*, respectivamente, criticaram a política externa adotada por aquele governo em relação às Repúblicas do Prata. O opositorista *La Nación*, interessado em escancarar os erros da diplomacia e do governo argentino de modo a desacreditá-lo e de apresentá-lo como inepto, reproduzia artigos de ambos jornais da Corte como forma de mostrar que mesmo entre a imprensa brasileira havia quem condenasse aquele tratado em separado que rompia com a política de aliança entre os dois países. Ao reproduzir um artigo de *A Reforma*, o redator do periódico mitrista provavelmente percebeu a pertinência de publicar certos parágrafos, os quais podiam servir tanto para condenar o Gabinete Conservador brasileiro como a presidência de Domingo Faustino Sarmiento, uma vez que ambos chegaram ao poder em 1868 e mudaram os rumos na política externa de seus países: “Fatalidad ó inépcia, de cierto es que los estadistas a quien fue entregada la suerte de este país en 16 de julio de 1868, no han aprovechado hasta hoy la magnífica situacion creada por el valor de nuestros soldados, por la energia y patriotismo de nuestros conciudadanos. ¡Que contraste tan desanimador!” (*La Nación*, BCNA, Buenos Aires, 25.01.1872).

Interessante foi a percepção do periódico inglês - portanto não ligado de forma direta às disputas facciosas argentinas – *The Standard* a respeito do exaltado estado da opinião da imprensa da capital argentina. Sua posição pôde ser conhecida pois alguns de seus escritos haviam sido traduzidos e reproduzidos pelo *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro, o qual frequentemente era traduzido e reproduzido pelos jornais de Buenos Aires, como *La Nación*:

El Standard, diário ingles que se publica en Buenos Aires, no halla nada extraño que despues de dos años de una embrollada política se corte el nudo gordiano; la prensa

argentina, sin embargo, sin esperar noticias exactas y positivas levanto gran barullo considerando desde luego rota la alianza e inminente una declaracion de guerra entre aquella República y el Brasil, aliado con el Paraguay. Algunos diarios hasta traían el plan de campaña que debía seguirse. (*La Nación*, BCNA, Buenos Aires, 9.02.1872).

José María Rosa resalta que o ambiente na capital argentina estava pesado e que “se habló publicamente de la guerra” (ROSA, 2008 p, 299). Enrique Stein contribuía a criar este clima de exaltação de ânimos na imprensa de Buenos Aires ao dar forma ilustrada aos temores de muitos argentinos: uma dominação brasileira sobre o Paraguai. Stein desenhou um macaco coroado que se aproveita das divisões entre as lideranças argentinas em função das eleições para o governo da Província de Buenos Aires para apossar-se de um fruto caído no solo, no qual está escrito “Paraguay”.



Figura 13: *El Mosquito* retrata o Brasil se apossando do Paraguai

Fonte: *El Mosquito*, AGN, Buenos Aires, 4.02.1872.

Legenda: *Aproveitemos do que ellos están de brincadeira.*

Em um longo artigo titulado “La Cuestión del Paraguay”, dividido em pelo menos quatro partes publicadas nos números dos dias 1º, 2 e 5-6 de fevereiro, *La Tribuna* buscava contra-atacar as críticas que o governo argentino recebia de jornais de toda a região argumentando que o que aqueles periódicos buscavam não era encontrar soluções para aquele problema que se colocava diante da Argentina, mas sim desqualificar o Governo Nacional perante a população:

Cuando una dificultad se presenta, no hay nada mas fácil que arrojar la responsabilidad de ella sobre un gobierno cuyo descredito se busca. La prensa de esta

ciudad, la de Montevideo y la del Brasil han publicado artículos atribuyendo todos ellos al Gobierno Argentino la actitud asumida por el Brasil en la cuestion del Paraguay. [...] Nos cuesta muchisimo creer que el Brasil haya adoptado la resolucion que se le atribuye de entablar por si solo negociaciones con el Paraguay, y mucho menos creemos todavia que esas negociaciones envuelvan como se dice, un caracter hostil hacia la Republica, y nos resistimos a dar crédito a tal noticia, porque durante la lucha hemos podido observar en sus relaciones con nosotros. Separarse el Brasil de la alianza despues de la victoria será una felonía de que no lo suponemos capaz. (*La Tribuna*, BCNA, Buenos Aires, 1º.02.1872).

Até mesmo *La Nación* mudou de postura a partir de fevereiro de 1872, quando intensificou suas críticas ao representante brasileiro, o barão de Cotegipe. Afirmava o periódico que o tratado assinado por aquele representante continha cláusulas que impunham um protetorado do Brasil sobre o Paraguai, uma aliança de um dos vencedores com o vencido em detrimento dos frutos comuns da vitória obtida pelo esforço coletivo. Mais do que a ruptura da aliança, se os tratados fossem ratificados pelo governo brasileiro, eles implicariam no estabelecimento de um estado de relações violentas entre o Brasil e o Rio da Prata cujas consequências ninguém podia prever:

Nosotros representamos el tratado de alianza, desertado en la Asuncion por la diplomacia brasilera. En el dia de la victoria, cuando los aliados deben recoger en común el fruto de los sacrificios de sus hermanos, el Ministro Brasilero se pasa a la bandera que sus hermanos combatieron. El representante de los mártires de la gran guerra del Paraguay, que debía reducir a protocolo seis años de glorias y de fatigas comunes, explota en provecho de una política mezquina y atrasada la sangre de tres naciones, y echa un borrón sobre la bandera que otras hicieron triunfar, para que él, el Baron de Cotegipe pacte a nombre del Brasil contra los que le han hecho llegar triunfante al Paraguay! [...] La situación es seria y nuestros deberes y nuestra responsabilidad mas serios aun. Tenemos la posición ventajosa: mantengámola. No hemos violado la fé pública: perseveremos en ello. Estamos dispuestos a la conciliación: pongamos los medios para llegar por este camino al acuerdo. Somos los leales representantes de las glorias y de los sacrificios comunes de la alianza, que no buscamos ventajas a costa de los intereses y de los sacrificios ajenos: no perdamos esta ventaja. Si otros intentan romper el tratado de alianza, ó lo despedazan quedémonos con el integro. Esa es la bandera que otros desertarán y que nosotros conservaremos. (*La Nación*, BCNA, Buenos Aires, 16.02.1872).

Percebendo que *La Nación* mudava sua posição em relação ao Brasil, ainda que os ataques do periódico mitrista estivessem mais focados na figura do Barão de Cotegipe e que não deixassem de considerar o governo argentino como principal responsável, jornais antimitristas não perderam a oportunidade de ironizar a mudança de postura daquele jornal e de mostrar que o mitrismo esteve errado durante todos aqueles anos em que vinha defendendo a aliança com o Império brasileiro. Em seu número do dia 13 de abril, o redator de *El Nacional* reproduziu um trecho de um artigo publicado anteriormente por *La República*, no qual este órgão tecia inúmeros comentários irônicos e críticas ao mitrismo:

Es recién ahora que comprende [*La Nación*] que el Brasil sigue la política vieja de Portugal y al hacer este reconocimiento viene a confesar que ha estado engañada durante largos años y que los que hemos persistido en atacar esa política, sin tregua ni descanso, procedíamos con convicciones justificadas que han venido a ser confirmadas por los hechos. De esta confeccion no hacemos cargo a “La Nación”. Pero lo que no podemos dejar pasar en silencio es el amargo y duro reprocho que hace a los que combatimos esa política, calificando el procedimiento de *reacción* “para llevarnos a la ciega política de la España” que califica de inmoral y sin razón de ser. [...] El inmenso error del gobierno Mitre, respecto a la política argentina, fue creer que el imperio del Brasil podía ser nuestro fraternal y leal hermano, y que era servir la civilización, servir la preponderancia del Brasil en los países del Plata. Es el resultado de ese error, de haber roto con la política verdaderamente argentina, el que estamos pagando justos por pecadores y el que nos ha traído el imperio a apoderarse del Paraguay, apoderándose del Cerrito, amenazar la Republica Oriental y ofender la dignidad de dos republicas que garantizaron un tratado que el Brasil ha roto. (*El Nacional*, BCNA, Buenos Aires, 13.04.1872).

A reação do governo argentino diante daqueles fatos fora incisiva. Conforme Gomes Freire Esteve (1996, p. 147), “siguiendo la pendiente de sus errores y falta de conocimiento del ambiente paraguayo, en vez de aprestarse a sacar partido en el terreno puramente diplomático de los tratados hechos por separado”, o governo argentino empreendeu uma política agressiva e ruidosa contra a celebração dos tratados lançando um Decreto Oficial que declarava o Chaco territorio argentino e designava o General Emilio Mitre seu Governador Militar.

Diante daquele Decreto, o governo de Assunção emitiu um Protesto ao de Buenos Aires. Reivindicando os Protocolos assinados em 1869 e em 1870, em que se estipulava que o Paraguai teria direito de apresentar mudanças ao texto do Tratado de Aliança de 1865, questionava o Governo de Assunção: “¿Cómo pues el gobierno argentino, sin oír al Paraguay, da la sentencia a su favor declarando territorio nacional al Chaco cuando ese territorio está en disputa y avanzando su injusticia hasta nombrar gobernador?” (ESTEVE, 1996, p. 149).

O Protesto do governo paraguaio, publicado pelos jornais de Assunção e difundidos pelas demais cidades da região, repercutiu em Buenos Aires. *El Nacional* reagiu a ele com dureza, criticou novamente a atuação brasileira no Paraguai e sugeriu a posição que o governo argentino deveria assumir em relação a aquele país:

El Chaco estaba ocupado por fuerzas argentinas y esa ocupación era y es legítima, mientras que por tratados definitivos se resuelva que pertenece al Paraguay, cosa que indudablemente no sucederá, a estar a los títulos incuestionables que la Republica Argentina puede presentar. Pero parece que el gobierno paraguayo supone que si el no quiere reconocer los límites de la Republica Argentina, esta tendrá que someterse a su voluntad. Tal opinión, tiene por origen la política del Ministro brasilero que ha negado que la cuestión de límites sea cuestión de alianza. [...] La protesta insolente de la cancillería paraguaya debe contestarse mandando al Chaco cinco mil soldados aguerridos, de los mismos acostumbrados a vencer en aquel territorio, mientras

desaparecen las dificultades que ha creado la diplomacia tenebrosa del Imperio. (*El Nacional*, BCNA, Buenos Aires, 4.03.1872).

Em função dos rumores e dos boatos que “desembarcavam” no porto de Buenos Aires, ora vindos de Assunção, ora vindos do Rio de Janeiro, a imprensa daquela capital começou a falar em um potencial conflito armado em preparação. *El Nacional* denunciava que o Brasil estaria se armando silenciosamente, preparando-se para um conflito que parecia iminente. Ao apresentar estas informações, o redator questionava qual atitude tomaria o governo argentino: “No deseamos la guerra con el Brasil, pero deseamos [ilegível] nuestra deshonra y la [ilegível] de nuestra bandera. Si el Brasil se arma como para entrar en batalla, porque no armarse nosotros también? Porque esperar el ultimo momento?” (*El Nacional*, BCNA, Buenos Aires, 08.04.1871).

No seguinte dia 9, *El Nacional* publicou o conteúdo do Tratado assinado entre Brasil e Paraguai, porém, devido ao espaço que esta publicação tomou daquele número, o redator do jornal só pode comentar aquele texto no número do seguinte dia 10, quando o fez no artigo editorial “Iniquidades diplomáticas”, no qual torna claro seu objetivo:

A medida que se vayan estudiando las clausulas del tratado y que se conozca, en toda su extensión, las mil perfidias que oculta en sus disposiciones muchas veces oscuras y embozados, el lejítimo sentimiento q’ inspira toda felonía, toda deslealtad, toda infidencia, ha de aumentar y se ha de arraigar en el espíritu del pueblo. Y precisamente, ese es el resultado que buscamos. [...] De hoy mas, nadie podrá ver en la Republica del Paraguay, una nacion independiente. Su gobierno lo ha entregado [ilegível] al Imperio y, si Dios no lo remedia, dentro de pocos años quedará convertida en Provincia Brasileira. En cuanto a la Republica Argentina, su posición no es invidiable. Ha hecho una guerra de seis años – ha [ilegível] en ella toda su energía y todo su brio – ha conquistado la victoria y... ha dado un siervo mas al Brasil. Hoy, ese siervo es nuestro enemigo y contesta con insolentes protestas el ejercicio de nuestro derecho. Nuestro aliado de ayer, por quien y para quien hemos hecho tantos sacrificios, nos ultraja y nos humilla ante el mundo y ante nuestros propios ojos, y se prepara quizá para emprender una nueva cruzada de conquista y de iniquidades. (*El Nacional*, BCNA, Buenos Aires, 10.04.1872).

Instigar na população um sentimento negativo e de desconfiança em relação ao Império do Brasil, confessa o redator, era um objetivo do jornal naquele momento. Se a luta política consiste em uma luta simbólica orientada a fazer ver, fazer crer, dar a conhecer e fazer reconhecer, como postula Pierre Bourdieu (2001), os responsáveis por *El Nacional* empreendiam uma luta eminentemente política, uma guerra de palavras contra o mitrismo, o qual já era constantemente associado ao Império brasileiro. O objetivo maior a ser alcançado pelos responsáveis pelo jornal da rua Bolívar era criar entre seus leitores uma associação direta

e negativa entre Mitre e o Império brasileiro, a qual poderia contribuir a desprestigiar a figura do líder nacionalista.

No mesmo dia 10, *La Tribuna* manifestava preocupação pelo clima de incerteza que vigorava na cidade. Acrescentava o jornal dos irmãos Varela que os jornais das capitais argentina e brasileira estariam criando um clima de belicosidade que não corresponderia aos anseios dos governos daqueles países:

En el Brasil se observan movimientos, se comentan las palabras de nuestros diarios, y se atiende al estado de la opinión, y de todo ello se deduce que queremos provocar la guerra. En la Republica Argentina se considera que el Brasil nos quiere llevar a ella, porque se mueven seiscientos hombres de un campamento a otro, ó por que su gobierno, queriendo cambiar el armamento de su ejército por otro mas adelantado y moderno, encarga a Europa grandes cantidades de él. ¿Piensa entretanto al Republica Argentina en declarar la guerra al Brasil? ¿Piensa el Brasil en declararla a la Republica Argentina? Los hechos hasta aquí producidos, a pesar de la ratificación de los tratados, nos autorizan a pensar que, ni de uno ni de otro lado, existe semejante pensamiento, que ni uno ni otro país quiere llegar a ese estorno, porque la guerra seria tan perjudicial a los unos como a los otros. (*La Tribuna*, BCNA, Buenos Aires, 10.04.1872).

Porém, no número do dia seguinte *El Nacional* voltava a afirmar que o Brasil havia retirado o seu disfarce e parecia instigar a um conflito com o Império:

Del Brasil nada buenos tenemos que esperar. Durante muchos anos ha sido nuestro enemigo hipócrita y solapadamente – hoy, ha arrojado la careta y se nos muestra tal cual es, tal cual fue siempre, tal cual será en el porvenir. Es inútil pensar en reconciliaciones imposibles – quizá no haya guerra; pero no habrá tampoco paz; habrá una tregua, y nada mas que una tregua, durante la cual la Republica debe armarse, debe reunir elementos bélicos, debe prepararse para el dia decisivo de la lucha que infaliblemente llegará. (*El Nacional*, BCNA, Buenos Aires, 11.04.1872).

No mesmo número do dia 10 de abril, *El Nacional* reproduziu alguns parágrafos de um editorial do jornal *La República*, órgão do grupo político de Manuel Quintana, que afirmava que dali em diante empreenderia uma campanha para educar aos cidadãos argentinos a olhar o “Imperio del Brasil como el enemigo malo de la republica y de la prosperidad Sud Americanas. Hagamos comprender que no habrá paz, [ilegível] que el Imperio del Brasil se convierta en republica” (*El Nacional*, BCNA, Buenos Aires, 11.04.1872). Acrescentava o jornal da rua Bolívar que os dois jornais estariam juntos naquela empreitada, posto serem as mesmas ideias que os motivavam e concluía: “El buitre imperial nos ataca – defendámonos de sus garras”.

Mais de dois anos haviam passado desde que Solano Lopez deixara de existir e a guerra havia definitivamente terminado, mas as questões referentes às suas consequências seguiam despertando polêmicas entre os governos e os jornais da região. Em função da situação de

incerteza que imperava na capital argentina naqueles meses, *La Nación* voltava a apontar contra o governo e os jornais que considerava oficialistas, sobretudo *La Tribuna*:

Las personas que formaron el Gobierno del Sr. Sarmiento, sostenían que el tratado de alianza era inicuo, en una de sus principales estipulaciones, que hacia del Paraguay una nueva Polonia, usurpando sus territorios, imponiendo limites a titulo de conquista y en consecuencia no vacilaron en anular el tratado borrando lo relativo a exigencia de limites, poniendo esta cuestión en el estado en que se hallaba antes de la guerra, es decir: en discusión con el Paraguay, y sujeto a una nueva negociación, manteniendo al territorio ocupado como un hecho y no como un derecho. Al efecto celebraron el protocolo que aun quieren persistir en considerar como el hecho mas feliz. Entre tanto la verdad es que ese protocolo está hoy repudiado por el Gobierno mismo y que sin él no habriamos arribado a la situación difícil que tantas alarmas entraña. (*La Nación*, BCNA, Buenos Aires, 27.04.1872).

Enrique Stein novamente contribuía a incentivar a indignação da população da capital ao denunciar em suas capas a atuação do Brasil na região. Na imagem que segue abaixo, impressa na capa do dia 14 de abril, o caricaturista representou um imperador Dom Pedro II com corpo de macaco tentando apossar-se da ilha do Cerrito, ilha que a Argentina reivindicava a posse ao Paraguai e que se encontrava ocupada por tropas brasileiras. Ao ser questionada pelo presidente Sarmiento se queria que o governo argentino ali fosse, uma alegoria feminina representando a ilha respondia que naquele momento era tarde, pois já se encontrava ocupada:



Figura 14: *El Mosquito* denuncia a ocupação brasileira da ilha de Cerrito

Fonte: *El Mosquito*, AGN, Buenos Aires, 14.04.1872.

Legenda: -¡Che! Isla del Cerrito! quieres que venga? – Ahora no! ¿Por qué no viniste antes? - ¡Y porque no quieres que venga ahora? – Porque ahora...estoy ocupada.

Enquanto os jornais de Buenos Aires pediam alguma manifestação pública por parte do governo nacional, este intercambiava notas diplomáticas com o do Rio de Janeiro. Em um ofício do dia 15 de fevereiro, por exemplo, o Ministro das Relações Exteriores Carlos Tejedor acusou o Brasil de pretender estabelecer um protetorado sobre o Paraguai. O governo brasileiro respondeu com uma nota amena em que mencionava a ajuda prestada pelo Império em 1852, quando contribuiu a derrubar as tiranias de Oribe e Rosas.

Foi no mês de abril, porém, marcado pela incerteza e por editoriais belicosos na imprensa de Buenos Aires, que Carlos Tejedor lançou a nota mais agressiva. Nesta, datada do dia 27 de abril de 1872, o Ministro volta a defender a posição do governo argentino, a criticar a atuação do brasileiro e, em um dos seus parágrafos, alude à batalha de Ituzaingó, ocorrida durante a guerra da Cisplatina (1825-1828) e vencida pela Argentina. Aquela menção provocou desconforto no governo brasileiro e a fúria de alguns jornais da Corte. Roberto Etchepareborda (1978, p. 31) pontua que em que pese a falta de tato do Ministro, Tejedor encarnava o sentimento da opinião pública argentina durante aqueles meses.

A nota de Carlos Tejedor chegou às páginas dos jornais da capital e estes, através das embarcações que faziam a rota Buenos Aires-Rio de Janeiro, chegaram até aquela capital. A nota de Tejedor despertou polêmicas e discursos exaltados na imprensa da capital brasileira, os quais eram traduzidos e novamente publicados em Buenos Aires. No número do dia 22 de junho, *La Tribuna* informava que os telegramas recebidos de Montevideú “referían que la prensa brasilera había levantado el grito contra nosotros, por la nota del Dr. Tejedor”. No entanto, foi o mesmo *La Tribuna* que, no número seguinte, fez uma ressalva: boa parte dos artigos virulentos que se publicavam nos jornais da Corte eran “a pedidos”, ou seja, não eram assinados por autoridades do governo, mas sim por particulares (*La Tribuna*, BCNA, Buenos Aires, 24-25.06.1872).

Periódicos do Rio de Janeiro como *A Reforma*, *O Movimento*, *Diário da Tarde*, *Jornal do Commercio* entre outros, aparecem constantemente nas referências dos portenhos. De março em diante, os *noticieros* dos jornais portenhos já não estavam à espera de embarcações vindas de Assunção; durante estes meses, os que chegavam do Rio de Janeiro foram os mais esperados. *El Nacional* noticiava no texto titulado “La prensa del Brasil” o estado da opinião na capital brasileira a partir da leitura de jornais como *Jornal do Commercio*, *O Movimento* e *A Reforma*: “Acabamos de recorrer los últimos diarios que nos han llegado del Brasil. Nuestros dignos aliados nos ponen de oro y azul con motivo de la ultima nota del Dr. Tejedor – nos llaman desleales, cobardes y atrevidos – nos amenazan con la guerra [...]” (*El Nacional*, BCNA, Buenos Aires, 25.06.1872).

Os textos publicados por *El Nacional* durante aquelas semanas indicam que se vivia um momento de apreensão em Buenos Aires diante da possibilidade de um novo conflito bélico. No entanto, não era somente *El Nacional* que via uma guerra no horizonte: *El Mosquito* evidenciou estas preocupações em sua capa do dia 28 de abril, ao retratar um Dom Pedro II coordenando o trabalho de produção de armamentos e munições em um arsenal de guerra realizado por um grupo de macacos:

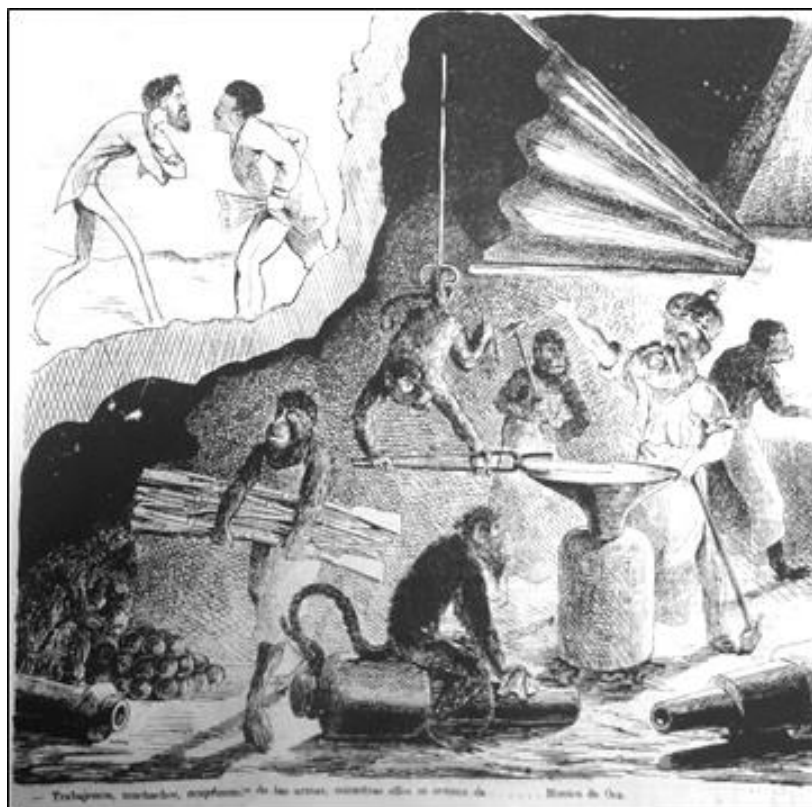


Figura 15: *El Mosquito* retrata um Brasil se armando enquanto os argentinos seguiriam divididos
Fonte: *El Mosquito*, AGN, Buenos Aires, 28.04.1872.

Legenda: - *Trabajemos, muchachos, ocupémonos de las armas, mientras ellos se ocupan de...Montes de Oca.*

Enrique Stein novamente satirizava as autoridades argentinas que não estariam percebendo a gravidade da situação. O caricaturista parecia buscar despertar as lideranças argentinas que permaneciam divididas em suas questões internas enquanto o Brasil se preparava para uma eventual guerra. Diante daquela difícil situação, o presidente Sarmiento decidiu enviar um representante argentino em missão ao Rio de Janeiro. A escolha recaiu sobre o General Mitre, quem já contava com contatos naquela cidade e era estimado por políticos liberais e por parte da imprensa local.

A missão que Sarmiento encarregou a Bartolomé Mitre tinha por objetivo obter do governo brasileiro o reconhecimento da continuidade do Tratado da Tríplice Aliança e,

consequentemente, o respaldo imperial para as demandas territoriais argentinas junto ao governo de Assunção.

À nomeação de Mitre para a missão sucederam-se publicações de artigos editoriais e de opinião nas imprensas portenha e da fluminense a respeito daquela viagem. Conforme informava *El Nacional*, alguns jornais do Rio de Janeiro demandavam que o governo brasileiro exigisse a retirada da nota de Carlos Tejedor, que havia causado grande desconforto naquela capital. De fato, Mitre estava a embarcar em uma missão difícil em um ambiente em que o sentimento anti-argentino havia sido incrementado após a nota do Ministro de Relações Exteriores. A incerteza quanto ao recebimento e ao tratamento que os brasileiros dispensariam a Mitre despertaram debates nos jornais: “¿Irá o no el Jeneral Mitre al Brasil? Si va será recibido? Si no le recibe, conseguirá arreglar el conflicto que cada dia se agrava más entre el Imperio y la República Argentina?” (*El Nacional*, BCNA, Buenos Aires 26.06.1872). *El Mosquito* sintetizou as previsões mais negativas de alguns jornais em uma imagem ou então expressou como gostaria que fosse a recepção do enviado do governo argentino:



Figura 16: *El Mosquito* retrara uma recepção pouco amigável a Mitre no Rio de Janeiro

Fonte: *El Mosquito*, AGN, Buenos Aires, 23.06.1872.

Legenda: - ¿Quen é? – Ministro argentino. - ¡Cara feia a o inimigo!

Ao retratar Mitre sendo recebido por soldados brasileiros armados – embora com uniformes rasgados e sem calçados -, Enrique Stein possivelmente não estava exagerando, uma vez que as opiniões mais críticas à Argentina publicadas por jornais como *O Movimento* estavam sendo traduzidos e publicados por jornais como *El Nacional*, contribuindo a criar um clima de hostilidade entre as imprensas portenha e fluminense:

Por las reproducciones que hemos hecho de artículos de la prensa brasilera, nuestros lectores han debido sorprenderse del extraño [ilegível] de aquella prensa por lo [ilegível] templada. [...] Parece que los diarios brasileiros obedecieron la palabra del

orden del jefe del gabinete imperial, cuyos sentimientos hostiles á la Republica Argentina y su empeño por la guerra son bien conocidos.[...] Pero es verdad que el actual gabinete de San Cristóbal, sigue las huellas de la vieja política de Portugal respecto de las Republicas del Plata, y es bien sabido que esa política jamás se inspiró en la lealtad y en el honor en las relaciones internacionales con los pueblos vecinos. Asi no debe estrañarnos, pero tampoco desprevenirnos la política del Brasil. Va buscando la guerra por medios tortuosos y desleales para asumir, cuando el caso llegara, el papel de victima y arrojarnos ante las demás naciones la responsabilidad del provocador. [...] . Si nos hemos manifestado contra la guerra, si pensamos que nosotros no debemos provocarla, y solo colocarnos en la prudente actitud de rechazar toda agresión en el caso que se nos acatara, - pensamos igualmente que no podemos dejar sin contestación las insolentes provocaciones de la prensa brasilera, en defensa de nuestra dignidad de argentinos. (*El Nacional*, BCNA, Buenos Aires, 26.06.1872).

Evidenciando o clima de animosidade imperante na imprensa daquelas cidades, o jornal afirmava naquele mesmo texto que “el diario brasilero pide al emperador que haga encender las calderas de los encorazados y hace un llamado a la *valiente* juventud del Riachuelo y *otras yerbas*, para que vengan a meternos en un zapato” e, após menosprezar a atuação da Marinha brasileira durante a guerra com o Paraguai, concluía o redator: ““Calienten las calderas”, en buena hora, y vengan a bombardear a Buenos Aires, y entonces sabran de lo que es capaz un pueblo libre que se levanta a la defensa nacional” (*El Nacional*, BCNA, Buenos Aires, 26.06.1872).

A hostilidade em relação à Argentina e a reação à nota de Carlos Tejedor na imprensa brasileira foi inclusive retratada na capa de *El Mosquito* do dia 30 de junho, na qual Enrique Stein mostrava um conjunto de jornais fluminenses, representados como animais, gastando tinta para difamar o Ministro argentino, ilustração esta que foi reproduzida por um periódico ilustrado da Corte⁴⁴:

⁴⁴ Ao salientar o quanto os periódicos circulavam pelas cidades da região, Angela Telles mostrou que esta ilustração de *El Mosquito* foi reproduzida pelo periódico satírico e ilustrado *A Vida Fluminense* no número do dia 3 de agosto daquele ano com o título “As finezas dos nossos fiéis aliados. (Cópia fiel exacta de uma coisa ridícula que se pu-blica em Buenos Aires” (TELLES, 2010, p. 149).



Figura 17: *El Mosquito* satiriza os jornais brasileiros irritados com Carlos Tejedor

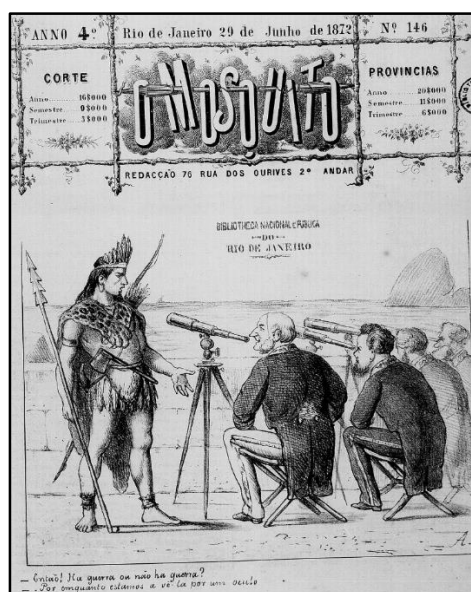
Fonte: *El Mosquito*, AGN, Buenos Aires, 30.06.1872.

Legenda: - ¡Retire su nota!

- No puedo retirarla; sale de mi corazón, es una nota de pecho.

- Diga mas bien de despecho.

Na imprensa do Rio de Janeiro também circulava um periódico satírico ilustrado titulado *O Mosquito*⁴⁵, cujo litógrafo era Angelo Agostini, quem abordou em uma de suas capas a relação entre Brasil e Argentina durante aquelas semanas. Nela, um índio armado, representando o Brasil, questiona às autoridades se haverá ou não guerra, ao que aquelas respondem que estavam observando com telescópios apontados para a Baía do Rio de Janeiro:



⁴⁵ Apesar da semelhança no nome, *O Mosquito* brasileiro não tinha nenhum vínculo com *El Mosquito* portenho.

Figura 18: *O Mosquito* fluminense aborda a expectativa diante de uma guerra com a Argentina

Fonte: *O Mosquito*, HDB/BN, Rio de Janeiro, 29.06.1872.

Legenda: - *Então! Ha guerra ou não ha guerra?*

- *Por enquanto estamos a vê-la por um oculo*

Mitre chegou ao Rio de Janeiro no dia 5 de julho de 1872. Sua missão naquela capital despertou o interesse dos jornais ilustrados das capitais argentina e brasileira, sendo constantemente retratada e satirizada por Enrique Stein e Angelo Agostini. Segundo José María Rosa, antes de reunir-se com Dom Pedro II, Mitre teve um encontro com o chanceler Manuel Francisco Correia, ocasião em que a autoridade brasileira teria manifestado desconforto diante da nota de Tejedor e da campanha anti-brasileira que a imprensa de Buenos Aires estava realizando: “Mitre le asegura que su misión era de paz y amistad, que Correia rechaza “porque a juzgar por ciertos hechos, no parecía así” quejándose de la prensa argentina y las notas del ministro Tejedor que hablaban de Ituzaingó” (ROSA, 2008, p. 301).

Mitre foi recebido pelo imperador no dia 13, naquele que foi um encontro marcado pela frieza entre ambos (PIÑEIRO, 1972). Este encontro foi retratado por *O Mosquito* na sua capa do dia 27 de julho, no qual Angelo Agostini ilustrou um cumprimento formal entre Mitre e Dom Pedro II que escondiam, às suas costas, revólveres para um eventual combate:



Figura 19: *O Mosquito* fluminense satiriza a relação entre Mitre e Dom Pedro II

Fonte: *O Mosquito*, HDB/BN, Rio de Janeiro, 27.07.1872.

Legenda: *Mi misión é especialmente demostrar al pueblo e al gobierno brasileiro, el mucho amor, la mais desinteresada dedicación e buena fé e los mais extremosos affetos*

- *Sim, sim, outro tanto dizemos nos, ouviu?*

A imprensa satírica e ilustrada tanto de Buenos Aires como do Rio de Janeiro foi pródiga em ironizar as relações entre os governos de ambas capitais, que se tratavam de forma cortez nos seus discursos e escritos públicos, mas que nutriam mútuas desconfianças um em relação ao outro. Indicando possíveis cópias ou inspiração a partir dos exemplares que circulavam pelas cidades, *El Mosquito* já havia satirizado estas relações meses antes, ao retratar os mandatários Sarmiento e Dom Pedro II - com corpo de macaco - elogiando-se mutuamente em suas manifestações públicas mas mantendo suas profundas desconfianças um em relação ao outro. *El Mosquito* era ainda mais enfático ao denunciar, assim como outros órgãos da imprensa portenha, preparativos bélicos que o governo brasileiro estaria realizando, enquanto os argentinos se encontravam indefesos e despreparados para uma guerra que parecia iminente:



Figura 20: *El Mosquito* satiriza as desconfianças mútuas entre Sarmiento e Dom Pedro II

Fonte: *El Mosquito*, AGN, Buenos Aires, 19.05.1872.

Legenda: - *Querido Sarmiento, gracias por la simpatía que me manifesta, mis discursos le prueban que lo aprecio a su valor; deje que hablen los pueblos imbéciles, Vd. y yo, dos... amigos.*

Enrique Stein dedicou inúmeras das capas de *El Mosquito* à missão de Mitre no Brasil. Assim como outros jornais como *El Nacional* e *La Tribuna*, *El Mosquito* criticava Mitre por sua relação de amizade com políticos brasileiros. Consideravam, estes jornais, que Mitre não estaria adotando uma postura enfática e determinada frente às autoridades brasileiras.



Figura 21: *El Mosquito* aborda a relação entre Mitre e Dom Pedro II

Fonte: *El Mosquito*, AGN, Buenos Aires, 11.08.1872.

Legenda: - *¡Que cosa particular, General ¡desde que Vd. está aquí, siempre encuentro pelo en la leche. ¿Serán suyos? – Oh, Majestad, que esperanza! seran mas bien de Sarmiento.*

Além de criticar a proximidade entre Mitre e Dom Pedro II, Stein ainda fez uso da ironia ao desenhar um Mitre colocando a responsabilidade pelo cabelo no prato de leite, no qual está escrito “Paraguay”, em Sarmiento, quem, em 1872, contava com poucos na cabeça. Se na imagen acima a referência aos eventos do Paraguai eram indiretas, apesar de estar escrito o nome do país no prato, uma semana depois, Stein foi mais direto na mensagem que queria transmitir ou retratar ao abordar um Dom Pedro II tomando mate tendo Mitre como *bombilla* e Sarmineto como cuia e indicar que o Império brasileiro estaria se aproveitando de Mitre e Sarmiento para usufruir e influenciar as questões referentes ao Paraguai:



Figura 22: *El Mosquito* retrata Dom Pedro II tomando mate com erva paraguaia

Fonte: *El Mosquito*, AGN, Buenos Aires, 18.08.1872.

Legenda: *En San Cristóbal ¡Qué rica yerba la del Paraguay!*

No decorrer das negociações, entre julho e novembro, rumores e informações desencontradas chegavam a Buenos Aires através das embarcações vindas da capital brasileira. As cartas trocadas entre Mitre e o governo argentino não foram publicadas, ficando a imprensa portenha à mercê das informações que traziam os periódicos do Rio de Janeiro. Em outubro, Stein voltou a criticar a postura de Mitre no Rio de Janeiro, ao representá-lo como um súdito de Dom Pedro II que, ao ser orientado por Tejedor a mudar de postura, havia assegurado que saberia o que estava fazendo:

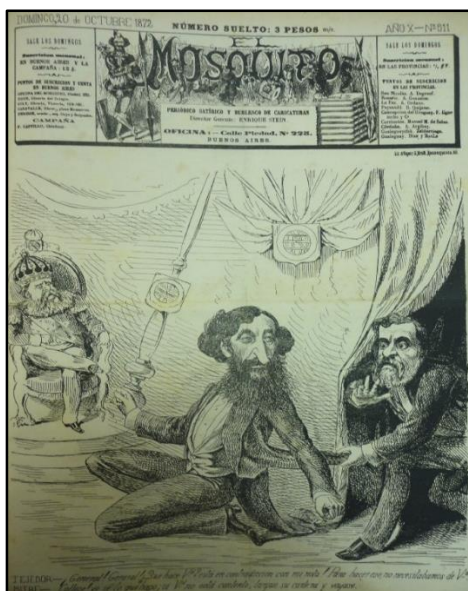


Figura 23: *El Mosquito* retrata Mitre em prestando reverência a Dom Pedro II

Fonte: *El Mosquito*, AGN, Buenos Aires, 20.10.1872.

Legenda: - Tejedor - *¡General! General! ¿Qué hace Vd.? está en contradicción con mi nota! Para hacer eso no necesitabamos de V^a.*

Mitre – *Callese! Yo sé lo que hago; si Vd. no está contento, lárguese su cartera y vayase.*

Apesar da guerra de palavras e imagens entre as imprensas portenha e fluminense, a estadia de Mitre na capital brasileira transcorreu meses sem incidentes. Em novembro de 1872, Mitre e San Vicente concluíram as negociações. O Tratado da Tríplice Aliança seguia em vigor, a Argentina aceitava os Tratados Loizaga-Cotegipe como um fato consumado e o governo brasileiro se comprometia em respaldar as demandas territoriais argentinas e a retirar as suas tropas do Paraguai assim que os governos de Assunção e Buenos Aires assinassem os tratados de paz. No entanto, “por un grave error diplomático de Mitre, este acuerdo con el diplomático

brasileño no fue establecido por escrito” (CISNEROS, ESCUDÉ, 1998, p. 140), o que viria a prejudicar o General argentino na próxima fase da missão na capital paraguaia.

O acordo estabelecido retirava, pelo menos por enquanto, um novo conflito armado do horizonte de expectativas da imprensa de Buenos Aires, sendo, por isso, noticiado com júbilo por alguns jornais, como *La República*, cujo texto foi reproduzido por *La Nación* no número do dia 1º de dezembro.

Em fins de novembro, quando ainda não se conheciam os termos do acordo selado entre Mitre e São Vicente, o jornal fluminense *Correio do Commercio* publicou um artigo que criticava o proceder do “periodismo partidario”, texto este que foi traduzido e reproduzido por *La Nación* em seu número do dia 4 de dezembro, talvez como forma de se adiantar a potenciais críticas que jornais opositores pudessem vir a fazer à missão de Mitre no Rio de Janeiro:

Todavía no ha sido publicado el testo del acuerdo negociado por los señores San Vicente y Mitre, y ya empiezan, como es de esperar, los comentarios del periodismo partidario. En cuanto a nosotros, a la vista de las informaciones que obtuvimos y comunicamos a nuestros lectores, no tenemos duda en considerarlo como un acuerdo razonable, digno de ser adoptado por ambas partes. No procuramos hacer de él un título de gloria para el gobierno argentino ni para el brasilero, ó para alguno de los respectivos negociadores. Aquí, y en el Rio de la Plata no faltará quien se encargue de aplaudir la sagacidad diplomática de una parte y el desaire y la ignorancia de la otra. Los artículos que ya se han publicado en Rio Janeiro no dejarán de ser transcriptos por la *Nacion Argentina* en honor y defensa del Sr. Mitre, así como los amigos del Sr. Rio Branco no se olvidarán de trasladar a nuestros diarios los comentarios apasionados de los mismos que antes calificaron tan cruelmente el discurso de recepcion del ilustre general. Esta es la costumbre. (*La Nación*, BCNA, Buenos Aires, 4.12.1872).

Além de evidenciar a circulação de exemplares e a reprodução de textos de acordo com as orientações partidárias dos jornais fluminenses e portenhos, o comentario crítico do *Correio do Commercio* pode ter exercido alguma influência entre os responsáveis pelo periódico mitrista quando estes noticiaram a chegada de Mitre a Buenos Aires em janeiro de 1873. Preferindo não emitir seus comentários a respeito da recepção festiva ao General no porto da cidade, *La Nacion* optou por somente reproduzir o que disseram outros jornais da capital, inclusive os opositores autonomistas.

Apesar do recebimento festivo, a missão de Mitre ainda teria uma segunda etapa em Assunção. Nesta missão, no entanto, Mitre não teria a mesma sorte que na capital brasileira. O Paraguai seguia passando por momentos de instabilidade política provocada por tentativas de insurreição frequentemente alardeadas pelos rumores que fervilhavam na capital. Na Argentina, por outro lado, o ano de 1873 foi um ano de campanha eleitoral para as eleições presidenciais,

em que as rivalidades político-partidárias atrapalharam o entendimento entre as autoridades em relação às negociações de paz em Assunção.

3.3 “Pero no es comprensible que las cuestiones del Paraguay se quieran convertir en armas electorales”: a missão Mitre em Assunção e a campanha presidencial

1873 foi um ano de intensa mobilização político-partidária em Buenos Aires, a qual se dava principalmente através dos periódicos daquela cidade. Durante aquele ano ocorreram reacomodações entre a elite política portenha em função das potenciais candidaturas à presidência da República Argentina.

Desde 1871, já era conhecida a possibilidade de o Ministro de Instrução Pública e Culto de Sarmiento, o advogado Nicolás Avellaneda, ser o candidato do oficialismo. Liderança suprema do autonomismo, Adolfo Alsina, Vice-presidente, também despontava como potencial candidato, embora Sarmiento tenha dado respaldo a Avellaneda e seu nome tenha suscitado uma forte campanha opositora nos jornais mitristas, que acusavam sua candidatura de inconstitucional⁴⁶.

O lançamento oficial da candidatura de Mitre, dada como certa informalmente a partir do êxito na missão no Rio de Janeiro, foi noticiada por *La Nación* no seu número do dia 3 de abril de 1873, no qual afirmava que “a pesar del mal tiempo se reunió un concurso inmenso de pueblo formado por las mejores clases de la sociedade que llenaban todo el Teatro Variedades, sus galerias y pátios” (*La Nación*, BCNA, Buenos Aires, 6.04.1873). Conforme o jornal, após a enunciação de discursos naquele recinto, as três mil pessoas presentes saíram em marcha pelas ruas da capital em direção à Praça de la Victoria, onde, como de costume, encerravam-se as celebrações públicas. José María Gutiérrez concluía o texto afirmando que a população da capital “despierta de su letargo y se pone de pié para llevar con su voto a la Presidencia de la República al ilustre argentino que supo conducirlo a la victoria en los campos de batalla: a la honra y engrandecimiento de la Nacion en el gobierno y en la diplomacia”.

Consoante com as palavras do redator do jornal da rua San Martin, a candidatura mitrista buscou exaltar os esforços do General em consolidar a República Argentina unida, em defender a honra nacional contra o “tirano” Solano Lopez, em comandar as tropas aliadas no Paraguai e em representar o país na missão recém realizada no Rio de Janeiro evitando uma nova guerra

⁴⁶ Posto que a Constituição Nacional de 1853 não permitia a reeleição, os mitristas acusaram a candidatura de Alsina de inconstitucional, pois já havia integrado a fórmula presidencial durante o mandato de Sarmiento.

na região. Desta forma, *La Nación* já disparava contra o autonomismo em seu número do dia 9 de abril:

El partido liberal, como sucede casi siempre con todo partido de principios, se dividió al día siguiente de la victoria de Pavon que estableció su predominio en toda la Republica. Una fracción levantó por bandera la Union Nacional y llevó al gobierno una política reparadora y de paz, que haciendo practicas las garantías constitucionales para todos los habitantes de la Republica sin distinción de partidos hizo estensivos a los mismos vencidos los beneficios de la libertad y aceptó el concurso de todos los hombres honrados para la obra de la regeneracion. La otra, sin pronunciarse abiertamente contra la unión nacional, hizo todo lo posible por contrariarla, exaltando el espiritu local hasta la exageración, procurando mantener vivos los odios de partido, oponiéndose al reconocimiento de la deuda pública de la confederación, a toda medida tendente a restablecer la paz en los espiritus y en los corazones, y a todo lo que pudiera robustecer la nueva situación. (*La Nación*, BCNA, Buenos Aires, 9.04.1873).

Gutiérrez, das páginas de *La Nación*, fez constantes usos do passado como forma de atacar o autonomismo. Estas acusações irritaram os redatores dos jornais autonomistas que reagiram afirmando que discutir os feitos e decisões do passado não eram coniventes à campanha eleitoral. *La Nación* contestava que “esa discusión no puede prescindir del pasado, porque los partidos que entran en lucha no tienen su origen en la presente cuestión, no nacen hoy del choque de las oposiciones encontradas; tienen su origen en el pasado” (*La Nación*, BCNA, Buenos Aires, 15.04.1873). Gutiérrez insistia em apresentar o autonomismo como um partido localista que havia obstaculizado a unificação nacional:

La unión nacional encontró resistencias aun después de la victoria en el seno mismo del partido vencedor. Se exaltó el espíritu local hasta un extremo peligroso: [...] Por el contrario, el General Mitre tuvo la gloria de vencer esas resistencias y de llevar a cabo la grande obra de la reorganización nacional, sobre la base de la igualdad de derechos para todas las provincias, de igualdad y de la justicia para todos los ciudadanos y todos los partidos, bajo el amparo de una ley común. Esto no es querer decir que la nacionalidad es obra esclusiva del General Mitre y de su partido, como alguien lo ha supuesto desnaturalizando nuestro pensamiento. No; la nacionalidad es la obra del pueblo argentino en cuyo seno jamás se extinguió el sentimiento de la unión y el amor a sus hermanos. Pero, la gloria de haberlo dirigido hasta llegar a su destino, venciendo todos los obstáculos y haciendo hasta el sacrificio de su popularidad en el altar de la patria, pertenece al General Mitre, a los hombres eminentes en el Gobierno y al partido que sostuvo su política. (*La Nación*, BCNA, Buenos Aires, 15.04.1873).

Enquanto Mitre possuía um Comitê formado por políticos com considerável trajetória política como Rufino de Elizalde, Eduardo Costa, Juan Gelly y Obes e José Maria Gutiérrez, o Comitê alsinista, divulgado e criticado por *La Nación* no número do dia 25 de abril, estava composto por indivíduos mais jovens e oriundos tanto do autonomismo quanto do federalismo, este órfão de lideranças desde a morte de Urquiza em 1870. Compunham o topo do comitê

alsinista Aristóbulo del Valle (redator de *El Nacional*), Dardo Rocha, Nicasio Oroño, Bernardo de Irigoyen e Vicente Fidel Lopez.

Em meio às polêmicas e debates que o início das campanhas presidenciais suscitavam, Mitre teve de dirigir-se ao Paraguai para finalizar sua missão iniciada no ano anterior no Rio de Janeiro. O General devia assinar com o governo de Assunção um tratado de paz e limites em que as Missões e a Villa Occidental deveriam ser argentinas e que o território ao norte do rio Pilcomaio, o Chaco, poderia ser submetido à arbitragem internacional. Particularmente, Mitre não via utilidade em manter a reivindicação da Villa Occidental, pois sabia que o Brasil não aceitaria a posse argentina daquela localidade (ETCHEPAREBORDA, 1979, p. 32).

Desta forma, a campanha presidencial de Mitre ocorreu em simultâneo à sua missão em Assunção. A capa de *El Mosquito*, ainda em março, evidencia o quanto a missão de Mitre era vista por alguns como uma estratégia de projeção do General à Presidência do país:

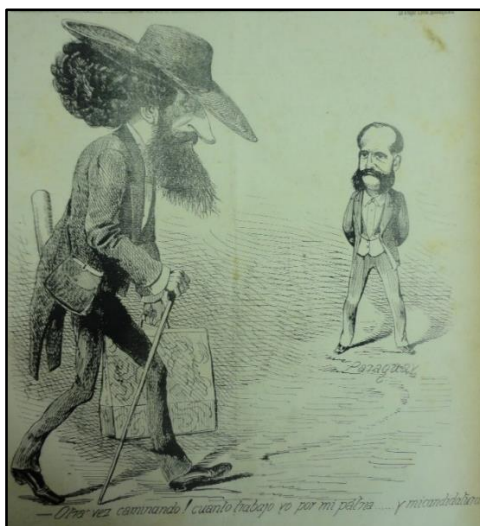


Figura 24: *El Mosquito* retrata Mitre indo em missão ao Paraguai

Fonte: *El Mosquito*, AGN, Buenos Aires, 30.03.1873.

Legenda: - *Otra vez caminando! cuanto trabajo yo por mi patria... y mi candidatura.*

No entanto, naquela missão, Mitre não teria a mesma sorte que no Rio de Janeiro. Mitre e o representante designado pelo Império brasileiro para aquelas negociações, o Barão de Araguaia, chegaram em Assunção em um momento em que o governo paraguaio tentava desbaratar revoltas pelo interior do país, que já ocorriam desde março.

Semanas depois, no dia 22, Bernardino Caballero e Cândido Bareiro se levantaram contra o governo em uma insurreição que “se dizia” ser influenciada por argentinos. *El Nacional* noticiava o movimiento armado de Caballero no número do dia 3 de abril de 1873 com as seguintes palavras: “Paraguay. Las noticias recibidas por el “Venecia” de esta república

vecina son de la mayor gravedad. [...] El General Caballero estaba no muy lejos de la Asuncion reuniendo fuerzas a toda prisa para marchar en seguida a derribar el actual Gobierno”. Debelada esta rebelião, em maio iniciou-se outra novamente liderada por Caballero, tendo este chegado às portas de Assunção no mês seguinte (DORATIOTO, 2004, p. 220).

O correspondente de *La Tribuna* em Assunção remeteu à sede daquele jornal na capital argentina um escrito no qual evidenciava sua posição a respeito do governo e dos revoltosos bem como a situação de insegurança que predominava naquela cidade em abril:

Mando la presente en propia mano porque se me ha dicho que toda correspondencia que va por el conducto del Correo dirigida a algún diario de esa se fiscaliza y ud. sabe que donde no existe la libertad de decir, lo pasa mal el que dice con libertad; y mucho mas temo cuando veo la cárcel llena por menos cosas que lo que yo hago, que me permito no estar en todo acorde con la marcha del actual gobierno, sin que por eso acepte a los hombres que han promovido la fracasada revolución, pues los cabecillas son los verdaderos representantes del funesto sistema de Lopez: Caballero, Barreiro, Godoy, Serrano, Maiz, etc. [...] El general brasileiro facilitó al gobierno 300 rifles para armar la guardia nacional. La paz reina en Varsovia. Hasta el próximo paquete se despide su afectísimo. N.N. (*La Tribuna*, BCNA, Buenos Aires, 10.04.1873).

Uma vez instalados em Assunção e percebendo a gravidade da situação, Mitre, Araguaia e o General Auto Guimarães, máxima autoridade militar brasileira no país, foram até as tropas de Caballero que cercavam a capital e propuseram um armistício e condições para que os enfrentamentos não afetassem a população da cidade. Posteriormente, jornais críticos a Mitre em Buenos Aires acusariam que as horas de armistício que as autoridades aliadas haviam conseguido negociar com os rebeldes haviam sido cruciais para o governo paraguaio reforçar suas posições na praça central de Assunção, e que este reforço havia sido fundamental para a vitória das forças governistas com o fim do armistício. Apesar dos rumores de que Mitre estaria envolvido com os líderes da revolta, Doratioto (2004, p. 221) definiu o comportamento do general durante estas tratativas como “cavalheiresco”, embora um funcionário da Legação argentina tenha passado aos rebeldes dados sobre as fortificações da capital.

A situação do Paraguai voltou a ocupar as colunas dos periódicos de Buenos Aires, estes já envolvidos na campanha eleitoral que mobilizava os seus respectivos grupos políticos desde abril, quando *La Nación* divulgou o lançamento da candidatura de Mitre. Ato seguido, *El Nacional* passou a contar, no cabeçalho de seus editoriais, a seguinte fórmula: “Adolfo Alsina candidato para la Presidencia de la República Argentina”.

Ao comunicar que a revolta ocorrida em junho havia sido debelada pelo governo paraguaio, *La Tribuna* questionou a neutralidade que afirmavam manter os aliados nas questões internas paraguaias nos seguintes termos:

La revolución no encontraba obstáculos para dominar la capital, según el General Mitre, y ahora aparece el Presidente Jovellanos victorioso. He ahí una neutralidad que ha producido efectos bien raros; nada menos que cambiar completamente la situación respectiva de los beligerantes. Dicen que el gobierno actual del Paraguay responde a la política del Brasil. – Si así fuera, la injerencia de los Ministros Argentino y Brasilerio, cuando ese Gobierno hallaba al borde de la tumba habría sido una victoria para la política del Imperio puesto que esa injerencia ha vuelto a la vida a aquel Gobierno. (*La Tribuna*, BCNA, Buenos Aires, 7-8.07.1873).

Como de costume, *El Nacional* fez duras e contundentes críticas a Mitre por ter atuado, junto às autoridades brasileiras, para mediar o conflito entre o governo paraguaio e os revoltosos, os quais, acreditava o jornal, seriam hostis ao Brasil e simpáticos à Argentina. *El Nacional* fez um uso político dos eventos que ocorriam no Paraguai como forma de atacar e desprestigiar a candidatura mitrista, como se percebe no texto titulado “Candidato del Brasil!”:

Es necesario que nuestros lectores conozcan ligeramente la situación porque atraviesa el Paraguay. De un lado, el gobierno, cuyo frente está el presidente Jovellanos, hechura escinsiva del Brasil, hostile a la Republica Argentina, [ilegível] el pueblo entero, porque [ilegível] una amenaza a la nacionalidad, [ilegível] el General Caballero, representante genuino del pueblo paraguayo, amigo de la Republica Argentina, porque comprende que [ilegível] política no tiene por base la [ilegível] con que amenaza el Brasil a su patria. [...] Es entonces que el ministro brasilerio, bajo pretexto de conservación del orden hace entrar al general Mitre en un compromiso que da por resultado un generoso armisticio de veinte y cuatro horas, por parte de los sitiadores. Durante ese tiempo y eso lo hemos sabido por cartas particulares que nos merecen mas fé que el documento del general Mitre, el presidente Jovellanos prepara la resistencia, asistido por las autoridades militares del Brasil cuyos soldados han construido barricadas y hecho sanjas. La conducta del General Mitre ha sido desatinada, anti-patriotica y audaz. [...] Si, el Brasil es y será nuestro enemigo natural, y en ese apoyo mesquino y ruin que el General Mitre ha buscado en el Imperio, sacrificando indignamente a un gefe que representa en el Paraguay el elemento favorable a la Republica Argentina, hay un motivo mas para que el pueblo rechaze con indignación la candidatura de un hombre que no se detiene ni ante la deslealtad por propiciarse la voluntad del enemigo eterno de la patria. De hoy mas, el General D. Bartolomé Mitre será el candidato del Brasil, para Presidente de la Republica Argentina. Y en ese calificativo que su conducta merece, esta la seguridad de su derrota infalible. (*El Nacional*, BCNA, Buenos Aires, 7.07.1873).

El Nacional, que havia iniciado no ano anterior uma campanha para gerar na população um sentimento de desconfiança em relação ao Brasil, passava a associá-lo ao candidato do nacionalismo, Bartolomé Mitre. “Secuaz del Brasil y candidato a la presidencia!!” era o título de outro artigo publicado no mesmo jornal dias depois, no qual reafirmava sua posição:

Nada debemos sino guerras, miserias y zozobras al Imperio del Brasil. Raza, sentimientos, ideas, hasta la decencia nos separa de él; mientras hemos combatido juntos en los campos de batalla, había en el corazón de nuestros soldados mas aversión hacia el aliado que contra el enemigo en cuya cabeza se hería. Todo nos separa del Brasil, pése al General Mitre y a los hombres de su círculo que piensen como él:

nuestra política respecto del Imperio debe ser la desconfianza y la previsión, porque en la primera convulsión interna que agite la República, caerá como el chacal sobre el águila estenuada de cansancio. [...] El *Cambá*, negro, el ser degradado, era el tradicional enemigo del paraguayo: su valor en la guerra nacía de ese ódio salvaje, implacable, contra el hijo del Imperio. Pero la misma política que revelan los actos de diplomacia oficial del Brasil ha sido empleada en la Asunción [...] El General Caballero es el jefe de ese movimiento patriótico. Representa la alianza con la República Argentina y el principio de resistencia a la amenazante absorción del Brasil. [...] El pueblo argentino rechaza la indigna conducta de su representante en el Paraguay y condena con toda la energía de su conciencia varonil y leal, el rastrero rol del general D. Bartolomé Mitre, oprimiendo al pueblo Paraguayo, en nombre del Imperio del Brasil. (*El Nacional*, BCNA, Buenos Aires, 10.07.1873).

Percebendo que o que fazia *El Nacional* e outros jornais da cidade era, no fundo, um uso político do que ocorria no Paraguai como forma de desprestigiar a candidatura de Mitre, *La Nación* questionava a procedência da informação de que Bernardino Caballero fosse simpático à Argentina e hostil ao Brasil e também o motivo pelo qual aqueles jornais não dirigiam suas críticas e ataques ao governo argentino, uma vez que Mitre havia agido tal como havia sido instruído pelo próprio governo nacional. Desta forma, o redator José María Gutiérrez concluía: “Porque el gobierno no es candidato a la presidencia, y el objeto de ataques tan destituidos de fundamento, es solo herir al candidato, no consultar los intereses del país en los asuntos del Paraguay” (*La Nación*, BCNA, Buenos Aires, 9.07.1873). Gutiérrez finalizava o mesmo artigo reafirmando que os críticos a Mitre estariam buscando complicações com fins eleitorais:

Son los mismos enemigos antiguos de la alianza que buscan complicaciones con el Brasil y que habrían visto con gusto a nuestro país envuelto en nuevo conflicto que echase por tierra la buena armonía de los aliados y la verdadera inteligencia del tratado de alianza que tanto ha costado restablecer. Si, los que acusan al general Mitre de haber servido de instrumento del Brasil, ¿rebajan la dignidad de su país ahí la persona de su representante por darse el placer de mortificar el amor propio nacional e inclinarlo en contra de la política de la alianza? Pero el país tiene demasiado buen sentido para comprender que son los mismos insensatos que nos aconsejaban la paz con Lopez y que echaban en tierra el tratado de alianza después de la victoria, los que buscan nuevas complicaciones con fines electorales. (*La Nación*, BCNA, Buenos Aires, 9.07.1873).

Gutiérrez endossava esta posição ao descrever de forma detalhada a operação de uso político da guerra e da ocupação do Paraguai que faziam os jornais opositores como forma de atacar Mitre:

Comprendemos el afán con que los enemigos de la candidatura del general Mitre, no encontrando un flanco vulnerable a donde dirigir sus ataques y sintiéndose vencidos en la opinión pública, se han apoderado de los asuntos del Paraguay como una arma formidable para combatirlo, contando con explotar el sentimiento nacional al favor de viejos errores y rancias preocupaciones. Presentar al general Mitre como candidato del Brasil, traicionando a los intereses de su patria y sirviendo a los intereses del Imperio he ahí el bello ideal de los enemigos de su candidatura, que después de ver

quebradas en sus propias manos las armas con que antes la combatieron creen haber encontrado ya la juntura de la coraza y el medio de herir a tan formidable adversario. [...] Por lo demás, sean cuales fueren sus esfuerzos no conseguirán ya extraviar la opinión pública, que ha comprendido desde luego el interés político y electoral que ha inspirado su censura; que es buscar un desacuerdo con el Brasil y tener un pretexto para desprestigiar su candidatura. (*La Nación*, BCNA, Buenos Aires, 12.07.1873).

Demonstrando indignação em relação ao modo como os jornais autonomistas vinham usando os eventos que ocorriam em Assunção durante a estadia de Mitre, Gutiérrez exclamou: “Si hay quien sostenga que la republica no es dueña de los territorios que reivindico por el Tratado de Alianza, puede hacer la defensa de los derechos del Paraguay. Pero no es comprensible que las cuestiones del Paraguay se quieran convertir en armas electorales” (*La Nación*, BCNA, Buenos Aires, 18.07.1873).

A missão de Mitre em Assunção ocorreu em concomitante com a corrida eleitoral na Argentina, onde o candidato nacionalista enfrentou o candidato governista Nicolas Avellaneda, que contava com o apoio do autonomismo. As questões referentes ao Paraguai se tornaram instrumentos de luta política e de desqualificação do adversario em função da ausencia de outras questões de ordem ideológica ou política que diferenciasses as facções em disputa. Nacionalistas e autonomistas, mitristas e avellanedistas não divergiam quanto a questões políticas e econômicas de fundo (representatividade do sistema político vigente, liberalismo econômico, inserção econômica da Argentina na economia mundial etc), sendo *más bien* aspectos de ordem local e também pessoal que separavam estas agrupações.

A respeito do faccionalismo que caracterizava a luta política portenha entre 1852 e 1880, Marta Bonaudo (2007, p. 17) considera que as facções políticas argentinas nucleavam grupos e pessoas reunidos por laços desiguais em torno a figuras fortes. Bonaudo e Élidea Sonzogni pontuam que a facção política apareceu como um órgão de mediação no qual

se sintetizaban formas de hacer política que asumían los actores sociales antiguos, sin recurrir a propuestas programáticas reveladoras de intereses antagónicos. En realidad, lo que se estaba reflejando era que cada facción representaba a un grupo que disputaba con otro u otros, el poder. Su identidad giraba en torno a una personalidad fuerte de la red y tenía realineamientos diferenciales – nunca permanentes – en un mapa político que comenzaba a adquirir dimensiones nacionales. En consecuencia, las redes parentales, los vínculos personales y una estructura clientelar jerárquicamente organizada constituyeron las bases a partir de las cuales estos actores colectivos controlaban el espacio del club o partido y competían por el dominio del público” (BONAUDO, SONZOGNI, 2007, p. 58).

Hilda Sabato (2004, p. 49), por sua vez, classifica estas agrupações como “facciosas”, “personalistas” e “inorgánicas”; no entanto, acrescenta a autora, elas foram fatores de aglutinação de interesses políticos, centros de atuação daqueles que ambicionavam ascender ao

poder e lugares de constituição de redes materiais e tramas simbólicas que contribuíram a definir tradições políticas.

Dada a relativa ausência de grandes divergências doutrinárias e/ou ideológicas entre as agrupações, as quais se mostravam conservadoras no âmbito político e liberais no econômico⁴⁷, as questões relativas à guerra, ao Tratado de Tríplice Aliança e à ocupação do Paraguai se tornaram poderosos instrumentos de ataque, crítica e desqualificação, conforme já advetido anteriormente pelo historiador Tulio Halperín Donghi (1992, p. 79). Neste sentido, coube ao mitrismo a tarefa de se defender das acusações de traição à pátria que os jornais da cidade realizavam.

Parece que *La Nación* teve de enfrentar inúmeros jornais que endureceram suas críticas ao general Mitre: “Algunos órganos de la prensa en esta ciudad, agenos completamente a los negocios exteriores de la Republica, [...] engegucidos por odios y rencores reconcentrados, se han atrevido a acusar al partido nacionalista de *Traidor vendido al Brasil*” (*La Nación*, BCNA, Buenos Aires, 24.07.1873). A alternativa adotada por Gutiérrez foi, novamente, recorrer ao passado: além de recordar a resistência do autonomismo em conformar uma república unida, afirmava o redator que os verdadeiros traidores da nacionalidade argentina haviam sido os “reacionários” federais que contraíram um empréstimo junto ao Brasil na década de 1850 para fazer frente ao Estado de Buenos Aires e que, naquele ano, 1873, encontravam-se aliados aos autonomistas.

Ainda em julho, enquanto Mitre negociava com o governo paraguaio em Assunção, os jornais anti-mitristas seguiam acusando o General de ser o candidato do Brasil para a presidência da Argentina. Criticando a Carta-Programa da candidatura de Alsina divulgada pelos jornais ligados àquela facção, *La Nación* voltava a contestar as acusações de traição:

En efecto un programa que significa *guerra al Brasil hasta* [ilegível] *Imperio, por esclavoclasta, negrero, macaco, enemigo natural, heredero de la política de Portugal, de distinta raza, usurpador, peligroso, es en verdad un programa muy extraño, cuando aparecen levantándolo, los que le entregaron los territorios, el decoro y los mas grandes intereses de la República, por una miserable limosna de unos pocos cobres, y por su intervencion en los negocios internos de la Republica. Los autores y sostenedores de ese programa, no se atreverían a firmarlo, porque sus firmas serian un sarcasmo, delante de sus actos públicos con el Brasil. De ahí la idea de inventar que los sostenedores de la candidatura del general Mitre están vendidos al Brasil y que son unos traidores. Pero la razón publica está ya muy avanzada, y no se deja impresionar por vulgaridades que solo sirven para engañar a los tontos. Los*

⁴⁷ Darío Roldán assevera que o liberalismo se consolidou como doutrina hegemônica na Argentina do século XIX graças a alguns fatores como o fato de que, diferentemente de Chile e México, na Argentina a tradição liberal evoluiu sem ser desafiada por grupos tradicionalistas, reacionários ou católicos e também que a adoção de um programa liberal no âmbito da propriedade da terra não teve de disputar com corporações eclesiásticas ou camponesas (ROLDÁN, 2010, p. 279).

sostenedores de la candidatura del Dr. Alsina hacen alarde de representar *el odio y la guerra de exterminio al Imperio del Brasil*, y llaman *traidores y vendidos al Brasil*, a los que representan la política de la concordia con un país vecino y cristiano a quien desean estar unidos como hermanos, encarnada en la candidatura del general Mitre. La traición, la venta al Brasil, no es otra cosa que una arma electoral con que se hiere de muerte la candidatura del Dr. Alsina, a quien se levanta como representante de una política de odios y guerras eternas, pues la República Argentina no puede consumar la obra poco cristiana de *suprimir al Brasil*, como lo pretenden los que habiendo sido sus amigos y comensales, los declaran hoy *enemigos naturales* que es necesario destruir y acabar con sus hijos. (*La Nación*, BCNA, Buenos Aires, 25.07.1873).

Associar Mitre à recém terminada e impopular guerra com o Paraguai e às suas consequências, à ocupação aliada daquele país que se encontrava sob influência brasileira e à aliança com uma monarquia escravista que haveria traído a Argentina para respaldar o governo paraguaio, constituíram os principais instrumentos de luta político-eleitoral entre os periódicos anti-mitristas, como *La Tribuna* e *El Nacional* e, apesar de não estar diretamente ligado às facções políticas, também *El Mosquito*. Enrique Stein condensava a opinião de alguns periódicos portenhos em relação a Mitre ao ilustrar o legado de sua administração: por um lado, a destruição, a ruína e as perdas humanas, e, por outro, o enriquecimento das famílias próximas a Mitre favorecidas pelos contratos de fornecimento de alimentos para as tropas aliadas.



Figura 25: *El Mosquito* satiriza o “legado” de Mitre

Fonte: *El Mosquito*, AGN, Buenos Aires, 29.06.1873.

Legenda: - *Triunfo nuestra combinación, Apolinario, y quedamos siempre en el candelero.*
 - *Cierto es, General, con la diferencia que yo empiezo recién y Vd. está hace diez años.*
 - *He ahí la verdad, practica de mi programa. Un paso mas y la nación habra llegado al apojeo de la gloria y de la prosperidad.*

Os meses passavam e a missão de Mitre em Assunção não parecia dar resultados práticos. Como costumava ocorrer nos momentos de maior apreensão em relação ao que ocorria no Brasil ou no Paraguai, rumores e boatos “chegavam” e “desembarcavam” no porto e “corriam” pelas ruas de Buenos Aires. A missão de Mitre no Paraguai transformou-se em um ponto de debate entre os jornais portenhos, que também discutiam a respeito de medidas que deveriam ser tomadas pelo próximo governo nacional, como o fomento à imigração e a pacificação das fronteiras com os indígenas e o consequente aumento da área agrícola. Reagindo às críticas que os jornais autonomistas faziam à atuação de Mitre em Assunção, Gutiérrez voltava a condenar o uso eleitoral daquela missão no artigo “La misión argentina en el Paraguay y la elección Presidencial”:

Los opositores a la candidatura del general Mitre comprenden que si la misión que se le ha confiado tiene un éxito feliz, se hace ya incuestionable el triunfo de esa candidatura levantada por la opinión de toda la república. Por eso hacen los mayores esfuerzos para que fracase, y verían con júbilo esta desgracia pública, aunque la república se envolvese en nuevas guerras que mas tarde se encargarían de llamar bárbaras. [...] Pero cuando ese tratado que era una ley de la nacion sancionada por unanimidad, se publico, la oposición al general Mitre y todos los intereses heridos por ese tratado, hicieron causa común, aprovechando las desgracias naturales de la guerra, sirviendo la causa del enemigo, y lo atacaron violentamente. Según ellos, el Chaco era del Paraguay, y la republica argentina cometia un despojo, arrebatando esos territorios, haciendo del Paraguay *una nueva Polonia*. La oposición subió al gobierno de la República concluida la presidencia del general Mitre, y consecuente con sus ideas contra el tratado, *inventó la doctrina de que la victoria no da derechos y que el tratado de alianza era nulo, debiendo en consecuencia discutirse los títulos respectivos sobre límites, poniendo las cosas en el estado que tenían ante bellum*. La verdad es que se hacia esto principalmente porque se quería anular el tratado por creerse que él daba al Brasil inmensos territorios del Paraguay, obra todo de falta de antecedentes ó errores incomprensibles. [...] Es, pues, un error querer convertir la misión argentina en el Paraguay, en arma electoral contra la candidatura del general Mitre. Si tiene éxito feliz, su candidatura ganará inmensamente en la opinión. Si surge un conflicto, ganará mas y se asegurará por completo, porque se vera que ha hecho con inteligencia y patriotismo cuanto le ordeno su gobierno, y que la causa de esto es ageno a sus actos, y obra de la ceguedad del Paraguay, alentado por los impugnadores del tratado de alianza; y de los hechos que imprudentemente practicaron, y el país entero ha de designarlo como el mas competente para dominar el conflicto que puede surgir. (*La Nación*, BCNA, Buenos Aires, 30.07.1873).

Em agosto, chegaram à Buenos Aires informes que davam conta da resistência do governo paraguaio em aceitar as pretensões da Argentina. *La Nación* afirmava, em seu número do dia 3, que aquele era o resultado natural das ações do governo argentino, que teria desvirtuado o Tratado de Aliança em prol dos Protocolos, os quais, argumenta Gutiérrez, ainda eram defendidos por *La Tribuna*. Ao abordar as dificuldades de Mitre em negociar com o resistente governo paraguaio, *La Nación* reproduzia um artigo do também mitrista *La Libertad*

em que este apontava a necessidade de união de todos os argentinos, em que pese o desejo dos autonomistas em um fracasso de Mitre:

Para alcanzar un buen resultado, el país debe mostrarse unido en esta causa, apoyando al gobierno que es representado en la Asuncion por el general Mitre. Si nos mostramos divididos en una causa nacional, tanto peor; porque damos mas elementos al imperio con nuestras divisiones. Desgracia grande es que esta cuestión haya venido en una época electoral y siendo candidato el plenipotenciario. Esta circunstancia hace que el partido alsinista vaya a buscar un apoyo para su causa desprestigiando al candidato Mitre, y por este medio ofrezca una división al poder extranjero que nos disputa derechos en el Paraguay. Para el partido Alsina, hacer fracasar la misión Mitre es un triunfo. ¿Pero el fracaso de esa misión por las resistencias del Brasil, no es un triunfo a la vez para el imperio? Indudablemente que sí. Entonces, el interés común está en que no fracase esa negociación, que puede terminar tranquilamente por tratados ó que puede llevarnos a un rompimiento que nos envuelva en la guerra. Presentada la cuestión de este modo que es imparcial, frio, sin mirar a las conveniencias de los partidos y consultando tan solo el bien de la República Argentina, ¿no es una verdadera imprudencia el mezclar la cuestión electoral con las cuestiones que trata el Departamento de Relaciones Exteriores? Otro mal incuestionable proviene de este procedimiento. Haciendo servir a la lucha electoral la cuestión con el Paraguay, se le da al Brasil una influencia en nuestras cuestiones internas; porque se pone en su mano el prestijiar ó desprestijiar, servir ó dañar a los bandos electorales. No hay que dejarse cegar por la pasión política. Respetemos las negociaciones exteriores, para que en ningún caso pueda comprometerse la suerte del país por un interés transitorio. Presentarnos unidos para zanjar las cuestiones con el Paraguay, es presentarnos fuertes y hacernos respetar. Lo contrario es entregarnos como niños para que el Imperio se aproveche de nuestros extravios. (*La Nación*, BCNA, Buenos Aires, 7.08.1872).

Na capital paraguaia, em um contexto de instabilidade política fruto de rumores e de planos de insurreição, Mitre não conseguiu avançar nas negociações de paz e definição de limites. Apesar de ter se comprometido em respaldar a Argentina, o Império não alterou sua posição e o governo de Assunção se recusava a ceder o Chaco e a Villa Occidental. Percebendo as resistências às pretensões argentinas da parte dos governos brasileiro e paraguaio, Mitre enviou uma correspondência a Carlos Tejedor propondo a renúncia à Villa Occidental como um preço aceitável para chegar a um acordo com o Brasil. Tejedor, por sua vez, insistiu na posse daquela localidade, embora, inicialmente, tenha dado instruções a Mitre de que “si el negociador argentino encontraba que dicha Villa no era vital para los intereses argentinos, podía cederla quedando establecida la frontera en el Pilcomayo”(CISNEROS, ESCUDÉ, 1998, p. 141).

Esta postura de Tejedor em relação à Villa Occidental pode ser explicada, conforme José María Rosa (2008, p. 306), pelo fato de que “Tejedor no quiere que Mitre se haga presidente”. Andrés Cisneros e Carlos Escudé endossam esta interpretação ao considerar que “el entonces canciller del gobierno de Sarmiento comprendió que la firma de un acuerdo implicaría una victoria personal del ex vencedor de Pavón, y esto constituiría un trampolín para su vuelta a la presidencia argentina” (CISNEROS, ESCUDÉ, 1998, p. 141). Uma vitória

diplomática de Mitre em Assunção preocupava o autonomismo, no qual estavam inseridos tanto Sarmiento como Tejedor. Desta forma,

el afán de Tejedor por obstaculizar la llegada a un acuerdo con Paraguay, sumado a la publicación por el ministro de las cartas en que Mitre negaba los derechos sobre Villa Occidental, profundizó el distanciamiento personal de Mitre tanto con Tejedor como con Sarmiento. Ante la tenaz oposición a sus gestiones, Mitre decidió renunciar el 9 de noviembre de 1873 sin haber logrado un acuerdo. El objetivo de Tejedor estaba alcanzado: evitó que Mitre volviera a la presidencia, aunque al precio de la no resolución de la paz con Asuncion. (CISNEROS, ESCUDÉ, 1998, p. 141).

Quando Mitre retornou a Buenos Aires, em novembro, a campanha presidencial tomava conta das colunas dos jornais daquela cidade. Imigração, fronteiras, economia, questão capital, entre outros, eram temas que os jornais portenhos colocavam em debate junto com a questão argentino-paraguaia e a relação com o Brasil.

Ao abordar a candidatura do General Mitre à Presidência no seu número do dia 11 de novembro, *La Tribuna* o apresentou como “traidor y proveedor”, uma referência à posição do mesmo em relação ao Brasil nos últimos anos e aos contratos de fornecimento das tropas aliadas em campanha no Paraguai. Ao concluir aquele mesmo texto, o redator do jornal destacou que havia um certo consenso a respeito das bandeiras levantadas por cada um dos candidatos, sendo questões pessoais que os dividiam: “No hay, pues, en ellos una idea fundamental que los divida. Hacia un punto determinado marchan todos y es únicamente la cuestión de personas que produce esta lucha” (*La Tribuna*, BCNA, Buenos Aires, 11.11.1873).

El Nacional não tinha a mesma postura de *La Tribuna*: já levava o nome de Alsina como candidato à presidência desde abril. Em julho, quando o Paraguai voltou a ser abordado nas colunas dos jornais portenhos, o redator Aristóbulo del Valle reproduziu um texto do periódico assuncenho *La Nación Paraguaya*, que se mostrava simpático à candidatura de Adolfo Alsina: “Nada hay más grato para los que luchan por el triunfo de una gran idea, representada en los antecedentes honorables de un ciudadano como el doctor Alsina, que ver adherir a esa idea otra nación amiga como el Paraguay, en una cuestión que directamente en nada le atañe” (*El Nacional*, BCNA, Buenos Aires, 29.07.1873). Após o retorno de Mitre da república vizinha, o jornal passou a se defender das críticas que lhe faziam os mitristas de desejar um fracasso na negociação para evitar que o candidato se fortalecesse na disputa presidencial afirmando que sua popularidade já era baixa entre os argentinos (*El Nacional*, BCNA, Buenos Aires, 12.12.1873).

O ano de 1873 se aproximava do término e as questões pendentes da guerra com o Paraguai seguiam influenciando a política interna argentina. A passagem de ano foi instável

naquela república, onde um novo movimento revoltoso ameaçava a governabilidade de Salvador Jovellanos em seu último ano de mandato. Os rumores de que aquele movimento seria incentivado por argentinos reacendeu a animosidade entre os jornais do Rio de Janeiro e os de Buenos Aires, em especial nesta última, onde se iniciavam os trabalhos eleitorais para o Congresso.

3.4. “Los diarios del Brasil traen ya olor a polvora”: negociações e revoltas em ano eleitoral

Em janeiro de 1874, uma nova conspiração contra o governo paraguaio foi colocada em ação. Por ter sido planejada desde Corrientes, as autoridades brasileiras em Assunção deram apoio ao presidente Salvador Jovellanos e atuaram de forma direta para, primeiramente, chegar a uma conciliação entre governo e sublevados e, em um segundo momento de sublevação, mobilizar tropas brasileiras e intimar à rendição as tropas reunidas pelos revoltosos (DORATIOTO, 2004, p. 223). Em fins daquele mês, chegaram em Buenos Aires periódicos brasileiros que elevaram o tom frente a Argentina em virtude do que ocorria no país ocupado: “Los últimos diarios llegados del Brasil vienen en extremo belicosos. Los que se suponen órganos del gobierno imperial consideran inevitable una guerra con la República Argentina. El pretexto para ella seria la revolución que acaba de estallar en el Paraguay [...]” (*La Tribuna*, BCNA, Buenos Aires, 25.01.1874).

Dias antes, *El Nacional* publicou um texto de seu correspondente que, a crer no que afirmava, estava participando do movimento armado que enfrentava o governo paraguaio. Naquele texto, o correspondente informava das movimentações das tropas pelo interior do país e da recepção calorosa que recebiam nos povoados por onde passavam os revoltosos, condenava a interferência brasileira nas questões internas daquela república, recusava o envolvimento da Argentina na revolta e defendia a justiça do movimento para derrocar o governo. Junto da correspondência endereçada à oficina do jornal, o correspondente enviou também um manifesto que o General Bernardino Caballero havia lançado ao povo paraguaio (*El Nacional*, BCNA, Buenos Aires, 16.01.1874).

O mesmo periódico da rua de la Victoria trazia notícias inquietantes no seu número do dia 23, no qual reproduzia parágrafos de um artigo do montevideano *El Ferro-Carril* titulado “Noticias alarmantes – Guerra inminente entre el Brasil y la República Argentina”, no qual afirmava: “La *República* de Rio de Janeiro publica varios artículos y noticias en que da como inminente la guerra entre la República Argentina y el Imperio a consecuencia de la revolución

del Paraguay, armada y fomentada por el gobierno argentino.”(*El Nacional*, BCNA, Buenos Aires, 23.01.1874).

Dias depois, era *La Tribuna* que noticiava ter recebido um “telegrama alarmante” da capital uruguaia, no qual se evidencia a apreensão quanto a chegada de embarcações oriundas do Brasil e a atuação dos correspondentes naquela capital: “Ayer por la tarde se anunciaba que había llegado de Montevideo, un telegrama alarmante, a propósito de los rumores de guerra con el Brasil.” (*La Tribuna*, BCNA, Buenos Aires, 27.01.1874).

No mesmo dia 27, *El Nacional* afirmava, em um artigo titulado “Preludios de guerra”, que “los diarios del Brasil traen ya el olor a polvora. Parece que la guerra es la idea dominante en el gabinete imperial” e acrescentava que alguns periódicos brasileiros estariam demonstrando preocupação diante de algumas medidas tomadas pelo governo argentino, como a compra de dois navios de guerra e de novos armamentos e a fortificação da ilha de Martin Garcia (*El Nacional*, BCNA, Buenos Aires, 27.01.1874).

De fato, estas medidas do governo de Sarmiento despertaram certa polêmica no Rio de Janeiro, onde alguns jornais demonstravam preocupação e outros pregavam uma guerra para evitar que a Argentina se tornasse uma república mais forte. Angelo Agostini retratou o ímpeto guerreiro que assumiram alguns jornais naquele início de ano ao representar um índio engrandecido, representando o Brasil, destruindo as fortificações argentinas da ilha de Martin Garcia sob o olhar enfurecido de um apequenado e impotente Sarmiento:



Figura 26: *O Mosquito* retrata um índio destruindo as fortificações argentinas na ilha Martin Garcia
Fonte: *O Mosquito*, HDB/BN, Rio de Janeiro, 17.01.1874.

Legenda: - *Meu amigo, mais dia menos dia tinha de vir-lhe escangalhar estas bugigangas, n'este caso o melhor é fazer isto hoje, porque talvez amanhã fôsse mais difícil.*

Contrariando os presságios mais pessimistas e as ambições belicistas de alguns jornais portenhos e brasileiros, a guerra entre o Império do Brasil e a República Argentina não foi deflagrada e os trabalhos eleitorais tiveram continuidade nesta última. Eduardo Míguez (2011) destaca que o clima na capital argentina era de hostilidade entre as facções políticas em disputa, as quais se atacavam e criticavam diariamente através dos seus jornais afins. *La Nación*, *La Verdad* e *La Libertad* eram os principais jornais mitristas enquanto *El Nacional*, *La República* e *La Tribuna* respaldavam o autonomismo.

Nos meses que antecederam às eleições, *La Nación* declarava que em Buenos Aires e também nas províncias do interior os nacionalistas contavam com mais eleitores aptos ao voto, estando, portanto, sua vitória garantida. O periódico mitrista buscou criar um clima triunfalista assegurando que nem a fraude – que era frequente⁴⁸ - poderia alterar sua vitória: “Quedaba así claro que cualquier resultado que no fuera la victoria del mitrismo sería inaceptable” (MÍGUEZ, 2011, p. 15).

As eleições para a Câmara dos Deputados, etapa inicial para as eleições presidenciais, agitaram a já intensa vida pública portenha entre 1873 e 1874. Hilda Sabato afirma que já em 1873 *La Tribuna* advertia que a questão eleitoral “es una cuestión que a todos, niños y viejos, hombres y mujeres, interesa en alto grado; y a tal punto que no hay más que decir la *gran cuestión*, para que todos sepan que se trata de elecciones” (SABATO, 2012, p. 225). Conforme a historiadora, embora os comícios seguissem convocando a uma minoria do potencial eleitorado e a uma porção ainda menor do conjunto da população, isso não significava que o público em geral não estivesse interessado nas disputas políticas. Desta forma,

en los años setenta, los actos para la proclamación de candidaturas y las manifestaciones a favor de uno u otro candidato atraían a mucha más gente (y más diversa) que los días de votación. Los diarios, por su parte, avivaban ese ambiente por medio de notas y caricaturas de alto tenor partidario, así como de convocatorias a los lectores a sumarse a las movilizaciones en pro del candidato de su preferencia. (SABATO, 2012, p. 225).

As ansiadas eleições ocorreram no primeiro dia de fevereiro de 1874 e estiveram marcadas por episódios de violência ocorridos em várias paróquias da capital. Nelas, a lista de

⁴⁸ Em função das frequentes práticas de fraude, coerção, violência e interferência das autoridades estatais nos processos eleitorais, Natalio Botana (2012) define este sistema como de “representação invertida”, segundo o qual não era a sociedade a que estava representada pelo regime político, mas sim a própria elite dirigente, que na prática impunha seu *personal político*.

candidatos de Nicolás Avellaneda teve uma rotunda vitória sobre os adversários Mitre e Alsina. O tucumano venceu em 10 dos 14 distritos nacionais, enquanto o candidato autonomista obteve maiorias em Catamarca e La Rioja e o nacionalista em Santiago del Estero e Buenos Aires. Os dados desta última província eram controversos, pois, em um primeiro momento, Mitre havia sido declarado vencedor, porém, em um segundo momento, a Junta Eleitoral declarou Alsina como ganhador. O resultado naquela província foi submetido à Legislatura portenha, que deveria dar o veredito a respeito do resultado (MÍGUEZ, 2011).

Enrique Stein, através de *El Mosquito*, dedicou considerável espaço em suas capas e páginas a satirizar o ex presidente Mitre durante as eleições. No mesmo dia 1º de fevereiro, Stein ilustrava o que talvez fosse seu desejo em relação ao resultado do escrutínio: uma vitória de Alsina e a retirada de Mitre da cena política.

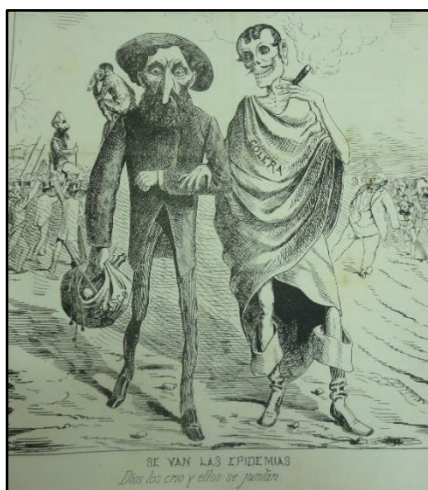


Figura 27: *El Mosquito* ilustra Mitre de retirada
Fonte: *El Mosquito*, AGN, Buenos Aires, 01.02.1874.
Legenda: *Se van las epidemias. Dios los crio y ellos se juntan.*

No mesmo número, Stein abordou o que parecia ser uma preocupação entre parte da elite política portenha: a deflagração de um movimento armado mitrista diante das ameaças que os jornais ligados àquela facção já vinham ameaçando desde antes das eleições.



Figura 28: *El Mosquito* aborda as ameaças de revolta evocadas pelos mitristas durante as eleições

Fonte: *El Mosquito*, AGN, Buenos Aires, 01.02.1874.

Legenda: *Lo que se encontro en las urnas.*

Em fevereiro daquele ano, ao tratar da situação do Paraguai e dos seus impactos na política argentina, *La Tribuna* subiu o tom ao definir os meios “innobles” da diplomacia brasileira: “el embuste grosero, la ralajación y la sorpresa” (*La Tribuna*, BCNA, Buenos Aires, 06.02.1874). No número anterior, ao abordar a sublevação ocorrida no Paraguai, o periódico dos irmãos Varela fez contundentes críticas à *gran política* de Mitre e à atuação brasileira na região do Prata. A publicação de um artigo com este conteúdo em pleno período eleitoral contribui a evidenciar o quanto as questões relacionadas ao Paraguai estiveram presentes na disputa política que as facções empreendiam através dos seus jornais:

En la Republica Oriental hay órganos de publicidad escritos por orientales que defienden intereses imperiales; aquí se le ha dicho a un diarista y no ha levantado el cargo, que recibe mil patacones mensuales del tesoro imperial; a mas, hay un partido político poderosos en hombres inteligentes y recursos pecuniarios que consiente se le llame *partido imperial*; en el Paraguay no se diga: allí gobierno, clero y prensa, que la escuela del señor Paranhos no se duerme, trabaja y no tan en vano. [...] *Nos ha buscado para destruir un poder que temia* y hemos cooperado con sangre y oro para destruir no solo a Lopez, sino al país todo. *Ha explotado nuestros esfuerzos*. Y bien que lo ha hecho que merced a nuestra ayuda y lealtad, se encuentra con sus fronteras hasta el Apa y con todos los demás beneficios que le adjudica el tratado de Cotegepe. *Ha recojido para sí el producto de la victoria*. Es indiscutible. Se encuentra en posesión de sus tierras reclamadas en el tratado de alianza, y con un dominio absoluto en la política del Paraguay; tanto que ya se cree su lejítimo poseedor hasta cuidar con toda decisión las prerrogativas de la soberania de aquella nacion, esto, sin que nadie la ataque. [...] ¿Quiénes son esos aliados del Gobierno del Paraguay? Los que el general Mitre nos presentó el 1º de Mayo de 1865. *Nos ha legado una serie de trastornos como recompensa a nuestros afanes*. Desde el 15 de agosto de 1869, hasta la fecha, la Republica Argentina solo ha conseguido como resultado de la victoria, complicaciones en su política exterior y complicaciones en su política interior. Nuestro gabinete se ha ocupado constantemente en parar golpes y desbaratar intrigas; nuestra prensa en hacer revelaciones odiosas de esa política desleal, y nuestra diplomacia burlada infamemente, ya en el Paraguay, ya en Rio Janeiro. *Estos son los frutos de la gran política*. (*La Tribuna*, BCNA, Buenos Aires, 05.03.1874).

Na véspera das eleições presidenciais, que ocorreriam em abril, os jornais de Buenos Aires voltaram a trocar acusações com os do Rio de Janeiro em função da *cuestión argentino-paraguaya*. A respeito do clima que a imprensa contribuía a criar em um período de acirrada disputa político-partidária, Eduardo Míguez considera que “los periódicos eran un reflejo, a la vez que contribuían a crear una situación de aguda confrontación partidaria en las viejas facciones liberales...” (MÍGUEZ, 2011, p. 106).

Embora Míguez se refira ao ano de 1874, a atuação da imprensa portenha na criação de um ambiente de hostilidade entre os jornais daquela cidade e os do Rio de Janeiro foi frequente ao longo dos seis anos de ocupação do Paraguai. Esta prática também foi identificada por Johny Santana de Araújo (2014) para os jornais de São Luís, capital do Maranhão, durante os meses que antecederam o início da guerra contra o Paraguai. Conforme o autor, às notícias relativas à conturbada relação do Brasil com o governo *blanco* uruguaio e com o governo paraguaio se somavam outras referentes à guerra entre Prússia e Dinamarca e da Guerra de Secessão norte americana, o que contribuía para criar um clima de ansiedade na capital maranhense:

De certa forma, toda divulgação sobre a situação no Uruguai, bem como as notícias do mundo parecem ter contribuído para criar junto à opinião pública um clima de expectativa e tensão quanto à proximidade de uma guerra, sobretudo porque tais notícias chegavam aqui periodicamente, com o fluxo de três em três dias nos navios provenientes do Sul do Brasil, e as novidades sobre a intervenção eram sempre colocadas em destaque. (ARAÚJO, 2014, p. 375).

Percebendo que a imprensa de Buenos Aires criava, em determinados momentos, um ambiente de ansiedade e, por vezes, de hostilidade ao transmitir informações sem conferir sua procedência, *La Tribuna* publicou o artigo “La Revolución Paraguaya y la diplomacia brasilera” dividido em quatro partes entre os dias 30 de janeiro e 5 de fevereiro, no qual, em seus primeiros parágrafos, advertia:

Se publica un suelto en cualquier diario, y sin tomarse el trabajo de indagar su procedencia ó consultar sus conceptos, todos le reproducen y esas líneas trazadas al acaso pasan de columna en columna formando una opinión errada. La prensa brasilera emite un juicio mas ó menos apasionado, mas o menos malicioso, y nuestra prensa se contenta con darlo a la estampa haciéndole fuego de guerrilla mas ó menos nutrido como quien siente la aproximación de un enemigo, pero ignora su numero y lugar, y por consecuencia el punto objetivo del ataque. (*La Tribuna*, BCNA, Buenos Aires, 30.01.1874).

Os ânimos ficaram ainda mais exaltados na capital argentina quando os mitristas, alegando fraude eleitoral devido à mudança do nome do vencedor na província de Buenos Aires nas eleições de fevereiro, reagiram e passaram a realizar manifestações de rua e a condenar os resultados eleitorais nos seus jornais afins.

Adolfo Alsina, o outro derrotado nas eleições para Deputados, percebendo o pouco apoio que tinha no interior do país, renunciou à sua candidatura e somou as forças do autonomismo às de Avellaneda. Formou-se, assim, a fórmula presidencial Nicolás Avellaneda-Mariano Acosta, este governador da província de Buenos Aires (SABATO, 2012).

As eleições presidenciais ocorreram em abril, quando Avellaneda obteve mais votos que Mitre. Por este último votaram as províncias de San Juan, Santiago del Estero e Buenos Aires. A vitória dos mitristas em Buenos Aires deu fôlego às suas denúncias de fraude na primeira eleição em fevereiro. Jornais nacionalistas ameaçavam pegar em armas contra o governo nacional argumentando que aquelas eleições haveriam sido fraudulentas e impostas pelo oficialismo.

Os jornais contrários ao nacionalismo mantiveram suas estratégia de crítica e desmoralização do ex comandante das tropas aliadas no Paraguai antes, durante e após as eleições: a associação de seu nome à impopular guerra, à aliança com o Império brasileiro, à ocupação do Paraguai que estava sob ocupação brasileira e aos fornecedores das tropas aliadas. As ameaças de revolução anunciadas pelos jornais mitristas eram duramente contestadas pelos demais jornais da cidade, o que foi retratado por Enrique Stein em seu número do dia 31 de maio, ao ilustrar os seguidores de Mitre sendo alvejados pela população da cidade e perseguidos por Sarmiento. A legenda era uma clara referência irônica à frase de Mitre quando da entrada da Argentina na guerra contra Lopez, em 1865:

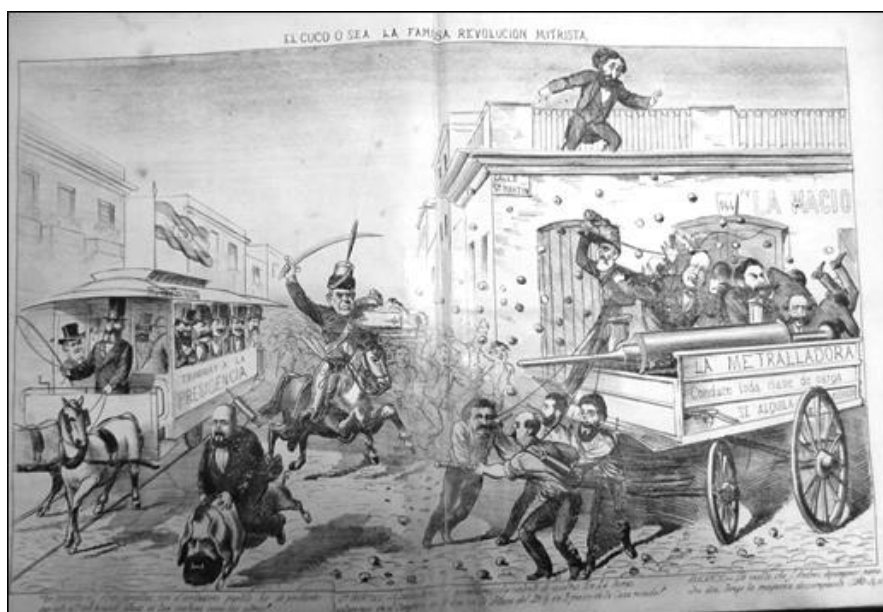


Figura 29: *El Mosquito* retrata a revolução mitrista

Fonte: *El Mosquito*, AGN, Buenos Aires, 31.05.1874.

Legenda: Dn. Domingo - ¡Atrás, canallas, con el verdadero pueblo he de probarles que este ultimo recurso eficaz es tan ineficaz como los otros!

Dn. Bartolo: - Ciudadanos y proveedores, estoy contento de vosotros. En 24 horas estaremos en el Congreso, en 15 días en la Plaza del 25 y en 3 meses en la Casa rosada!

O estopim para a revolta que já vinha sendo anunciada na imprensa foi a ratificação da eleição de fevereiro na província de Buenos Aires pelo Congresso Nacional. A revolução estava planejada para ocorrer em outubro, mês em que Avellaneda assumiria o mando presidencial, mas Sarmiento, que já havia sido informado da possibilidade de um levantamento armado, iniciou a mobilização das tropas do Exército nacional. Frente a isso, os mitristas anteciparam a deflagração do movimento para setembro, tendo início no dia 24.

Mitre pediu baixa do Exército e partiu para Montevidéu, onde passou a organizar o movimento armado. Na capital uruguaia também passou a ser publicado o periódico *El Pueblo Argentino*, posto que *La Nación* foi clausurado pelo governo nacional com o início das hostilidades. Conforme Eduardo Míguez (2011), o exército mitrista era bastante heterogêneo, pois reunia guardas nacionais, voluntários, corpos de linha e índios “amigos” comandados pelo cacique Cipriano Catriel.

Apesar do apoio de jornais não mitristas como *La Prensa*⁴⁹ e *La Pampa* ao movimento armado, este foi intensamente fustigado pela imprensa portenha, sobretudo a anti mitrista, que aproveitou a presença de indígenas entre as tropas revoltosas para caracterizar o levantamento como uma bárbara montonera. Conforme Miguel Ángel De Marco (2006, p. 344), jornais como “*La Tribuna y El Nacional* atacaron con violencia a sus colegas revolucionarios y exigieron urgentes medidas con el fin de castigar a quienes se alzaban contra la República para interrumpir el normal funcionamiento de sus instituciones”.

De acordo com Hilda Sabato (2012, p. 231), além do fechamento de jornais mitristas, ocorreram inúmeras prisões de potenciais partidários da revolução. Como forma de mostrar que até mesmo no Paraguai os jornais condenavam o movimento armado, *El Nacional* reproduziu no seu número do dia 22 de outubro o artigo editorial “La revolución como medio – La ambicion como fin” que o assuncenho *La República* havia publicado dias antes. *La Tribuna* não ficava atrás e criticava o personalismo do partido de Mitre em seu número do dia anterior com as seguintes palavras:

El partido personalísimo que se puso en armas contra un gobierno cuya legalidad había reconocido durante seis años menos un mes – cuyo poder había respetado –

⁴⁹ José Carlos Paz não era mitrista e havia estado mais próximo da candidatura de Alsina durante as eleições, mas, como muitos portenhos, se opunha à influência que as províncias vinham adquirindo com a eleição do tucumano Nicolás Avellaneda ao posto máximo da República (MÍGUEZ, 2011, p. 29). Paz publicara em seu *La Prensa* o artigo editorial “El último recurso” no qual afirmava “ya que la palabra de la prensa era impotente, no quedaba otro temperamento al periodismo honrado, que trocar la pluma por la espada” (LETTIERI, 2008, p. 68).

cuya autoridad había acatado durante igual tiempo, y de cuya libertad y respeto por la Constitución no tuvo jamás un motivo de queja debidamente fundado, no hizo una revolución, ni mucho menos. Su proceder, definido y pensado por nuestras leyes con el nombre de *delito de rebelión* ha sido desde el primer momento injustificable. Los atentados con que ha dado principio a su obra, han llegado hasta a hacerlo despreciable. [...] “Somos un partido *de principios*” decían, por fin; - y echaba al infierno los principios para escribir estas palabras como único programa, como único credo: - *ó Mitre, ó nadie*. (*La Tribuna*, BCNA, Buenos Aires, 31.10.1874).

Consoante com sua posição crítica ao mitrismo, *El Mosquito* retratou em sua edição de 1º de novembro um Mitre com aparência tranquila dividindo a alegoria feminina da República Argentina, que aparece sendo puxada por um lado por seus apoiadores e por outro por governistas. Nesta ilustração cabe destacar a presença de um Dom Pedro II com corpo de macaco que, embora não esteja participando da disputa, foi retratado com um sorriso expectante:

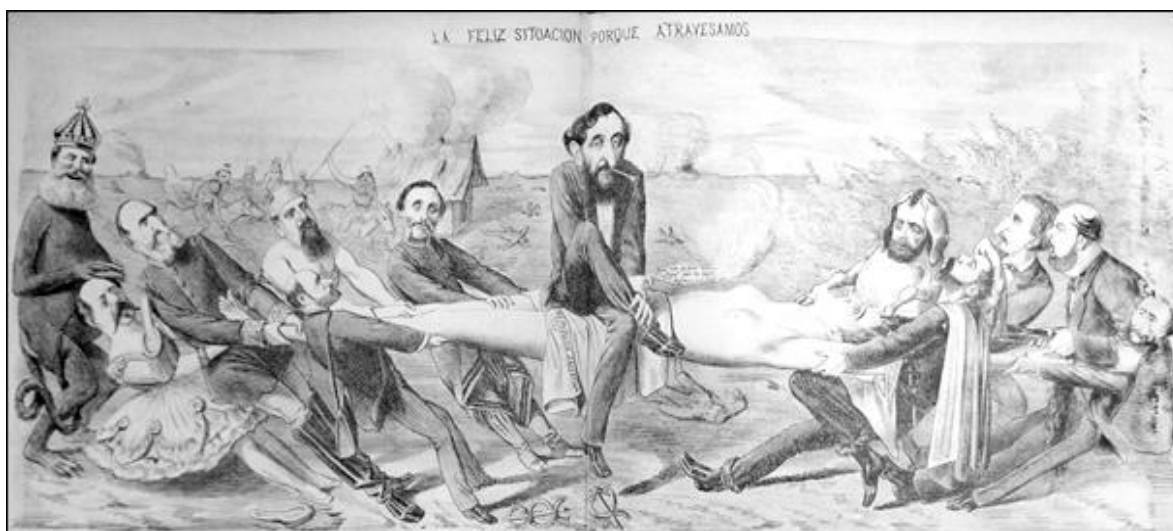


Figura 30: *El Mosquito* retrata o efeito da revolução mitrista na Argentina

Fonte: *El Mosquito*, AGN, Buenos Aires, 01.11.1874.

Legenda: *La feliz siuacion porque atravesamos.*

A revolução de Mitre não teve condições de fazer frente ao moderno e organizado Exército nacional mobilizado por Sarmiento, Exército que o próprio Mitre comandara no Paraguai e contribuía sobremaneira para sua institucionalização e fortalecimento. No dia 12 de dezembro, Mitre assinou em Junín sua capitulação e, posteriormente, foi conduzido à prisão junto de outros líderes do movimento. A revolução havia terminado e Nicolás Avellaneda já havia assumido como presidente da República Argentina. Apesar do fracasso da revolução,

el nacionalismo seguía siendo una fuerza política insoslayable. El gobierno operó de desarmar el poder de los aliados de Mitre en Santiago del Estero y, con el apoyo de

grupos locales opuestos al dominio de la familia Taboada y de los batallones de línea allí destacados, desmanteló la maquinaria nacionalista en esa provincia. En Buenos Aires, en cambio, Mitre conservaba sus seguidores, las redes político-electorales afines y alguna representación parlamentaria, además de conexiones sociales, apoyo en sectores amplios del público porteño y una importante prensa partidaria y amiga. Ante el poder que, al calor oficial, había logrado acumular su principal rival porteño, el partido autonomista, los nacionalistas optaron por denunciar la manipulación y el fraude en las elecciones y proclamaron, por lo tanto, la abstención. (SABATO, 2012, p. 237).

Com Mitre preso e *La Nación* fechado, o ano de 1874 encerrou-se e novas negociações com o Paraguai foram estabelecidas, desta vez a cargo de um novo presidente paraguaio eleito, Juan Bautista Gill, e de novos Ministros e plenipotenciários.

3.5 O desenlace final: negociações e tratados, 1875-1876

O primeiro ano de mandato presidencial de Nicolás Avellaneda esteve marcado pelo surgimento de inúmeros problemas de ordem interna e externa. Neste último, à questão argentino-paraguaia se somou às pressões do Chile pela definição da fronteira entre as duas repúblicas. Visando resolver de uma vez a primeira questão, Avellaneda nomeou Bernardo de Irigoyen Ministro das Relações Exteriores⁵⁰ e enviou Carlos Tejedor como plenipotenciário a uma missão no Rio de Janeiro. Daquela capital, chegavam embarcações que traziam periódicos que se demonstravam preocupação diante de medidas consideradas alarmantes tomadas pelo governo argentino: “No hay paquete que llegue de Rio Janeiro que no sea conductor de diarios que contienen artículos que se ocupan de la Republica Argentina” (*La Tribuna*, BCNA, Buenos Aires, 09.03.1875).

Na capital imperial, o representante argentino encontrou-se com o enviado do governo paraguaio, Jaime Sosa Escalada, para chegar a um acordo quanto aos termos do tratado de paz entre os governos de Buenos Aires e de Assunção. As negociações foram acompanhadas pelos representantes brasileiros, que assistiram aos representantes enviados chegarem ao seguinte acordo: o Chaco, ao norte do rio Pilcomaio, pertenceria ao Paraguai; enquanto a ilha de Atajo, as Missões e a Villa Occidental ficariam com a Argentina em troca do perdão da dívida de guerra paraguaia com aquela república.

⁵⁰ José María Rosa assim se referia à nomeação de Bernardo de Irigoyen: “En la Cancillería se sentaba Bernardo de Irigoyen, que de todos los diplomáticos que tuvimos en esos tempos fue quien tuvo más sentido común y mayor vision a distancia. No es un elogio, porque los demás fueron muy pequeños” (ROSA, 2008, p. 318).

Devido à sua nota de 1872, considerada agressiva pelos brasileiros, Tejedor foi constantemente abordado e criticado na imprensa do Rio de Janeiro. Angela Telles cita, por exemplo, uma charge em *A Vida Fluminense* em que este foi retratado como um homem assustador, “querendo enfatizar que muito da imagem que a opinião pública vinha construindo do diplomata argentino havia sido tecida pela imprensa da Corte” (TELLES, 2010, p. 163). Também destaca a autora que os jornais do Rio de Janeiro estavam bem informados do estado da opinião da imprensa de Buenos Aires a respeito da missão de Tejedor na capital brasileira graças ao trabalho de cronistas e de correspondentes.

Assim como a de Mitre em 1872, a missão de Tejedor no Rio de Janeiro foi tema de debates entre os jornais portenhos, vindo a ser retratada por Enrique Stein no número do dia 6 de junho com seu típico acento anti-mitrista:

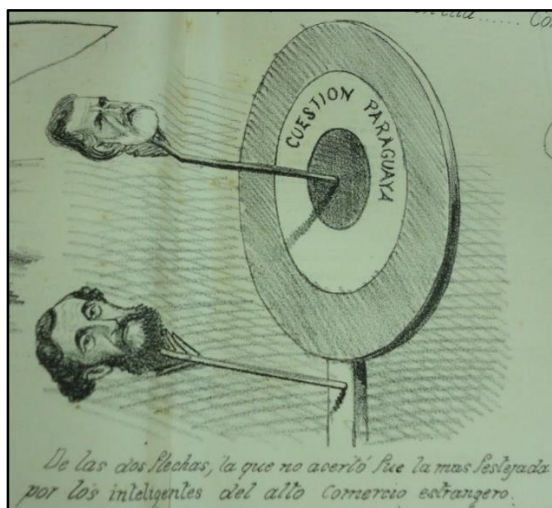


Figura 31: *El Mosquito* compara o êxito das missões Tejedor e Mitre ao Rio de Janeiro

Fonte: *El Mosquito*, AGN, Buenos Aires, 06.06.1875.

Legenda: *De las dos flechas, la que no acertó fue la mas festejada por los inteligentes del alto comercio extranjero.*

Ainda em junho, Enrique Stein ilustrou um dom Pedro II fazendo malabarismos com as repúblicas argentina, paraguaia e oriental, indicando, na sua legenda, que aquele havia sido o resultado da política de Mitre:

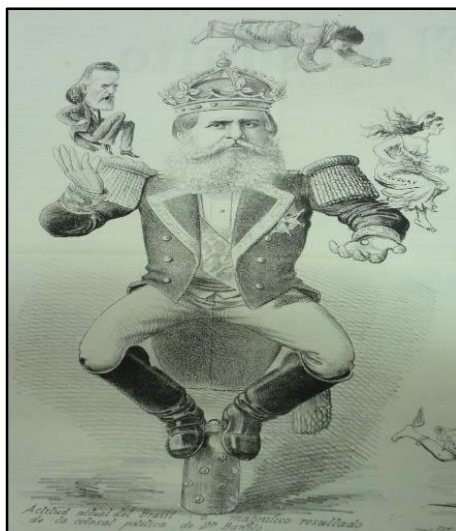


Figura 32: *El Mosquito* ilustra a relação entre Brasil e as repúblicas do Prata

Fonte: *El Mosquito*, AGN, Buenos Aires, 27.06.1875.

Legenda: *Actitud del Brasil o magnifico resultado de la colosal política de Dn. Bartolo.*

Enquanto Tejedor se encontrava no Rio de Janeiro negociando um tratado definitivo com o governo paraguaio, as relações da Argentina com o Chile se deterioraram devido à indefinição da fronteira. Esta situação colocou os jornais de Buenos Aires em alerta, os quais, como *La Tribuna*, passaram a defender a união de todos argentinos naquelas questões que consideravam de caráter nacional:

Alsinistas, avellanedistas, mitristas, rojos ó pardos, moderados ó exaltados, todos, deponen ó deben deponer sus opiniones ó intereses locales, ó, mas bien dicho, *parciales*, cuando se tratan cuestiones como estas, que, a la verdad, tienen un carácter enteramente *nacional*. Para ser buenos argentinos, tenemos que ser argentinos antes que todo. La misión Tejedor y la protesta del Sr. Blest Gana, son cuestiones *argentinas*. A ellas sacrificamos, pues, los trabajos de redacción que teníamos preparados referentes a la política local. Va en seguida el manifiesto del Dr. Tejedor y un artículo editorial a propósito de la cuestión argentino-chilena. (*La Tribuna*, BCNA, Buenos Aires, 23.06.1875.

A atenção dos jornais portenhos se dirigia, naqueles meses, para Santiago e para o Rio de Janeiro. Nesta capital, as autoridades brasileiras que eram contrárias ao tratado assinado entre Tejedor e Sosa apressaram-se em torná-lo inválido. O governo brasileiro despachou Felipe José Pereira Leal para Assunção, onde chegou no dia 14 de junho. Ao chegar na capital, procurou imediatamente Facundo Machaín e o presidente Juan Bautista Gill para anular o acordo. O enviado brasileiro chegou naquela cidade dois dias antes que o vapor *Goya*, que levava cópias do acordo selado na capital imperial. Quando este barco a vapor atracou na baía de Assunção, o governo paraguaio já atuava para anular por decreto o acordo e para declarar Jaime Sosa traidor à patria. Etchepareborda assinala que os erros da diplomacia argentina

novamente fariam o país perder a ocasião de resolver o imbróglio com o governo paraguaio: “Nuevamente se acumulan errores; se demora la remisión de los textos a Asunción, permitiendo la acción brasilera, que obtiene no solamente su rechazo liso y llano, sino también la declaración de que el enviado Sosa es traidor a su patria” (ETCHEPAREBORDA, 1978, p. 33).

No dia 19 de junho, Dardo Rocha, novo representante argentino, chegou à Assunção, mas de lá regressou já no dia 7 de julho, pois o Congresso paraguaio, influenciado pelas autoridades brasileiras, não aprovou o tratado recém assinado no Rio de Janeiro. *La Tribuna* publicou no seu número do dia 5 de julho um artigo comunicado assinado por *Un paraguay* no qual criticava a anulação do tratado por parte do presidente Gill:

Se dice por estas calles donde circula tanto pillo embozado, que Gill ha procedido con patriotismo rechazando los tratados Tejedor y destituyendo a su Ministro Sosa. ¿Quiénes dicen esta blasfemia? [...] En Gill no existe un sentimiento noble; todos sus actos están sujetos a un egoísmo exagerado. La patria; su pueblo; la dignidad nacional; su propia dignidad como magistrado. Gill la calcula de este modo: quiero mandar para hacer fortuna. Es por eso que hoy riñe con los brasileros cuando en estos cree mirar un obstáculo a sus ambiciones, y fraterniza con ellos cuando estos se muestran accesibles a sus deseos. (*La Tribuna*, BCNA, Buenos Aires, 05.07.1875.

El Mosquito não ficava atrás nas críticas ao Brasil e ao que considerava como nefasto legado da política mitrista. Inúmeras de suas páginas foram dedicadas ao ex presidente e ao monarca brasileiro, como no número do dia 4 de julho, em que o próprio Enrique Stein parecia denunciar o apoio brasileiro ao governo paraguaio diante da demanda argentina sobre a Villa Occidental. Na ilustração abaixo, o personagem do periódico apresentava a Mitre um Dom Pedro II armado e segurando um cachorro raivoso no qual está escrito “Paraguay”, tendo à sua frente o presidente Avellaneda tentando retirar-lhe do alcance um osso no qual estava escrito “Villa Occidental”:

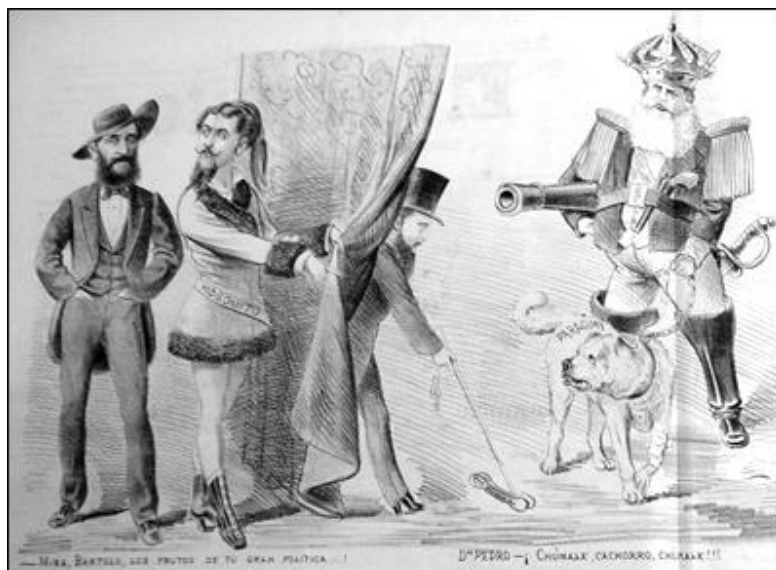


Figura 33: *El Mosquito* mostra a Mitre o resultado de sua política

Fonte: *El Mosquito*, AGN, Buenos Aires, 04.07.1874.

Legenda: - Mira, Bartolo, los frutos de tu gran política...!

Dn. Pedro - ¡Chúmale, cachoro, chúmale!!!

Em agosto, Enrique Stein continuou disparando contra Mitre e Dom Pedro II. No número do dia 8, Stein representou o próprio Mitre em corpo de macaco servindo de montaria para um Dom Pedro II, que carregava uma boleadeira que tinha as cabeças dos presidentes paraguaio, uruguaio e chileno, Juan Bautista Gill, José Pedro Varela e Federico Errázuriz Zañartu, respectivamente, como arma para caçar o presidente argentino, representado como um avestruz.



Figura 34: *El Mosquito* retrata Mitre servindo de montaria a Dom Pedro II

Fonte: *El Mosquito*, AGN, Buenos Aires, 08.08.1875.

Legenda: *Caza del avestruz o un boleador poco baqueano.*

Dn. Pedro: - ¿Cómo diabos se bota isto para colher esta fera?

Nicolas: - ¿Aonde va que lo maten compadre; vea que no es para todos la bota de potro!

A ideia que Stein ilustrava era a mesma que outros jornais portenhos já vinham anunciado por escrito: o Império brasileiro se aproveitava e incentivava as discordâncias entre a Argentina e seus vizinhos para enfraquecê-la e impedir que atingisse seus objetivos territoriais e fronteiriços. O correspondente de *La Tribuna* em Assunção foi um dos que denunciaram estas manobras da diplomacia brasileira:

La obra del imperio no puede estar mas avanzada ni mas hábilmente preparada. Ha conseguido que todos lo que tienen intereses que gestionar con la Republica Argentina, presentan sus exigencias. Chile, la Patagonia, el Paraguay y Bolivia, y el Chaco, y hasta el Gobierno Oriental no deja de reclamar a Martin Garcia y levantar el espíritu de nacionalidad diciendo que la revolución está aliada al gobierno argentino para anexar los Estados del Plata. Igual propaganda hacen en el Paraguay, encontrando malvados ó tontos que simulen creerlo ó lo crean de veras [...] La política desquiciadora e innoble seguida por el gobierno imperial en el Paraguay y en los asuntos de este, es otra prueba que no deja ni la sospecha de lo que venimos afirmando. Los agentes imperiales en el Paraguay solo han propendido a que este país no se organice. Desde Paranhos hasta Leal su obra ha sido de desquicio; y como siempre han estado solos por el retraimiento del gobierno argentino, se han resuelto a sus anchas en el logro de sus miserias. Hasta donde han descendido para dominar y entorpecer, sábelo cada habitante del Paraguay. (*La Tribuna*, BCNA, Buenos Aires, 26.11.1875).

A questão lindeira com o Chile parece ter sido usada politicamente naquele país, pois o chileno Manuel Bilbao publicou no portenho *La Libertad* um artigo titulado “Cuestion chileno-argentina” em que defendia a paz entre as duas repúblicas e criticava o uso político que um Ministro daquele país estaria fazendo da questão fronteiriça:

El señor Alfonso (ministro de Relaciones Interiores chileno) milita en un partido político que procura servirse de la cuestión del Estrecho como arma para vencer a sus adversarios, exhibiéndose como el defensor de la integridad chilena, de sus derechos, y fomentando las extravagancias mayores en el ánimo del pueblo [...] La cuestión de limites [...] ha entrado a ser arma de partido en Chile. (LETTIERI, 2008, p. 80).

Não bastando as discordâncias com o Chile, em decorrência da não aprovação do Tratado Sosa-Tejedor pelo Congresso paraguaio, as relações da Argentina com o Brasil voltaram a ficar estremecidas e os jornais voltaram a difundir “preludios de guerra”. Carlos Escudé e Andrés Cisneros (1998, p. 142) afirmam que “una guerra entre la Argentina y el Brasil, los ex aliados en la guerra de la Triple Alianza contra el derrocado régimen de Solano Lopez, parecía avecinarse en el horizonte”. No entanto, enquanto esteve na capital Assunção, Dardo

Rocha estabeleceu contatos com autoridades paraguaias interessadas em desfazer-se da influência brasileira, como era o caso do presidente eleito Juan Bautista Gill.

Gill estava bastante descontente com a recusa do governo brasileiro em operar um empréstimo ao governo de Assunção, bem como com a hostilidade que algumas autoridades brasileiras no país o tratavam. Piorava a relação entre este e as autoridades brasileiras algumas medidas tomadas por Gill que prejudicavam os comerciantes estrangeiros, dentre eles os brasileiros. Em demonstração de mudança de postura frente ao Brasil, Gill renomeou seu Gabinete de Ministérios, o que gerou o descontentamento dos militares Serrano e Molas. Em dezembro, estes realizaram um levantamento contra o presidente e contaram com o apoio de Pereira Leal, mas foram derrotados e presos (DORATIOTO, 2004, p. 231).

Em fins daquele ano, autoridades assuncenhas e portenhas iniciaram conversações secretas para realizar uma nova negociação, desta vez estando o governo paraguaio mais próximo ao governo argentino. Em janeiro de 1876, iniciaram-se as negociações entre Facundo Machaín e Bernardo de Irigoyen, as quais foram concluídas no simbólico dia 3 de fevereiro. Por este tratado, o Paraguai reconheceu sua dívida de guerra para com a Argentina, as Missões e o Chaco Central pertenciam à Argentina e a Villa Occidental e suas proximidades seriam submetidas à arbitragem do presidente dos Estados Unidos, Rutherford Hayes. O representante brasileiro, que havia sido convidado para acompanhar as negociações, deu-se por satisfeito com o acordo a que chegaram os representantes argentino e paraguaio (DORATIOTO, 2004, p. 232). Satisfeito também se mostrava *El Nacional* no início de 1876 ao abordar a “libertação” do Paraguai:

El Brasil busca su preponderancia, el Paraguay su independencia. – Son, pues, dos principios en abierta hostilidad, que tarde ó temprano entraran en lucha, para producir el predominio del uno sobre el otro. Siempre que el Paraguay ha aspirado a concluir sus arreglos con la República Argentina, el Brasil nos lo ha impedido – Hoy, libre de esa traba, reivindica en derecho y manda su plenipotenciario a Buenos Aires, munido de instrucciones bastantes para llevar a cabo la decorosa empresa que su gobierno le encomienda. En el Paraguay se ha operado la evolución que era lójico esperar – Cuatro años de dominación brasilera han hecho sentir amargamente todos los males de la ocupación militar – Un ejército campado en una ciudad pobre, cuando ese ejército es victorioso, trae consigo la ruina, porque acapara para su consumo todos los productos que antes servían para alimentar al pueblo. (*El Nacional*, BCNA, Buenos Aires, 8.01.1876).

Brasil e Argentina se comprometeram em retirar suas tropas do Paraguai quando o nível dos rios permitissem, devendo a segunda esperar o laudo arbitral do presidente norte-americano

quanto à posse da Villa Occidental, o qual, em 1878, deu ganho de causa ao Paraguai⁵¹. A retirada das tropas aliadas do país ocorreu em junho, sendo acompanhada por jornais assuncenhos e portenhos, como *La Nación* no número do dia 4 de julho. Eram as últimas movimentações decorrentes do mais longo e sangrento conflito armado da história latino-americana, ocorridas seis anos após a morte de Solano López em Cerro Corá.

⁵¹ Em um ato de agradecimento ao mandatário norte-americano, a Villa Occidental foi renomeada Villa Hayes em 1879 pelo presidente Cándido Bareiro, nome que leva até a atualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: *MÁS ALLÁ DE CERRO CORÁ*

Entre 1850 e 1880, a cidade de Buenos Aires passou por um conjunto de profundas transformações. A cidade portuária se converteu no eixo articulador do comércio exterior da unificada República Argentina e esteve marcada por um intenso crescimento econômico, apesar de alguns anos de recessão. A capital viveu um acelerado crescimento urbano em função do demográfico, este ocorrido graças à imigração interna e, principalmente, externa, dado o incentivo dos governos à vinda de imigrantes europeus.

Nesta cidade que passava por intensas transformações econômicas, sociais, políticas e culturais, ocorreu uma proliferação de associações e de periódicos, os quais contribuíram para a formação de uma opinião pública burguesa, instância de intermediação entre Estado e sociedade civil.

Dentre os centenas de periódicos que circularam pelas ruas da cidade entre 1850 e 1880, os da década de 1870 conformaram uma imprensa de transição entre aquela artesanal e a empresarial, que viria a se consolidar nas décadas seguintes. Dentre suas principais características podem-se citar a presença marcante da oralidade, a reprodução e referenciação a outros periódicos, o vínculo político-partidário e proximidade que tinham em relação às atividades do porto da cidade.

Durante os seis anos de ocupação do Paraguai, sobretudo nos momentos de maior dificuldade nas relações entre Brasil e Argentina, os jornais consultados estabeleceram inúmeros debates referentes às questões pendentes da guerra recém terminada. No entanto, também contribuíram para criar um ambiente de apreensão e preocupação na capital argentina assim como para gerar um clima de hostilidade entre os periódicos desta cidade e os da capital brasileira.

Por seu vínculo político-partidário, estes jornais representavam os seus respectivos grupos políticos nas disputas políticas que ocorriam na Argentina durante aqueles seis anos. O autonomismo, contando com periódicos como *La República*, *El Nacional* e *La Tribuna*, fizeram constantes usos da guerra e da ocupação do Paraguai como forma de atacar, criticar e desqualificar o principal líder do nacionalismo, Bartolomé Mitre, aquele que havia adotado uma política de aproximação e de aliança com o Império do Brasil durante seu mandato presidencial.

Associar Mitre à guerra impopular, à situação do Paraguai que se encontrava sob ocupação e influencia das autoridades brasileiras, ao Tratado de Aliança de 1865 considerado vexatório e ao Império brasileiro, que representava tudo o que a Argentina não era ou não deveria ser – uma monarquia escravista, intervencionista, que não havia sofrido com guerras

para se emancipar e que não cumpria com seus compromissos internacionais –, constituíram as principais armas de combate político que adotaram os periódicos autonomistas em suas lutas com o nacionalismo.

Estas associações e representações tiveram momentos de maior agressividade e intensidade, como no ano da assinatura do tratado de limites entre Brasil e Paraguai em 1872, no ano de campanha eleitoral que foi o de 1873 e o ano eleitoral que foi 1874, quando ocorreram as últimas negociações com o governo paraguaio influenciado pelas autoridades brasileiras.

O nacionalismo, por sua vez, contava com periódicos como *La Nación*, *La Verdad* e *La Libertad*, por meio dos quais tratou de rebater às acusações de traição e de ser o órgão da diplomacia brasileira na Argentina. Através de *La Nación*, o nacionalismo fez uso do passado para acusar os autonomistas de terem sido contrários à unificação argentina durante as décadas de 1850 e 1860. Adotou a mesma estratégia ao criticar os ex federais, unidos ao autonomismo na década de 1870, que haviam contraído um empréstimo, quando da Confederação Argentina, junto ao Império brasileiro com o fim de fazer frente ao Estado de Buenos Aires na década de 1850.

Além de condenar as posturas de seus opositores no passado, *La Nación* buscou exaltar os êxitos de sua principal liderança de modo a exaltar os resultados positivos de sua “gran política”: a defesa da honra da pátria argentina ultrajada com a invasão paraguaia, o comando das tropas aliadas em campanha contra o Paraguai, o sufocamento das revoltas “reaccionárias” que haviam ocorrido no interior argentino durante o seu mandato presidencial, a vitória na guerra assim como a solução pacífica obtida com sua missão no Rio de Janeiro em 1872, embora não tenha tido um resultado final exitoso em função da resistência do governo paraguaio, sustentada pelo Brasil.

Durante estes debates, seja aqueles ocorridos em ano eleitoral ou não, o Brasil era representado pelos jornais em tela de acordo com os interesses e objetivos daqueles que eram seus responsáveis. Para o autonomismo, representar o Brasil como a encarnação de males como a escravidão, a monarquia e a traição, era ao mesmo tempo desprestigiar e desqualificar Bartolomé Mitre, responsável por aliar a Argentina ao Brasil.

Por outro lado, embora tenha adotado uma postura crítica diante do Brasil a partir de 1872, *La Nación* direcionava seus ataques ao Barão de Cotegipe e ao Gabinete conservador brasileiro, que havia modificado a política imperial em relação às república da Bacia do Prata, ou, em termos do periódico mitrista, havia abandonado a “política de aliança” e readotado a “política de antagonismo”. Para o periódico redigido por José María Gutierrez, era a “política de antagonismo” que deveria ser evitada, pois representava a guerra entre os países da região.

La Nación acusava que o retorno à política de antagonismo por parte dos governos argentino e brasileiro havia gerado todas as inconveniências surgidas no pós-guerra contra o Paraguai e que a postura assumida pelo Ministro Mariano Varela havia sido prejudicial à Argentina, por reabrir a discussão referente aos limites entre esta república e o Paraguai, algo que o Tratado de Tríplice Aliança de 1865 já havia definido.

De fato, os autores consultados nesta dissertação corroboram com a ideia de que as disputas políticas internas contribuíram para que a República Argentina não adquirisse os territórios que o Tratado de 1865 lhe conferia, posto que o laudo arbitral do presidente norte americano Rutherford Hayes dera ganho de causa ao Paraguai em 1878 em relação à posse da Villa Occidental.

O Tratado de Aliança de 1865, os Protocolos de Paz de 1870, os princípios antagônicos de que *la victoria no da derechos* e *la victoria es quien la decide*, o Tratado Loizaga-Cotegipe de 1872, a Missão de Mitre no Rio de Janeiro também naquele ano e a posterior missão em Assunção, a influência brasileira sobre as autoridades paraguaias assim como as negociações entre os representantes aliados realizadas ao longo dos seis anos de ocupação da república derrotada, foram alvos de constantes debates entre os jornais de Buenos Aires. Durante estes debates, em inúmeras ocasiões surgiram “preludios de guerra” que colocavam a população da capital em estado apreensivo e à espera de embarcações no porto da cidade.

Embora tenha terminado oficialmente em março de 1870, a guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai não solucionou as pendências e as desconfianças existentes entres os países aliados, sobretudo entre Brasil e Argentina. As discordâncias, as missões diplomáticas, as notas intercambiadas e as negociações quase anuais bem como toda a repercussão e usos políticos que delas realizaram os periódicos portenhos evidenciam que, pelo menos entre a imprensa de Buenos Aires, esta guerra foi mais além de Cerro Corá.

FONTES

El Mosquito, Archivo General de la Nación (AGN)

El Nacional, Biblioteca do Congresso Nacional Argentino (BCNA)

El Progreso, Biblioteca Nacional del Paraguay (BNP)

El Siglo, Biblioteca Nacional del Uruguay (BNU)

La Nación, Biblioteca do Congresso Nacional Argentino (BCNA)

La Patria, Biblioteca Nacional del Paraguay (BNP)

La Regeneración, Biblioteca Nacional del Paraguay (BNP)

La Tribuna, Biblioteca do Congresso Nacional Argentino (BCNA)

La Voz del Pueblo, Instituto Histórico-Geográfico do Rio Grande do Sul (IHRGS)

O Mosquito, Hemeroteca Digital Brasileira/Biblioteca Nacional (HDB/BN)

Sentinella da Liberdade, Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa (MCSHJC)

BIBLIOGRAFIA

- ACOSTA TOLEDO, Gustavo Alfredo. *Posguerra contra la Triple Alianza: Aspectos Políticos e Institucionales (1870-1904)*. Asunción: Servilibro, 2013.
- ACREE, William. *La lectura cotidiana: cultura impresa e identidad colectiva en el Rio de la Plata, 1780-1910*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2013.
- ALBERDI, Juan Bautista. *Bases y puntos de partida para la organización política de la República Argentina*. Buenos Aires: Lancelot, 2009.
- ALONSO, Paula. Introducción. In: _____. (Org.). *Construcciones Impresas*. Panfletos, diarios y revistas en la formación de los Estados nacionales en América Latina, 1820-1920. Buenos Aires: FCE, 2004.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ARAÚJO, Tiago Gomes de. *A identidade nacional brasileira na Guerra do Paraguai (1864-1870)*. Rio de Janeiro: Ar Ed., 2013.
- ARECES, Nidia. De la independencia a la Guerra de la Triple Alianza (1811-1870). In: TELESCA, Ignacio (Coord.) *Historia del Paraguay*. Assunção: Prisa Ediciones, 2011, p. 149-197.
- BAHIA, Juarez. *História, jornal e técnica: historia da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.
- BALABAN, Marcelo. *Poeta do lápis: sátira e política na trajetória de Angelo Agostini no Brasil Imperial (1864-1888)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *A expansão do Brasil e a formação do Estados na Bacia do Prata: Argentina, Uruguai e Paraguai (da colonização à Guerra da Tríplice Aliança)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- BARROS, José D'Assunção. *História Comparada*. Petrópolis: Vozes, 2014.
- BARATTA, María Victoria. ¿Aliados o enemigos? Las representaciones de Brasil en el debate público argentino durante la Guerra del Paraguay (1864-1870). *Revista de História*, São Paulo, n. 172, p. 1-34, .2015a,

_____. El litoral y la batalla de pluma. La identidad nacional argentina en los periódicos de Entre Ríos y Corrientes durante la Guerra del Paraguay (1864-1870). *Folia Histórica del Nordeste*, Corrientes, n. 21, p 75-96, 2013.

_____. La Guerra del Paraguay y la historiografía argentina. *Revista Historia e Historiografia*, Ouro Preto, n. 14, abril, p. 98-115, 2014a.

_____. La Guerra del Paraguay y la República Argentina (1864-1870). In: LORENZ, Federico. *Guerras de la historia argentina*. Buenos Aires: Ariel, 2015b.

_____. La identidad nacional argentina durante la Guerra del Paraguay. Representaciones, lenguajes políticos y conceptos en el diario La Nación Argentina (1862- 1870). *Almanack*, Guarulhos, n. 3, p. 82-98, 2012a.

_____. La oposición a la Guerra del Paraguay en Buenos Aires. Un análisis de las representaciones de la nación argentina en el periódico La América (1866). *Revista ANPHLAC*, São Paulo, n. 13, p. 83-108, jul./dez. 2012b.

_____. Las fronteras de una alianza. Guerra del Paraguay e identidad em la obra de Juan Bautista Alberdi. *Ideação*, Foz do Iguaçu, v. 13, n. 1, p. 123-137, 1º sem. 2011.

_____. Representaciones de Paraguay en Argentina durante la Guerra de la Triple Alianza Alianza, 1864-1870. *Revista SURES*, Foz do Iguaçu, n. 4, julho, p. 41-53, 2014b.

_____. Miradas hacia el Oriente. Representaciones de Uruguay en Buenos Aires durante el inicio de la Guerra del Paraguay. *Diálogos*, Maringá, v. 19, n. 3, p. 1017-1041, set.-dez./2015c.

BARBA, Fernando. *Los autonomistas del 70*. Auge y frustración de un movimiento Provinciano con vocación nacional. Buenos Aires entre 1868 y 1878. Buenos Aires: Pleamar, 1976.

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

_____. *História da comunicação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2013.

BASILE, Marcelo. Projetos de Brasil e construção nacional na imprensa fluminense (1831-1835). In: NEVES, Lúcia Maria Bastos; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria (Orgs.). *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A, FAPERJ, 2006. p. 60-93.

BATTICUORE, Graciela; GALLO, Klaus. Ideas, literatura y opinión pública. In: TERNAVASIO, Marcela (Org.). *Historia de la provincia de Buenos Aires: de la organización*

provincial a la federalização de Buenos Aires: 1821-1880. Buenos Aires: Edhasa, Gonnet; UNIPE; Editorial Universitária, 2013. p. 317-347.

BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou, O ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BONAUDO, Marta. A modo de prólogo. In: _____ (Org.). *Liberalismo, estado y orden burguês*. Nueva Historia Argentina, T. 4. Buenos Aires: Sudamericana, 2007, p. 11-25.

BONAUDO, Marta; SONZOGNI, Élica. Los grupos dominantes entre la legitimidad y el control. In: BONAUDO, Marta (Org.). *Liberalismo, estado y orden burguês*. Nueva Historia Argentina, T. 4. Buenos Aires: Sudamericana, 2007, p. 27-96.

BOTANA, Natalio. *El orden conservador*. La política argentina entre 1880 y 1916. Buenos Aires: Edhasa, 2012.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BRAGONI, Beatriz; MÍGUEZ, Eduardo. De la periferia al centro: la formación de un sistema político nacional, 1852-1880. In: _____. (Coords.). *Un nuevo orden político*. Provincias y Estado Nacional, 1852-1880. Buenos Aires: Biblos, 2010. p. 9-28.

BREZZO, Liliana; FIGALLO, Beatriz. *La Argentina y el Paraguay, de la guerra a la integración*. Imagen histórica y relaciones internacionales. Rosario: Instituto de Historia/Facultad de Derecho y Ciencias Sociales de Rosario/PUCA, 1999.

BREZZO, Liliana. Reconstrucción, poder político y revoluciones (1870-1920). In: TELESCA, Ignacio (Coord.) *Historia del Paraguay*. Assunção: Prisa Ediciones, 2011. p. 199-224.

CABRAL, Flavio José Gomes. *Conversas reservadas: “vozes públicas”, conflitos políticos e rebeliões em Pernambuco no tempo da Independência do Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013.

CALDEIRA, Jorge. *Mauá: empresário do império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *A imprensa na história do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CAPDEVILA, Luc. *Una guerra total: Paraguay, 1864-1870: ensayo de historia del tiempo presente*. Buenos Aires: SB, 2010.

CARVALHO, José Murilo de. A vida política. In. A Construção Nacional. 1830-1889. V. 2.
CARVALHO, José Murilo de (Coord.) História do Brasil Nação: 1808-2010. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, p. 83-129.

_____. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

CERQUEIRA, General Dionisio. Reminiscências da Campanha do Paraguai. 1865-1870. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2015.

CIEZA, Daniel Alejandro. *Argentina ante el bicentenario: la sociedad, el Estado y los actores en un país conflictivo*. La Plata: De la Campana, 2010.

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2002.

_____. *A História Cultural. Entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1988.

_____. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

COSTA, Wilma Peres. *A espada de Dâmoçles: O Exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império*. São Paulo: Editora Hucitec/Editorada Unicamp, 1996.

CRICHIGNO, Juan. *Diarios del Paraguay*. Asunción: ABC, Centro Gráfico, 2010.

DANERO, Eduardo María S. *El cumpleaños de "El Mosquito"*. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1964.

DANESE, Sérgio. *A escola da liderança: ensaios sobre a política externa e a inserção internacional do Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 2009.

DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette. Mídia, Cultura e Revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DE LA FUENTE, Ariel. *Los hijos de Facundo: Caudillos y montoneros en la provincia de La Rioja durante el proceso de formación del Estado nacional argentino (1853-1870)*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2014.

DE LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005

DE MARCO, Miguel Angel. *Historia del Periodismo Argentino: desde los aorígenes hasta el Centenario de Mayo*. Buenos Aires: Educa, 2006.

DEVOTO, Fernando; FAUSTO, Boris. *Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002)*. São Paulo: Ed. 34, 2004.

DJENDEREDJIAN, Julio. La economía: estructura productiva, comercio y transportes. In: TERNAVASIO, Marcela (Org.). *Historia de la provincia de Buenos Aires: de la organización provincial a la federalización de Buenos Aires: 1821-1880*. Buenos Aires: Edhasa, Gonnet; UNIPE; Editorial Universitária, 2013.

DONGHI, Tulio Halperin. *Jose Hernández y sus mundos*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana; Instituto Torquato di Tella, 1985.

_____. *Una nación para el desierto argentino*. Buenos Aires: Centro Editor de América, 1992.

DORATIOTO, Francisco Monteoliva. A Imprensa de Oposição e a Política Brasileira em Relação ao Paraguai (1869-1875). *Textos de História*, Brasília, v. 1, n. 1, p. 77-102, 1993.

_____. A ocupação político-militar brasileira do Paraguai (1869-76). In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (Orgs.). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 209-235.

_____. *General Osorio. A espada liberal do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. “De aliados a rivais: o fracasso da primeira cooperação entre Brasil e Argentina (1865-1876)”. *Revista Múltipla*, Brasília, v. 4, p. 21-40, 1999.

_____. *Maldita Guerra: Nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. *O Brasil no Rio da Prata (1822-1994)*. Brasília: FUNAG, 2014.

ESCOBAR, Ticio. A gravura popular, outra imagem da guerra. In: MAGALHÃES MARQUES, Maria Eduarda (Org.). *Guerra do Paraguai, 130 anos depois*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995, p. 121-129.

_____. El arte de la guerra. Los grabados del periodismo durante la Guerra Guasú. In: ESCOBAR, Ticio; SALERNO, Osvaldo (Comp.). *Cabichú: Periódico de la Guerra de la Triple Alianza*. Assunção: Servilibro/ Centro de Artes Museo del Barro, 2016, p. 20-29.

ESTEVEZ, Gomes Freire. *Historia Contemporánea del Paraguay*. Asunción: El Lector, 1996.

ETCHEPAREBORDA, Roberto. *Historia de las Relaciones Internacionales Argentinas*. Buenos Aires: Pleamar, 1978.

EUJANIÁN, Alejandro. La cultura: público, autores y editores. In: BONAUDO, Marta (Org.). *Liberalismo, estado y orden burgués*. Nueva Historia Argentina, T. 4. Buenos Aires: Sudamericana, 2007, p. 545-603.

FASANO, Juan Pablo; TERNAVASIO, Marcela. Las instituciones: orden legal y régimen político. In: TERNAVASIO, Marcela (Org.). *Historia de la provincia de Buenos Aires: de la organización provincial a la federalización de Buenos Aires: 1821-1880*. Buenos Aires: Edhasa, Gonnet; UNIPE; Editorial Universitaria, 2013, p. 47-72.

FERTIG, André. *Clientelismo político em tempos belicosos: a Guarda Nacional da Província do Rio Grande do Sul na defesa do Império do Brasil (1850-1873)*. Santa Maria: Ed. UFSM, 2010.

FUENTES ARMADAMS, Claudio José. *La maldición del legionario: Cómo se construyó un estigma autoritario en el Paraguay*. Assunção: Tiempo de Historia, 2016.

GARCEZ, Neusa Cidade. *O início da modernização do Uruguai: implicações político-econômicas com o Rio Grande do Sul e o Império*. Erechim: EdiFAPES, 2001.

GELLER, Lea. *Andares negros, caminos blancos: afroporteños, Estado y nación. Argentina a fines del siglo XIX*. Rosario: Prohistoria Ediciones; TEIAA, 2010.

GELMAN, Jorge. Una mirada descentrada. De los estados provinciales a la nación: algunas reflexiones desde la primera mitad del siglo XIX. In: BRAGONI, Beatriz; MÍGUEZ, Eduardo (Coords.). *Un nuevo orden político. Provincias y Estado Nacional, 1852-1880*. Buenos Aires: Biblos, 2010. p. 307-315.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In _____. *Mitos, Emblemas e Sinais*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

GUAZZELLI, César Augusto Barcellos. Sarmiento e Alberdi: o diagnóstico dos males na Argentina do século XIX. *Diálogos*, Maringá, v. 1, n. 1, p. 31-50, 1997.

_____. Sarmiento e seus monstros: caudilhos, desertores e violência na Argentina do século XIX. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 7, p. 29-55, nov./dez. 2011.

_____. Regiões-províncias na Guerra da Tríplice Aliança. *Revista Topoi*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, p. 70-89, 2009.

HABERMAS, Jurgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

HAVELOCK, Eric. A equação oralidade-cultura escrita: uma fórmula para a mente moderna. In: OLSON, David; TORRANCE, Nancy (Org.). *Cultura escrita e oralidade*. São Paulo: Ática, 1995.

HOBBSAWM, Eric. *A era do capital, 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

HORA, Roy. *Historia económica de la Argentina en el siglo XIX*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2010.

_____. *Los terratenientes de la pampa Argentina. Una historia social y política, 1860-1945*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2005.

JOHANSSON, María Lucrecia. Estado, guerra y actividad periodística durante la guerra del Paraguay (1864-1870). *Anuario del Centro de Estudios Históricos Prof. Carlos Segreti*, Córdoba, ano 10, n. 10, p. 189-210, 2010.

_____. Paraguay contra el monstruo antirrepublicano. El discurso periodístico paraguayo durante la Guerra de la Triple Alianza (1864-1870). *Revista Historia Critica*, Bogotá, n. 47, p. 71-92, maio-agosto, 2012a.

_____. SUJATOVICH, Luis. Papeles de guerra. Causas de la Guerra de la Triple Alianza a través de la prensa argentina y paraguaya (1862-1870). *Revista Universum*, Talca, n. 27, v. 2, p. 99-111, 2012b.

KLAFKE, Álvaro. A imprensa legalista na Guerra dos Farrapos. In: NEUMANN, Eduardo; GRIJÓ, Luiz Alberto (Orgs.). *O Império e a Fronteira. A Província de São Pedro nos oitocentos*. São Leopoldo: Oikos, 2014, p. 141-167.

LETTIERI, Alberto. De la “República de la opinión” a la “República de las Instituciones”. In: BONAUDO, Marta (Org.). *Liberalismo, estado y nuevo orden burgués: 1852-1880*. Nueva Historia Argentina, T. 4. Buenos Aires: Sudamericana, 2007, p. 97-160.

_____. *La República de las Instituciones: Proyecto, desarrollo y crisis del régimen político liberal en la Argentina en tiempos de la organización nacional (1852-1880)*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2008.

LEWIS, Paul. *Partidos políticos y generaciones en Paraguay (1869-1949)*. Assunção: Tiempo de Historia, 2016.

LOPES, Aristeu Elisandro Machado. *Traços da política: a imprensa ilustrada em Pelotas no século XIX*. Porto Alegre: Editora Fi, 2017.

LÓPEZ MOREIRA, Mary Monte. *Historia del Paraguay*. Assunção: Servilibro, 2013.

MAESTRI, Mario. *A guerra no papel: História e historiografia da Guerra do Paraguai*. Porto Alegre: FCM Editoria, 2013.

MAGALHÃES MARQUES, Maria Eduarda Castro (Org.). *A guerra do Paraguai: 130 anos depois*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

MARTINS, Ana Luiza. Imprensa em tempos de Império. In: MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tania Regina (Orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012. p.45-80.

MATEO, Antonio José. La sociedad: población, estructura social y migraciones. In: TERNAVASIO, Marcela (Org.). *Historia de la provincia de Buenos Aires: de la organización provincial a la federalización de Buenos Aires: 1821-1880*. Buenos Aires: Edhasa, Gonnet; UNIPE; Editorial Universitaria, 2013. p. 73-116.

MEGÍAS, Alicia. Prensa y formación de la opinión pública. Rosario a mediados del siglo XIX. *Cuadernos del Ciesal*, Rosario, ano 3, n. 4, 1998, p. 67-87.

MENEZES, Alfredo da Mota. *A Guerra é nossa. A Inglaterra não provocou a Guerra do Paraguai*. São Paulo: Contexto, 2013.

MÍGUEZ, Eduardo. *Mitre Montonero. La Revolución de 1874 y las formas de la política en la organización nacional*. Buenos Aires: Sudamericana, 2011.

_____. Mitrismo y federalismo. Los alineamientos provinciales en las elecciones de 1868. In: ALONSO, Paula; BRAGONI, Beatriz. *El sistema federal argentino. Debate y coyunturas (1860-1910)*. Buenos Aires: Edhasa, 2015. p. 59-94.

_____. Política y partidos en la organización nacional. In: LANTERI, Ana Laura (Org.). *Actores e identidades en la construcción del estado nacional (Argentina, siglo XIX)*. Buenos Aires, Teseo, 2013. p. 171-210.

MOREL Marco; BARROS, Mariana Monteiro. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MOREL, Marco. *As Transformações dos Espaços Públicos: Imprensa, Atores Políticos e Sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

_____. Para além das letras. Apontamentos sobre imprensa e oralidade na primeira metade do século XIX. *Revista Acervo*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 63-80, jan./jul. 2010.

_____. Os primeiros passos da palavra imprensa. In: MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tania Regina (Orgs). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 23-43.

OLIVEIRA, Vitor Wagner Neto de. *Nas águas do Prata: os trabalhadores da rota fluvial entre Buenos Aires e Corumbá (1910-1930)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

ORTOLAN, Fernando Lóris. *Dócil, elegante e caridosa: representações das mulheres paraguaias na imprensa do pós-Guerra do Paraguai (1869-1904)*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

OSZLAK, Oscar. *La formación del Estado argentino: Orden, progreso y organización nacional*. Buenos Aires: Ariel, 2012.

PALLEJA, León de. *Diario de la campaña de las fuerzas aliadas contra el Paraguay*. Tomo II. Montevideo: Ministerio de Instrucción Pública y Previsión Social, 1960.

PASTORMELO, Sergio. Sobre la primera modernización de los diarios en Buenos Aires. Avisos, noticias y literatura durante la Guerra Franco-Prusiana (1870). In: DELGADO, Verónica; ROGERS, Geraldine (Eds.). *Tiempos de papel: Publicaciones periódicas argentinas (Siglos XIX-XX)*. La Plata: Universidad Nacional de la Plata/Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, 2016. p. 13-37.

PEREZ, Mariana A. Poder político provincial y prensa federal en Entre Ríos: entre la subordinación y la autonomía (1862-1867). *Folia Histórica del Nordeste*, Resistencia, n. 24, p. 35-58, 2015.

PETERSEN, Silvia Regina Ferraz; LOVATO, Bárbara Hartung. *Introdução ao estudo da História: temas e textos*. Porto Alegre: Edição do Autor, 2013.

PIÑEIRO, Armando Alonso. *La Misión Diplomática de Mitre en Rio de Janeiro – 1872*. Buenos Aires: Institución Mitre, 1972.

QUIRÓS, Pilar González Bernaldo de. *Civilidad y política en los Orígenes de la Nación Argentina: las sociabilidades en Buenos Aires, 1829-1862*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2008.

_____. Espacios y formas de sociabilidad. In: TERNAVASIO, Marcela (Org.). *Historia de la provincia de Buenos Aires: de la organización provincial a la federalización de Buenos Aires: 1821-1880*. Buenos Aires: Edhasa, Gonnet; UNIPE; Editorial Universitária, 2013, p. 349-404.

RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

ROCK, David. *La construcción del Estado y los movimientos políticos en la Argentina, 1860-1916*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2006.

ROLDÁN, Darío. La cuestión liberal en la Argentina en el siglo XIX. Política, sociedad, representación. In: BRAGONI, Beatriz; MIGUEZ, Eduardo. *Un nuevo orden político: provincias y Estado nacional, 1852-1880*. Buenos Aires: Biblos, 2010, p. 275-291.

ROLÓN, Oscar Bogado. *Sobre Cenizas: Construcción de la Segunda República del Paraguay – 1869/1870*. Asunción: Editora Intercontinental, 2011.

ROSA, José María. *La guerra del Paraguay: y las montoneras argentinas*. Buenos Aires: Punto de Encuentro, 2008.

ROSANVALLON, Pierre. Por uma História Conceitual do Político. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 15, n. 30, p. 9-22, 1995.

SÁ, Maria Elisa Noronha de. *Civilização e barbárie: a construção da ideia de nação: Brasil e Argentina*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

SABATO, Hilda. *Historia de la Argentina, 1852-1890*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2012.

_____. *La política en las calles: Entre el voto y la movilización, Buenos Aires, 1862-1880*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2004.

_____. La vida pública en Buenos Aires. In: BONAUDO, Marta (Org.). *Liberalismo, estado y orden burgués*. Nueva Historia Argentina, T. 4. Buenos Aires: Sudamericana, 2007. p. 161-216.

_____. Buenos Aires de 1820 a 1880: processos, actores, conflictos. In: TERNAVASIO, Marcela (Org.). *Historia de la provincia de Buenos Aires: de la organización provincial a la federalización de Buenos Aires: 1821-1880*. Buenos Aires: Edhasa, Gonnet; UNIPE; Editorial Universitária, 2013. p. 15-43.

SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

SARMIENTO, Domingo Faustino. *Facundo: civilização e barbárie no pampa argentino*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS/EDIPUCRS, 1996.

SCAVONE YEGROS, Ricardo (Comp.). *Polémicas en torno al gobierno de Carlos Antonio López en la prensa de Buenos Aires, 1857-1858*. Assunção: Tiempo de Historia, 2010.

SCENNA, Miguel Angel. *Cuando murió Buenos Aires, 1871*. Buenos Aires: Ediciones La Bastilla, 1974.

SCHÁVELZON, Daniel; RAMOS, Jorge. *El caserón de Rosas*. Historia y arqueología del paisaje de Palermo. Buenos Aires: Corridor, 2009.

SCHEIDT, Eduardo. *Carbonários no Rio da Prata: jornalistas italianos e a circulação de ideias na Região Platina (1827-1860)*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

SECRETO, Maria Verónica. Historias conectadas, histórias integradas: Brasil e Argentina em busca de um terceiro no século XIX. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 34, p. 83-99, 2014,

SEGATTO, Bruno Félix. A oposição à atuação brasileira no Paraguai pós-Guerra da Tríplice Aliança: o caso do jornal *La Voz del Pueblo* (1870). *Revista Oficina do Historiador*, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 124-143, jan./jun. 2017.

_____. Disputas políticas, imprensa e circuitos da informação no Paraguai durante a ocupação aliada (1869-1876). In: VARGAS, Jonas Moreira (Org.) *Belicosas fronteiras*. Contribuições recentes sobre política, economia e escravidão em sociedades americanas (século XIX). Porto Alegre: Editora Fi, 2017, p. 207-227.

_____. Imprensa, debates públicos e poder político no Paraguai durante os primeiros anos de ocupação aliada (1869-1870). *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, São Paulo, n. 20, p. 222-255, jan./jun. 2016.

SEIFERHELD, Alfredo. El Cabichuí en el contexto histórico de la Guerra Grande. In. ESCOBAR, Ticio; SALERNO, Osvaldo (Comp.). *Cabichuí: Periódico de la Guerra de la Triple Alianza*. Assunção: Servilibro/ Centro de Artes Museo del Barro, 2016.15-19.

SILVA, Alberto M. R. *A noite das Kygua Vera: a mulher e a reconstrução da identidade nacional paraguaia após a Guerra da Tríplice Aliança (1867-1904)*. Tese (Doutorado em) História – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 1998.

SILVEIRA, Mauro César. *A batalha de papel: a charge como arma na guerra contra o Paraguai*. Florianópolis: Editora UFSC, 2006.

SILVEIRA, Norberto. *Introdução às artes gráficas*. Porto Alegre: Sulina/ARI, 1985.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

TEIXEIRA, Fabiano Barcellos. *A Primeira Guerra do Paraguai: a expedição naval do Império do Brasil a Assunção (1854-5)*. Passo Fundo: Méritos, 2012.

TERNAVASIO, Marcela. *Historia de la Argentina, 1806-1852*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2013.

TORAL, André. *Imagens em desordem, a iconografia da Guerra do Paraguai (1864-1870)*. São Paulo: Humanitas, FFLCH/USP, 2001.

VARGAS, Jonas Moreira. O Rio Grande do Sul e a Guerra do Paraguai. In: NEUMANN, Eduardo Santos; GRIJÓ, Luiz Alberto. *O Continente em armas: uma história da guerra no sul do Brasil*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010, p. 123-152.

WARREN, Harris Gaylord. *Paraguay y la Triple Alianza. La Década de Posguerra: 1869-1878*. Asunción: Intercontinental, 2009.

WASSERMAN, Fabio. La libertad de imprenta y sus limites: prensa y poder político em el Estado de Buenos Aires durante la década de 1850. *Revista Almanack Braziliense*, São Paulo, n. 10, p. 130-146, 2009.

_____. Prensa, debates y vida pública en Buenos Aires durante la década de 1850. *XIV Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia*. Universidad Nacional del Cuyo, Mendoza, 2013, p. 1-17.

_____. La política, entre el orden local y la organización nacional. In: TERNAVASIO, Marcela (Org.). *Historia de la provincia de Buenos Aires: de la organización provincial a la federalización de Buenos Aires: 1821-1880*. Buenos Aires: Edhasa, Gonnet; UNIPE; Editorial Universitária, 2013. p. 153-178.

WHIGHAM, Thomas. *La Guerra de la Triple Alianza: Danza de muerte y destrucción*. Asunción: Taurus, 2012. V. III.

_____. Silva Paranhos e as origens de um Paraguai Pós-López (1869). *Diálogos Maringá*, v. 19, n. 3, p. 1085-1119, set./dez. 2015.

YEGROS, Ricardo Scavone (Comp.). *Polémicas en torno al gobierno de Carlos Antonio López en la prensa de Buenos Aires (1857-1858)*. Assunção: Tiempo de Historia, 2010.